

H/6

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

9.ª SÉRIE DE PUBLICAÇÕES

VOLUME III



LISBOA  MCMLXXI

BIBLIOTHECA
DA
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEOLOGOS PORTUGUEZES
Edifício Histórico do Carmo



ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
DA
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

1.^a SÉRIE

Arquivo de Architectura Civil — Jornal dos Architectos Portuguezes e Archeologos, 10 fascículos (1865) *.

2.^a SÉRIE

Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, volumes I (1876) *, II (1880) *, III (1882) *, IV (1886) *, V (1888) * e VI (1890) *.

3.^a SÉRIE

Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, volumes VII (1893) * e VIII (1900) *.

4.^a SÉRIE

Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, volumes IX (1901), X (1904) e XI (1907).

5.^a SÉRIE

Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, volumes XII (1910) e XIII (1913) *.

6.^a SÉRIE

Arqueologia e História, volumes I (1922) *, II (1923) *, III (1924), IV (1925), V (1926), VI (1928), VII (1929), VIII (1930), IX (1930) e X (1932).

7.^a SÉRIE

Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses, volumes I (1934) *, II (1936) *, III (1937) *, IV (1938), V (1951), VI (1942) e VII (1943).

8.^a SÉRIE

Arqueologia e História, volumes I (1945) *, II (1946), III (1947), IV (1947), V (1951), VI (1955), VII (1956), VIII (1958), IX (1961), X (1962), XI (1964) e XII (1966).

9.^a SÉRIE

Arqueologia e Histórias, volumes I (1968) e II (1970).

Os volumes marcados com * estão esgotados.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

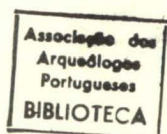
ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

9.^a SÉRIE DAS PUBLICAÇÕES

VOLUME III



LISBOA  MCMLXXI



TÁBUA DAS MATÉRIAS

	Págs.
Algumas considerações sobre os chamados vasos de largo bordo horizontal ou chapéu invertido e sua distri- buição em Portugal - <i>O. da Veiga Ferreira</i>	9
Uma visitação do Arcebispo de Lisboa, D. João Esteves de Azambuja em 1402 - <i>Isaías da Rosa Pereira</i>	21
Huesos labrados en el paleolítico antiguo y médio de Por- tugal - <i>I. Barandiarán</i> e <i>O. da Veiga Ferreira</i>	31
Novos documentos sobre a invasão de Junot - <i>J. T. Mon- talvão Machado</i>	55
Fernão Teles - O emparedado da Cotovia - <i>Abílio Mendes do Amaral</i>	69
Tipologia e Tipologistas do Paleolítico - <i>Vítor Manuel de Oli- veira Jorge</i>	77
Apresentação da carta geológica do quaternário de Portugal - <i>Georges Zbyszewski</i>	99
Subsídios para a investigação histórica em Portugal - Alguns sumários das notas de vários tabeliães da vila de Torres Vedras nos Séculos XVI a XVIII - <i>Rogério de Figueiroa Rego</i>	117
O esconderijo do bronze final de Coles de Samuel (Soure) - <i>Maria Amélia Horta Pereira</i>	165

	Págs.
Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e a sua projecção devocional e lendária em Espanha - <i>João Pires de Campos</i>	183
Compromisso da Irmandade de Jesus erecta no Mosteiro de São Bento de Santarém - <i>Isaías da Rosa Pereira</i> . . .	205
Formas antigas da Oração Dominical - <i>Meyrelles do Souto</i> . .	223
Procissões de Outrora - Elvas - <i>Eurico Gama</i>	249
Cerâmica negra de tipo grego encontrada em Portugal - <i>O. da Veiga Ferreira</i>	313
Novas achegas para a história da Casa das Quartas em Abam- bres de Mateus - <i>José de Campos e Souza</i>	333
Movimento da Associação dos Arqueólogos Portugueses no ano de 1970 - 1971:	
<i>Relatório da Direcção</i>	355
<i>Relatório da Secção de Pré-História</i>	361
<i>Relatório da Secção de História</i>	368
<i>Relatório da Comissão de Heráldica</i>	370
<i>Relatório do Conservador do Museu</i>	371
<i>Relatório do Conservador da Biblioteca</i>	372

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CHAMADOS
VASOS DE LARGO BORDO HORIZONTAL
OU CHAPÉU INVERTIDO
E SUA DISTRIBUIÇÃO EM PORTUGAL

pelo sócio efectivo

O. da Veiga Ferreira

I. PREÂMBULO

QUASE desde os começos dos estudos de arqueologia, por nós iniciados há já alguns anos, que nos chamaram a atenção, ou nos deram que pensar este tipo de vasos e suas jazidas, todos eles aparecidos na terra minhota, como se pode ver no mapa de conjunto apresentado já em trabalho anterior.

Havíamos lido e relido os trabalhos feitos, desde o primeiro da autoria do sábio arqueólogo José Fortes ⁽¹⁾, e em todos eles se nos deparou sempre o mesmo factor comum: a região donde provêm, aliás bastante circunscrita geogràficamente.

Últimamente numa visita de estudo que efectuamos no verão de 1969, vimos no Museu de Viana do Castelo um desses vasos. Também, depois da entrada para o Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia Doutor Leite de Vasconcellos, pudemos observar, com atenção, os exem-

(1) José Fortes, «Vasos em forma de chapéu invertido», *Portugália*, vol. II, p. 662, Porto, 1905-1908.

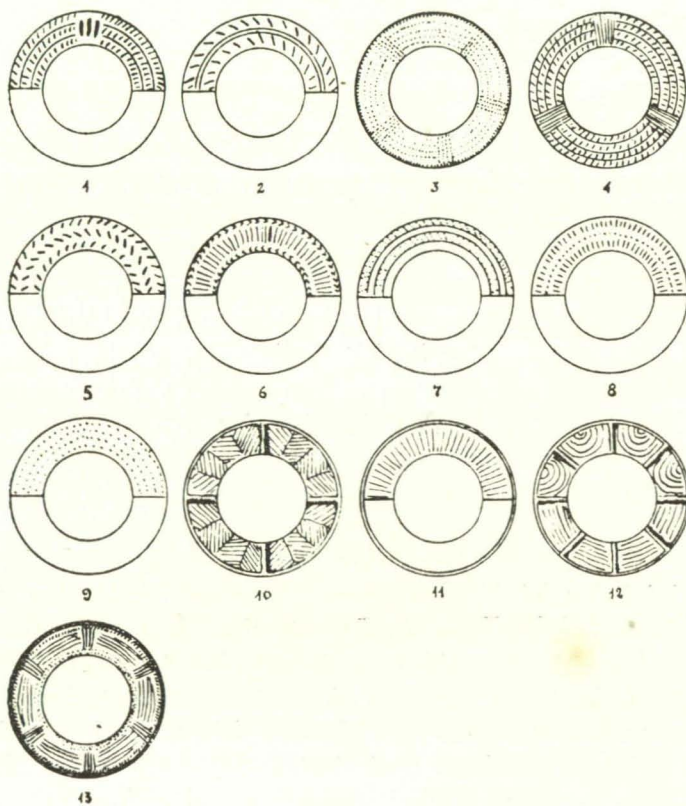


Fig. 1 - Tipos de ornamentação incisa do bordo dos vasos de aba: 1 - Terroso; 2 - Vila do Conde; 3 e 4 - Arcos-de-Val-de-Vez; 5 - Santo Tirso; 6 - Belinho; 7 - Vila Fria (Viana); 8 e 9 - S. Cláudio de Barco; 10, 11, 12 e 13 - Caldelas

(Segundo Mário Cardozo)

plares daquele Museu. Devido à amabilidade do Director do Museu de Viana do Castelo, o muito nosso Amigo Dr. Quintas Neves ⁽²⁾, estudamos com o maior cuidado um dos vasos de Vila Fria há anos publicado pelo saudoso e malogrado arqueólogo Afonso do Paço ⁽³⁾.

Em virtude das observações que fizemos, em especial sobre o vaso de Vila Fria, e do estudo de conjunto efectuado em todos os encontrados até agora, decidimos expor, nesta nota, o que pensamos sobre este curioso tipo de vasos e sua cronologia.

II. MATERIAL ENCONTRADO ATÉ AGORA

Das pesquisas que fizemos, quer em bibliografia, quer em Museus verificamos que, até o presente, são conhecidos 32 vasos completos e fragmentos de mais três distribuídos pelas seguintes jazidas: Terroso ⁽⁴⁾, Vila do Conde ⁽⁵⁾, Arcos de Valdevez ⁽⁶⁾, Santo Tirso ⁽⁷⁾, Belinho ⁽⁸⁾, Vila Fria [Viana do Castelo] ⁽⁹⁾, S. Cláudio de Barco ⁽¹⁰⁾, Calde-

(2) Não podemos esquecer o acolhimento amigo do Director do Museu de Viana do Castelo, Dr. Quintas Neves, velho amigo desse grande arqueólogo vianense que foi o Prof. Abel Viana. Aproveitamos também a ocasião para felicitarmos o Sr. Antero pelo cuidado que tem com as magníficas colecções do Museu assim como pelos seus conhecimentos de conservação. Tomaramos nós que todos os Museus de Portugal estivessem como o de Viana do Castelo.

(3) Afonso do Paço, «Vaso de bordo horizontal de Vila Fria», volume de homenagem a Martins Sarmiento, Guimarães, 1933.

(4) R. de Serpa Pinto, «A cidade de Terroso e os castros do Norte de Portugal», *Revista de Guimarães*, vol. XLII, p. 85, Guimarães, 1932.

(5) Idem, «Concelho da Póvoa de Varzim - apontamentos arqueológicos», *A Voz do Crente*, n.º 86, de 6-7-1925, Póvoa do Varzim.

(6) F. Alves Pereira, *Arqueologia e História*, vol. IX, Lisboa, 1930.

(7) Nils Aberg, *La civilization énéolithique dans la Péninsule Ibérique*, Upsala, 1921, p. 34.

(8) Idem, *op. cit.*,

(9) A. do Paço, *op. cit.*

(10) Mario Cardozo, «Novas urnas de largo bordo horizontal - um tipo regional de cerâmica primitiva», *Trab. da Soc. Port. de Antrop. e Etnol.*, vol. VIII, fasc. I, p. 67 e ss., Porto, 1936.

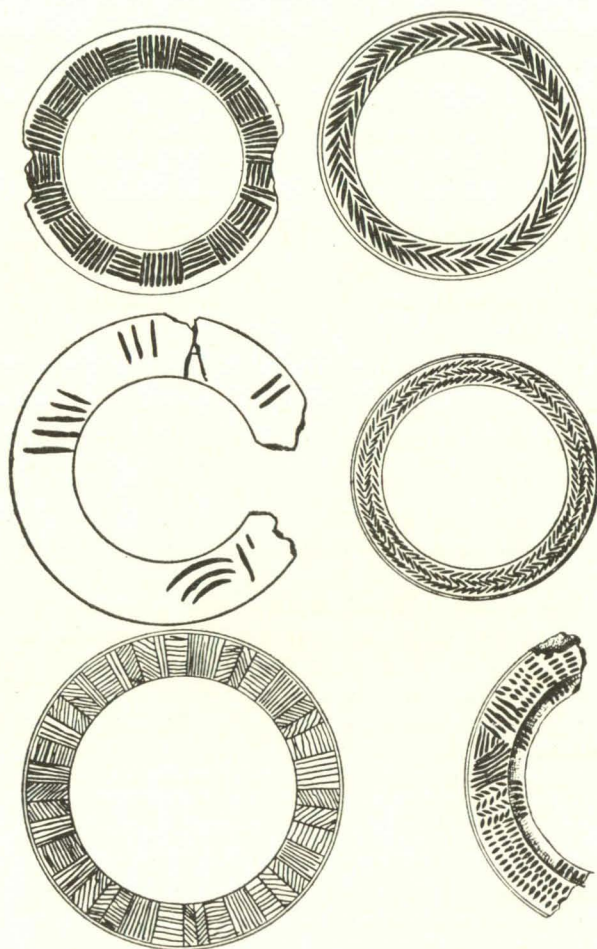


Fig. 2 - Tipos de ornamentação incisa do bordo para
os vasos de São Paio de Antas
(Segundo C. Teixeira)

las ⁽¹¹⁾ e S. Paio de Antas ⁽¹²⁾. O maior número deles pertence a Caldelas (7 e fragmentos de 2) e a S. Paio de Antas (9). Todos os achados se situam acima de Vila do Conde.

III. TIPOS DE JAZIDA DESTES VASOS

Com segurança apenas dos vasos de Caldelas e dos de S. Paio de Antas se pôde observar o tipo de jazida. Em Caldelas, Mário Cardozo ⁽¹³⁾ afirma: «Tinham as covas a forma geral semi-ovoide, imitante à do vaso que cada uma abrigava. A sua profundidade era de cerca de 1,10 m e o seu diâmetro, tomado no ponto médio da vertical, de cerca de 0,80 m. A estratigrafia do terreno revelou-nos, à superfície, uma camada de terra preta vegetal, de uns 0,40 m de altura, e, a seguir, o saibro duro e esbranquiçado. As sepulturas apareciam formando pequenos agrupamentos distintos, e, em cada grupo, distanciadas umas das outras cerca de dois metros. Colocado dentro de cada uma delas estava o vaso, à profundidade de uns 0,70 m a 0,80 m, com a boca para a parte superior, mas sem qualquer espécie de tampa a cobri-lo. Dentro deste, apenas terra escura e pouco endurecida, da mesma natureza da que enchia toda a cova. Na parte subjacente ao vaso, encontravam-se, por vezes, filões de cinza e carvão, à mistura com terra».

As sepulturas de S. Paio de Antas são, segundo C. Teixeira ⁽¹⁴⁾, de tipo trapezoidal feitas de lajes de xisto ardosiado. São compridas pois numa delas foi encontrado um esqueleto de um adulto na posição de costas e membros estendidos. Este esqueleto foi minuciosamente estudado pelo saudoso amigo Dr. Alfredo Athayde ⁽¹⁵⁾.

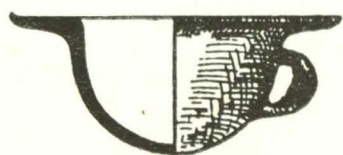
⁽¹¹⁾ Mario Cardozo, *op. cit.*, p. 65-87.

⁽¹²⁾ A. Athayde e C. Teixeira, «A necrópole e o esqueleto de S. Paio de Antas e o problema dos vasos de largo bordo horizontal», *Congresso do Mundo Português*, vol. I, Lisboa, 1940.

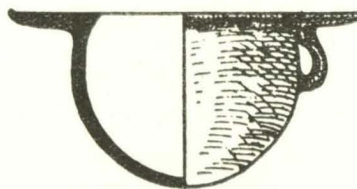
⁽¹³⁾ Mario Cardozo, *op. cit.*, p. 71-72.

⁽¹⁴⁾ A. Athayde e C. Teixeira, *op. cit.*

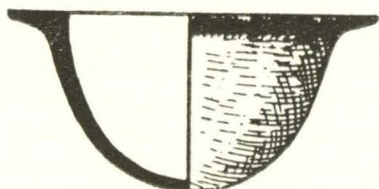
⁽¹⁵⁾ Idem, *ibidem*.



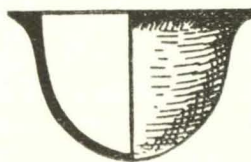
1



2



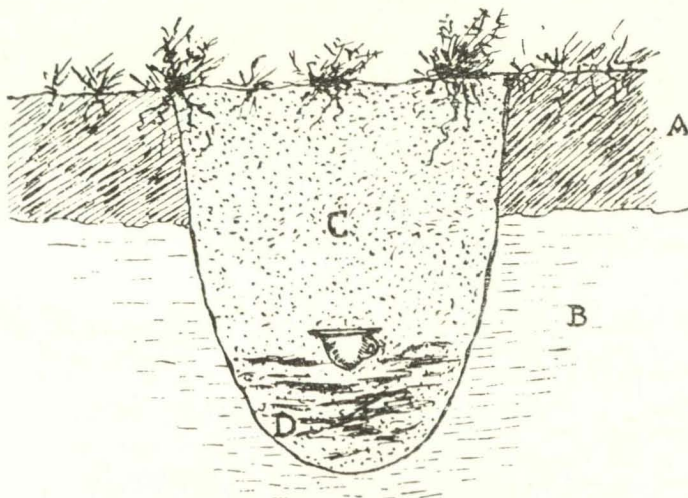
3



4



5



6

Fig. 3. 1-5 - Vários tipos de perfis de vasos de aba. 6 - Tipo de sepultura de Caldelas (segundo Mário Cardozo)

IV. TIPOLOGIA E DESCRIÇÃO GERAL DOS VASOS

Os vasos até agora encontrados apresentam, pelo menos, 6 tipos distintos quanto ao perfil:

- a) fundo ovoide, bordo horizontal e pequena asa à direita;
- b) fundo ovoide horizontal curto, sem asa;
- c) tipo copo com bordo saliente inclinado para baixo;
- d) corpo ovoide, fundo plano, bordo largo com asa;
- e) corpo ovoide ou semi-ovoide, fundo plano, bordo largo, sem asa;
- f) corpo ovoide, sem asa e aba incompleta.

Duma maneira geral a pasta dos vasos que observamos é de cor ocre ou castanho-avermelhada. Alguns apresentam uma cor anegrada. O barro é mal cosido, grosseiro e micáceo, modelado à mão sem o auxílio da roda de oleiro ou qualquer outro processo mecânico.

Geralmente todos estes vasos, como aliás os seus congêneres pré-históricos, estão queimados desigualmente por uma questão de má cosedura e exposição nos rudimentares fornos de então ⁽¹⁶⁾.

A ornamentação da aba destes vasos, naqueles que a têm ornamentada, é variada e apresenta as técnicas incisa e pontilhada. O vaso do Museu de Viana do Castelo apresenta também o bojo ornamentado com a técnica pontilhada.

Os motivos ornamentais, como se pode ver nas figuras apresentadas nesta nota, vão desde o desenho em espinha, círculos concêntricos incisos ou pontilhados atravessados por bandas incisadas ou pontilhadas, série de trapézios com incisões oblíquas interrompidas por cordões em relevo em número de quatro em cruz, cordões em número de oito que separam espaços preenchidos com círculos concêntricos incisos ou tracejados paralelos, barras paralelas que alternam com barras verticais, ornamentação em falsa folha de acácia com desenhos feitos a punção elíptico, etc., etc.

(16) O. da Veiga Ferreira, «Algumas descobertas importantes da pré e proto-história portuguesas nos últimos anos», *Revista de Guimarães*, vol. LXXIII, Guimarães, 1963.

A ornamentação do bojo do vaso de Vila Fria, que, como se disse, se encontra no Museu de Viana do Castelo, merece um pouco mais de atenção pois a sua técnica de pontilhado é para nós o motivo desta nota e o ponto de partida para uma possível cronologia destes vasos estranhos. Abaixo do bordo existem três faixas paralelas separadas por quatro caneluras. Estas três faixas são ornamentadas com traços oblíquos e mais ou menos paralelos com a técnica do pontilhado da cultura do vaso campaniforme.

V. CONSIDERAÇÕES

SOBRE A POSSÍVEL CRONOLOGIA DOS VASOS

Sem desrespeitar as opiniões dos investigadores que antes de nós abordaram o problema dos vasos de largo bordo horizontal ou de chapéu invertido, muito pelo contrário, pois quase todos estão de acordo em colocar a idade destes vasos num Neo-eneolítico, julgámos de nosso dever expor, lealmente, a nossa hipótese de trabalho tentando demonstrá-la com os elementos que conhecemos sobre a técnica da cerâmica pontilhada da época campaniforme.

É evidente que os vasos minhotos, de que estamos tratando, não serão da cultura do vaso campaniforme, pois apresentam elementos mais arcaizantes, como a forma ovoide e a pasta do barro que os aproxima muito dos vasos ovóides ou globulares de Sesimbra e da Senhora da Luz com ornamentação em falsa folha de acácia e asas perfuradas verticalmente com botões cónicos ou globulares ⁽¹⁷⁾ mas, o bordo largo, a sua ornamentação e concavidade, a inclinação para o interior lembram a concepção dos bordos das taças de «tipo Palmela». As caneluras que separam as faixas ornamentadas a pontilhado do vaso de Vila Fria são, sem dúvida, as dos vasos com caneluras no bordo dos níveis pré-campani-

(17) O. da Veiga Ferreira, «Acerca dos vasos globulares, com asas perfuradas e ornamentação em falsa folha de acácia», Comunicação apresentada às *I Jornadas Arqueológicas da A. A. P.* de Homenagem a Afonso do Paço. *Actas das I Jornadas Arqueológicas*, Vol. I, Lisboa, 1970.

formas de Vila Nova de S. Pedro ⁽¹⁸⁾, do monumento megalítico das Conchadas ⁽¹⁹⁾, etc.

Parece-nos pois que estes vasos apresentam uma mescla de culturas, de reminiscências arcaicas ou de influências litorais do sul.

O vaso de Vila Fria ostenta, sem dúvida, a ornamentação e a técnica do pontilhado dos vasos da cultura do vaso campaniforme. Outros apresentam na ornamentação da aba a mesma técnica. Em nosso entender poderemos estar em presença de vasos que pertencem a um período que poderá estar muito próximo do da cultura do vaso campaniforme português que abarca, em especial, as penínsulas de Lisboa e de Setúbal com possíveis ramificações no vale do Mondego.

Parece-nos poder pôr a hipótese de que estes vasos do litoral minhoto serão a réplica nortenha, em cronologia, dos vasos da cultura do vaso campaniforme.

Outra circunstância é muito interessante nas jazidas conhecidas destes vasos: primeiro, os covachos de Caldelas que lembram as sepulturas campaniformes da região de Carmona com cultura campaniforme do litoral mediterrânico ⁽²⁰⁾. Segundo, as sepulturas trapezoidais com um único esqueleto, isto é, individuais, que lembram as por nós encontradas há bem pouco tempo na Lapa do Bugio (Azoia), numa necrópole da cultura do vaso campaniforme com vaso do tipo Palmela ⁽²¹⁾.

O estudo do único esqueleto encontrado até agora, e que acompanhava este tipo de vasos de largo bordo horizontal, parece também aproximar esta cultura da do vaso campaniforme, pois, Alfredo de Athayde

⁽¹⁸⁾ Vidé bibliografia de A. do Paço sobre a póvoa eneolítica de Vila Nova de S. Pedro.

⁽¹⁹⁾ Vera Leisner e O. da Veiga Ferreira, «Monumentos megalíticos de Trigaches e A-da-Beja», *Com. Serv. Geol. de Portugal*, vol. XLV, Lisboa, 1961.

⁽²⁰⁾ Alberto del Castillo, «La cultura del vaso campaniforme», Barcelona, 1928.

O. da Veiga Ferreira, «La culture du vase campaniforme au Portugal». Tese de Doutoramento, *Mem. Serv. Geol. de Portugal*, n.º 12, Lisboa, 1966.

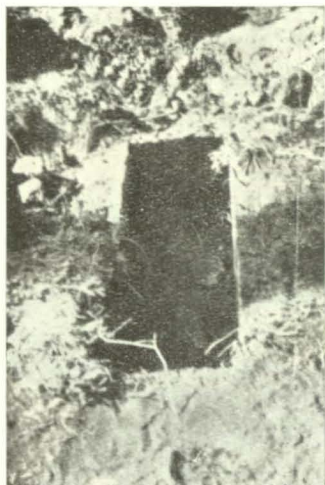
⁽²¹⁾ Necrópole em estudo. Escavações de Rafael Monteiro, G. Zbyszewski e Veiga Ferreira.

Rafael Monteiro, Georges Zbyszewski e Octávio da Veiga Ferreira, «Nota preliminar sobre as últimas escavações na Lapa do Bugio (Azoia). Com. ao II Congresso Nacional de Arqueologia em Coimbra, 1970.

compara o esqueleto de S. Paio de Antas com os da gruta da Cesareda, os das grutas de Cascais e os da gruta dos Refugidos. Ora sabe-se que Xavier da Cunha considera os tipos humanos de Cascais do mesmo grupo dos de Palmela e de Carenque que como se sabe são da cultura do vaso campaniforme ⁽²²⁾.

É bem claro que sem o achado doutros elementos que acompanhem estes vasos de largo bordo horizontal nada poderá ser concreto quanto à sua cronologia. Parece-nos, no entanto, que as nossas considerações sobre a sua ornamentação e a possível aproximação com os vasos da cultura do vaso campaniforme não será muito descabida, nem considerada disparatada.

(22) A. Xavier da Cunha, «Contribuição para a antropologia dos povos da cultura campaniforme em Portugal - contribuição para o estudo da antropologia portuguesa», vol. VI, fasc. 5, Coimbra, 1956.



Tipos de sepultura de S. Paio de Antas
(Segundo C. Teixeira)

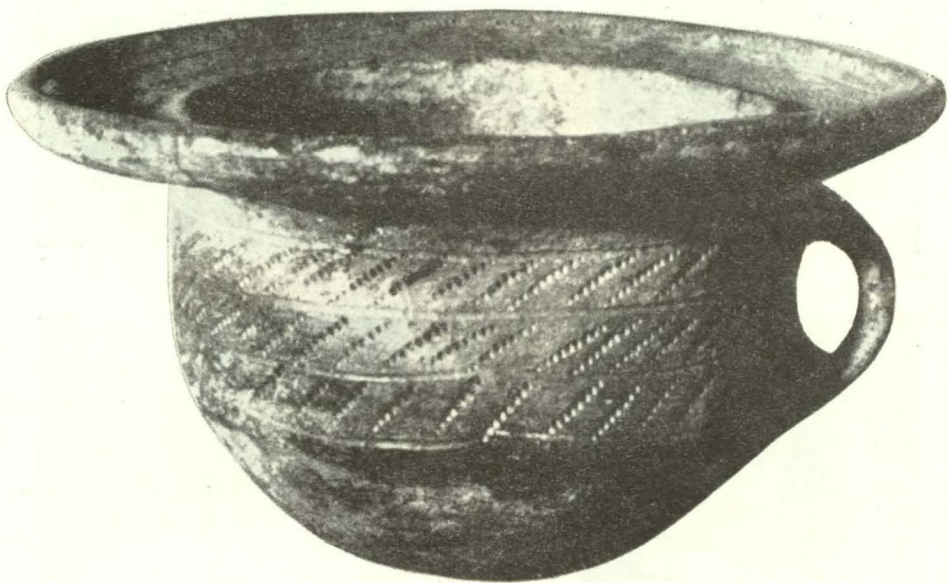


Fig. 1 - O vaso de Vila Fria, no Museu de Viana do Castelo
(Com a autorização do Director, Dr. Leandro Quintas Neves)

UMA VISITAÇÃO DO ARCEBISPO DE LISBOA,
D. JOÃO ESTEVES DE AZAMBUJA,
EM 1402

pelo sócio efectivo

Isaías da Rosa Pereira

D. João Esteves de Azambuja era natural da vila de Azambuja e descendente de uma família de flamengos. Parece que já em 1389 era bispo eleito. Foi sucessivamente bispo de Silves, do Porto e de Coimbra e arcebispo de Lisboa de 1402 a 1415 ⁽¹⁾.

Foi encarregado de várias missões por D. João I, certamente pela sua cultura e tacto político. Entre elas a de embaixador ao concílio de Pisa em 1409, de onde saiu cardeal do Papa João XXIII. Não deve ter regressado à diocese porque faleceu em Bruges a 22 de Janeiro de 1415 ⁽²⁾.

A pouco e pouco se vai descobrindo a sua actividade como arcebispo e hoje podemos revelar uma visita pastoral feita por este Prelado à igreja de Santa Maria de Marvila de Santarém, em 2 de Dezembro de 1402, portanto logo no início do seu governo em Lisboa.

Melhor se verá ainda a sua actuação de Prelado quando estu-

⁽¹⁾ Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Porto, 1967, nova edição, vol. I, pp. 502- 512, 515, 518.

⁽²⁾ Idem, *ibidem*, pp. 484-485.

darmos as constituições sinodais de Lisboa, publicadas em 1403, de que recentemente encontrámos uma cópia datada de 1404 ⁽³⁾.

O documento que adiante publicamos pertenceu à Colegiada de Nossa Senhora de Marvila de Santarém e encontra-se na Torre do Tombo (C. 25, E. 20, P. 3-4, cx. 2 (72), maço 1, n.º 1). Consta de um fólio de pergaminho razoavelmente conservado.

A visitação consta de 14 capítulos, que numerámos, e de que damos um sumário.

- I - Refere-se ao preceito dominical e à recitação das horas canónicas pelos clérigos. A igreja de Santa Maria de Marvila tinha um vigário, que estava ausente, mas o arcebispo cometera a cura de almas ao beneficiado Filipe Lourenço. A ele, portanto, é recomendado que admoeste os fregueses para irem à missa nos domingos e festas. Uma das razões desta obrigação dos fiéis consistia na necessidade de ouvirem nesses dias a explicação da doutrina. O ofício divino não era rezado com a devida compostura. Daí para o futuro os beneficiados estariam aos ofícios com sobrepeliz vestida, e durante a oração não deveriam falar, nem murmurar e muito menos discutir sobre assuntos profanos.
- II - Ensino da doutrina cristã. Este consistia principalmente em aprender fórmulas de oração, embora comportasse também algum comentário feito pelos sacerdotes. Na missa, depois da confissão geral, o cura devia ensinar o *Pater noster* e a *Ave Maria* de modo que os fiéis pudessem aprender estas orações. O texto era em latim. Mas logo a seguir vinha o *Credo* e este seria em «linguagem» para que os fiéis não só conhecessem os artigos de fé mas os entendessem e vivessem. E o arcebispo dá um texto em português, sinal de que

(3) Isaiás da Rosa Pereira, *Visitações de Santiago de Obidos*, in «Lusitania Sacra», t. VIII (1970), p. 103-105.

anteriormente não existia na Diocese. É provavelmente o mais antigo texto do *Credo* em português.

- III - Ensino mais intensivo no Advento e Quaresma. Nos domingos do Advento e Quaresma, além das orações já referidas, o cura ensinaria e explicaria os dez mandamentos da lei de Deus, as sete obras de misericórdia (fala apenas nas chamadas obras de misericórdia corporais, não se referindo às sete espirituais), os sete sacramentos e os sete pecados mortais. Esta pregação juntamente com todos os outros actos litúrgicos dão-nos a ideia da extensão da missa nesta época. Talvez uma das razões por que os fiéis nem sempre tinham desejo de assistir ...
- IV - Mas o clero não era muito culto. Para obviar a improvisações, o arcebispo determina que todas estas orações e fórmulas sejam escritas num caderno para as saberem e poderem ensinar «mais compridamente».
- V - Baptismo das crianças. Devia ser conferido dentro de oito dias a partir do nascimento. Só podiam ser recebidos um padrinho e uma madrinha. Estas prescrições ainda hoje permanecem no direito como ideal, mas são muito anteriores ao século XV. Anteriormente, no século XIII, era permitido aceitar três padrinhos, dois do sexo do neófito e um de outro sexo.
- VI - O cura fazia um rol dos fregueses «que forem em idade de discreção» e admoestaria a todos, a partir da Epifania, para se confessarem até ao 1.º domingo da Quaresma. A confissão, portanto, era condição necessária para passar a Quaresma a fazer obras boas e meritórias. Várias vezes se repete esta prescrição durante o século XV ⁽⁴⁾. A comunhão devia receber-se no dia de Páscoa ou na Quinta Feira Santa. Neste

⁽⁴⁾ Cf. *Visitações de Santiago de Obidos*, in «Lusitania Sacra», t. VIII (1970), pp. 107-221 passim.

último dia não se celebrava senão uma missa à qual todos os beneficiados comungariam.

VII - O cura visitaria os doentes logo que tivesse conhecimento da sua enfermidade, procurando que se preparassem para os sacramentos da confissão e comunhão, e eventualmente a unção. Os que morressem recusando receber os sacramentos, não tinham enterro em terra santa (igreja ou cemitério, que era nessa época o adro).

VIII - Disciplina do casamento. A luta contra os casamentos clandestinos vinha de longe. Por isso o casamento só era legítimo sendo feito «em face da igreja», isto é, à porta da igreja e em presença de testemunhas. Celebrado noutro lugar dava lugar a uma excomunhão e respectiva penitência para ser dela absolvido.

IX - O prioste era o encarregado de administrar os bens das igrejas. Seria eleito anualmente de entre os beneficiados, sem haver escusa. Competia-lhe administrar os bens e distribuir os rendimentos (que eram o fruto do benefício) pelos beneficiados. O cargo não era fácil, trazia incómodos com os rendeiros e até com os próprios beneficiados, por isso se impõe a obrigação de aceitar a eleição.

X - Para que os bens da igreja não se perdessem e fossem devidamente demarcados seriam inscritos num rol ou tombo. O tombo que o arcebispo manda fazer devia conter também o nome dos doadores ou legatários, o nome dos rendeiros e o montante do foro ou renda. Conhecemos vários tombos, alguns de Santarém, que oportunamente se publicarão.

XI - Cada igreja tinha um livro de aniversários que era o rol das missas a celebrar por alma dos benfeitores. Este rol devia ser examinado pelo cura antes da missa dominical para anunciar aos fregueses os aniversários que caíam na semana seguinte.

XII - Os benefícios eram muitas vezes possuídos não para servir as igrejas mas para receber os rendimentos. Foi

o grande problema desta época que tantos dissabores trouxe à Igreja. Em 1402 a igreja de Santa Maria de Marvila tinha nada menos do que cinco beneficiados ausentes: Afonso Peres de Arruda, Gonçalo Fernandes, Estevão Peres que era prior de Santo André de Lisboa (acumulava dois benefícios!), João Vicente, filho de Vicente Martins, e Antão Domingues. Se estes não viessem fazer residência pessoal dentro de seis meses, o arcebispo privá-los-ia do benefício. E aos ausentes deixava de ser atribuída a razão benefical.

XIII - Para se saber quem estava presente aos ofícios e tinha, por isso, direito de receber os frutos da prebenda, as colegiadas tinham um apontador. Mas esta igreja não o tinha, o arcebispo nomeia para o cargo o beneficiado Estêvão Anes.

XIV - Nos primeiros domingos de cada mês, depois da hora canónica de *Prima*, os beneficiados e outros clérigos deviam juntar-se para ouvir ler esta carta de visitação a fim de cumprirem o que nela se estabelece.

As prescrições mais leveantes desta visitação são as relativas ao ensino da doutrina cristã. O ensino era feito sobretudo à base de fórmulas, mas os sacerdotes iam fazendo explicações consoante a sua reduzida cultura o permitia. O arcebispo manda escrever as fórmulas num livro para que eles não as deturpassem, tão pouca confiança tinha na ciência deles. Estes livrinhos seriam hoje preciosos, mas não é provável que tenham resistido às vicissitudes do tempo.

Tem particular interesse a tradução do *Credo* que o arcebispo mandou escrever na própria visitação, sinal de que não existia em qualquer livro acessível aos beneficiados.

E todas as outras determinações têm importância para o estudo da vida social do clero no início do século XV.

O interesse filológico do texto é igualmente valioso. Os especialistas dirão.

VISITAÇÃO DA IGREJA DE SANTA MARIA DE MARVILA DE SANTARÉM EM 1402

Johane per meçee de Deus e da Santa Igreja de Roma, enllecto, confirmado em arcebispo de Lixboa, a vós Philippe Lourenço que per nosso mandado teendes o rrigimento e cura em essa igreja de Santa Maria de Marvilla emquanto em ella nom stever o vigairo, saude em Jhesu Christo que de todos he verdadeira ssaude.

1. Sabede que visitando nós essa igreja achamos que compria sseerem rrequiridos todos os fregueses della que aos domingos e festas venham ouvir as missas do dia do domingo ou festa que for e de sseerem enssinados em aquellas cousas que ssom theudos de ssaber pera sua salvaçom e de outrossy vós e os outros beneficiados dessa igreja emmendardes e fazerdes algũas cousas que devedes e ssodes theudos de emmendar e fazer por serviço de Deus e bõo rrigimento della trabalhando vos em tal guisa como per vós e per os outros beneficiados dessa igreja fossem bem e honestamente rrezadas as horas e ditas as missas nom falando nem murmurando nem contendendo ssobre outra cousa. Porem vos mandamos que o façades assy fazer e que vós e outros que as rrezardes tenhades ssobrepelizas vistidas e que nom sseja contado por presente qualquer que a nom tener vestida nem aja parte do que sse mereçer nas horas e missas em que a nom vistir.

2. Item mandamos a vós sobre dito Philippe Lourenço ou ao outro qualquer que depós vós em essa igreja tener encarrego e cura della que rrequirades e amoestedes os fregueses dessa igreja que guardem os domingos e festas como ssom theudos e que venham em ellas a essa igreja ouvir as missas do domingo e festas ensinando-os que stem a ellas e as ouçam devotamente e em fim da confissom geeral que acustumades de fazer aos domingos dizede lhes o Pater noster e Ave Maria em tal guisa que o ouçam e possam aprender. E por ssaberem os artigos da fé como ssom theudos dizede lhe outrossy o *Credo in Deum* per linguagem em sta guisa:

Creo em Deus Padre todo poderoso criador dos
ceos e da terra, e em Jhesu Christo sseu filho hũu
sso Nosso Senhor que concebido he do Spiritu Santo
e naço de Maria Virgem padeço ssoo poder de
Pilatos e croçificado morto e ssoterrado deço aos
infernos donde tirou os Santos Padres que em elles
jaziam e ao terceiro dia rresurgio nom mortal sobio
aos ceos ssee à destra de Deus Padre donde há de
viir ao dia de juizo julgar os vivos e os mortos,
creo no Spiritu Santo, a Santa Igreja Catholica, e
participaçom dos Santos, e rrimiimento de todos
os pecados, e a rresurreccom da carne e a vida
perduravel.

3. Outrossy vos mandamos que em nos domingos da
Coreesma e Avento lhes digades e ensinedes depois da dita
confissom os .X. preçptos da ley que devem guardar e as
.VII. obras de misericordia que am de cumprir e os sacra-
mentos da Igreja que am de rreçeber e .VII. pecados mor-
taaes pera sse delles poderem guardar e os confessar sse em
elles cairom.

4. E por estas cousas melhor ssaberdes e as poder
ensinar, mandamos que as façades screver em hũu caderno
pera el as ssaberdes e poderdes ensinar mais compridamente.

5. Item vos mandamos que rrequirades e amoestedes os
fregueses dessa igreja que do dia que lhe naçerem sseus filhos
ataa .VIII°. dias os tragam a baptizar a essa igreja e que lhe
nom rreçebades mais que hũu padrinho e hũua madrinha, nem
consentades que outro nenhũu clerigo lhe em essa igreja
mais rreçeba.

6. Item vos mandamos que tenhades os fregueses dessa
igreja scriptos que forem em idade de discreçom que sse
devam confessar e que depois da festa da Epiphania requira-
des e amoestedes todos que sse confessem a vós ou a outro
que poder aja de os ouvir e que esto façades teendo maneira
de os mover e enduzer a elo em tal guisa que todos sejam

confessados ataa o primeiro domingo da Coreesma pera em ella fazerem peendencia de sseus pecados. E sse algũus sse nom confessarem ataa o dito dia vós dhi adeante lançade os fora da igreja e nom os rreçebades em ella ataa que ssejam confessados e vos façam delo çerto. E os que assy forem confessados e fizerem peendencia rrequeredes os que rreçebam a comunhom em dia de Pascoa ou em Quinta Feira de Lava Pés o qual dia mandade guardar de toda obra e que venham todos ouvir a missa do dia e estar ao offiçio della e rreçebam a dita comunhom, em o qual dia nom conssentades de see dizer em essa igreja outra missa. E mandamos outrossy que os outros clerigos beneficiados dhi rreçebam a comunhom em a missa do dia com os outros e os que a assy nom quiserem fazer nom ajam parte das offertas que a essa igreja no dito dia veerem ataa primeira ssegunda feira depós Pascoa.

7. Item mandamos que como ssouberdes que algũus dos fregueses dessa igreja he enfermo ou sse ssente que o vaades veer e o rrequirades que sse confesse e sse virdes que he em tal disposiçom que o queira Deus levar deste mundo que lhe digades que rreçeba o santo sacramento da comunhom e a prostumeira unçom. E qualquer dos fregueses da dita igreja que assy per vós for rrequirido que rreçeba os ditos ssacramentos e os nom rreçeber e morrer ssem elles nom conssentades que seja ssoterrado na dita igreja nem em no cimiterio dela nem rreçebades nenhũuas offertas que vos por el ssejam dadas.

8. Item vos mandamos que amoestedes os ditos fregueses que daqui adeante quiserem casar que casem em face da igreja e que vós os que em outra parte casarem que os squivedes da igreja e nom conssentades que entrem nem stem em ella ouvindo missas nem outros offiçios ataa que per dous ou tres domingos vós enquirades e saybades sse há hi tal embargo per que nom devam de casar e sse o hi ouver vós mandade os squivar e fazedo nolo logo ssaber pera a ello tornarmos como for dereito. E nom avendo hi embargo vós dade

lhes peendenza por assy casarem fora da igreja e rreçebede os e fazede lhes suas beenções segundo he de custume.

9. Outrossy mandamos a vós e aos outros beneficiados que em cada hũu anno façades prioste que rrequeira e rreçeba os bẽes e rrendas da dita igreja e os parta antre vós ssegundo deve e que cada hũu de vós ssegundo for beneficiado primeiro assi sseja prioste e aja por sseu trabalho aquilo que sse acostumou de dar na dita igreja aos que priostes forem. E seeja theudo de dar conto do que assi rreçeber ou per sua negligencia ficar por rreçeber ataa hũu mes depois da festa de Sam Joham. E recusando cada hũu de vós de sseer prioste no anno que lhe acaeçer ssegundo a dita hordem ou de dar conta e entregua do que a cada hũu de vós acaeçer que ssejam passados os ditos sospeso da entrada da igreja e nom sseja contado nem aja parte das rrendas e cousas que sse antre vós partirem ataa que per nós sseja rrestituido e aja logar de entrar na dita igreja.

10. Item vos mandamos que façades fazer hũu livro de tonbo sse o em a essa igreja nom ouver em que sseja contheudo todos os bẽes e herdades que essa igreja há e os nomes daquelles que lhes derom e leixarom e dos que os agora tragem aforados ou arrendados e quanto ham de pagar por ellas.

11. Outrossy vos mandamos que em no domingo ante da missa vejades os livros dos aniverssairos e saybades per el por quaees os avedes de fazer em a ssomana siguinte e que façades que a quem ouver de dizer a missa do dia depois da offerta os nomes e diga em quaees dias dessa ssomana ham de sseer fectos os aniversairos e que encomendem suas almas a Deus e que venham os que quiserem ouvir as missas e horas que sse por suas almas am de dizer.

12. Item porquanto achamos que dessa igreja eram absentes Affonso Perez d Arruda, e Gonçalo Fernandez, e Stevam Perez priol de Santo André de Lixboa, e Joham Vicente filho de Vicente Martinz, e Antom Dominguez, e que faziam hi grande miinga (?), porem per esta presente carta amoestamos per conseguinte (?) todos os ssobreditos e cada hũu delles

que da dada della ataa . VI . meses venham fazer e façam rresidência perssoalmente na dita igreja sso pena de sseerem per nós privados dos benefícios que em ella ham e teem. E mandamos outrossy que nom façades rraçom aos ssobre ditos ausentes nem aos outros que nom servirem nem forem presentes aas horas e missas ssalvo se vos ssobrelo mostrarem per carta nossa que lhâ mandamos fazer. E sse vos motra-rem cartas ou privilegios dados per outrem vós dize de lhes que os mostrem a nós e ajam ssobre ello nosso rrecado e doutra guisa nom dedes nem mandedes dar nenhũa das cousas que averiam servindo em sseus benefícios.

13. Item mandamos que Stevam Annes capelam que ora serve na dita igreja que screva os que aos aniverssarios e matinas e outras horas e missas do dia forem presentes e averem sua parte do que per rrazom dos ditos aniversairos e das outras oras a que estiverem ouverem daver ssegundo a constituçom do consatis, a qual mandamos que sse guarde compridamênte em esto.

14. Item mandamos a vós ssobre dito Philippe Lourenço e a outro qualquer que depós vós tener encarrego da cura da dita igreja que em cada hũu dos primeiros domingos do mes depois que a Prima for rrezada (...) que leades esta carta antre vós e os outros beneficiados e clerigos que presentes steverem pera ssaberdes e comprirdes vós e os outros a que perteeçe as cousa em ella contheudas e as ssobre ditas cousas e cada hũa delas vos mandamos em vertude dobedença a que façades e comprades e so pena de pagardes mil libras pera (?) fabrica (?) da igreja cathedral de Lixboa e vo lo nós stranharemos como aqueles que nom obedeeçem aos mandados de seu prelado.

Dante en no dito logar de Santarem, . II . dias de dezembro era da encarnaçom do Salvador de mil e IIII.c e dous annos.

(Arquivo Nacional da Torre do Tombo - C. 25, E. 20, P. 3-4, Cx. 2 (72), maço 1, n.º 1).

HUESOS LABRADOS EN EL PALEOLÍTICO ANTÍGUO Y MÉDIO DE PORTUGAL

pelos sócios efectivos

I. Barandiarán

e

O. da Veiga Ferreira

I. INTRODUCCIÓN

LA reciente tipología prehistórica viene dedicando especialmente su atención a los ajuares líticos del Paleolítico Inferior-Médio (asi los ensayos de F. BORDES, J. TIXIER y L. BALOUT) y superior (D. DE SONNEVILLE-BORDES, J. PERROT, ESCALON DE FONTON, H. DE LUMLEY, J. TIXIER, G. LAPLACE, A. LEROI-GOURHAN, etc.). Mucho menos estructurados se hallan los conjuntos instrumentales realizados en cuerno e hueso en el Paleolítico Superior; en tanto que los «utensílios» trabajados en esas mismas materias óseas en el Médio e Inferior sólo han sido atendidos parcial y esporadicamente.

Sin embargo, parece lógico suponer que en el hueso, cuerno, marfil, concha y madera hallasen los hombres del Cuaternário prewürmiese abundante y adecuada matéria prima para su tecno-

logia instrumental, como hoy se observa en algunos de los más primitivos grupos humanos del Extremo Oriente: así la casi exclusiva utilización de la madera por los Orang-Semang de Malaca o los Aunta de Australia. Pero hay que reconocer que, por tratarse de materiales orgánicos, son de muy precaria conservación. A su natural fragilidad se une la actuación de factores químicos del medio estratigráfico en que se incluyan, y de muy diversos seres vivos que atacan las sustancias óseas (toda suerte de bacterias, algunos vegetales y larvas; la mordedura de roedores y carnívoros; y hasta los aplastamientos y remociones por grandes vertebrados cavernícolas o por pequeños fosores). Estos factores de destrucción han sido adecuadamente descritos por H. HENRI-MARTIN (1925), H. BREUIL (1938, sobre todo páginas 57 a 60), H. BREUIL & R. LANTIER (1959, especialmente páginas 38 a 42), PEI-WAN-CHANG (1938), y LEROI-GOURHAN (1953).

Por ello es sumamente raro el halazgo de vestigios de aquella indudable especialización tecnológica. Y, en buen número de casos, resulta difícil la determinación de los modos intencionados de labrado y acomodación: aunque por la aplicación de técnicas de observación macroscópica e de criterios de acumulación y porcentaje sería posible señalar si no una fabricación intencionada al menos la recogida, almacenamiento y utilización de muchos huesos que naturalmente ofrecen una forma adecuada para el desarrollo de diversas funciones instrumentales.

El objetivo primero de toda tipología es determinar en un objeto un trabajo o tecnología humana; es decir, llegar a la distinción entre los «instrumentos» naturales y aquellos que han sido conscientemente acondicionados por el Hombre.

Los conocimientos sobre este interesante capítulo de la Historia de las Técnicas Primitivas han ido acumulándose lentamente. Hace un siglo F. GARRIGOU (1867, p. 338 a 347) había mostrado su extrañeza ante la elevada proporción de esquirlas con aparentes huellas de recorte y aguzamiento contenidas en las acumulaciones faunísticas de la Cueva de La Vache.

A sus parciales observaciones pronto se incorporarían diversas notas de PH. SALMON, F. DALEAU, A. THIEULLEN, A. DE MORTILLET, E. PITTARD, L. GIRAUX y sobre todo, las del Dr. HENRI-MARTIN (1906),

G. CHAUVET (1910, sobre todo sus páginas 9 a 31) y G. G. MAC CURDY (1924, especialmente las páginas 138-139 del tomo I).

El hallazgo de diversos testimonios de la tecnología humana (piedras, fragmentos de cuerno y hueso tallados; señales de hogueras) asociados a los restos del *Pithecanthropus pekinensis* interesó especialmente H. BREUIL por las industrias óseas del Paleolítico Inferior; a él se deben las precisiones de mayor importancia sobre el tema. De su abundante producción seleccionamos con M. BOULE, E. LICENT e P. TEILHARD DE CHARDIN, «Le Paleolitique de la Chine», 1928, laminas XII, XIII y XIV; «La feu et l'industrie de pierre et d'os dans le gisement du Sinanthropus à Chou-kou-Tien», 1932, sobre todo páginas 1 a 17; «Bone and antler Industry of the Chou-kou-Tien Sinanthropus site», 1939; con L. BARRAL, «Bois de Cervidés et autres os travaillés sommairement au Paléolithique ancien du Vieux Monde et au Moustérien des grottes de Grimaldi et de l'Observatoire de Monaco», 1955, páginas 3 a 26 del tomo II y con R. LANTIER, «Les Hommes de la pierre ancienne», citado.

El estudio de los materiales óseos laborados de Makapansgat (Transvaal), Pin Hole Cave (Derbyshire, Gran Bretaña) y Fontéchevade (Charente, Francia) por R. A. DART, J. W. KITHING y HENRI-MARTIN ha supuesto también un notable progreso en el conocimiento de aquellas antiguas tecnologías y especialmente en la distinción entre las formas naturales de ruptura y mordido por animales) y las producidas por el Hombre. R. A. DART, (1949, 1955, 1957); R. A. DART, R. J. MASON y J. W. KITCHING (1958); J. M. KITCHING (1963, sobre todo páginas 19 a 25); G. HENRI-MARTIN (1957).

Recientemente se han redactado útiles visiones de síntesis del tema por E. AGUIRRE (1966) e I. BARANDIARAN (1967, 1969).

En líneas generales indicaremos algunos puntos de interés en la problemática de esas industrias óseas del Paleolítico Antiguo.

1. Es muy posible — y en ello insistió a menudo H. BREUIL — que la tecnología ósea deba remontarse a los estadios mismos de origen de cualquier otro tipo de tecnología e industria humanas.

2. Hoy se discute sobre los mecanismos de génesis y difusión de los elementos de la cultura material prehistórica. Acaso se puedan determinar como factores desencadenantes de esta tecnología de sustancias óseas en épocas remotas del Paleolítico Inferior: tanto la imitación de las técnicas de elaboración de los instrumentales lítico o de madera contemporáneos según H. BREUIL el hueso se trabajaría por percusión al modo de la piedra; y el cuerno se recoretaría y astillaría como la madera), como «la idea de volver contra el animal sus propias armas naturales (cuernos); idea acaso aún más antigua que la de tallar los guijarros» (H. BREUIL, 1932).

3. Han alcanzado los paleolitistas un alto grado de perspicacia para separar las formas naturales de aquellas otras acondicionadas intencionalmente. En 1877 ya Sir W. BODY DAWKINS había llegado a distinguir en el cúmulo de esquirlas óseas con formas aguzadas de los yacimientos ingleses de las Cuevas Robin Hood y Church Hole las que habían sido roídas por la hiena de las cavernas, de las alisadas y corroídas por infiltración en el suelo de ácido carbónico, y de las que fueron partidas y en ocasiones quemadas por el Hombre paleolítico.

A aquel ensayo, marcadamente intuitivo, han sucedido diversos trabajos metódicos de PEI WAN CHUNG, H. BREUIL y R. A. DART. Especial mención merecen los atinados estudios de revisión del zoólogo F. ED. KOPY.

En el Paleolítico Médio alpino venía manteniéndose — especialmente por E. BÄCHLER — una supuesta industria ósea representada por numerosas esquirlas aguzadas en que se pretendía ver un trabajo humano; a lo que se opuso KOPY argumentando con solidez los efectos del arrastre y aplastamiento un «charriage à sec») de las acumulaciones óseas de las cuevas por el *Ursus spelaeus*, y negando toda intervención humana en su aparente acondicionamiento.

De las abundantes publicaciones polémicas sobre el tema, seleccionamos de E. BÄCHLER (1921-23, 1928 e 1940, sobretodo láminas LXI a LXIV) y de F. ED. KOPY (1943).

Mas aun, en el momento presente se definen con cuidado los modos diversos y las sucesivas fases del trabajo de esas materias (por BREUIL, DART y KITCHING); y hasta se han reproducido experimentalmente algu-

nas de aquellas primitivas técnicas de elaboración con huesos gruesos de *Elephas* (obteniendo BIBERSON y E. AGUIRRE (1965) instrumentos semejantes a los hallados en las estaciones de Torralba y Ambrona, del Acheulense antiguo.

4. Por todo ello, aunque aún no se haya formulado una lista precisa y completa de tipos óseos del Paleolítico Inferior y Médio (como se ha hecho para los líticos), se vienen distinguiendo —y son aceptadas por la mayoría— diversas categorías instrumentales.

H. BREUIL ha señalado las siguientes: cuernos de ruminantes; puntas de cuernos de cérvidos y de defensas de *Elephas*; craneos o partes de craneos; mandíbulas de félidos y otros carnívoros; distintos huesos largos usados enteros como mazas o sólo sus esquirlas (que se tallan y aprovechan como puntas, cinceles, perforadores, etc.); huesos cortos de extremidades (articulaciones, falanges) como compresores o retocadores; lascas de huesos planos (omóplatos o pélvicos) trabajadas como raederas, rascadores o cuchillos; otras piezas diversas (así los discos vertebrales, en Chu-ku-Tien, como posibles proyectiles). Con un criterio primariamente funcionalista J. W. KITCHING describe instrumentos para raspar (mandíbulas de diversos carnívoros); instrumentos para hendir e machacar; para clavar o cavar cuchillos; instrumentos para despellejar; raederas; morteros; machacadores; tajos o yunques; paletas; copas! ...Por su parte. W. TAUTE ha establecido una tipología exhaustiva de las variedades del tipo «compresor» o «retocador» del Paleolítico Médio (H. BREUIL, 1938; J. W. KITCHING, 1963; W. TAUTE, 1965).

En un sentido general esos «tipos» óseos del Paleolítico Antiguo pueden agruparse en dos categorías:

- a) las formas óseas naturales (apuntadas, aplanadas y con cavidades) cuyos caracteres morfológicos se intensifican por recorte, aguzado, machacado;
- b) las esquirlas (de hueso, cuerno, marfil o concha) que reproducen —por retoque y facetado— los tipos líticos (bifaces, picos, raederas...) contemporáneos. A parte que darían las formas naturales que sin ningún tipo de acondicionamiento fueron empleadas: entre ellas se encuentra la mayoría de

las acumulaciones descritas por R. A. DART en el complejo osteodontocerático.

3. Mercede a esas precisiones cada día viene aumentando el número de vestigios de aquellas primitivas formas de tecnología ósea y haciéndose, a la vez, mas remotos sus testimonios seguros.

Son abundantes los yacimientos del Paleolítico Médio en que se han detectado: no los citaremos.

En el inferior podemos señalar útiles óseos en las estaciones com pitecantrópidos del Extremo Oriente (Ordos, Nihowan, Kotzetang, Chu-ku-Tien, Sjara-osso-gol), o en las anyatienses del Sudeste asiático (empleándose aquí a veces variedades de madera fóssil: en el Valle del Irrawaddi); los de los yacimientos europeos de Ambrona y Torralba (en España), Clacton-on-Sea (Gran Bretaña), Mauer (Alemania), y Cours, Fontéchevade, Terra Amata y Grotte du Lazaret (en Francia).

Mención especial merecen los antiquísimos testimonios que se vienen describiendo en estos últimos años: los de Bugiulesti (Rumania) en pleno Villafranquiense; los de la península de Taman (URSS) en un complejo de fauna del Plioceno Antiguo, de aspecto crome-riense; los descritos como «Cultura Osteodontocerática» por R. A. DART en Makapansgat (Transvaal), en el Villafranquense avanzado, com *Australopithecus prometheus*; sendo «instrumentos» de los Australopitécidos de Sterkfontein (Transvaal) y Olduvai Gorge (Tanganika) (en el nivel FLKNN 1); o un par de esquirlas con señales de acomodación procedentes de un nivel Oldowayense de Omo (Etiopía), de ya más de dos millones de años de antigüedad (C. S. NICOLAESCU-PLOPSOR y D. NICOLAESCU-PLOPSOR, 1963; K. VALOCH, 1968; R. A. DART, 1957; J. T. ROBINSON, 1959; J. CHAVILLON, 1970).

II. HISTORIOGRAFÍA DEL PALEOLÍTICO INFERIOR Y MÉDIO DE PORTUGAL

Los estudios en Portugal sobre el Paleolítico antiguo y médio comenzaron con CARLOS RIBEIRO, fundador y primer Director de los

Serviços Geológicos de Portugal, con J. F. NERY DELGADO y F. A. DE VASCONCELLOS PEREIRA CABRAL.

Al principio de este siglo, la investigación sobre el Paleolítico antiguo y médio adquirió grande incremento merced a los descubrimientos y trabajos de J. FONTES, V. CORREIA, A. A. MENDES CORRÊA, H. BREUIL, etc. Por los años 30 sobressalen las investigaciones de E. JALHAY, A. VIANA, R. DE SERPA PINTO, F. ALVES PEREIRA y A. DO PAÇO.

A partir de 1941, con la llegada a Portugal del gran prehistoriador H. BREUIL, se formó en torno suyo un importante equipo científico surgiendo trabajos de G. ZBYSZEWSKI, A. VIANA, M. VAULTIER, A. DO PAÇO y otros.

En los Serviços Geológicos, a partir de 1942 se comenzó a interessar en este tipo de investigaciones, surgiendo algunos jóvenes como CAMARATE FRANÇA e otros.

Por parte del Museu Etnológico de Belém, M. HELENO recogio, con sus auxiliares, abundante material del Paleolítico, en especial del antiguo.

Desde 1960, los Serviços Geológicos de Portugal han iniciado prospecciones en cuevas, con vistas al hallazgo de indústrias del Paleolítico médio (Columbeira, Bombarral), médio y superior (Salemas, Ponte de Lousa) (ZBYSZEWSKI, 1963; VEIGA FERREIRA, 1964).

Las estaciones del Paleolítico antiguo y médio en Portugal pueden ser divididas en: estaciones en terrazas marinas, (playas levantadas del litoral cuaternário) desde el Miño al Algarve y terrazas fluviales del interior; estaciones en cuevas y estaciones de superficie.

Muchos yacimientos son de superficie. Pero otros son en estratigrafía: yacimientos de Alpiarça, Benavente, Alcochete, etc., desde el Abbevillense al Mustierense; la cueva de Furninha, en Peniche con nivel del Mustierense, otro del Paleolítico superior y uno del Neo-Eneolítico; y por último la cueva da Columbeira, con vários niveles del Mustierense.

Es evidente que algunos cortes en playas levantadas han proporcionado vários niveles en estratigrafía (Peniche, Ericeira, Magoito, Guincho, Sines, Porto Covo, Vila Nova de Milfontes, etc.).

Los pozos de Mealhada tambien deran estratigrafía.

Por los estúdios efectuados en Portugal sobre el Cuaternário podemos afirmar que hube dos periodos mui importantes desde un

punto de vista climático: el clima de los tiempos glaciares y el clima de los tiempos interglaciares.

Durante el periodo glacial el centro y Norte de Europa estaban ocupados por los glaciares. El aire frío de esas regiones descendía hacia los países del Mediterráneo y hacia la Península Ibérica. Portugal se encontraba entonces en una zona húmeda. En la Sierra de la Estrella el límite climático de las nieves andaba por los 1650 m. El invierno, sobre el litoral del Norte de Portugal, debía ser comparable, durante el Wurm, al de Guarda de hoy que se sitúa a cerca de los 1000 m. de altitud.

El caudal de las corrientes de agua, debido a las grandes inundaciones, sería enorme de ahí la erosión terrible que aún hoy muestra bien su aspecto. En el verano los ríos transportaban mucha más agua que en invierno. Pudieramos comparar ese régimen del Cuaternario portugués con el de los caudales de agua actuales en Europa central.

En aquellos periodos glaciares, en el Norte de Portugal las cimas superiores a los 850 m. de altitud carecían de vegetación. Por el contrario, al Sur el límite climático de esas especies botánicas se hallaba cerca de los 1100 m. Fuera de esas zonas, en la cordillera central y en las regiones mesetarias existían como vegetación apenas pequeños arbustos o hierbas raquílicas. La flora arbórea estaba representada por: *Pinus sylvestris*, *Fagus sylvatica*, *Quercus robur*, *Taxus baecata*, *Ilex aquifolium*, *Betula verrucosa*, *Acer montana*, *Crateagus monogyna*, *Sorvus aucuparia*, *Cornus sanguinea*, *Corylus avelana*, *Pirus* sp., *Malus* sp.

En las épocas interglaciares el clima de Portugal debería ser muy parecido al de las regiones mediterráneas y norteafricanas: es decir, un poco más cálido que el actual. El país estaría cubierto por una apertada vegetación hasta en las zonas altas de la Sierra de la Estrella. En las regiones más bajas y cálidas las especies botánicas eran de tipo mediterráneo.

Se encontraban seguramente. *Quercus ilex*, *Pinus pinaster*, *laurus nobilis*, *Castanea sativa*, *Olea europaea*, *Vitis vinifera*, etc. La vegetación interglacial era, por tanto, muy semejante a la actual. Además de las especies señaladas hemos de citar un tipo de palmera, la *Chamaerops humilis* y *Adiantum reniforme*.

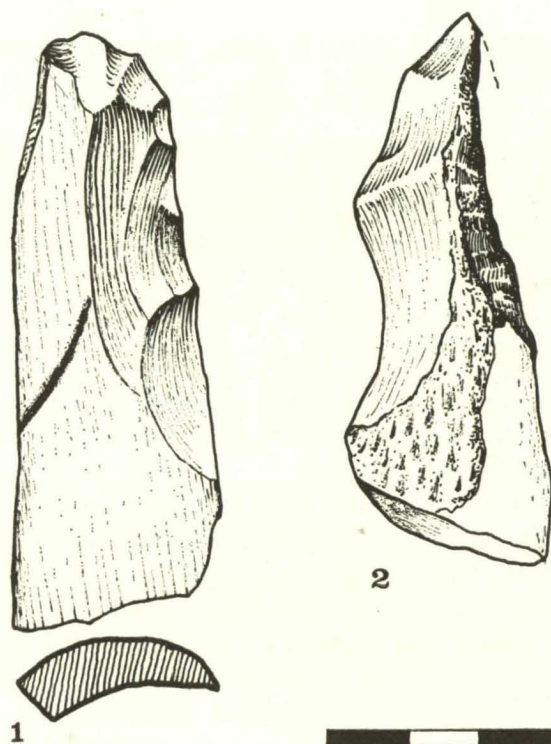


Fig. 1

La fauna interglaciaria incluía animales de clima mediterráneo y norteafricano, como *Dicerorhinus kirchbergensis*, *Paleoloxodon antiquus*, *Hippopotamus amphibius major*, *Bos primigenius*, *Cervus elaphus*, *Equus caballus*, *Sus scropha ferus*, etc.

III. LAS INDUSTRIAS ÓSEAS DEL PALEOLÍTICO ANTIGUO Y MÉDIO DE PORTUGAL

Yacimiento de Mealhada

El yacimiento de Mealhada (N. de Coimbra) es uno de los más interesantes de Portugal (J. FONTES, 1915-16; C. TEIXEIRA, 1944; O. DA VEIGA FERREIRA, 1964).

La serie estratigráfica média, observada con motivo de la apertura de pozos en el fondo aluvial del valle, es la siguiente:

- C. 6 - Tierras sueltas aluviales (aproximadamente 1 metro);
- C. 5 - Arenas y cantos rodados (1,50 m. a 1,80 m.);
- C. 4 - Arcilla gris (0,50 m.);
- C. 3 - Arcilla y arena fina (0,60 m.);
- C. 2 - Arcilla lignitosa con una intercalación de graveras, con huesos y *Helix* (0,50 m.);
- C. 1 - Arcilla lignitosa negruzca con vegetales, moluscos y huesos de mamíferos (espesor conocido: más de 2 metros).

Flora hallada: *Trapa bituberculata*, *Salix cinerea*, *Phragmites* sp.
Polenes de: *Pinus* (*P. sylvestris* e *P. cembra*), *Ericaceae* (*Rhododendron*), *Quercus*, *Salix*, *Betula*, *Ulmus*, etc.

Moluscos terrestres: *Limnaea palustris*, *Limnaea limosa*, *Limnaea peregra*, *Valvata piscinalis*, *Planorbis album*, *Cyclas* sp., *Unio* sp.

En ella se han recogido los huesos trabajados siguientes:

1. Un fragmento de diáfisis ósea con seguro retoque en el frente y a un lado al estilo de los tipos líticos (Figura 1.1.). Ese retoque se

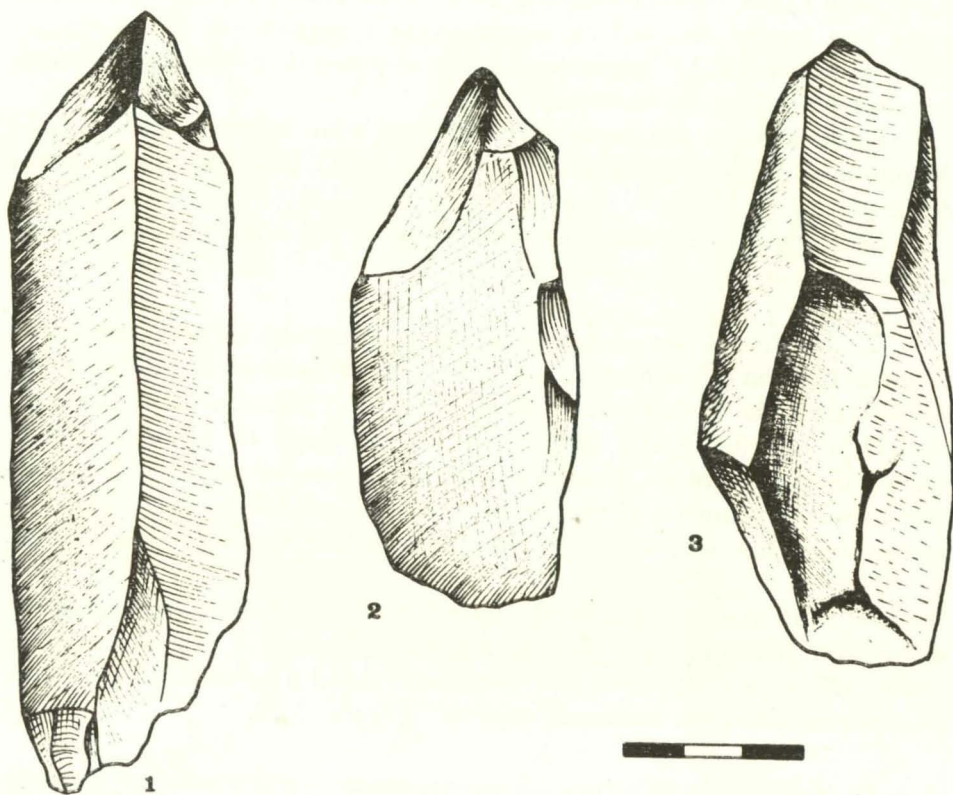


Fig. 2

extiende sobre la cara dorsal al modo escalariforme, con hasta tres series sucesivas de tallado en algun punto. Dicho retoque — simple de modo, y profundo de amplitud se encuentre sobre todo el costado derecho en orientación ligeramente obliqua, prolongandose, a modo de frente de raspador, en su extremidad distal. Asi, conforme a los criterios de G. LAPLACE (1968, especialmente p. 24 a 26 del tomo II), lo definiriamos como una suerte de raedera lateral recta + raspador.

Su cara ventral — correspondiendo al plano de percusión de aquellos retoques — es sensiblemente plana.

Posee además un corte realizado con uno instrumento burilado de punta ancha y sección más en U que en V, sobre la zona central de la pieza.

Se recogió — así como los objetos n.º 2 y 3 — en el Nivel (?) de Mealhada.

2. Un fragmento de esquirla ósea gruesa de sección triangular (Figura 1.2) ha perdido todo un lado y posiblemente se realizó sobre epífisis ósea de *Dicerorhinus kirchbergensis*. Conserva sobre su cara ventral o inferior huella de recortes o facetados de retoque. Puede sugerirse que completa, adoptaria este tipo forma de punta o pico triédrico tosco y pequeno: si poseyera — en lado perdido — los correspondientes retoques simétricos convergentes sobre la extremidad distal.

3. Una gruesa esquirla de hueso de *Dicerorhinus kirchbergensis* de sección triangularoide (sus relaciones de grosor y anchura son los comp. $127 \times 39 \times 21$ mm.) con una extremidad apuntada simplemente por golpes obliquos, bastante seguros (Figura 2.1).

4. Además de esas tres piezas reseñadas — trabajadas sin ninguna duda — hay en Mealhada otras catorce más de las que en média docena, aprovechando esquirlas de huesos gruesos de *Dicerorhinus kirchbergensis* se reproduce un tipo de astilla larga aguzada en su extremidad (Figura 2.2): aunque no tengamos seguridad en defender su trabajo seguro por parte del Hombre Paleolítico. La misma duda mantenemos ante una gruesa esquirla (Figura 2.3) y otras tres más de *Paleoloxodon* (grandes y bastante rodadas: las maiores miden 15,6 y 25 cm. de largo)

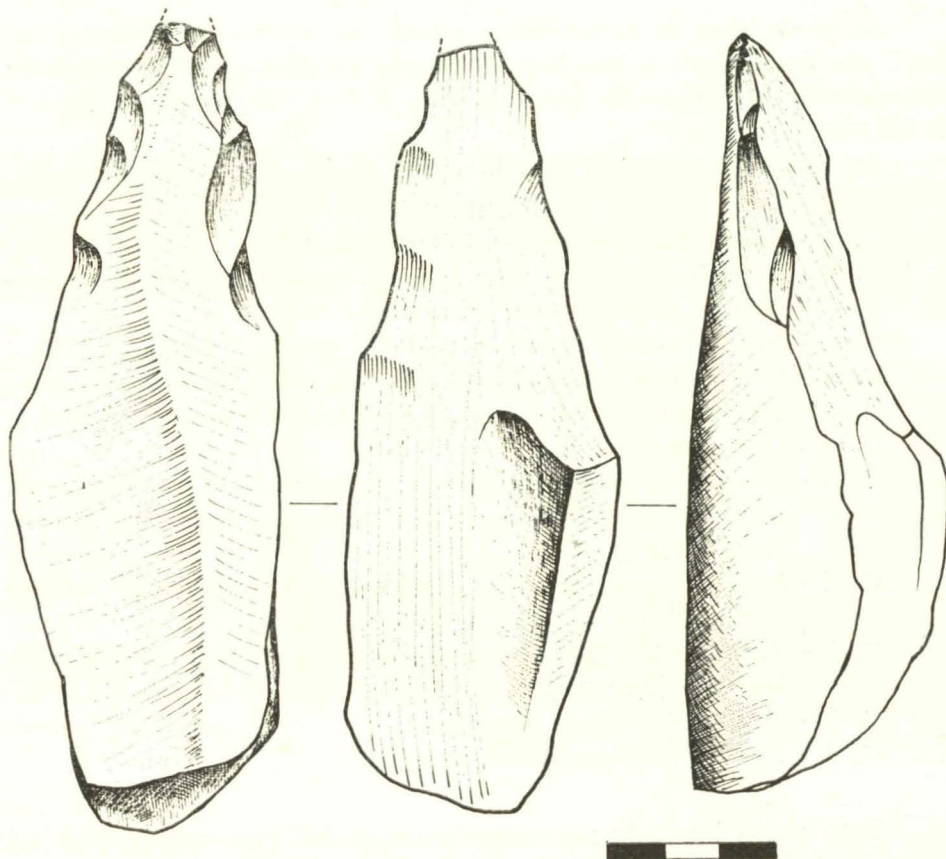


Fig. 3

que con inseguridad daríamos como acondicionadas intensionalmente. El resto puede estar aguzado casualmente.

Gruta Nova da Columbeira

La gruta Nova de Columbeira, situada en la vertiente septentrional del Valle Roto junto a Bombarral, es una cavidad cárstica que mide actualmente 20 metros de longitud, por 4 a 5 metros de anchura y 10 metros de altura.

Su secuencia estratigráfica, de arriba abajo, es la siguiente:

- C. 10 - Nivel estalagmítico (0,01 a 0,02 m.);
- C. 9 - Brecha marrón un poco arenosa con fragmentos de concreciones, calizas, fauna y carbones (0,04 m.);
- C. 8 - Nivel lenticular con concreciones calizas y fauna (0,10 m.);
- C. 7 - Complejo arcillo-arenoso, gris marrón, con fragmentos de concreciones calizas, fauna y industria mustierense (0,30 m.);
- C. 6 - Lecho de limo;
- C. 5 - Brecha compacta englobante de numerosos fragmentos de caliza y concreciones, fauna, carbones, industria mustierense (1 m.);
- C. 4 - Nivel arenoso, marrón grisáceo, fauna, industria mustierense (0,20 m.);
- C. 3 - Tierras marrón oscuro a negro, más o menos consolidadas, hogares (0,30 m.);
- C. 2 - Nivel estalagmítico compacto;
- C. 1 - Tierras arcillo-arenosas estériles.

Esta cueva ha dado un molar humano del tipo neanderthal. La fauna hallada es la siguiente: *Dicerorhinus kirchbergensis*, *Crocota crocuta spelaea*, *Hyaena hyaena*, *Ursus arctos*, *Bos primigenius*, *Equus caballus*, *Cervus elaphus*, *Felis pardus*, *Felis pardina*, *Canis lupus*, *Vulpes vulpes*, *Oryctolagus cuniculus*, *Vespertilio* sp., *Testudo* sp., *Helix nemoralis*, *Helix* sp. (ZBYSEZWSKI, 1963; VEIGA FERREIRA, 1964).

En ella se han recogido los huesos trabajados siguientes:

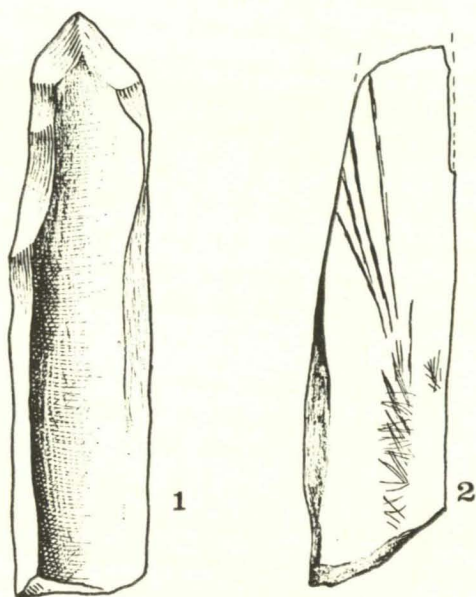


Fig. 4

1. Tipo fabricado a partir de esquirla de hueso tibia de *Dicerorhinus kirchbergensis* (Figura 3; con vista de sus caras dorsal, ventral y lateral derecha). Mide 146 mm. de largo; 49,5 de altura y 48 mm. de ancho. Se halló al limpiarse el sector 6 del yacimiento, en el fondo.

Aprovecha para su desarrollo ese fragmento de diáfisis ósea muy gruesa cortada en bisel, oblicuamente. Tras la obtención de tal «lasca» ósea se realizó un somero desbaste sobre la cara ventral, por talle de orientación bastante obliqua. Con ello se había preparado el plano de percusión a partir del qual se conformó — por claro retoques — todo el dorso de la pieza: se detectan hasta 13 golpes de retoque. La pieza adopta forma de punta o «pico triédrico» en nomenclatura de los tipos líticos contemporáneos (F. FORBES, 1967, tomo II, lamina 96.2).

2. Hallado en el sector 6, nivel 8. Fragmento de esquirla de diáfisis ósea, sumamente rodada en los bordos. Posee hasta cinco huellas de retoque o recorte ampleo, que la apuntan (Figura 4.1). Mide 77 mm. de longitud, por 18 de anchura máxima.

3. Esquirla de diáfisis ósea que muestra en todo su costado izquierdo señales de corte longitudinal; y sobre su cara dorsal trazos realizados con un buril o otra punta lítica (Figura 4.2).

4. En la Gruta Nova de Columbeira hay — además de esas tres seguras piezas recortadas — várias otras esquirlas óseas sobre diáfisis no grandes, de estrutura apuntasa posiblemente no intencional. De ellas — de todos modos — retenemos con dudas dos: una, del estrato 6, sector 2, de 88 mm. de longitud, la otra, del nivel 6^a, sector 6 de 86 mm.

Cueva de la Sierra dos Molianos

Este yacimiento está situado junto al poblado de Turquel, a la entrada de Alcobaça. No se conoce cual sea la estratigrafía de la cueva pero entre su fauna se han reconocido: *Dicerorhinus kirchbergensis*, *Ursus arctos*, *Cervus elaphus* y *Equus caballus* (HARLÉ, 1910-11).

En ella se han regido los huesos trabajados siguientes:

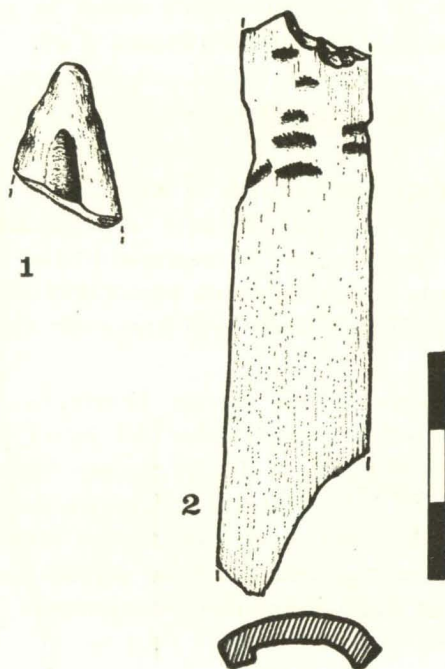


Fig. 5

1. Extremidad distal — con rotura muy antigua — de posible punta en esquirla. Muy rodada, y bastante dudosa (Figura 5.1).

2. Media caña de diáfisis de hueso aplanado; con huellas, en su extremo distal de posible retoque oblicuo. Posee en ambos costados laterales seguros recortes longitudinales. Ofrece sobre el dorso varias marcas transversales en incisión ancha como de raspado repetido: dado el desgaste de su surco no descartamos la posibilidad de que se trate de mordedura de carnívoro (Figura 5.2).

Cueva de Furninha (Peniche)

La cueva de Furninha, situada a 850 m. del Cabo Carvoeiro se abre a 15 metros sobre el nivel del mar, al comienzo de una pequeña plataforma alterada como lapiaz. Su yacimiento fue excavado por NERY DELGADO en 1880 y sua fauna estudiada por HARLÉ en 1910-11.

La cueva ha proporcionado tres tipos de depósito:

- I. Un nivel superior de tierras negruzcas removidas, en las que se mezclan a materiales del Neo-Eneolítico, otros del Paleolítico superior (Magdalenense, Solutrense y Perigordense) y del Mustierense (en 1 metro de espesor).
- II. Conjunto de trece niveles de arenas amarillentas con alternancia de arenas estériles y de niveles osíferos. El primero de ellos ha dado industrias mustierenses (8 m. de espesor).
- III. Niveles marinos, en la base de todo el relleno.

Fauna encontrada en los niveles osíferos del II: *Dicerorhinus kirchbergensis*, *Ursus arctos*, *Hyaena striata*, *Bos primigenius*, *Equus caballus*, *Cervus elaphus*, *Felis pardus*, *Felis pardina*, *Canis lupus*, *Vulpes vulpes*, *Meles taxus*, *Mustella foina*, *Foetorius erminea*, *Arvicola amphibius*, *Oryctolagus cuniculus*, *Erinaceus europaeus*, *Rhinolophus ferrum-equinum*, *Sus scropha*, *Turdus musicus*, *T. iliacus*, *T. pilaris*, *Pyrrhocorax alpinus*, *Pica rustica*, *Corvus corone*, *Strix flammaea*, *Bubo ignavus*, *Phalacrocorax graculus*, *Cygnus olor*, *Tadorna cornuta*, *Quer-*

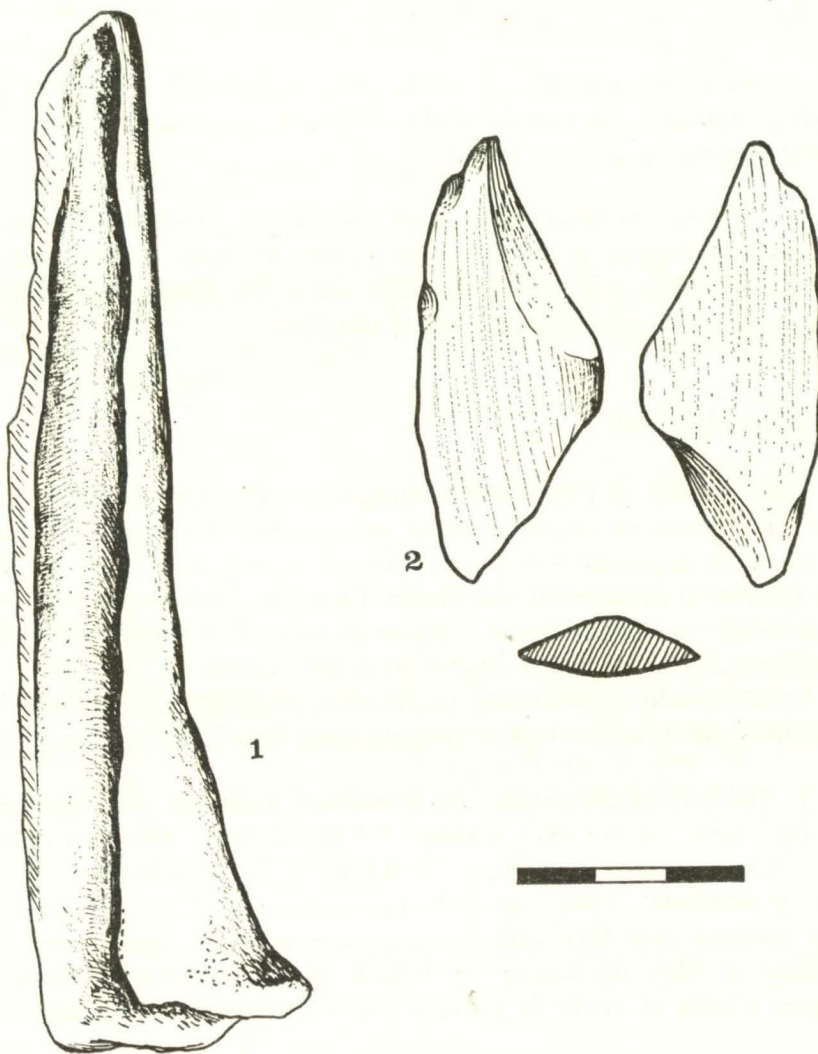


Fig. 6

quedula crecca, *Oedemia nigra*, *Columba livia*, *Cacalis rufa*, *Perdrix cinerea*, *Puffinus kuhli*, *Testudo graeca*, *Galeus canis*, etc.

En esta cueva se han hallado los huesos siguientes:

1. Epífisis apuntada; se halla extremadamente rodada, y no es seguro su aguzamiento intencionado (Figura 6.1). Se halló en el 5.º nivel osífero; a 6 m. de profundidad.

2. «Lasca» de hueso con escasos retoques intencionados sobre la cara dorsal (Figura 6.2). En una tipología lítica — con cautela — pudierse incluirse este modo de pieza entre las puntas naturales con ligero retoque de acomodación distal oblicuo.

IV. CONCLUSIONES

En resumen, del Paleolítico Antiguo de Portugal hemos señalado hasta una docena de esquirlas óseas con señales de trabajo y acomodación bastante seguras. Son de estadios ya avanzados: fines del Paleolítico Inferior o plenamente del Médio. En su mayoría se trata de esquirlas aguzadas; en muy pocas se señalan técnicas de retoque que recuerda el realizado sobre los útiles líticos contemporáneos.

Completando el panorama peninsular, en España conocemos como testimonios de aquella vieja tecnología ósea los siguientes yacimientos:

1. Del Acheulense antiguo, en Torralba y Ambrona, son varias piezas recogidas tanto en las excavaciones del Marqués de Cerralbo como en los modernos trabajos de F. C. HOWELL, K. W. BUTZER y E. AGUIRRE (1963) y BIBERSON (1968): se trata de extremidades de defensa de elefantes jóvenes que han sido recortadas y a veces, ligeiramente más aguzadas; o bien de lascas de huesos largos de *Paleoloxodon* con retoques y talla al mode de bifaces o otros instrumentos líticos.

2. En el Mustierense levantino (asi en las Cova Negra y Cueva del Cochino) se han definido esquirlas simplemente aguzadas (F. JORDÁ, 1947 y J. M. SOLER, 1956).

3. Algunas esquirlas de hueso (apuntadas o con alguna marca de instrumento cortante) y molares de Rinoceronte (*Dicerorhinus hemitoechus*) con sus coronas machacadas hemos hallado (I. B.) en estratos del Mustierense de la Cueva de los Casares (A. BELTRAN y I. BARANDIARAN, 1968).

4. Del Paleolítico Médio cantábrico conocemos instrumental óseo en las Cuevas de Morín y Lezetxiki. En Morín ya el Conde de la Vega del Sella señaló «algunos huesos largos apuntados que ofrecen la duda de si la forma que afectan ha sido producida artificialmente»; en las recientes excavaciones ahí de GONZÁLEZ ETCHEGARY y L. G. FREEMAN se han recuperado — en el Mustierense — diversas lascas óseas con retoques y acomodación al estilo del utillaje contemporáneo en piedra (VEGA DEL SELLA, 1921).

De Lezetxiki, en excavaciones de J. M. DE BARANDIARAN, son algunas esquirlas óseas aguzadas, otras con retoque de acomodación y hasta un par de caninos de *Ursus spelaeus* con sus raíces recortadas en bisel (BARANDIARAN y ALTUNA).

Bibliografía

- AGUIRRE, E. (1966) - Las primeras huellas de lo humano. *La Evolucion*, B. A. C., p. 634-639. Madrid.
- BÄCHLER, E. (1921-23) - Das Drachenloch ob Vättis im Taminatale. *Jahrb St. Gallischen Naturw. Gesellsch.* t. 57, p. 1-144. St. Gall.
- (1928) - Die ältesten Knochen werkseuge, insbesondere des alpinen Paläolithikums. *Jahresbucht Schweizerischen Gesellsch. für urgeschichte*, t. 20. p. 124-141. Frauenfeld.
- (1940) - Das alpine Paläolithikum der Schweiz. Est. LXI-LXIV, Basilea.
- BARANDIARAN, I. (1967) - Sobre tipología y tecnología del instrumental óseo paleolítico. *Caesaraugusta*, t. 29-30, p. 31-38. Zaragoza.
- (1967) - El Paleomesolítico del Pirineo occidental, p. 153-155, Zaragoza.
- (1969) - Industrias óseas del Hombre de Cro-Magnon sobre su genesis y dinámica. *Anuário de Estudos Atlanticos*, t. 15, p. 147-243. Madrid.
- BELTRAN, A. y BARANDIARAN, I. (1968) - Avance al estudio de las cuevas paleolíticas de la Hoz y los Casares (Guadalajara). Madrid.
- BIBERSON, P. (1968) - Les gisements acheuléens de Torralba et Ambrona (Espagne). Nouvelles précisions. *L'Anthropologie*, t. 72, p. 266-272. Paris.

- BIBERSON, P. y AGUIRRE, E. (1965) - Expériences de taille d'outils préhistoriques dans des os d'éléphant. *Quaternaria*, t. 7, p. 165-183. Roma.
- BREUIL, H. (1932) - Le gisement à Sinanthropus de Chou-kou-Tien (Chine) et ses vestiges de feu et d'industrie. *Anthropos*, t. XXVII. Viena.
- (1938) - The use of bone implements in the Old Palaeolithic Period. *Antiquity*. Margo de 1938. Gloucester.
- (1939) - Bone and antler industry of the Chou-kou-Tien site. *Paleontologia Sinica*. N. S. D. n.º 6. Pekin.
- BREUIL, H. y BARRAL, L. (1965) - Bois de Cervidés et autres os travaillés sommairement au Paléolithique ancien du vieux monde et au Moustérien des grottes de Grimaldi et de l'Observatoire de Monaco. *Bull. Musée Anthropol. Préhistorique*, t. II, p. 3-26. Monaco.
- BREUIL, H., BOULE, M., LICENT, C. y CHARDIN, P. Teilhard de (1928) - Le Paléolithique de la Chine. *Archives Inst. Paleont. Humaine*, n.º 4, lami-nas XII-XIV. Paris.
- (1932) - Le feu et l'industrie de pierre et d'os dans le gisement du Sinanthropus à Chou-kou-Tien. *L'Anthropologie*, t. 42.
- BREUIL, H. y LANTIER, R. (1959) - Les hommes de la pierre ancienne, 1. vol., 2.ª ed., p. 38-42. Paris.
- BREUIL, H. y ZBYSZEWSKI, G. (1942) - Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la Géologie du Quaternaire. Vol. I - Les principaux gisements des deux rives de l'ancien estuaire du Tage. *Comun. Serv. Geol. du Portugal*, t. XXIII.
- (1945) - *id.*, Vol. II - Les principaux gisements des plages quaternaires du littoral d'Estremadura et des terrasses fluviales de la basse vallée du Tage. *Comun. Serv. Geol. du Portugal*, t. XXVI.
- CHAUVET, G. (1910) - Os, ivoires et bois de renne ouvrés de la Charente, Angoulême.
- CHAVAILLON, Y. (1970) - Découverte d'un niveau oldowayen dans la basse vallée de l'Omo (Ethiopie). *Bul. Soc. Préhist. Française*, t. 67, fasc. 1, p. 10. Paris.
- CHUNG, Pei Wan (1938) - Le rôle des animaux et des causes naturelles dans la cassure des os. *Paleontologia Sinica*, n.º 3. Pekin.
- CURDY, G. G. Mac (1924) - Human origins. A manual of Prehistory, t. I, p. 138-139. Nueva York.
- DART, R. A. (1949) - The predatory implemental technique of Australopithecus. *Amer. Journ. Phys. Anthropol.* N. S. n.º 7. Philadelphia.
- (1957) - The makapansgat osteodontokeratic culture. *Actas del III Pan African Congress of Prehistory*. Livingstone 1955. Londres.
- (1957) - The osteodontokeratic Culture of Australopithecus prometheus. Transvaal Museum. Num. 10.
- DART, R. A., MASON, R. Y. e KITCHING, J. W. (1958) - Bone tools at the kalkbank middle Stone Age site and the Makapansgat Australopithecus localities,

- Central Transvaal. *South Afrika Archaeological Bulletin*, t. XIII, n.º 51, p. 85-116.
- DAWKINS, W. Boyd (1877) - On the Mamalian Fauna of the cave of Cresswell. Crags. *Quarterly Journal of the Geol. Society*, t. 33, p. 696-607. Londres.
- FERREIRA, O. da Veiga (1964) - Jazidas quaternárias com fauna de vertebrados encontradas em Portugal. *Arqueologia e História*, vol. XI. Lisboa.
- FONTES, J. (1915-16) - Station paléolithique de Mealhada. *Comun. da Com. Serv. Geol. de Portugal*, t. XI. Lisboa.
- FORBES, F. (1967) - Typologie du Paléolithique ancien et moyen, 2.^a ed., t. II. Bourdeus
- GARRIGOU, F. (1867) - Sur les os cassés des cavernes. *Bull. Soc. Anthropologie*, p. 338-347. Paris.
- HENRI-MARTIN, G. (1957) - L'utilisation de l'os à l'époque tayacienne. La grotte de Fontéchevade. Paris.
- HENRI-MARTIN, G. (1906) - Ossements utilisés par l'homme moustérien de la station de la Quina (Charente). *Comun. à la Soc. Préhist. Française*, el 26 de Abril de 1906. Paris.
- (1925) - Lésions osseuses d'ordre végétal du Paléolithique. *C. R. Congrès de Grenoble de l'Assoc. Franç. pour l'Avancement des Sciences*, t. 49, p. 499-505.
- HOWELL, F. C., BUTZER, K. W. y AGUIRRE, E. (1963) - Noticia preliminar sobre el emplazamiento acheulense de Torralba (Soria), p. 34. Madrid.
- JORDÁ, F. (1947) - Nuevos aspectos paleontológicos de Cova-Negra (Jativa). Valencia.
- KITCHING, J. W. (1963) - Bone, Tooth and Horn Tools of Palaeolithic Man. An account of the osteodontokeratic discoveries in Pin Hole Cave, Derbyshire. Manchester.
- KOBY, F. E. (1943) - Les soi-disant instruments osseux du Paléolithique alpin et le charriage à sec des os d'Ours des cavernes. *Verhandlungen der Naturforschenden Gesellschaft*, t. 54, p. 59-95. Basilea.
- LAPLACE, G. (1968) - Recherches de typologie analytique. *Origini*, t. II, p. 24-26. Roma.
- NICOLAESCU-PLOPSOR, C. S. y NICOLAESCU-PLOPSOR, D. (1963) - The possible existence of the protohominids in Rumanien's Villafranchian. *Dacia*, t. 7, p. 9-25. Bucarest.
- ROBINSON, Y. T. (1959) - A bone implement from Sterkfontein. *Nature*, n.º 184, p. 583-585.
- SELLA, C. de la Vega del (1921) - El Paleolitico de Cueva Morin (Santander) y notas para la climatología quaternaria, p. 66. Madrid.
- SOLER, J. M. (1956) - El yacimiento mustieriense de la Cueva del Cochino (Villena, Alicante), p. 14-15. Valencia.
- TAUTE, W. (1965) - Retoucheurs aus Knochen, Zahnbein und Stein vom Mittelpaläolithikum bis zum Neolithikum. *Fundberichte aus Schwaben Neue Folge* 17, p. 76-102.
- TEIXEIRA, C. (1944) - A estação paleolítica de Mealhada e a sua cronologia. *Trab. de Antropologia e Etnologia*, vol. X, fasc. 2. Porto.

- VALOCH, K. (1968) - Evolution of the Palaeolithic in Central and Eastern Europe. *Current Anthropology*, vol. 9, n.º 5. Chicago.
- ZBYSZEWSKI, G. (1943) - La classification du Paléolithique ancien et la chronologie du Quaternaire de Portugal en 1942. Porto.
- (1958) - Le Quaternaire du Portugal. *Bol. Soc. Geol. de Portugal*, Vol. XIII, fasc. 1-2. Lisboa.
- (1963) - Jazidas quaternárias de Salemas (Loures) e de Columbeira (Bombarral). *Bol. Acad. Ciências de Lisboa*, vol. xxxv, p. 137-147. Lisboa.

NOVOS DOCUMENTOS SOBRE A INVASÃO DE JUNOT

pelo sócio efectivo

J. T. Montalvão Machado

A — GENERALIDADES

Poucas fases da História Nacional terão excitado tanto a curiosidade e a atenção dos estudiosos como a que se refere às Invasões Francesas da 1.^a década do século passado.

Profissionais da História, autores de História romanceada, escritores militares, que exploram a arte da guerra, todos se dedicaram com curiosidade e afincio ao estudo detalhado de todos os episódios, que ficaram a assinalar a Guerra Peninsular, de 1807 a 1814.

É vasta a literatura que os diversos autores, nacionais e estrangeiros, nos têm proporcionado sobre aquelas acções militares, em que as aguerridas tropas napoleónicas, em repetidas ofensivas, acabaram sempre por ser vencidas pelas hostes portuguezas, espanholas e inglesas.

Mas isto não equivale a dizer que já não há nada a acrescentar. Poucas vezes, aliás, este raciocínio terá aplicação em História, porque haverá sempre a possibilidade de surgirem novos documentos, que põem em destaque episódios desconhecidos, ou nos conduzem a concepções diferentes, acerca de acontecimentos ocorridos.

A Geometria e a Anatomia são ciências velhas, em que será difícil apor conhecimentos novos; não acontece o mesmo com a História,

sempre sujeita à surpresa de novos achados, que impõem a revisão ou mesmo a alteração das narrativas a que estamos habituados.

Desta vez, encontrámos no espólio dum bravo militar, combatente da Guerra Peninsular, desde 1807 até 1814, vária documentação, que comprova o que acima dissemos.

Ponhamos de parte, por agora, tudo o que succedeu nos anos posteriores, e fixemos apenas a nossa atenção sobre a reacção popular e militar, de que resultou a expulsão de Junot, em 1808.

Para já, queremos fazer salientar dois aspectos da Invasão de Junot, que os autores não têm descrito com o relevo necessário, apesar da sua importância para a sequência dos acontecimentos, que conduziram à expulsão das intrusas tropas napoleónicas:

- A) Intervenção do baixo e alto Clero;
- B) Importância do Cerco de Almeida.

A um e outro destes aspectos nos vamos referir separadamente, lendo alguns documentos comprovativos e expondo algumas considerações, que venham a propósito.

B — INTERVENÇÃO DO BAIXO E ALTO CLERO

Junot instalara-se em Lisboa, em 30 de Novembro de 1807. A Nação, sem recursos, nem preparação militar, recebeu passivamente as tropas de Napoleão, mas, com o decorrer dos meses, foram-se extremado os campos, tomando cada homem, civil ou militar, a attitude mais consentânea com a sua maneira de pensar.

Uns, ultra conservadores, eram inacessíveis às ideias da Revolução Francesa e repeliam, no seu foro íntimo, toda e qualquer solidariedade com a política ou as armas da nação francesa.

Outros, partidários das novas luzes da Revolução, iam até ao ponto de esquecerem a dedicação e lealdade, que deviam à sua própria Pátria, e não hesitaram em engrossar as hostes duma Legião Portuguesa, que, pela Europa fora, foi lutar e sofrer em defesa dos nossos inimigos.

Finalmente outros, mais patriotas e criteriosos, diziam que na Revolução de 1789, muito havia de aproveitável, mas isso não os levava a pactuar com um país inimigo, cujas tropas atravessaram as nossas fronteiras, para nos dominar e escravisar.

Estavam as coisas neste pé, quando, a partir de Junho de 1808, começou a surgir, no Porto e em Braga, em Chaves e Bragança, uma onda de revolta contra as intrusas tropas napoleónicas. Foram sobretudo os padres e os frades, que, abandonando as suas igrejas e conventos, vieram para a rua incitaram o povo à rebelião, e, das aldeias às vilas e cidades, organizaram e conduziram aquelas guerrilhas, que tanto incomodaram os generais franceses.

Assim, sabe-se que o General Loison, a quem o povo chamava *General Maneta*, por lhe faltar um braço e ser extremamente cruel, saindo de Almeida para ir destituir no Porto a *Junta Provisional* e abafar a revolta das províncias nortenhas, atravessou o rio Douro, na Régua, e caminhava já nos contrafortes da Serra do Marão. Mas as guerrilhas, que lhe surgiam a todo o momento, tanto o incomodaram e molestaram, que se viu obrigado a retroceder e a regressar a Almeida.

Não foram somente os padres e frades que vibraram de entusiasmo patriótico e tantas vezes perderam a vida no ataque às hostes francesas. Foram também os Prelados das diversas dioceses que conspiraram contra a tirania napoleónica, expuseram-se e empenharam-se a fundo para a emancipação do nosso País do jugo napoleónico. Vamos mostrá-lo com documentos, que nos atestam a maneira como se comportaram naquelas horas graves os bispos da Beira.

Começaremos por transcrever uma carta que envolve três eclesiásticos: o bispo da Guarda, que é o destinatário; o bispo de Castelo Branco, de quem se fala, e um cônego da Guarda, que nós supomos ser o autor da carta, se bem que, por segurança, a não quisesse assinar. Assim diz esta carta:

Depois de fechado o Officio do Diario de noticias incluzo me chega hum expresso do Ex.^{mo} Bispo de Castelo branco no qual participa constar de certo que no dia 23 do corr.^{te} entrarão em Abrantes 600 p.^a 700 Francezes de pé, e 30 de Cavallo, que para Almeirim se derigirão outros, mas que se não sabe a quantos, e que da Villa de Niza, por hum Aviso fora informado de terem

chegado a Abrantes dois Regim.^{tos} de Cavalaria Franceza, e hum de Infantaria da m.^{ma} Nação e que se esperavão novas noticias, que não tardarião a chegar. Sobre estas noticias espero que V. Ex.^a me expresse os seus sentim.^{tos} sobre o que devo obrar na certeza que estou prompto a unirme com a m.^a gente onde se me determinar, e a urgencia o pedir, D.^s g.^{de} a V. Ex.^a, Covilhã 26 de Julho de 1808.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Bispo da G.^{da} Presid.^e da Regencia interina do Governo desta Com.^a (1).

Esta carta mostra-nos claramente que os bispos da Guarda e Castelo Branco espreitavam os movimentos do inimigo, entendiam-se às ocultas e preparavam-se para movimentar as suas hostes populares. Não tinham estes bispos o medo das responsabilidades e por isso determinavam os seus actos pelos ditames das suas consciências. Honremos a memória destes ínclitos servidores da Igreja e da Pátria, declinando os seus nomes gloriosos.

Era bispo da Guarda D. José António de Mendonça Arrais, antigo bispo de Pinhel, agora entusiasmado na organização dum corpo armado, de cónegos e mais eclesiásticos, que, sob o comando do tesoureiro-mor Simão de Oliveira da Costa Melo e Alvim, se *encarregaram da defesa da cidade da Guarda* (2).

Era bispo de Castelo Branco D. Fr. Vicente Ferreira da Rocha, com a proverbial sabedoria dos Dominicanos, que realizou obra notável na capital da Beira Baixa.

Vamos agora apresentar outra carta, dum terceiro bispo, o de Pinhel, dirigida ao Tenente-coronel Francisco Homem de Magalhães Quevedo Pizarro, comandante do Regimento de Milícias de Chaves, que operava no cerco de Almeida.

Ill.^{mo} Snr. Francisco Homem de Mag.^{es} Pizarro — Já eu sabia pellas noticias dos seus officiaes, que hião a Trancoso, que tinhamos a certeza e fortuna de ver a V. S.^a continuando o bloqueio da Praça em a nossa defesa e protecção, abem de que fiquei suma-

(1) *Arquivo dos Pizarros de Bóveda* — Pasta 8, Maço 2, Documento 3.

(2) Fortunato de Almeida, *Hist. da Igreja em Portugal* — Coimbra, 1924, Tom. IV, Parte IV, pgs. 180.

mente contente pello bem, que daqui se segue aos nossos interesses particulares, e aos do Publico. Ao fazer entregar ao Portador a quantia de tres moedas, importancia das tres armas na forma dos avisos de V. S.^a a quem lembro que podemos juntarmos amanha no Quartel do Comandante Bernardo de Figueiredo, a quem tenho a entregar a Carta do General Silveira, e comunicar as instruções, que este enviou, e q. igualmente mostrarei a V. S.^a, já que hontem por fatal esquecimento o não fiz. Tenha V. S.^a a saude e felicidades que lhe deseja muito do coração. Pinhel, Julho 25 de 1808 — Seu afet.^o e obr.^o am.^o V.^{os} B B Bispo de Pinhel (3).

Esta carta merece-nos algumas considerações.

O seu sinatário, que tão abertamente se imiscuia na revolta popular e tão dedicadamente colaborava com as forças militares, era o Bispo de Pinhel, D. Bernardo Bernardino Beltrão, parente do estadista seu contemporâneo, José de Seabra da Silva⁽⁴⁾, o ministro de D. José que tão dedicadamente e durante tantos anos ajudou o Marquês de Pombal, para depois ser por ele escorraçado e degredado, por motivos que não são ainda de perfeito conhecimento histórico. Homem de ânimo elevado e rija fibra, Seabra da Silba suportou os desterramentos no Brasil e Angola, mas ainda viveu o bastante para regressar à Metrópole e ser Ministro do Reino com D. Maria I, vindo a falecer com 81 anos de idade.

O General Silveira, a que se alude nesta carta, como intermediário entre as forças revoltosas de Trás-os-Montes e as da Beira, ainda não era general, mas sim o Coronel Francisco da Silveira Pinto da Fonseca Teixeira, o mesmo que no ano seguinte, 1809, pela sua heróica defesa da Ponte de Amarante, foi elevado ao Generalato e a Conde de Amarante.

Finalmente, diremos que o *bloqueio*, de que se fala na mesma carta, refere-se ao Cerco de Almeida, do qual nos ocuparemos de aqui a pouco.

Mais curiosa ainda é uma 3.^a carta, enviada pelo mesmo Bispo

(3) *Arq. dos Piz. de Bob.* — Pasta 8, Maço 2, Doc. 2.

(4) Fortunato de Almeida, *Hist. da Ig. em Portugal* — Coimbra, 1924, Tom. IV, Parte IV, pgs. 264.

de Pinhel ao mesmo Tenente-coronel Francisco Homem, mas, como esta é bastante extensa, limitamo-nos a transcrever as partes essenciais:

«Ill.^{mo} Snr. Francisco Homem de Magalhaens Quevedo Pizarro — Tem V. S.^a principiado felizmente o bloqueio da d.^a praça (Almeida), e a sua guarnição se acha vedada de comunicação pello lado do Coa athe Val de la mula com os mais saudaveis effeitos em beneficio dos Povos e prejuizo do inimigo ao qual V. S. tem castigado valorosamente nas suas sortidas primeiras e sem q. nos dias futuros elle se atreva a sahir da Praça por aquelle lado. Não he assim contudo pello oposto, pois que não só recebe ainda o inimigo alguns reforços, mas athé agora consta que no dia de hoje e depois que me separei do seu campo sahio huma columna inimiga a Saquear a Povoação de Malpartida como me tem feito constar os Povos daquelles distritos pedindo socorros, que não lhe posso dar De V. S.^a Atento V.^{or} e Obr.^{do} B Bispo de P.^{el}» (5).

Esta carta atesta-nos uma vez mais a dedicação e o espírito de sacrifício revelados pelo bom Bispo de Pinhel, D. Bernardo Bernardino Beltrão. Ele não se eximia a andar de dia e de noite, para animar os seus diocesanos, confortar os soldados, vigiar as sentinelas, verificar as partes vulneráveis do assédio, informar os comandos de penúrias ou defeitos, o que evidentemente ele fazia em permanente exposição da própria vida. Estes homens desarmados, que procuram colmatar todas as deficiências e levar a Cruz de Cristo aos feridos e agonizantes, não são afinal menos heróis do que os intrépidos guerreiros, que fazem rebrilhar as suas espadas ao sol das batalhas.

C — IMPORTÂNCIA DO CERCO DE ALMEIDA

Em geral, os historiadores não fazem larga referência ao Cerco de Almeida, de 1808, operação militar que, a nosso ver, reveste certa importância, como veremos de aqui a pouco. Apenas Pinheiro Chagas diz: «Almeida estivera desde o princípio de Julho bloqueada por

(5) A. P. B. — Pasta 8, Maço 2, Doc. 9.

algumas forças portuguesas, que chegaram a ser de 2 500 homens, comandados pelo tenente-coronel Gaspar Pizarro, mas só se rendeu quando vieram as tropas inglezas occupar a praça. Então as Francezas partiram para o Porto, onde deviam embarcar; mas, nessa cidade, a sua entrada com as bagagens produziu um tal effeito, que houve um levantamento de tres dias, vendo-se os Francezes obrigados a refugiar-se a bordo dos navios britannicos» (5).

Nesta lacónica e desvalorizada informação, comete-se um grave erro, que consistiu em attribuir o comando das forças sitiadas de Almeida ao Tenente-coronel Gaspar Pizarro. Este encontrava-se em Braga, e, no ano seguinte, 1809, tomou parte, com o General Bernardino Freire de Andrade, no combate de Carvalho de Este, contra o General Soult. Quem tomou parte activa no Cerco de Almeida, em 1808, foi seu irmão, Tenente-coronel Francisco Pizarro.

Mas, como surgiu o Cerco de Almeida, operado pelos Portugueses contra os Franceses?

Quando Junot se instalou discriçãoariamente na cidade de Lisboa, no mês de Dezembro de 1807, desde logo começou a tomar algumas medidas, na previsão de dificuldades futuras. Dissolveu a maior parte do nosso exército, mandou organizar, por officiaes simpatizantes, a Legião Portuguesa, que foi combater pela França, e fixou uns certos efectivos militares nalgumas praças: em Peniche, para obstar a desembarques de Inglezes; em Almeida, Elvas e Abrantes, para se opor a qualquer tentativa de rebelião, que viesse a surgir aquém ou além fronteira.

Foi por isso que, tendo surgido, em Junho de 1808, a revolta popular no Porto e outras terras do Norte, Junot ordenou ao General Loison, então em Almeida, que fosse sufocar aquella rebelião. Já vimos que Loison, na sua marcha para o Porto, quando caminhava pelas faldas da Serra do Marão, sofreu tantas contrariedades, por parte das guerrilhas transmontanas, que se viu obrigado a retroceder e a regressar a Almeida. Esta retirada, acompanhadas das maiores crueldades, encheu de entusiasmo as populações do Norte.

(6) M. Pinheiro Chagas, *Hist. de Port.* — Lisboa, 1902, 7.º Vol., pgs. 563.

Ainda em obediência a outra ordem de Junot, Loison deixou 1 200 homens em Almeida e partiu para o Sul, em direcção ao Ribatejo.

Já por esse tempo se iam reconstituindo alguns regimentos de linha, como Infantaria 12, de Chaves, e Infantaria 24, de Bragança, além de regimentos de milícias, que se iam organizando em diversas cidades e vilas. Foi assim que algumas forças organizadas se foram aproximando da praça de Almeida, um dos baluartes de Junot. Assim, desde os primeiros dias de Julho, o regimento de Infantaria 12, de Chaves, o regimento de milícias, da mesma vila, e ainda os regimentos de milícias de Armamar, da Guarda e de Trancoso, resolveram cercar a praça de Almeida, para fixar e reduzir à importância os 1 200 soldados franceses, que ali se encontravam.

Foi assim que surgiu o Cerco de Almeida de 1808, operação militar a que os nossos historiadores não têm concedido alta importância. Todavia, pensamos que este desdém traduz flagrante injustiça aos heróis que na Beira Alta combateram com denodo e prestaram os melhores serviços.

Não se ignora que o desfecho da 1.^a Invasão Francesa teve por principais teatros as batalhas da Roliça e do Vimeiro, em que o exército anglo-luso infligiu aos generais franceses duas derrotas, com 3 dias de intervalo, a 17 e 20 de Agosto. Mas deve levar-se em linha de conta que aqueles 1 200 soldados franceses, retidos em Almeida, se pudessem dispor de suas pessoas e armas, teriam descido o vale do Mondego, e, chegando à Estremadura, podiam atacar pelas costas os anglo-lusos e causar grandes dificuldades ao General Artur Wellesley.

D — MAIS DOCUMENTOS INÉDITOS

Ora, é também sobre este Cerco de Almeida, em 1808, que pretendemos exhibir alguns documentos inéditos, que revestem um certo interesse.

Temos por exemplo aqui um mapa com a constituição do 1.º batalhão do regimento de milícias de Trancoso, incluindo 1 coronel, 1 major, 2 ajudantes, 1 quartel mestre, 2 capitães, 3 tenentes, 2 alferes, 7 sar-

gentos, 3 furriéis, 19 cabos, 7 tambores e 265 soldados, perfazendo um total de 412 homens, acampados no Cabeço dos Coelhoos.

Passaram grandes necessidades as tropas sitiadas, porque os alimentos escasseavam e os soldos e prés nem sempre andavam pagos em dia. Costumava dar-se por dia, a cada soldado, um arratel de carne, mas, em determinada altura, este alimento começou a faltar, e reconheceu-se necessidade de reduzir a ração diária de carne a meio arratel.

Isto produziu um grande descontentamento, e por isso, antes que fosse reduzida a ração da carne, foi enviado este ofício, que passamos a transcrever:

«Ill.^{mo} S.^{or} Ten.^{te} Coronel Com.^e Representação a V.^a S.^a os Capp.^{es} e Comandantes de Batalhão de que V. S.^a he Dignissimo Comandante que vendo os soldados do mesmo Corpo levantados a quererem-se hir para suas Cazas não só pela necessidade da agricultura e colheitas suas muito principalmente em razão de não poderem subsestir com meio arratel de carne que quazi sempre he hum só osso e não chega p.^a huma só comida p.^a cada indivíduo ficando o resto de 24 horas sem ter mais nada a que recorrer p.^a seo sustento estando em hum Ermo o q. não acontece nos mais que se acham em povoaçãoens. Portanto pertendem que V. S.^a se digne mandar-lhe abonar hum arratel de carne ou toda a etapa que manda a Ley pois estão sem soldo ahum mes longe de suas Cazas aonde não podem recorrer e prometem não lhe dando o que era custume hirem se todos para suas Cazas e como isto tudo redunda em descredito de toda a corporação P.^a V. S.^a se digne atender as suplicas e razoem expostas. E R M.^e — Paulo Luiz de S.^{za} Mont. Leite Capp.^{am} Manjor — Jose Joaq.^{im}. Teix.^a Pais Capp.^{am} — Jose Ant. de Oliveira Capp.^{am}» (7).

Parece que se manteve a ração diária dum arratel de carne e assim foi possível continuar-se o esforço do cerco, mantendo inertes os 1 200 soldados franceses, que tão funestos podiam ser ao interesse nacional.

Todavia, quisemos deixar para o fim o documento que julgamos mais sensacional, ou seja uma carta do General Guineres, comandante

(7) A. P. B. — Pasta 8, Maço 2, Doc. 11.

militar de Almeida, para o General Thiébault, Chefe do Estado Maior de Junot.

Não é o General Guíneres, signatário da carta, figura primacial do exército francês; não acontece o mesmo com o destinatário, General Thiébault, que foi, não somente uma ilustre figura militar, mas também um brilhante escritor, que deixou, entre outras obras, *L'Expédition française au Portugal, en 1807-08*.

Como veio aqui parar esta carta? De ciência certa, nada podemos dizer; mas admitimos que o seu portador clandestino, ao atravessar o campo das tropas sitiadas de Almeida, haja sido interceptado, sendo encontrada a carta, que foi apreendida e conduzida ao comando do cerco.

Diz assim a carta, traduzida em português:

Almeida, 24 de Agosto de 1808 — Do Chefe do Batalhão Comandante do Exército ao Senhor Chefe do Estado Maior do Exército Francês — Meu General — Se esta carta puder chegar ao seu destino, ela vos dirá que esta guarnição se encontra na melhor forma e que nós continuamos todos os dias a bater os insurrectos que nos rodeiam. Fez no domingo oito dias que tomei duas bandeiras do regimento de milícias da Guarda, um oficial e um sargento de milícias do regimento de Chaves foram mortos e vários paisanos; eles pretendem cortar-nos os víveres, incendiando os trigos que se encontram ainda de pé e já queimaram mais de trezentas geiras de searas. Esta manhã ou esta noite, envenenaram as fontes que rodeiam a praça e fazem circular panfletos em que me aconselham a render-me, antes de eles escalamem a praça. Julgam-nos tão poltrões como eles, mas é preciso que saibam que os filhos da Itália, do Egipto, de Marango e de Austerlitz continuam de guarnição a esta praça. Assegurai a Mon-senhor que ele pode estar tranquilo sobre a nossa sorte e que nada nos faltará. Aceite meu General a expressão do meu profundo respeito do vosso muito humilde e muito obediente servidor Guíneres» (8).

Esta carta exemplifica bem a soberba e a arrogância, que caracterizavam os generais napoleónicos, que julgavam gozar do exclusivo

(8) A. P. B. — Pasta 8, Maço 2, Doc. 10.

da bravura e do heroísmo. Desta vez, estalou-lhes a castanha na boca, porque, escrevendo esta carta em 24 de Agosto, ainda não sabiam que dois dias antes, no dia 22, Junot tinha reunido os seus generais em Torres Vedras e tinha delegado em Kellermann a ingrata missão de pedir a paz ao General Dalrymple, Comandante do Exército Anglo-Luso.

Mostra-nos também claramente esta carta os perigos constantes a que estavam sujeitas as forças sitiadas, para obstar, durante alguns meses, à saída dos 1 200 soldados franceses que em Almeida continuavam presos e inertes.

Eis aqui algumas achegas, que resolvemos trazer à 1.^a Invasão Francesa, exhibindo alguns documentos inéditos e desconhecidos e que projectam novas luzes sobre alguns dos episódios ocorridos. Quisemos

A Monsieur

*Monsieur Le General Chiebault
Comme de la Légion d'honneur Chef
de l'Etat-major General de
l'Armée Française en Portugal*

A. Sibonne

almeida 24 août 1808

Le Chef De Bat^{on} Commandant D'armée
à M^{re} le Chef De l'Etat-major général De l'armée française

Mon Général.

Si elle-ci peut vous parvenir, elle vous apprendra que nous
sommes toute la garnison bien & portante & que nous continuons
tout le jour à battre les insurgés qui nous entourent. Dimanche
fut huit jours, j'en pris deux Drapeaux Du Régiment
De milice De ~~la~~ Guarda, un officier & un sergent De
milice Du régiment De chasse furent tués. & plusieurs payan
ils prétendent nous couper les vivres en incendiant les bleds que
lont encore sur pied, ils ont brûlé & plus De trois cents
journaux. Le matin ou cette nuit, ils ont empoisonné les
fontaines qui entourent la place, ils me font circuler Des
& pamphlets, & par lesquels ils me somment De leur rendre la
place, qu'ils veulent, disent-ils, escalader, Si je ne me rends

Dans vingt quatre heures. Ils nous croient aussi s'achever que
sans doute, qu'il apprennent que le infant d'Italie, d'Egypte
de Marengo & d'Austerlitz. sont en garnison dans cette
place. assurez Monseigneur qu'il peut être tranquille
sur notre sort, nous ne manquons de rien & de long tems

Ayez, mon Général, l'assurance de mon profond respect.

Et Son Votre très humble
très obéissant Serviteur
Guinoux

sobretudo fazer salientar a importância de dois factores que não andam suficientemente vincados nas narrativas da Invasão de Junot:

- 1.º A intervenção activa que os padres, frades e bispos tiveram na sublevação popular, por todas as províncias de Portugal, que estabeleceu um clima de hostilidade e combate às intrusas tropas francesas;
- 2.º A importância que teve o Cerco de Almeida, para imobilizar 1 200 soldados franceses, que poderiam ir atacar pelas costas, na Estremadura, o exército anglo-luso, do comando de Wellesley.

FERNÃO TELES DE MENESES - O EMPAREDADO DA COTOVIA -

pelo sócio efectivo

Abílio Mendes do Amaral

I

SEGUNDO Queirós Veloso (*Oito Séculos de História*, II-348), fora o velho Diogo de Gouveia, Principal do Colégio de Santa Bárbara, de Paris, quem exaltara perante D. João III o valor dos padres jesuítas. E o monarca, convencido e entusiasmado, logo encarregou D. Pedro de Mascarenhas, seu embaixador em Roma, de se informar «*da vida, costumes e letras de aqueles homens*».

Tratava-se, então, dum pequeno grupo constituído em comunidade em 15 de Agosto de 1534, numa capela subterrânea da igreja de Montmartre e que em 1537 se apresentara em Roma, a quem o papa Paulo III confirmara o Instituto, por Bula de 27 de Setembro de 1540, com o nome de Companhia de Jesus (Fortunato de Almeida - *História da Igreja em Portugal*, III-1.^a Parte, 325); e, nesse tal *pequeno grupo*, distinguiam-se Inácio de Loiola, Simão Rodrigues, Francisco Xavier, Paulo Camerte (Baltasar Teles - *Cronica ...*, e Biblioteca da Academia de

(Comunicação apresentada na Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses, em 10 de Dezembro de 1970.

Ciências, Ms. V, 159-750-793), tendo alguns deles sido alunos brilhantes do referido colégio parisiense.

Embora o nosso D. João III solicitasse a vinda de seis padres, para missionarem na Índia, só lhe puderam dispensar o Simão e o Paulo, a que afinal se juntou Francisco Xavier, vindo na companhia do Embaixador e, alheado dos problemas materiais, em breve se partia para o Oriente, impondo-se ao respeito geral como um alto exemplo de missionário.

Não tardaram a agregar alguns padres portugueses, como Gonzaga de Medeiros, de Mesão Frio, e, entrando por Coimbra, o P.^e Álvaro Martins, de Gouveia, que viria a ser o célebre P.^e Inácio (da Cartilha), da *Cartilha da Doutrina Cristã*, do P.^e Marcos Jorge; ela, 1.^a obra editada pela Companhia, em 1561, e ele o 1.^o noviço português, no dizer da *Biblioteca Lusitana*. Os dois padres foram Doutores em Teologia, celebrizando-se o de Gouveia como padre-mestre de meninos e operador de milagres, falecendo em Coimbra com *fumos* de santo a quem beijaram os pés o Magnífico Reitor Doutor Afonso Furtado de Mendonça, o Bispo D. Afonso de Castelo Branco, D. Alexandre sereníssimo filho dos Duques de Bragança, e todos os catedráticos do Corpo Universitário (Baltasar Teles - *Cronica* ...).

Dois anos depois da chegada, portanto em 1542, já um grupo de 12, com recomendação régia, ia instalar-se em Coimbra, no Colégio de Santa Cruz, para assistir às aulas da Universidade. Escreveu o Doutor Mário Brandão (in *O Colégio das Artes*): «*E não sonharam sequer (os lentes) quão grandes contendas a sua Universidade teria de sustentar com os agora modestos e quase ignorados religiosos, que diziam vir apenas estudar ...*»

Assim, e nessa sequência, o Colégio das Artes, aberto em 2 de Fevereiro de 1548, para acesso à Universidade, já por Carta de «10 dias de Setembro de 1555» fora por D. João III mandado entregar ao P.^e Diogo Mirão, Provincial da Companhia. A tal se viu obrigado o então Principal, Dr. Diogo de Teive.

Em Lisboa, tudo lhes corria pelo melhor. O 1.^o Provincial, P.^e Simão Rodrigues, «*carácter exaltado mas decidido, fundou a Província de Portugal em bases tais que a tornaram o sustentáculo da Companhia*» (Teófilo - *Hist. da Univ. de Coimbra*).

Iam tomando pé: primeiro no Coleginho, ali para a Mouraria, a seguir em S. Roque, Sant'Ana, Campolide (1597), Cotovia (1.^a pedra em 26-4-1603), Santo Antão-o-Novo (1.^a pedra em 1-1-1613), etc.

Campolide, Cotovia e Santo Antão foram valiosos presentes vindos por mão de D. Maria de Noronha e D. Filipa de Sá, Condessa de Linhares. É vasta a documentação respectiva provocada por peripécias e questões ocorridas da interpretação de disposições testamentárias (*Biblioteca Lusitana*, I - 583/596; *B. Nac. Pombalina*, 474; *Bibl. da Academia das Ciências*, Ms. V - 159 e 474).

Para Simão Rodrigues que, com sua perspicácia, abrangera a vasta largueza do problema, não era a acção de missionar que constituía o essencial. Favorecido pelos fenómenos dalguma forma paralelos — Santo Ofício e Concílio Tridentino — tinha (e seus sucessores) acção e caminho abertos a mais ambiciosa finalidade, bastando-lhes para tanto a posição de conselheiros e confessores de governantes.

II

Fernão Teles de Meneses, filho de Brás Teles de Meneses alcaide-mor de Moura, combatente de Chaul (1568), Ormuz, Dio e Malabar, e sua mulher D. Maria de Noronha eram proprietários das Quintas de Campolide e da Cotovia, estendendo-se esta última de proximidades de S. Bento ao Salitre e almuinhas de Valverde.

Entenderam por bem oferecê-las aos padres jesuítas, para instalação do Noviciado: 1597 em Campolide, 1603 na Cotovia. Já regressados da Índia, de cujo governo ele fora empossado em 1581 pelo Bispo de Malaca, D. João Ribeiro, e se conservou até ser substituído por D. Francisco de Mascarenhas, Conde de Santa Cruz (da Casa dos Marqueses de Gouveia), achavam-se em Lagos, donde governava o Reino do Algarve.

Ali compareceu, da parte da Companhia, o P.^e Pedro Lopes, lavrando-se e assinando-se a escritura de 18 de Setembro de 1589, completada depois pela escritura lavrada em Lisboa, em 26 de Dezembro de 1597.

E na Cotovia, as obras prosseguiram em ritmo possível no edificar da igreja e das instalações anexas necessárias a tal estabeleci-

mento. Neste comenos, dá-se o falecimento de Fernão Teles: 26 de Novembro de 1605.

Por condição aceite, a capela-mor da igreja do Noviciado era destinada aos doadores. Por natural perturbação, teve de ficar durante nove anos, na sacristia de S. Roque, o «sumptuoso» túmulo de mármore branco, pousado sobre dois elefantes, que a mulher mandara lavrar para seu marido e para si própria, aguardando o final das obras em curso. Enfim: os restos mortais do ilustre extinto haviam sido «*encerrados num cofre de veludo negro com fechaduras doiradas*»; D. Maria de Noronha, que só em 7 de Março de 1623 viria a *falecer da vida presente*, pôde assistir às cerimónias da trasladação, efectuadas com extraordinária pompa, graças ao fausto da liturgia e ao espanto da mundaneidade.

III

É bastas vezes efémera a eternidade que o homem atribui às suas realizações.

Um dia, no Noviciado da Cotovia instalou-se o Colégio Real dos Nobres, criado por Lei de 7 de Março de 1761, para o que houveram de fazer alterações e ampliações ordenadas por Alvará de 1 de Dezembro. Quem compulsar os respectivos Estatutos (*B. Nac. Col. Pombalina*, 456), topará a defesa e reabilitação dos Mestres do Colégio das Artes, de Coimbra, contra quem sopraram os «ventos» da Inquisição.

Registe-se, de passagem: para dar segurança económica ao Colégio, D. José, por Carta de 13 de Outubro de 1766, entregou-lhe não só os edifícios e Quinta da Cotovia, mas ainda outros bens onde se incluíram «*as rendas dos terrenos que foram da Casa de Aveiro — Marquês de Gouveia — no sítio da Esperança, com todas as suas pertenças, acções, logradouros e foros*». E ali «*tudo eram jardins do Duque de Aveiro*» (Norberto de Araújo - *Peregrinações*, II - 14, L.^o n.^o 7 - 22/27).

IV

Com o advento do Constitucionalismo, procura-se novo rumo para a solução dos problemas que respeitam à promoção social.

Com as reformas de Passos Manuel, no governo de D. Maria II, é criada a Escola Politécnica que, por sua vez, cederia o mesmo lugar à actual Faculdade de Ciências. E na Cotovia, claro, processaram-se novas readaptações.

O espaventoso tumulto de Fernão Teles, já nada tendo de comum com os estabelecimentos de ensino que ali se foram sucedendo, havia de constituir um embaraçoso empecilho. Nem haveria onde arranjar-lhe lugar ...

Vem então um grande incêndio, em 1843 que, pela desordem provocada, impôs nova arrumação.

Que fazer da arca e dos elefantes? Onde ajustar aquilo? E nenhum alvitre trazia a resposta necessária.

À espera duma ideia salvadora, levaram-no para um barracão existente para os lados da Secretaria. E para ali ficou ... talvez em companhia de um retrato «*em tamanho natural, de um cavaleiro seiscentista, com o seu peitoral de aço sobre o gibão de veludo*» que fora retirado da Sala do Conselho de um Instituto a que nem pertencera, nem perante o qual, ao que parece, se revestia de qualquer legitimidade.

V

Na Politécnica não tardaria a surgir o problema do acanhamento. Aulas, laboratórios, museus, biblioteca, Serviços administrativos, etc., lutavam com falta de espaço. Tolhida a expansão, ia-se reduzindo a eficiência.

O aproveitamento dos espaços, com instalações rudimentares e provisórias (?) tornava-se imperioso, embora atentasse contra a dignidade e o rendimento da função docente. Dia a dia piorava tal estado de coisas.

As arrecadações iam-se recolhendo os arquivos, como os barracões se utilizavam para moradia de funcionários. Foi assim que Fer-

não Teles, D. Maria de Noronha e uma dessas famílias passaram a *viver em comum*. Por outras palavras, não sei se menos chocantes: na improvisada vivenda, o leito dos vivos achava-se encostado ao túmulo dos mortos, isto é, a arca funerária (vazia ou cheia?) decorava a habitação da família de um modesto funcionário da Politécnica, melhor, da Faculdade de Ciências.

Pode velar-se um cadáver, durante uma noite inteira. Mas não se deve exigir dum lado, nem aceitar do outro, que a velatura se estenda por toda a nossa vida.

Por assim ser, o novo morador do referido anexo — o intruso, afinal! — protestava contra a indesejável mas imposta promiscuidade. E o velho problema aí permanecia impertinentemente. Era um quebra-cabeças levantado há mais de duzentos anos...

De repente, talvez se nem saiba como, *a luz fez-se*. Tão simples como no caso do «ovo de Colombo»: numas escassas horas levantaram aquém do túmulo uma nova parede que, reduzindo um espaço embora já diminuto, teve o condão de *emparedar* Fernão Teles, o tal «*cavaleiro seiscentista, com o seu peitoral de aço sobre gibão de veludo*», subtraindo-o assim, e ao seu monumental sarcófago, àquele tu-cá-tu-lá que o amesquinhara até ao ridículo.

Não sei quantas pessoas estarão na posse de tal segredo, nem quem responda por esta evidente escamoteação. Caído até ao estado de indesejável fantasma, o poderoso fidalgo foi suprimido com a mais espantosa simplicidade, como se de novo *falecesse da vida presente*.

VI

Afinal, quem foi ou que mais se sabe a respeito do rico proprietário olisiponense que, no séc. XVI, entregou ao governo provincial da então incipiente Companhia de Jesus as suas Quintas de Campolide e da Cotovia?

Para de tal nos recordarmos sem mais sacrifício da vossa paciência e generosidade, limitar-me-ei a ler, por transcrição, o epitáfio mandado lavrar, por D. Maria de Noronha, na arca tumular ora desapa-

recida por emparedada, sem criar suspeitas num meio tão populoso e dentro do qual se mantém oculta e ignorada.

«Aqui jaz Fernão Telles de Menezes; filho de Braz Telles de Menezes, camareiro-mór, guarda-mór e capitão dos ginetes do Infante D. Luiz, e de D. Catharina de Brito sua mulher — o qual foi do Conselho de Estado de El Rey Nosso Senhor e governou os estados da Índia e o reino do Algarve e foi regedor das justiças da Casa da Suplicação e presidente do Conselho da Índia e partes ultramarinas — E sua mulher D. Maria de Noronha, filha de D. Francisco de Faro, vedor da Fazenda dos reis D. Sebastião e D. Henrique e de D. Maria de Albuquerque sua primeira mulher; os quais fundaram e dotaram esta casa de provação da Companhia de Jesus e tomaram esta capela-mór para sua sepultura. — Faleceu Fernão Telles de Menezes a XXVI de novembro de MDCV e D. Maria de Noronha a VII de Março de MDCXXIII.»

(In Matos Sequeira - *Depois do Terramoto* - I)

VII

1. Fernão Teles de Meneses, ou da Silva de Meneses, desses Silvas que foram Senhores e depois Condes de Portalegre e, ao diante Marqueses de Gouveia, com capela mortuária em Santo Elói por mercê de D. Manuel I, fez toda a sua vida de fidalgo, guerreiro, político e magistrado, no decorrer do séc. XVI, visto falecer em 1605.
2. Antes desta data já a Companhia de Jesus estava na posse das Quintas de Campolide e da Cotovia, pelo que o seu túmulo, logo erguido em S. Roque, se pode considerar igualmente quinhentista.
3. Sendo indiscutivelmente verdadeiras as duas precedentes afirmações, resulta imprópria a designação de «Cavaleiro

seiscentista», embora por elasticidade de pensamento se infira estarem a reportar-se ao ano da sua morte, já no início de seiscentos.

4. Sendo evidente o desimpor, por parte do Estado e das instituições culturais, com que abriram mão da sorte e destino daquele espécime da tumulação ostentosa, afigura-se-me ser de tentar o seu encaminhamento para o nosso Museu, como fora lembrado por Sousa Viterbo, em 25-V-1899, e António César Mena Júnior, em 4-XII-1905.
5. Se assim fosse reconhecido, e logicamente se aceitasse vir tal aquisição a enriquecer o recheio arqueológico-histórico da Associação dos Arqueólogos Portugueses, pediria que pela digna Presidência da Secção de História o caso subisse à Presidência da Associação, podendo ainda contribuir-se para evitar o possível ou definitivo desaparecimento do referido valor histórico.

TIPOLOGIA E TIPOLOGISTAS DO PALEOLÍTICO (*)

pelo sócio efectivo

Vítor Manuel de Oliveira Jorge

A MEUS PAIS

INTRODUÇÃO

O Paleolítico, como é sabido, é hoje localizável cronologicamente entre 1 900 000 (de acordo com a datação obtida em Olduvai, na África oriental) e 10 000 anos. Caracteriza-se genéricamente por um modo de vida económico em que os seres humanos intervinham minimamente nos ciclos naturais, desconhecendo portanto a agricultura; em termos de predominância, podemos esquematisar a sua evolução, entre o Paleolítico antigo e o recente, pela importância cada vez maior da actividade de caçadores organizados sobre a de colectores de alimentos. Entretanto deu-se, do ponto de vista morfológico, uma longa evolução, desde os australantropianos (que por fabricarem utensílios fizeram recuar o Paleolítico até à data apontada) aos neantropianos do Paleolítico recente. Durante todo

(*) Conferência realizada na Faculdade de Letras de Lisboa, em 10 de Dezembro de 1969, na presença do seu Director, Senhor Professor Doutor D. Fernando de Almeida, e organizada pelo Círculo de Estudos Arqueológicos da mesma Faculdade.

este longo período, o homem, no sentido mais lato desta palavra, deslocava-se de início em pequenos grupos (talvez de dez ou doze indivíduos ao nível dos arcantropianos), depois ampliados, no Paleolítico recente, e devia mudar frequentemente de acampamento adentro de um território, embora voltasse com maior ou menor regularidade a certos locais privilegiados. Tecnologicamente, começou por utilizar instrumentos feitos a partir de seixos rolados pela água dos rios ou do mar, dos quais levantou algumas lascas numa extremidade, para, numa progressiva diversificação de formas (que corresponde a uma especialização crescente da utensilagem, por um lado, e a uma diversificação cultural regional, por outro) chegar às lâminas do Paleolítico recente, e a essa enorme variedade de utensílios que a partir delas inventou. Assim se foi o homem distanciando progressivamente das condições que o meio lhe fornecia, e a sua inteligência, exclusivamente sensorio-motriz ou prática ao nível dos australantropianos, veio a tornar-se, no final do Paleolítico, uma inteligência representativa, revelando uma relação do homem com o meio exterior completamente nova, e capaz de manifestações estéticas como as que se conservam, por exemplo, nas grutas franco-cantábricas: o progresso havia-se tornado independente da evolução biológica.

É este o complexo quadro a que me reportarei, ao debruçar-me sobre uma das múltiplas disciplinas científicas a que o seu estudo deu lugar: a tipologia. Esta palavra não deve ser aqui tomada no sentido genérico que tem em arqueologia (designando abreviadamente o método tipológico ou arqueológico), mas sim no restrito, a que o anterior deu lugar pela obra de François Bordes, Professor da Faculdade de Ciências da Universidade de Bordéus, e principal mentor da tipologia paleolítica, que escreve: «A tipologia paleolítica é a ciência que permite reconhecer, definir e classificar as diferentes variedades de utensílios que se encontram nas jazidas desse longo período da evolução da humanidade» (1). Procurarei, nesta exposição, e sempre em traços muito gerais, enunciar os principais aspectos da tipologia paleolítica, relacionando-os com outras ciências ou métodos deste capítulo da Pré-história; em seguida focarei alguns dos problemas teóricos e de método que se levantam na construção de qualquer tipologia, independentemente de considerações de tempo, lugar ou qualidade de objectos a que se

refira, para esboçar, depois, uma pequena história da tipologia paleolítica e da actividade dos seus pioneiros. Terminarei esquematizando as principais perspectivas que a tipologia do Paleolítico oferece ao futuro próximo dos nossos estudos.

1. Procurando, portanto, definir e classificar as diferentes variedades de utensílios que se encontram nas jazidas, paleolíticas no nosso caso, ou pré-históricas em geral, a tipologia conduz à constituição de *tipos*. Gordon Childe definiu deste modo o conceito de tipo: «(...) dá-se o nome de tipo ao resultado de uma série de acções distintas inspiradas por uma e mesma tradição» ⁽²⁾ — conceito que, numa outra sua obra, justificou nestas palavras: «Os fenómenos arqueológicos podem ser agrupados como tipos precisamente porque os resultados da experiência pessoal, das tentativas e erros individuais, foram comunicados a outros membros de uma sociedade e adaptados e copiados por eles» ⁽³⁾. Tipo, pois, é uma entidade arqueológica, e, de acordo com a obra de David Clarke, *Analytical Archaeology*, integrável num modelo hierárquico de entidades arqueológicas, as quais podemos enunciar pela seguinte ordem crescente de complexidade: atributo, artefacto, tipo, conjunto, cultura, grupo de culturas, complexo técnico ⁽⁴⁾. Este autor, cujo significado teórico, hoje, é quiçá equivalente ao que teve Childe no seu tempo, define assim tipo: um artefacto-tipo específico; uma população homogénea de artefactos que participam de uma série de estados de atributos consistentemente recorrentes adentro de uma colecção política dada. Trata-se de uma afinidade a um nível intermediário, unindo a população como um todo talvez numa percentagem de 30 a 60 % ⁽⁵⁾. É evidente que esta definição é muito mais complexa, necessitando a sua compreensão do conhecimento de conceitos da taxonomia numérica ⁽⁶⁾; porém, importa apenas que tenhamos presente uma definição aproximada de tipo, tornando-se óbvio, pelo que disse, que a tipologia visa, através da observação dos caracteres morfológicos do maior número possível de objectos concretos, registar regularidades e diferenças nesses artefactos, que lhe permitam, procedendo por abstracção, constituir uma entidade que resuma os atributos considerados essenciais nessa mesma série de artefactos, e a que chamamos o tipo.

Definidos os conceitos fundamentais, direi que a tipologia paleolí-

tica é a base de qualquer estudo das indústrias ⁽⁷⁾, assim como a estratigrafia — uma estratigrafia fina — permanece ainda hoje na base da cronologia do Paleolítico. Vejamos esquematicamente os principais aspectos da tipologia paleolítica tal como é hoje entendida pelos tipologistas, entre os quais convém apontar, além de François Bordes, a quem já me referi, C. A. Althin, L. Balout, P. Biberson, A. Bohmers, Bourgon, Escalon de Fonton, G. Laplace-Jaureche, H. de Lumley, J. Perrot, Ramendo, D. de Sonnevile-Bordes, Jacques Tixier, Wouters, entre outros. A este conjunto de nomes de pioneiros pode acrescentar-se hoje esse outro de investigadores que se revelaram mais recentemente, e que seguem a mesma via, aperfeiçoando-a: Ignacio Barandiarán, Alberto Broglio, Delia Laplace-Brusadin, François Lévêque, Jose Maria Merino, Arturo Palma di Cesnola, Denise Philibert, Robert Vilain, etc., para já não falar de casos mais particulares e que reservarei para o final.

a) Um primeiro ponto releva da própria definição de tipo que aponte: *tal tipologia afasta-se intencionalmente de uma classificação ou interpretação funcional dos artefactos*. Significativamente, escreve Tixier na abertura da sua grande obra sobre a tipologia do Epipaleolítico do Magrebe: «Fez-se diversos ensaios, dos quais o mais conhecido é o de A. Vayson, para estabelecer uma classificação funcional das pedras trabalhadas. Eles não resultaram.

As provas formais que possuímos de um emprego seguro de um certo tipo de utensílio para certo trabalho bem definido são a tal ponto raras que não trataremos da utilização, crendo que, na quase totalidade dos casos, os raciocínios dedutivos aos quais estaríamos sujeito não ultrapassariam o estágio da hipótese, mesmo tendo em conta possíveis comparações etnográficas.

Não chegou ainda o momento em que «deveremos arriscarmo-nos a partir da fabricação dos utensílios para imaginar o seu emprego, tentar, em suma, ultrapassar a pré-história «tipológica» para esboçar uma *Pré-história funcional*», como pensa A. Varagnac. Aguardamos contudo com uma impaciência curiosa os resultados das pesquisas às quais este autor não deixará de se entregar a fim de escorar esta asserção. A julgar por um dos exemplos que nos dá, a «Pré-história funcional»

tem diante dela um vasto campo de pesquisa, tão vasto que corre o grande risco de aí se perder e de perder os investigadores que nessa via se empenhassem.

A tipologia não nos parece ainda, no estado actual da ciência pré-histórica, dever afastar-se de um método de classificação das pedras talhadas apoiando-se à partida em proposições indutivas: a tipologia é antes de mais uma ciência de observação.

Cremos numa tipologia morfológica. Se os artesãos pré-históricos realizaram utensílios com esta ou aquela forma característica é porque os quiseram assim, e uma contagem a partir de uma lista baseada na tipologia não é afinal senão uma enumeração de intenções a partir das suas frequências respectivas» (⁸).

Esta longa citação justifica-se por dois motivos: por um lado, resume perfeitamente um conjunto de preocupações dos tipologistas e, por outro, inclui-se num dos poucos textos teóricos que produziram, se exceptuarmos Laplace (cujas opções epistemológico-metodológicas, extremamente lúcidas, se encontram por vezes, porém, e a meu ver, demasiado directamente articuladas com posições ideológicas do seu autor). Criticando as utilizações precoces de etnólogos como Varagnac — caso de Tixier, como vimos — e de geógrafos como Nougier — caso de Laplace-Jauretche — os tipologistas têm uma preocupação de rigor a um nível puramente técnico, digamos, considerando tal cantonamento uma necessidade provisória para instalar o estudo das mais antigas fases da tecnologia humana em bases seguras. Esta depuração metodológica é sem dúvida de grande utilidade, vindo estancar todo um conjunto de vícios da Pré-história tradicional, dos quais enfermava a tipologia morfológica clássica. Características da mesma atitude são ainda as palavras de Laplace no seu artigo sobre a «Tipologia estatística e evolução dos complexos de lâminas e lamelas»: «De início quase exclusivamente funcionais, as definições tornaram-se morfológicas e parece acentuar-se uma tendência actual para este último modo de definição» (⁹). E o próprio François Bordes, desencadeador do movimento mas menos radical neste aspecto do que o seu discípulo Tixier, escreve na obra *Tipologia do Paleolítico Antigo e Médio*, criticando o conceito tradicional de «*coup-de-poing*»: «Muitas utilizações de utensílios pré-históricos continuam ainda desconhecidas e continuarão provavelmente

durante muito tempo a sê-lo. Os antigos pré-historiadores chamam «*coup-de-poing*» a certas formas cujo uso não conhecemos: parece contudo que elas não tiveram o papel de «*coup-de-poing*» senão muito ocasionalmente. Assim, tende-se hoje a substituir esse termo por outro puramente descritivo: *utensílio de talhe bifacial* ou pela abreviatura *utensílio biface*, ou simplesmente: *biface*» ⁽¹⁰⁾.

Do que fica dito, resulta pois que a definição dos tipos, feita tradicionalmente, no caso do Paleolítico, sob dois pontos de vista — o técnico, por um lado, e o morfológico e funcional por outro — abandona este último aspecto. E a técnica de produção do artefacto? Esta conduz-nos ao segundo ponto.

b) *Os modernos tipologistas dão prioridade à tipologia sobre a técnica.* «O estudo das indústrias paleolíticas mostrou-nos — escreve Bordes na obra citada — que a tipologia tinha, para a compreensão destas indústrias, mais importância do que a técnica de fabrico dos objectos, o que não quer dizer que esta última não tenha interesse, nem significado. Mas convém lembrar que, nos tempos pré-históricos como nos nossos dias, a técnica não é nunca senão um meio, sendo o utensílio, definido pela sua morfologia ou o seu uso, o fim. Um *racloir* ⁽¹¹⁾ é um *racloir*, seja ele feito a partir de uma lasca *Levallois* ou de uma lasca vulgar, quer tenha sido retocado com instrumento de madeira ou de pedra. Pode-se sempre, seja em que matéria-prima for (sílex, obsidiana, basalto, calcedónia, etc.) obter a forma exterior que se deseja, aplicando a técnica conveniente» ⁽¹²⁾. Esta opinião de François Bordes, considerando uma certa independência da morfologia em relação à matéria-prima e à técnica de fabrico (particularmente importante se pensarmos que é também um dos maiores, se não o maior conhecedor actual das técnicas primitivas de talhe, capaz de realizar com as suas próprias mãos, num curto espaço de tempo, qualquer utensílio paleolítico) é corroborada, por exemplo, por Tixier: «Querer caracterizar e definir um conjunto de utensílios, provenientes de uma camada arqueológica precisa num ponto geográfico dado, unicamente a partir das técnicas que presidiram à fabricação desses utensílios é uma tentativa votada de antemão ao fracasso» ⁽¹³⁾. Mas, se o estudo do talhe intencional da pedra como um dos grandes suportes da tipo-

logia caracterizou uma época em que esta tinha um carácter descritivo, se se deve dar por ora prioridade à tipologia sobre a técnica, esse facto não deve fazer-nos esquecer a importância do método da tecnologia experimental ou experimentação. Não me alongo sobre este ponto, que tratei no trabalho «A propósito do *Historisk-Arkaeologisk Forsögscenter* na Dinamarca». Aliás é o próprio François Bordes a ter consciência dessa interdependência retroactiva da tipologia e da tecnologia, ao escrever, no seu livrinho *Le Paléolithique dans le Monde*: «E, como dois objectos morfológicamente idênticos podem ter sido fabricados por técnicas diferentes, convém conhecer também as técnicas de talhe»; e, mais adiante: «O conhecimento das técnicas permite distinguir, num objecto, o que é accidental e o que é intencional» ⁽¹⁴⁾.

Estes aspectos não posso deixar de os relevar, uma vez que o seu esquecimento levar-nos-ia a considerar a tipologia como um fim em si, levar-nos-ia a cantonar-mo-nos numa visão meramente tecnicista e erudita no mau sentido, quando é evidente que o nosso fim último é a determinação da função dos objectos, que não pode deixar de recorrer aos paralelos etnográficos, ao método da experimentação e, até, à análise microscópica dos vestígios de fabrico e utilização desenvolvida por S. A. Semenov. A tipologia moderna adverte-nos porém — e apenas — contra uma articulação precoce desses ramos interdependentes do nosso trabalho, sendo portanto bom, dada a proliferação de interpretações apressadas, que cada um deles possa isolar-se temporariamente para que interactuem a um nível superior de rigor e de complexidade que nos dê algumas garantias de se ajustar, pelo menos em parte, à complexa realidade que procuramos reconstituir. É isso, afinal, o que nos diz Laplace-Jaureteche: «O ramo da tipologia adquiriu muito depressa uma individualidade tão vigorosa que poderíamos inquietar-mo-nos com o perigo que consistiria em perder de vista a unidade complexa da árvore reduzindo-a a uma só das suas partes» ⁽¹⁵⁾.

c) A *démarche* da tipologia é estatística, isto é, baseia-se na enumeração e mensuração exaustivas, e assenta pois em bases quantitativas, e não qualitativas como era o caso da tipologia descritiva tradicional. Daí a designação de tipologia estatística que por vezes se utiliza, e que na realidade recobre diversos métodos de pesquisa que nasceram

da utilização do método estatístico. Ao historiar adiante o método tipológico e a tipologia como disciplina científica, que dele derivou, indicarei os diversos passos que foram dados no domínio da aplicação da estatística à tipologia e as perspectivas que tal aplicação nos reserva. Desde já esquematizarei em quatro alíneas as características comuns de todas as aplicações do método estatístico em tipologia:

- a) introdução de definições tipológicas precisas;
- b) estudo das indústrias na sua totalidade;
- c) manifestação e medida quantitativas de variações que a simples visão dos objectos apenas sugeria;
- d) possibilidade de comparações frutuosas.

A segunda alínea merece um comentário, pois se relaciona com três exigências fundamentais que Bordes postula no estudo estatístico técnico e tipológico de uma jazida:

- 1) trabalhar com um número suficiente de objectos — 100, no mínimo, para o Paleolítico antigo e médio;
- 2) trabalhar com objectos não escolhidos;
- 3) trabalhar com conjuntos homogêneos.

Falta referir que o método estatístico conduz a três importantes aspectos:

1. estabelecimento de uma lista-tipo. No caso, por exemplo, de Laplace, a lista que este autor criou para as indústrias de lâminas e lamelas apresentava, em 1956, as seguintes entidades, por ordem decrescente de grandeza: grupo tipológico; classe tipológica; tipo primário; tipo secundário ⁽¹⁶⁾;
2. utilização de representações gráficas (histogramas e gráficos cumulativos);
3. cálculo de índices, que Sonnevile-Bordes divide em *totais* (percentagem de uma categoria ou tipo de utensílio em relação ao conjunto dos utensílios, como, por exemplo, o *índice de buril - IB*) e *restritos*, percentagem de um sub-tipo de utensílio adentro do seu tipo geral (por exemplo, *índice de buril diedro restrito - IBd^r*) ⁽¹⁷⁾.

2. Ocupar-nos-ão agora alguns dos problemas teóricos e de método que se levantam na construção de qualquer tipologia. Dado ser este um assunto muito vasto, terei que ser o mais possível esquemático, procurando relevar um facto fundamental: é que existe um movimento de *feedback* ou retroacção entre a construção de uma tipologia e a análise descritiva dos objectos a que aquela tipologia se refere. Precisemos o que pode entender-se por *feedback* ou retroacção e análise descritiva. O primeiro é um conceito da cibernética e designa genêricamente uma reacção do efeito sobre a causa; a segunda expressão foi criada por Jean-Claude Gardin e identifica-se com o que Leroi-Gourhan entende por «morfologia descritiva». Trata-se de uma análise das unidades mínimas descritivas, ou atributos, dos artefactos arqueológicos, como base para a classificação destes. Estas definições simplificadíssimas não deixam suspeitar, porém, os problemas complexos que envolvem tais conceitos. Importa contudo que sirvam para se compreender que a tipologia e a análise descritiva têm movimentos opostos e complementares: a tipologia visa criar tipos, que, como vimos, e utilizando uma expressão de Leroi-Gourhan, são «estados de síntese, característicos de uma época ou de uma cultura, enquanto que a finalidade da análise morfológica é mobilizar os elementos da descrição. A tipologia começa pois no ponto em que a análise morfológica oferece o meio de estabelecer o grau de validade dos caracteres» ou atributos ⁽¹⁸⁾.

Se no primeiro momento desta exposição procurei esboçar as linhas de força da tipologia paleolítica como disciplina científica, dando assim sempre que possível a palavra aos seus criadores, irei agora abordar os problemas da criação de uma tipologia tal como prospectivamente se põem hoje — isto é, recorrendo a métodos de documentação mecano-gráfica ou afins, como um ficheiro *peek-a-boo*. Nenhuma tipologia foi ainda produzida para o Paleolítico utilizando tais métodos, que eu saiba; no entanto, são diversos os investigadores que, no mundo, trabalham neste momento em tal sentido, e o resultado final do seu trabalho não tardará. Mas tais tipologias existem já para objectos não paleolíticos como, por exemplo, para utensílios de bronze da vasta área do globo que vai do Danúbio ao rio Indo. Esta deve-se a Jean Deshayes, Professor de Arqueologia oriental na Faculdade de Letras de Paris, e J. Christophe; debatendo problemas relacionados com tal

tipologia, apresentou aquele Professor uma comunicação ao Colóquio sobre o emprego de calculadores em arqueologia realizado em Marseilha em Abril de 1969, intitulada: «Pontos de vista subjectivos sobre a construção de uma tipologia», a qual é da máxima importância para nós neste momento.

Quando se utilizam métodos mecanográficos ou um ficheiro *peek-a-boo*, forma simplificada daqueles, paralelamente à tipologia, que visa uma apresentação sintética, é preparado um código, que está ao nível da análise descritiva. A tipologia, por um lado, o código e o índice mecanográfico da utensilagem (que resulta do transporte para fichas perfuradas dos dados do código) por outro, encontram-se, como é óbvio, numa relação retroactiva. Ora, enquanto que a tipologia é um ponto de chegada, isto é, é um elemento estático, um índice mecanográfico introduz um elemento dinâmico: produto de um método de análise objectiva, ele permite sempre ultrapassar uma tipologia já construída, e criar outra através de novas perguntas feitas aos mesmos elementos analíticos. O que equivale a dizer que não há uma classificação nem uma tipologia ideais; cada tipologia parte de uma hierarquização particular das categorias descritivas dos artefactos em estudo; quer dizer, cada tipologia fundamenta-se numa selecção própria — pessoal ou de uma equipa de trabalho — que releva certos caracteres para voluntariamente eliminar ou reduzir outros a um papel secundário.

Uma tipologia tem, por outro lado, as suas exigências: a sua construção implica a eliminação *a priori* de critérios não pertinentes, como é o caso de critérios de ordem geográfica, cronológica ou funcional, facto que já encontrámos no caso particular da tipologia paleolítica. Certamente que esta exigência não entra em conflito com o facto de uma tipologia dever, em última análise, ter um significado histórico ou geográfico, e cada tipo ou classe de tipos um sentido funcional; também esta posição não ignora que há sempre noções dessa ordem, mais ou menos intuitivas, conduzindo, desde o início, a análise dos artefactos, que no melhor dos casos provêm de um determinado contexto arqueológico rigorosamente registado no campo. Porém, este método postula um aperfeiçoamento de tais noções em círculo, em *feedback* como disse, e não linear. No momento da análise procura-se apenas o máximo de rigor possível, necessário entre duas sínteses, mas

não uma pretensa «objectividade» que esquecesse o carácter orientado, digamos, de qualquer tipologia, e que equivaleria em última análise a conferir à realidade que devemos criar um estatuto de imanência.

Vimos portanto um ponto fundamental: é que um mesmo material pode dar lugar a diversas construções tipológicas, e estas variam de acordo com a ordenação dos critérios de classificação segundo uma certa hierarquia; esta hierarquia resulta, por sua vez, do nosso programa de pesquisa. Um tal procedimento irá produzir uma tipologia de estrutura necessariamente piramidal, como já vimos no caso do Paleolítico, dividindo-se cada tipo em sub-tipos e, para Jean Deshayes, cada sub-tipo ainda eventualmente em variantes. A complexidade de combinações possíveis entre elementos de uma tal estrutura implica, para ser feita com a maior segurança hoje possível, o recurso a computadores. Mas nunca é demais frisar que todo este aparato de rigor é subsidiário, é um utensílio ao serviço dos problemas que o arqueólogo pretende resolver e se vêm a estruturar desde a primeira formulação do seu programa de pesquisa. E passando a palavra a Jean Deshayes: «A construção de uma tipologia baseia-se de facto numa alternância de perguntas e de respostas, numa sucessão de classificações experimentais e provisórias em que a hierarquia dos critérios não aparece senão pouco a pouco, em que mal ainda se entrevê a estrutura piramidal indispensável. A reflexão releva progressivamente linhas de força, a síntese que forjamos vai-se repercutindo na análise na qual ela própria se baseia, provocando reagrupamentos diferentes e o destacar ou o pôr de parte de factores sempre diferentes» (19).

A lucidez destas palavras nem sempre está presente nos demais tipologistas. É assim que para Sonnevile-Bordes, tipologia e análise descritiva parece situarem-se em dois níveis diferentes e estáticos (distinção curiosamente equiparável à dicotomia Língua/Fala de Saussure, autor a quem não são indiferentes influências de um materialismo mecanicista de que aliás se eivava a sociologia e psicologia do seu tempo); assim, afirma que a representação gráfica «se aplica a objectos que são definidos por caracteres descritivos; ela não suprime pois de modo algum a análise descritiva, à qual compete dar conta das *nuanças*, das originalidades, do estilo da utensilagem» (20).

3. Até aqui, acedemos aos problemas da tipologia de um ponto de vista lógico; tratá-los-ei agora numa perspectiva diacrónica, tentando relevar os principais momentos da história da taxonomia e tipologia paleolíticas e indicar os seus representantes.

Diz-nos H. Alimen, no vol. I do seu *Atlas de Pré-história*, que «a tarefa característica do pré-historiador, e que permanecerá sempre o seu domínio próprio, é o estudo das peças arqueológicas». Esta posição tem alguma razão de ser, se pensarmos que essas peças, particularmente no caso da pedra, são indícios autênticos, que resistiram ao tempo, e nos fornecem uma possibilidade de acesso imediato a um aspecto da actividade do homem pré-histórico. Não é de estranhar, pois, que tenha sido um critério tecnológico o utilizado cerca de 1812 por Thomsen para dar à Pré-história o seu primeiro quadro de divisões cronológicas; este quadro baseava-se já, assim, no método arqueológico ou tipológico. Mas as raízes deste podemos encontrá-las no séc. XVI em Mercati, cujo critério de classificação seria posteriormente ampliado, como é bem sabido, por Jussieu no séc. XVII, Mahudel no séc. XVIII e Boucher de Perthes e Lefebvre no séc. XIX. Coube por sua vez a Mortillet, nos fins deste último século, racionalizar a tipologia ⁽²¹⁾ que tais autores lhe legaram, classificando os utensílios em quatro grandes categorias: «utensílios que serviram para raspar», «esmagar», «partir» e «perfurar». Com Mortillet encerrou-se um primeiro ciclo da história da tipologia, no sentido amplo desta palavra (estudo analítico dos artefactos arqueológicos), ciclo caracterizado pelas primeiras tentativas de fixação do talhe intencional da pedra, distinguindo-se por um lado os produtos autênticos do trabalho humano dos devidos a agentes naturais, e, por outro, apartando-se os artefactos dos detritos resultantes do seu fabrico, distinção esta que precisamente assinalara o nascimento da tipologia. Como outras características deste primeiro período da história da tipologia devo apontar a proliferação anárquica dos tipos, quase sempre definidos em termos funcionais, e portanto colhidos na etnografia. Mas não foi este campo de pesquisas o único a influenciar profundamente a tipologia nos seus inícios: também a geologia, e de diversos modos. Em primeiro lugar, o facto de certos tipos se repetirem, quer associados a um contexto paleontológico preciso quer a uma mesma utensilagem óssea, levou à noção de que existiam conjuntos estáveis que

foram baptizados, de acordo com a geologia, com o nome da localidade ou da jazida em que tinham sido observados ou distinguidos pela primeira vez. Em segundo lugar, utilizou-se, para a descrição de tais pretensos conjuntos, a noção também geológica de *fossile directeur* ou tipo fóssil. Esta noção, hoje praticamente posta de parte pela tipologia estatística, é ainda, contudo, utilizada por muitos pesquisadores, que assim definem os grupos industriais com base no que podemos denominar, com Laplace, uma tipologia qualitativa específica.

O movimento para a superação desta última começou em França, cerca de 1949, e foram seus iniciadores François Bordes e M. Bourgon, que adaptaram os métodos estatísticos ao Paleolítico antigo e médio, reagindo contra a definição «instantânea» das indústrias. Passados dois decénios, escreve François Bordes sobre o significado do movimento desencadeado pelo grupo de Bordéus: «O método arqueológico clássico, baseado em critérios qualitativos, foi utilizado durante muito tempo para estudar as indústrias. As peças mais impressionantes eram largamente descritas, comparadas de jazida a jazida, e assim eram definidos os «tipos característicos» para cada indústria. Embora os melhores autores, tais como Peyrony, Breuil, Commont, tenham muitas vezes tentado obter uma visão de conjunto do material que estudavam, os dados quantitativos não entravam senão raramente em linha de conta. Certos pré-historiadores tais como J. Bouyssonie, tinham por um dever dar as percentagens dos diversos utensílios, mas não utilizavam estas percentagens em comparações. Outros autores davam-nas confundindo nelas utensílios, lascas não retocadas, núcleos, percutores, etc., o que lhes roubava muito do seu significado. Barnes e Kidder fizeram estudos quantitativos sobre as técnicas desde 1936, que não tiveram continuação.

Os progressos da Pré-história mostraram depressa o perigo de correlações feitas unicamente entre os «utensílios característicos». Para mais, este método não permitia seguir a evolução de uma indústria pois que, por exemplo, logo que se encontrava algumas pontas de *la Gravette* num nível perigordense, este nível era classificado como Perigordense IV. Do mesmo modo, devido ao facto de alguns tipos serem considerados como perigordenses, certas indústrias aurinhacenses tinham sido erradamente colocadas no Perigordense. Em 1948-1950 introduzimos no estudo do Paleolítico a utilização sistemática dos métodos estatís-

ticos. Pesquisas análogas foram depois levadas a efeito por diversos autores em diferentes países (...). Estão actualmente em curso pesquisas que utilizam métodos estatísticos mais desenvolvidos em França, nos Estados Unidos e em Inglaterra» (22).

Esta orientação renovou inteiramente o estudo destes períodos, conseguindo, por exemplo, subdividir o complexo mustierense em grupos bem caracterizados. Ainda sob a direcção de François Bordes, D. de Sonnevile-Bordes e Perrot adaptaram alguns anos mais tarde o método ao Paleolítico recente, tendo aquela autora produzido uma obra muito importante sobre o Paleolítico superior no Périgord. Entretanto, G. Laplace-Jaureche, seguindo um caminho muito próprio, que designou por «tipologia analítica» e posteriormente, também, por «tipologia sistemática», aplicou os métodos estatísticos ao estudo do Mesolítico. Por seu turno, na Suécia, C. A. Althin trabalhava no mesmo sentido genérico sobre o Mesolítico no sul da Escandinávia, e Tixier, sob a direcção de Bordes, produzia a sua tipologia do Epipaleolítico do Magrebe, em 1963. Aponte-se ainda os nomes, entre muitos outros já referidos ou não, de Escalon de Fonton e H. de Lumley, que se baseiam num critério próprio, o da selecção dos tipos líticos, para estudar as indústrias do sudoeste da França, e A. Bohmers e A. Wouters, que aplicaram um sistema estatístico e «tipométrico», na sua expressão, às indústrias do Paleolítico superior tardio e Mesolítico neerlandeses.

No caso português, é satisfatório apontar que já em 1951 uma estação do nosso território, o Cabeço da Amoreira em Muge, tinha as suas indústrias tratadas segundo um princípio estatístico por Jean Roche, que apresentava uma lista tipológica restrita e diferentes representações gráficas.

4. A terminar, direi que as perspectivas de futuro em tipologia são tão amplas, que certamente levarão um dia a encarar tudo o que até agora referi como mera introdução. Tais perspectivas ligam-se à exploração das seguintes vias:

- utilização da metodologia estatística num grau mais complexo, e da taxonomia numérica (23), cujas possibilidades só o computador permite aproveitar inteiramente;

- como suporte da *démarche* anterior, desenvolvimento da análise descritiva no sentido de Jean-Claude Gardin; criação de linguagens artificiais de descrição dos artefactos, com base em modelos linguísticos e conceitos da teoria da informação;
- finalmente — e este aspecto é talvez fundamental — aperfeiçoamento, em termos teóricos, de um modelo hierárquico de entidades arqueológicas, e particularmente no que diz respeito ao nível do artefacto e tipo de artefacto.

É provável que esta última via venha a forçar-nos a abandonar o próprio termo «tipologia»; esta releva, afinal, em parte da «taxonomia e classificação e em parte da ordenação de artefactos-tipo ou conjuntos de acordo com uma eficiência funcional cada vez maior e numa sequência seriada de oscilações de atributos no sentido da afinidade e igualdade», como nos diz David Clarke ⁽²⁴⁾. O livro deste autor, em suma, é a principal base teórica para prosseguirmos, e em cujos quadros há que integrar a enorme massa de conhecimentos empíricos que já se possui. A falta de orientação teórica é cada vez mais reveladora de um trabalho que, conscientemente ou não, tem significado provisório (falo, como é óbvio, a um nível diferente daquele em que todas as aquisições científicas necessariamente o são): ora a tipologia estatística ou tipologia como disciplina científica tem precisamente, e de forma voluntária, essa característica. Reacção contra o envolvimento prematuro e abusivo de outras disciplinas na tarefa de ordenação dos artefactos em entidades, equiparável à reacção anti-semântica do distribucionalismo linguístico, a tipologia, como repete um Laplace ou um François Bordes (apesar das suas discordâncias, e de Laplace procurar, significativamente, interpretar epistemológica e filosoficamente o movimento da tipologia) não é, afinal, um campo autónomo — ela procura, tão somente, um modo mais rigoroso de ordenação daqueles artefactos. Curioso empirismo numa época em que se generaliza a noção de que não há uma classificação que a realidade nos imponha, pois que tal classificação resulta sempre de uma escolha nossa, como disse, e é uma construção perecível, e tanto mais quanto menos apurados forem os nossos utensílios para a realizar. Mas se os tipologistas encaram menos estes pontos, que, tomados na sua real importância,

nos permitem, no presente, estar em trânsito para o futuro próximo da arqueologia, incidem ao menos a sua atenção sobre os artefactos: e ainda bem, porque não podemos ter o optimismo de pensar que os lemos a esse nível empírico. O menosprezo deste primeiro nível de análise contribuiria, decerto, para a criação e manutenção de muitos falsos problemas; portanto, mais uma vez, o esquema que proponho não é linear, mas em círculo, e complementar: aqui, como sempre, a visão unilateral só prejudica o nosso trabalho.

Postas as coisas no seu lugar, segundo creio, aponto alguns nomes e trabalhos que nos abrem novas perspectivas e permitem já a superação de aspectos da tipologia estatística. Utilizando o computador: obra de Glynn Isaac, de 1968, sobre os machados acheulenses do Paleolítico inferior; trabalhos de Lewis e Sally Bindorf, desde 1966, sobre os conjuntos mustierenses, permitindo testar e melhorar as conclusões de Bordes; trabalho, no mesmo domínio e com idêntico sentido, de James Doran e Hodson; estudo de Bindorf sobre as pontas de projectil paleolíticas, etc. Mas, acima de todos pela sua importância — como ainda nas I Jornadas Arqueológicas me dizia o Professor Barandiarán, de Zaragoza, já citado — está J. R. Sackett, e o seu trabalho sobre os tipos de raspadeiras feitas a partir de lâmina do Paleolítico superior, de 1966. Acrescente-se que a finalidade de Sackett foi analisar grupos de atributos adentro de uma família de tipos pertencente a uma população de raspadeiras do Aurinhacense A, procurando isolar tipos e sub-tipos. Trata-se portanto de uma tentativa, que foi bem sucedida, de definir tipos objectivamente, pela utilização de um computador.

No que se refere à produção de códigos para a descrição analítica de utensílios paleolíticos, informou-me Jean-Claude Gardin, por carta de 28 de Novembro de 1969, da existência, ao momento, dos seguintes projectos:

- J. M. CRUXENT, *Litometria: Artefactos de Acabado Escamoso*. Boletín Indigenista Venezolano. Año IX - Tomo X - N.ºs 1-4. Caracas, 1964-65.
- M. BRÉZILLON, *La dénomination des objets de pierre taillée*. Thèse de Doctorat de 3^{ème} cycle, soutenue à Paris en 1966. Paris, 1968, Gallia - Préhistoire, 412 pp., 227 fig.

- W. A. RICHITIE, «A typology and nomenclature for New York projectile Points». *N. Y. State Museum and Science Service. Bull.* N.º 384. The University of the State of N. Y. Albany 1961, 119 pp., 1 fig. 36 pl.
- E. M. WEYER, «New world Lithic Typology project - Part I». *American Antiquity*, 1964, Vol. 29. N.º 4, pp. 487-489 ⁽²⁵⁾.

para não citar Laplace e o seu «Essai de typologie systématique», referido na bibliografia final. Na mesma carta, informa-me ainda Jean-Claude Gardin da existência de um código resultante da análise das indústrias líticas da América do Sul e que se deve a uma equipa de trabalho dirigida por A. Laming-Emperaire; e, também, de que o Dr. Golson e Belleau-Kemp preparam códigos analíticos para a descrição do material lítico da Oceania.

5. NOTAS

As indicações numéricas que antecedem a anotação da página referem-se aos correspondentes números de ordem atribuídos às obras ou artigos apresentados na *Bibliografia consultada*.

(¹) 8, p. 1; (²) 18, p. 20; (³) 17, p. 8; (⁴) *Vide* 29; (⁵) 19, p. 669; (⁶) Consulte-se, por exemplo, R. R. Sokal, «Numerical Taxonomy», in *Scientific American*, 1966, 215, n.º 6, pp. 106-117. Para os conceitos de Clarke sobre tipo, *vide* 19, I, cap. 5: «Artefacto e tipo»; (⁷) Por *indústria*, de acordo com Laplace (*vide* 31, p. 282, nota 13) podemos entender quer todas as formas de pedra, osso ou madeira trabalhadas pelo homem, da mesma jazida, quer um grupo de indústrias provenientes de camadas ou jazidas diferentes mas com características comuns. Para este segundo sentido Laplace propõe a expressão *conjunto industrial*, preferível, sem dúvida, à palavra *cultura*, aqui obviamente abusiva, como nota Gardin (*vide* 25, p. 139); (⁸) 46, pp. 17 e 18; (⁹) 31, p. 271; (¹⁰) Sobre este caso particular, *vide*, por ex.: 12, *Glossaire*, palavra *biface*; 15, palavras *biface* e «*coup-de-poing*»; (¹¹) raspador ou rascador; (¹²) 8, p. 10; (¹³) 46, p. 18; (¹⁴) 12, p. 24; (¹⁵) 31, p. 271; (¹⁶) *Vide* 31, pp. 276-78; (¹⁷) *Vide* 44, pp. 200 e 201; (¹⁸) 36, p. 245; (¹⁹) 22, p. 11; (²⁰) 44, p. 198; (²¹) Note-se que tipologia e classificação se não identificam: a «classificação é, simplesmente, uma definição ou designação sistemática de cada um e da totalidade dos tipos (I. Barandiarán, 3, p. 10); (²²) 12, pp. 31 e 32; (²³) A taxonomia numérica pode ser

definida do seguinte modo: «avaliação numérica da afinidade ou semelhança entre unidades taxonômicas e ordenação dessas unidades em percentagens com base nas suas afinidades». (19, p. 520); (24) 19, p. 205; (25) Citado em 27, p. 26, nota 1; o nome do autor é Weyer e não Meyer, como aí figura devido a gralha.

6. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1. — ALIMEN, H., *Atlas de Préhistoire*, vol. I, Paris, Éditions N. Boubée et Cie., 1965.
2. — ALMAGRO, Martin, *Introducción al Estudio de la Prehistoria y de la Arqueología de Campo*, Madrid, Ediciones Guadarrama, 1963.
3. — BARANDIARÁN, Ignacio, «Sobre tipología y tecnología del instrumental óseo paleolítico», in *Caesaraugusta*, 29-30, Zaragoza. 1967.
4. — BINDORF, Sally R. e BINDORF, Lewis R., «Stone Tools and Human Behaviour-statistical analysis of the implements found at Paleolithic sites can identify the groups of tools that were used for various kinds of jobs. These groupings suggest how early man's life was organized», in *Scientific American*, April 1969, Vol. 220, Number 4, pp. 70-84.
5. — BORDES, François, «Principes d'une méthode d'étude des techniques de débitage et de la typologie du Paléolithique ancien et moyen», in *L'Anthropologie*, t. LIV, 1950, n.º 1-2, pp. 19-34.
6. — BORDES, François e M. BOURGON, «Le complexe moustérien: moustérien, levalloisien et tayacien», in *L'Anthropologie*, t. LV, 1951, n.º 1-2, pp. 1-23.
7. — BORDES, François, «Typologie et statistique. Observations sur la note de M.elles Alimen et Vignal», in *B.S.P.F.*, L, n.º 2, 1953, pp. 74-78.
8. — BORDES, François, *Typologie du Paléolithique Ancien et Moyen*, 2 vols., Bordeaux, Imprimeries Delmas, 1961. Publications de l'Institut de Préhistoire de l'Université de Bordeaux; ouvrage publié avec le concours du C.N.R.S., mémoire n.º 1, 2^e éd.
9. — BORDES, François, «A propos de la théorie de M. Laplace sur le synthétype aurignaco-gravettien. Quelques questions préalables», in *L'Anthropologie*, t. 67, n.º 3-4, 1963, pp. 347-360.
10. — BORDES, François, «A propos de typologie», in *L'Anthropologie*, t. 69, n.º 3-4, 1965, pp. 369-377.
11. — BORDES, François, «Utilisation possible des côtés des burins», in *Sonderdruck aus Fundberichte aus Schwaben*, Neue Folge 17, Seite 3-4, 1965.
12. — BORDES, François, *Le Paléolithique dans le Monde*, Paris, Hachette, 1968, Col. «L'Univers des Connaissances», 30.
13. — BOURDIER, Franck, *Préhistoire de France*, Paris, Flammarion, Éditeur, 1967, «Nouvelle Bibliothèque Scientifique».

14. — BRAUCOURT, Jean de Heinzelin de, *Manuel de Typologie des Industries Lithiques*, Bruxelles, Édité par la Commission Administrative du Patrimoine de l'Institut Royal des Sciences Naturelles de Belgique, 1962.
15. — BRÉZILLON, Michel, *Dictionnaire de la Préhistoire*, Paris, Librairie Larousse, 1969, «Dictionnaires de l'Homme du XX^e Siècle».
16. — BROGLIO, Alberto e LAPLACE, Georges, «Études de typologie analytique des complexes leptolithiques de l'Europe centrale. I. Les complexes aurignacoïdes de la Basse Autriche», in *Rivista di Scienze Preistoriche*, vol. XXI-Fac. 1, Stamperia Editoriale F.lli Parenti di G., Firenze, 1966.
17. — CHILDE, V. G., *Piecing Together the Past - the interpretation of archaeological data*, London, 3.^a ed., 1969.
18. — CHILDE, V. G., *Introdução à Arqueologia*, Lisboa, Publicações Europa-América, sem data, Coleção Saber, n.º 48.
19. — CLARKE, David L., *Analytical Archaeology*, London, Methuen & Co Ltd., 1968.
20. — CLARKE, David L., *Towards Analytical Archeology - New Directions in the Interpretive Thinking of British Archaeologists*, texto policopiado da comunicação apresentada ao Colloque International du Centre National de la Recherche Scientifique sur l'Emploi des Calculateurs en Archéologie, Problèmes Sémiologiques et Mathématiques, Marselha, Abril de 1969.
21. — *Communications - 13. Les Objets*, Paris, École Pratique des Hautes Études - Centre d'Études des Communications de Masse, Éd. du Seuil, 1969.
22. — DESHAYES, Jean, *Points de vue subjectifs sur la construction d'une typologie*, texto policopiado da comunicação apresentada ao Colloque International du C. N. R. S. sur l'Emploi des Calculateurs en Archéologie, Problèmes Sémiologiques et Mathématiques, Marselha, Abril de 1969.
23. — DORAN, J. E. e HODSON, F. R., «A digital computer analysis of palaeolithic flint assemblages», in *Nature*, May 14, 1966, vol. 210, pp. 688 e 689.
24. — FONTON, Escalon de e LUMLEY, Henri de, «Les industries Romanello-Azilien-nes», in *B. S. P. F.*, LIII, n.º 9, 1956, pp. 504-517.
25. — GARDIN, Jean-Claude, «Problèmes d'analyse descriptive en archéologie», in *Études Archéologiques*, ed. P. Courbin, Service d'Édition et de Vente des Publications de l'Éducation Nationale, Paris, 1963, pp. 132-150.
26. — HYMES, Dell, *Linguistic Models in Archaeology*, texto policopiado da comunicação apresentada ao Colloque International du C. N. R. S. sur l'Emploi de Calculateurs en Archéologie, Problèmes Sémiologiques et Mathématiques, Marselha, Abril de 1969.
27. — JORGE, Vitor Manuel de Oliveira, «Introdução à aplicação de computadores electrónicos em arqueologia», in *Revista de Guimarães*, vol. LXXVIII, n.ºs 1-2, Janeiro-Junho, 1968, pp. 5-48.
28. — JORGE, Vitor Manuel de Oliveira, «A propósito do Historisk - Arkæologisk Forsøgscenter na Dinamarca», in *Revista de Guimarães*, vol. LXXIX, n.ºs 3-4, Julho-Dezembro, 1969, pp. 235-250.
29. — JORGE, Vitor Manuel de Oliveira, «A arqueologia no contexto da actual meto-

- dologia científica: uma perspectiva», comunicação apresentada às *I JORNADAS ARQUEOLÓGICAS* da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 3-7 de Novembro de 1969 (no prelo).
30. — LAMING-EMPERAIRE, Annette, *L'Archéologie Préhistorique*, Paris, Editions du Seuil, s/ data, Collections Microcosme - Le Rayon de la Science, 18.
 31. — LAPLACE - JAURETCHÉ, G., «Typologie statistique et évolution des complexes à lames et lamelles», in *B.S.P.F.*, t. LIII, 1956, pp. 271-290.
 32. — LAPLACE, Georges, «Essai de Typologie Systématique», in *Annali dell'Università di Ferrara* (Nuova Serie) - Sezione XV - Paleontologia Umana e Paleontologia - Supplemento II al Volume I, Università Degli Studi Di Ferrara, 1964.
 33. — LAPLACE, Georges, «Le Magdalénien du Grand Abri Charasse à Entrechaux (Vaulcuse)», In Memoriam do Abade Henri Breuil, II, in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, III Série, n.º 10, 1966 (pp. 91-117 da Separata).
 34. — LAPLACE, Georges, «Recherches de Typologie Analytique 1968», in *Origini* - II, Roma, 1968, pp. 7-64.
 35. — LEPSCHY, G. C., *La Linguistique Structurale*, Paris, Payot, 1968, «Études et Documents Payot».
 36. — LEROI-GOURHAN, André, e outros, *La Préhistoire*, Paris, P. U. F., 1966, «Nouvelle Clio» - *L'Histoire et ses problèmes*, n.º 1.
 37. — MELLARS, P. A., Anthropology - «Sequence and Development of Mousterian Traditions in South-western France», in *Nature*, 1965, vol. 205, pp. 626 e 627.
 38. — MERINO, José Maria, «Tipologia Lítica», in *Munibe*, Ano XXI, 1969, Fascículos 1-2-3, pp. 3-325.
 39. — PIGOTT, Stuart, *Approach to Archaeology*, Harmondsworth, Penguin Books Ltd., 1966, A 810.
 40. — ROCHE, l'Abbé Jean, *L'industrie préhistorique du Cabeço d'Amoreira (Muge)*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1951 - Instituto Para a Alta Cultura - Centro de Estudos de Etnologia Peninsular (Porto).
 41. — ROCHE, l'Abbé Jean, *Le Gisement Mésolithique de Moita do Sebastião (Muge - Portugal)* - *Archéologie*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1960.
 42. — ROCHE, l'Abbé Jean, *L'Épipaléolithique Marocain*, 2 vols., Ouvrage publié sous le haut patronage de la *FONDATION CALOUSTE GULBENKIAN*, Lisboa, 1963.
 43. — SONNEVILLE-BORDES, D. de e J. PERROT, «Essai d'adaptation des méthodes statistiques au Paléolithique supérieur. Premiers résultats», in *B.S.P.F.*, L, n.º 6, 1953, pp. 323-333.
 44. — SONNEVILLE-BORDES, D. de, «Esquisse d'une évolution typologique du Paléolithique supérieur en Périgord. Défense et illustration de la méthode statistique», in *L'Anthropologie*, tome 58, n.º 3-4, 1954, pp. 197-230.
 45. — SONNEVILLE-BORDES, D. de e J. PERROT, «Lexique typologique du Paléolithique supérieur - Outillage lithique - IV Burins», in *B.S.P.F.*, tome LIII - Fasc. 7-8 - Nov., 1956, pp. 337-448; Idem - «Outillage lithique (suite et fin) - Outil-

lage à bord abattu - VI Pièces tronquées - VII Lames retouchées - VIII Pièces variées - IV Outillage lamellaire. Pointe azilienne», in *B.S.P.F.*, n.º 9, pp. 547-559.

46. — TIXIER, Jacques, *Typologie de l'Épipaléolithique du Maghreb*, Mémoires du Centre de Recherches Anthropologiques Préhistoriques et Ethnographiques (Alger). II, Paris, Arts et Métiers Graphiques, 1963.
47. — VARAGNAC, André (sob a direcção de), *O Homem Antes da Escrita*, Lisboa / Rio de Janeiro, Edições Cosmos, 1963.

APRESENTAÇÃO DA CARTA GEOLÓGICA DO QUATERNÁRIO DE PORTUGAL ⁽¹⁾

pelo sócio efectivo

Georges Zbyszewski

INTRODUÇÃO

A contribuição dos Serviços Geológicos de Portugal para a elaboração da «Carta Internacional do Quaternário da Europa» levou à preparação de uma maquete do mapa do Quaternário do País, na escala de 1/1.000.000, destinada a ser reduzida para a escala internacional de 1/2.500.000.

Dentro das normas da legenda oficial que tivemos de seguir e, em função da escala demasiado pequena do mapa da Europa que não deixava lugar a muitos pormenores, fomos obrigados a escolher, entre muitos, os elementos mais importantes que deviam figurar naquele mapa, deixando muitos outros para uma edição numa escala maior, que poderia ser feita ulteriormente.

A elaboração da maquete, além de obrigar a uma esquematização dos limites, necessitava, também, de uma uniformização dos dados para o conjunto do País, o que era difícil conseguir, visto que os levantamentos geológicos de pormenor estavam muito atrasados ou eram mesmo inexistentes em certas áreas.

(1) Comunicação apresentada na Secção de Pré-história da Associação dos Arqueólogos Portugueses, na sessão de 25 de Novembro de 1970.

Em 1967 a maquete referida foi enviada à Comissão da Carta Internacional do Quaternário, e, em 1968, uma reunião da mesma Comissão realizou-se em Lisboa.

Devido ao interesse apresentado pelo assunto, o Engenheiro Chefe dos Serviços Geológicos resolveu então publicar um mapa do Quaternário do País, baseado na maquete anterior e conforme a legenda estabelecida na referida reunião.

A «Carta Geológica do Quaternário de Portugal», publicada em 1969, representa, assim, a primeira tentativa, ainda que sumária, para dar um esboço geral da repartição dos depósitos quaternários existentes no País e actualmente cartografados.

Com os progressos dos levantamentos em curso, tanto no continente como na zona submarina adjacente, será possível, numa edição ulterior, mais completa, acrescentar novos elementos e novos dados que ainda não figuram neste primeiro mapa.

I. ESTRATIGRAFIA

Apresenta as seguintes subdivisões, baseadas na legenda da Carta Internacional do Quaternário da Europa:

1. *Dunas litorais e areias eólicas*

Foram incluídas nesta rubrica as formações modernas do litoral, escalonadas de N para S, desde Caminha até Vila Real de Santo António.

A maior largura dos afloramentos dunares observa-se no Pinhal de Leiria, onde atinge cerca de 10 km.

2. *Aluviões fluviais e fluviomarinhas*

Com esta designação foram representadas, nos principais vales do País, as maiores manchas de aluviões fluviais e fluviomarinhas. A espessura daqueles depósitos varia de ponto para ponto, sendo maior a juzante, na proximidade do mar, onde predominam as

formações salobras, e menores a montante, onde se nota a passagem progressiva a uma formação de origem francamente continental.

No primeiro caso, os depósitos aluvionares principiam, na base, por uma cascalheira geralmente contemporânea da glaciação de Würm, coberta por areias mais ou menos grosseiras, seguindo-se, a elas, camadas, mais ou menos espessas, de lodos cinzentos, por vezes, arenosos, contendo uma fauna de moluscos de águas salobras. Em certos casos, tal como acontece nas aluviões do rio Antuã, a Sul de Estarreja, existem, nos lodos, restos de vegetais incarbonizados, bem como pólenes de *Pinus*, *Alnus*, *Quercus*, *Acer*, *Rhododendron*, etc.

Quando se trata de um ambiente francamente continental, as aluviões apresentam uma sucessão parecida, mas com materiais detríticos cada vez mais espessos, e predominando sobre os materiais finos e lodosos.

3. *Travertinos*

Tais formações são frequentes em várias partes do País. De Norte para Sul, foram referidos, no mapa, os seguintes afloramentos:

a) *Bacia do Mondego*

Há que citar naquela área os tufos e travertinos de Condeixa, formando vários níveis, entre os quais o mais alto é o de 90-100 m de altitude.

Os referidos tufos assentam em cima de camadas de areia e de conglomerados calcários, e contêm, além de numerosos restos de vegetais e de moluscos terrestres, dentes e ossadas de *Palaeoloxodon antiquus* e de *Hippopotamus amphibius major*.

b) *Bacia do Tejo*

Naquela região, foram referidos no mapa os tufos calcários dos vales do rio Almonda, do rio Alviela e do rio Maior.

Além de conchas de *Helix* e de *Unio*, os tufos do vale do Alviela deram, também, restos de vegetais, entre os quais uma palmeira *Chamerops humilis*, e um feto *Adiantum reniforme*. Os tufos de Rio Maior são em parte mais modernos e, além de uma fauna de moluscos terrestres e de água doce, contêm, também, por vezes, na parte superior, fragmentos de cerâmica neolítica.

c) *Região de Caldas da Rainha*

Parecidos com os tufos de Rio Maior e provavelmente da mesma idade, há que citar os tufos de Olho Marinho, também, com numerosos vegetais, moluscos terrestres e, na parte superior, algumas cerâmicas.

d) *Alto Alentejo*

No extremo NW da grande mancha de calcários câmbrios de Estremoz, na área de Cano, existem extensos depósitos de travertinos e tufos quaternários, contendo uma rica fauna de moluscos terrestres e de água doce.

4. *Zona dos depósitos glaciares würmianos da Serra da Estrela*

Os vestígios da última glaciação (Würm), na Serra da Estrela, são representados por moreias, polidos glaciares, vales de secção transversal em forma de «U», lagoas e circos glaciares.

No presente mapa, foram marcadas as principais manchas de depósitos glaciares, bem como o limite extremo atingido pelos gelos da glaciação de Würm.

Os estudos de Lautensach e de Orlando Ribeiro mostraram que, no decurso da referida glaciação, existiu na Serra da Estrela uma pequena calote glacial com 7 línguas glaciares, das quais a maior (glacial do Zêzere), tinha 13 km de comprimento, e a mais pequena (glacial suspenso de Alvoco), tinha 3 km.

Segundo O. Ribeiro, o glacial do Zêzere devia ter cerca de 300 m

de espessura. Orientado para N, devia terminar a uma cota próxima dos 600 m.

Segundo Lautensach, existiriam na Serra da Estrela moreias correspondentes a 3 fases sucessivas de recuo.

5. *Terraços fluviais e outros depósitos associados*

Nesta rubrica foram reunidos todos os depósitos que entram na constituição de um terraço. Além das cascalheiras, saibros, areias, argilas e lodos de origem francamente fluvial, há que considerar, também, diversas intercalações secundárias devidas ao transporte lateral, tais como os cones de dejectação de origem torrencial, depósitos de solifluxão, formações de vertentes e, por vezes, algumas areias de transporte eólico.

No presente mapa do Quaternário, não foram separados os diversos níveis de terraços. A escala do mapa permitia tal separação apenas nos vales principais, tais como o baixo vale do Tejo.

Por outro lado, em muitas áreas, os levantamentos geológicos estavam incompletos, como, por exemplo, no vale do Guadiana, onde os terraços foram cartografados apenas nas áreas cobertas pelas folhas na escala de 1/50.000 de Elvas e de Moura.

Assim procurou-se uniformizar os critérios, marcando, com a mesma convenção, todas as manchas de terraços conhecidas nos vales do Minho, do Cávado, do Douro, do Mondego, do Tejo, etc. No interior do País, foram incluídos na mesma rubrica os depósitos detríticos de algumas bacias escalonadas de NNE para SSW, ao longo do alinhamento tectónico de Chaves-Vila Real-Régua, e de outro, situado mais a E e desenvolvendo-se a N e a S de Vila Nova de Foz Côa.

a) *Vale do Minho*

Foram referidos naquele vale 6 níveis de terraços situados entre 5 e 100 m, representados por areias e cascalheiras com algumas intercalações gresosas ou argilosas, por vezes lignitosas, as quais, no caso do terraço de 60-70 m de Corga, deram pólenes de *Pinus sylvestris*, *Castanea* e *Betula*.

b) *Vale do Douro*

Na parte juzante daquele vale e em relação com praias quaternárias, foram assinalados 7 níveis de terraços entre 5 e 130 m. Os dois níveis mais altos, os de 100-110 m e de 120-130 m, foram considerados como pliocénicos e podem pertencer ao Calabriano. Os terraços de 5-8 m e de 20-30 m deram restos de vegetais incarbonizados. Alguns terraços, sobretudo os mais baixos, são cobertos por formações areno-pelíticas, as quais deram alguns objectos de tipo asturiense e protoasturiense.

c) *Vale do Tejo*

Nos vales do Tejo e dos seus afluentes, são conhecidos terraços de 8-15 m; 20-30 m; 50-60 m e 70-95 m.

Terraços de 8-15 m

Na margem direita do Tejo são bastante desenvolvidos entre Entroncamento, Golegã, Azinhaga e Pombalinho. São conhecidos, também, nas áreas de Vila Nova da Rainha e do Carregado onde deram um dente de *Palaeoloxodon antiquus*. Na margem esquerda são conhecidos entre Alpiarça, Benavente, Samora Correia e Alcochete. Contém indústrias do Acheulense superior e do Mustierense.

Terraços de 25-40 m

Na margem direita do Tejo são representados po areias e cascalheiras, as quais deram, na área de Mata Miranda, indústrias acheulenses com elementos levalloisenses.

Na margem esquerda do Tejo, os terraços médios incluem a presença de camadas argilosas, mais ou menos desenvolvidas, com restos de vegetais fósseis e abundantes indústrias acheulenses.

Os furos de captação de água espalhados entre Alpiarça e Samora Correia permitem obter bons cortes dos referidos terraços.

Terraços de 50-65 m e de 70-95 m

Foram referidos na margem direita do Tejo, na região de Entroncamento, bem como a S de Torres Novas, na área de Mata Miranda e do Pombalinho.

Na margem esquerda do Tejo, o nível de 50-65 m observa-se com algumas interrupções, entre Vale de Cavalos, Fazendas de Almeirim, Glória e Santo Estevam, terminando um pouco a Sul daquela povoação.

O nível de 70-95 m, mais fragmentado, existe, na margem esquerda do Tejo, a SE de Alpiarça, na área das Fazendas de Almeirim e na região de Glória, onde atinge o seu maior desenvolvimento. Trata-se, em ambos os casos, de cascalheiras com intercalações de argilas e de areias grosseiras amareladas.

d) *Terraços do Sado e do Guadiana*

Ao contrário dos vales anteriores, os terraços marcados no mapa, na região do Alto Sado e no vale do Guadiana, são relacionados com níveis de base locais, representados, no primeiro caso, pelo desfiladeiro de Azinheira de Barros, e, no segundo, pelo degrau de Pulo do Lobo.

6. *Depósitos poligenéticos marinhos e continentais plistocénicos e plioplastocénicos indiferenciados, com predominância de formações de origem continental*

Nesta rubrica foram incluídos todos os depósitos do litoral correspondentes a vestígios de antigas praias quaternárias ou sejam cascalheiras, saibros e areias marinhas, em associação com outros depósitos de origem continental, tais como cascalheiras de origem fluvial ou torrencial, areias eólicas intercaladas, crostas calcárias

de origem climática, intercalações calcárias com moluscos terrestres, argilas contendo, por vezes, restos de vegetais fósseis, turfas, lignitos, siltes, etc.

Numa grande parte do litoral ocidental, os depósitos pliocénicos e quaternários não foram separados, visto que, nas áreas cartografadas na escala de 1/50.000, o Calabriano e o Vilafranquiano continuam ainda incluídos, por razões de ordem prática, nas manchas pliocénicas.

Finalmente, a pequena escala do mapa não permitiu, nas zonas cartografadas do Norte e do Centro do País, a separação dos vários níveis de praias quaternárias.

a) *Litoral entre Minho e Douro*

Foram referidos, naquele litoral, formações de praias pertencentes aos níveis de 5-10 m; 15-25 m; 30-45 m; 60-70 m; 80-90 m e 100-110 m. Trata-se, em geral, de areias e de cascalheiras cobertas por formações areno-pelíticas e siltosas. Em vários sítios, contém indústrias acheulenses *in-situ*.

b) *Litoral entre Douro e Tejo*

Apresenta os níveis de praia já referidos anteriormente. Na área de S. Pedro de Muel, o complexo argilo-arenoso, sobreposto à cascalheira de praia marinha de 5-8 m, contém pólenes de *Pinus pinaster*, *Betula*, *Corylus*, *Ericacea* com *Rhododendron ponticum* e *Rhus*.

Na região de Peniche, o nível de 5-8 m corresponde ao depósito de base da gruta da Furninha do Tirreniano III (Ouljiano), coberto por um complexo arenoso com vertebrados de clima quente e indústria mustierense.

As cascalheiras de base da praia de 15-20 m são cobertas, nos terrenos do Amoníaco Português, a N de Estarreja, por formações argilosas com pólenes de *Pinus*, *Castanea*, *Betula*, *Erica* com *Rhododendron*, *Caluna*, *Herbacea*, etc.

As formações arenosas sobrepostas as cascalheiras de praia de

30-45 m contêm, na região entre Ericeira e Cascais, indústrias acheulenses, mustierenses e languedocenses.

Em vários sítios do litoral entre Douro e Tejo, são conhecidas formações de praias de 60-70 m e de 80-90 m, sempre representadas por saibros e cascalheiras cobertas, em muitos casos, por formações de siltes acastanhados.

O nível mais alto de 120-130 m deve ser atribuído ao Calabriano. Os níveis de 150-160 m e de 180-190 m são mais antigos

c) *Litoral entre o rio Tejo e o cabo de S. Vicente*

Naquele litoral, são conhecidos diversos níveis de praias, entre os quais há que citar os seguintes:

Nível de ± 2 m, apresentando uma pequena fauna marinha a N do fortim de Porto Covo.

Nível de 4-6 m, com fauna marinha encontrada nas imediações do Forte de Barralha (E do cabo de Espichel).

No litoral do Baixo Alentejo, o referido nível está coberto por formações argilo-arenosas com pólenes de *Pinus*, *Betula*, *Ulmus*, *Castanea*, *Alnus*, *Rhododendron*, etc.

Em certos pontos do litoral, o referido nível contém indústrias acheulenses e mustierenses nas camadas arenosas sobrepostas à cascalheira marinha de base.

Nível de 8-15 m, com fauna marinha na área do Forte de Barralha e na praia do Malhão, entre Porto Covo e Vila Nova de Milfontes.

Nas arribas do litoral de Samouqueira, entre Sines e Porto Covo, as areias e cascalheiras de praia de 15 m são cobertas por uma formação argilosa com folhas de *Salix cinerea* e de *Alnus glutinosa*, bem como pólenes de *Pinus* cf. *pinaster*, *Betula*, *Alnus*, *Quercus*, *Ericacea*, etc. Uma duna consolidada würmiana cobre a referida série.

Na praia do Malhão, as cascalheiras de base da praia de 15 m são cobertas por uma lumachela de conchas marinhas moídas e consolidadas, seguida por uma cascalheira de regressão, por areias com indústrias acheulenses e por uma duna würmiana que fossiliza uma antiga escarpa. A referida duna consolidada está coberta, por sua vez, por terras vermelhas e por areias acinzentadas dunares, contendo indústrias languedocenses com elementos miřenses e proto-asturienses.

Nível de 30-35 m, conhecido em vários pontos do litoral desde o N do cabo de Espichel até ao cabo de S. Vicente.

Nível de 55-60 m, representado por depósito conquífero na área do Forte de Barralha (Cabo de Espichel). Cascalheiras pertencentes ao mesmo nível de praia existem em vários pontos do litoral do Baixo Alentejo e do Algarve ocidental.

Nível de 80-90 m, conhecido, ao longo do litoral, sob forma de depósitos de areias e de cascalheiras podendo ser atribuídos, por vezes, ao Pliocénico.

d) *Litoral do Algarve meridional*

A separação do Pliocénico e do Quaternário do Algarve ainda não está concluída. Grande parte das formações marcadas, em Pliocénico, no antigo mapa, na escala de 1/500.000, pertencem, na realidade, ao Quaternário. Trata-se, em geral, de cascalheiras de origem torrencial, as quais, mais a juzante, dão passagem a outros depósitos do mesmo tipo, mas de origem marinha. No Algarve oriental, 3 níveis de praias foram assinalados na área entre Faro e Vila Real de Santo António. Alguns deram indústrias paleolíticas.

II. FORMAÇÕES ANTEQUATERNÁRIAS, POR VEZES, COBERTAS DE DEPÓSITOS DE REDUZIDA IMPORTÂNCIA

Conforme a legenda da Carta Internacional do Quaternário da Europa, foram marcadas no mapa com cores cinzentas as formações antequaternárias correspondentes a 3 zonas de altitudes compreendidas entre 0-500 m; 500-1000 m e 1000-2000 m.

Zona entre 0 e 500 m de altitude

No Norte e no Centro do País, ocupa a maior parte da zona litoral, penetrando, para o interior, nas bacias do Douro e do Mondego.

No Sul do País, ocupa o Ribatejo, cobrindo, também, a maior parte da Beira Baixa, do Alentejo e do Algarve.

Zona entre 500 e 1000 m

Abrange grande parte das regiões do Alto Minho, Trás-os-Montes, Alto Douro, Beira Alta, cobrindo, no Alto Alentejo, as Serras de São Mamede e da Ossa, e, no Algarve, a Serra de Monchique.

Zona entre 1000 e 2000 m

Corresponde às partes mais altas das serras do Alto Minho, de Trás-os-Montes, da região entre Douro e Mondego e da Beira Alta (Serra da Estrela, etc.).

As referidas formações antequaternárias são, por vezes, cobertas por depósitos diversos, formando retalhos de extensão e espessura muito reduzidas, não podendo, por esta razão, figurar no mapa.

III. PROFUNDIDADE DO MAR

Estão figuradas no mapa as zonas de profundidade situadas entre 0 e 200 m (Plataforma continental); entre 200 e 1000 m; entre

1000 e 2000 m; entre 2000 e 3000 m, e, finalmente, abaixo dos 3000 m (zonas profundas).

De modo geral, verifica-se que, ao Norte do Tejo, existe um planalto submarino com largura máxima da ordem dos 60 km, que desce, suavemente, para W, entre 0 e 200 m de profundidade. Entre 200 e 2000 m, observa-se a existência de um degrau, e, abaixo dos 2000 m, outra zona mais plana.

A Sul do Tejo e ao longo do litoral do Baixo Alentejo até ao Cabo de S. Vicente, existe uma descida rápida entre 0 e 100 m, seguida por uma zona menos inclinada até aos 3 000 m, e cuja largura máxima, a SW do Cabo de Sines, é da ordem dos 120 e 130 km.

Finalmente, ao longo do litoral do Algarve observa-se uma descida progressiva até aos 100 m, seguida por outra maior.

O fundo submarino está recortado por alguns acidentes transversais, formando vales submarinos:

1. A NW da foz do Douro, entre 200 e 3000 m de profundidade.
2. Ao largo da Nazaré, um vale submarino passando a N das Berlengas, entre 50 e 4000 m de profundidade.
3. A W do Cabo de Espichel, um vale submarino no alinhamento do Vale do Tejo, entre 50 e 5000 m de profundidade.
4. A SW de Setúbal, um vale submarino encaixado entre 100 e 5000 m de profundidade.
5. A SW do Cabo de S. Vicente, um vale entre 1000 m e 3000 m de profundidade.

IV. LITOLOGIA DOS FUNDOS SUBMARINOS

Baseada nas cartas litológicas submarinas publicadas pela Direcção da Hidrografia do Ministério da Marinha, de 1913 a 1941, foram marcadas, com convenções especiais, as manchas correspondentes aos depósitos marinhos constituídos por blocos e calhaus, seixos, areias, lodos e fundos de rocha.

Os mapas publicados até à data referem-se, apenas, a uma faixa de 60 km de largura de plataforma, limitada sensivelmente pela curva batimétrica dos 1000 m e, por vezes, apenas de 200 m.

Para as profundidades maiores, os elementos sedimentológicos, ainda escassos, não permitem, por enquanto, estabelecer limites seguros entre os vários sedimentos.

Em muitos casos, os limites das zonas marcadas como fundos de rocha terão que sofrer, no futuro, algumas rectificações, visto que a recolha das amostras, tal como foi realizada anteriormente, dependia, em geral, das técnicas utilizadas e do material empregado que nem sempre conseguiu trazer para a superfície, amostras dos sedimentos do fundo.

Considerando os vários tipos de sedimentos, verifica-se que, a N do Tejo, existe uma faixa de areias com seixos com cerca de 60 km de largura máxima, que se estende até 200 m de profundidade.

No intervalo entre a foz do rio Cávado, o Douro, o Mondego e o vale submarino da Nazaré, existem cascalheiras situadas à volta dos 50 m de profundidade.

No litoral do Baixo Alentejo, os depósitos arenosos formam uma faixa com cerca de 10 km de largura máxima, evidenciada, sobretudo, entre a foz do rio Sado e o Cabo de Sines.

Finalmente, ao longo da costa do Algarve, as formações arenosas, sobretudo desenvolvidas entre Albufeira e a foz do rio Guadiana, apresentam uma largura máxima de 15 km ao largo da Quarteira, entre Albufeira e Faro.

Os lodos são conhecidos, geralmente, a profundidades superiores a 100 m, apresentando maior desenvolvimento nos vales submarinos.

Ao largo do litoral norte desenvolvem-se a uma distância de cerca de 20 km da costa, ao largo de Figueira da Foz, a 40 km, e, perto da foz do Tejo, a cerca de 10 km. No litoral do Algarve, aparecem abaixo dos 100 m.

Ao largo de todo o litoral, existem abundantes depósitos de conchas partidas ou moídas, mais abundantes entre 20 e 100 m de profundidade.

Finalmente, ao largo do litoral de Carrapateira, foi assinalada a existência de madréporos situados entre 70 e 100 m de profundidade.

V. SÍTIOS IMPORTANTES PARA A GEOLOGIA DO QUATERNÁRIO

Com símbolos especiais, foram marcados os seguintes sítios importantes para a geologia do Quaternário, sem discriminação da sua idade, a qual vem indicada na notícia explicativa.

1. *Jazidas de formações marinhas conquíferas*

Com a convenção das jazidas fossilíferas, foram marcadas, no mapa, as jazidas conquíferas pertencentes aos diversos níveis do Quaternário, entre os quais citaremos os seguintes:

Nível dos 2 m

Fortim de Porto Covo: Depósito com aspecto de duna consolidada. Contém diversos restos de moluscos marinhos.

Nível de 5-8 m

Ilheu de Insua: cascalheira com conchas e indústrias languedocenses.

Entre Leça e Douro, depósitos com alguns moluscos, em associação com indústrias acheulenses, mustierenses e languedocenses.

Península de Peniche: cascalheiras com conchas da base da gruta da Furninha, cobertas por areias com vertebrados fósseis e indústria mustierense.

Cabo de Espichel: Cascalheiras do Forte da Barralha, com rica fauna marinha.

Nível de 12-15 m (Tirreniano II)

Península de Peniche. Na ponta do Cabo Carvoeiro, existia uma lumachela de conchas marinhas que desapareceu, há pouco tempo, devido às obras de restauro de uma escadaria de cimento.

Cabo de Espichel: Cascalheira do Forte de Baralha, com rica fauna marinha.

Praia dos Aivados: Lumachela de conchas marinhas, sobreposta a uma cascalheira de praia de 12-15 m.

Nível de 60 m

Depósitos conchíferos, referidos na área do Forte de Baralha (Cabo de Espichel), bem como a W do Forte de Belixe (Cabo de S. Vicente).

2. *Jazidas de vertebrados terrestres*

São representados por jazidas de antigos terraços e por jazidas de grutas.

A. *Terraços*

Mealhada: Baixo terraço com vegetais, moluscos terrestres e vertebrados, entre os quais *Palaeoloxodon antiquus*, *Hippopotamus amphibius major*, etc., e indústrias do Acheulense superior.

Condeixa: Tufos calcários, com restos de *Palaeoloxodon antiquus* e de *Hippopotamus amphibius major*.

Carregado: Baixo terraço de 12-20 m, com restos de *Palaeoloxodon antiquus*.

Santo Antão do Tojal: Baixo terraço, com restos de *Palaeoloxodon antiquus* e indústrias mustierenses.

Algoz: Depósito com *Hippopotamus amphibius major*, *Cervus elaphus* da raça *canadensis*, e instrumentos mustierenses.

B. *Grutas*

Serra dos Molianos (Turquel): Depósito com *Dicerorhinus kirchbergensis*, *Ursus arctos*, etc.

alguns vegetais fósseis e abundantes indústrias abbevillenses, acheulenses, etc.

Muge: Jazidas semelhantes às da região de Alpiarça.

Vale do Sorraia, a juzante de Coruche: Diversas estações paleolíticas relacionadas com terraços médios e baixos. Trata-se de Acheulense e de Languedocense, com elementos levalloiso-mustierenses.

Santo Antão do Tojal: Baixo terraço, com abundantes indústrias mustierenses, em associação com vertebrados fósseis, entre os quais *Palaeoloxodon antiquus*.

5. *Concheiros mesolíticos*

São, actualmente, conhecidos diversos concheiros espalhados nos vales do Tejo e do Sado. No primeiro caso, os concheiros de Muge e do Paúl de Magos deram indústrias tardenoisenses, esqueletos humanos, conchas e numerosos ossos de vertebrados terrestres. A datação pelo carbono 14 mostrou, para o Cabeço de Arruda, uma idade que se estende entre 6430 e 5150 anos, para o Cabeço da Amoreira uma idade entre 7030 e 6050 anos, e para a camada inferior do concheiro da Moita do Sebastião uma idade de 7350 anos $\pm$ 300

No vale do Sado existem diversos concheiros mesolíticos escalonados em ambas as margens, entre Vale do Guizo e a foz do rio Xarrama.

6. *Pinturas rupestres*

São conhecidas em dois pontos diferentes: Vale de Junco (Senhora da Esperança), e Santiago do Escoural. As da primeira localidade seriam possivelmente epipaleolíticas. No segundo caso e na opinião do Dr. Farinha dos Santos, seriam do Paleolítico superior (Solutrense e Magdalenense).

SUBSÍDIOS PARA A INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA
EM PORTUGAL

ALGUNS SUMÁRIOS DAS NOTAS DE VÁRIOS TABELIÃES
DA VILA DE TORRES VEDRAS
NOS SÉCULOS XVI A XVII

(Continuação)

pelo sócio efectivo

Rogério de Figueiroa Rego

NOTAS DO TABELIÃO

ANTÓNIO DOS RIOS

182

Procuração que dá Maria Trigueiros Serrão Salvado, solteira, moradora na vila de Torres Vedras, a seu sobrinho Miguel Serrão Soares, morador em Montemor-o-Novo, para que este em seu nome possa cobrar e arrecadar e às suas mãos haver todas as dividas que lhe deverem, assim, dinheiro como tudo o mais, na cidade de Evora e Evoramonte, de tudo podendo dar quitação.

Escritura de 8 de Janeiro de 1623.

Mesmo livro, fls. 77 verso.

183

Procuração que dá Ana da Vaza, dona viuva, moradora na sua quinta da Torre, freguesia de Dois Portos, termo de Torres Vedras, a Alvaro Chamorro, morador na dita vila, para que este em seu nome possa cobrar e arrecadar e às suas mãos haver todas as dividas que ficaram devendo a seu marido Simão Francisco Franco, já defunto.

Escritura de 23 de Janeiro de 1623.

Mesmo livro, fls. 84 verso.

184

Procuração que dá Antonio Gomes Penalvo, escrivão da almotaçaria de Torres Vedras e nela morador, a seu irmão Jorge Guterres Penalvo, escrivão dos orfãos na cidade de Lisboa e a Gonçalo Vieira,

na mesma morador, para que ambos em seu nome possam procurar e requerer todo seu direito e justiça em quaisquer causas ou demandas e designadamente naquela que lhe move Afonso Travassos, morador no lugar da Enxara dos Cavaleiros.

Escritura de 2 de Março de 1623.

Mesmo livro, fls. 112 verso.

185

Procuração que dá Joana de Sousa, viuva de João de Teive, contador-mor do Reino, a seu filho António de Teive, cavaleiro da Casa Real e professo na Ordem de Cristo, para que este em seu nome possa receber 100\$000 reis de tença que tem na Alfandega de Lisboa.

Joana de Sousa morava na sua quinta de Vale de Galegos, termo da vila de Torres Vedras.

Escritura de 7 de Março de 1623.

Mesmo livro, fls. 116.

186

Procuração que dá Leonor da Mota de Gouveia, dona viuva, moradora no lugar da Ponte do Rol, termo da vila de Torres Vedras, a Luis de Alvarenga Figueira e a seu filho António de Gouveia, sobrinho dela constituinte, e a Paulo da Fonseca, ambos moradores em Lisboa, aos quais lhes cede todo o seu livre e comprido poder, para que por ela e em seu nome possam cobrar e receber tudo o que constar lhe deixou o Padre Vicente da Mota, seu sobrinho, tesoureiro-mor que foi da capela de S. Magestade.

Escritura de 29 de Março de 1623.

Livro de 25 de Outubro de 1622 a 23 de Maio de 1623, fls. 109 verso.

187

Procuração que concedem Joana da Rocha e Francisco da Rocha Pereira, solteiros, moradores em Torres Vedras, em casa de seu

cunhado Antonio Gomes Penalvo, escrivão da almotaçaria da dita vila, a Jorge Guterres Penalvo, irmão deste, escrivão dos orfãos na cidade de Lisboa e a Gonçalo Vieira, na mesma morador, para que eles em seus nomes possam cobrar e arrecadar tudo o que constar lhe deixou seu tio o padre Vicente da Mota «que deos tem tezoureiro que foi da capela de sua magestade».

Escritura de 13 de Abril de 1623.

Mesmo livro, fls. 130.

188

Testamento de *Ana da Vaza*, moradora na sua quinta da Torre, junto ao lugar de Dois Portos, termo da vila de Torres Vedras, viuva de *Simão Francisco Franco*.

Manda-se enterrar na igreja do Turcifal e que seu corpo vá amortalhado no habito de S. Francisco e que se lhe façam no dia do funeral três officios de nove lições; deixa vários legados às confrarias de Dois Portos e à ermida de Santa Justa, entre-as-vinhas.

Deixa por testamenteira e herdeira a sua sobrinha *D. Joana de Vasconcelos*, filha de sua prima *D. Ana e lhe* nomeia a sua quinta da Torre, assim como lhe pertence e lha dotou a senhora comendadeira de Santos; deixa a sua enteada *Mariana Franco* toda a fazenda que lhe couber na meação dos bens de seu pai, por que casou com ele conforme a lei do Reino, sem haver dote e deixa-lhe mais 20\$000 reis para seu casamento; deixa a dita quinta da Torre a sua sobrinha *D. Joana* «por lhe querer muito e ter as partes e calidades que faltaõ a outros parentes que tenho mais chegados e ser minha uontade que ande em parentes meus e de meu pay e Auos cujos ela foy em que não haja falta de limpeza de sangue e nobreza»; deixa a seu sobrinho *João Rebelo*, a fazenda que tem em Alverca para que ande junta a outra que lá tem; deixa do remanescente da sua fazenda a *Ana*, filha de seu irmão *Marcos da Vaza*, 20\$000 reis.

Este testamento foi aprovado por Marcos de Abreu escrivão do julgado da Ribaldeira, aos 25 de Maio de 1623 e aberto a requerimento de Antonio Teixeira Cabral, pelo juiz de fora de Torres Vedras,

dr. Antonio Pereira de Sousa, aos 23 de Outubro de 1623 e foi lançado nas notas de Antonio dos Rios, a requerimento de D. Ana de Vasconcelos, aos 25 de Outubro do referido ano.

Livro de 29 de Abril de 1623 a 26 de Janeiro de 1624, fls. 70 verso.

189

«*Dona anna Dalencastro* comendadeira do mosteiro de santtos etc. auendo respeito a *anna da vaza* filha de *Joaõ da uaza* defunto ser huma molher muito onrrada orfam e pobre e estar recolhida no dito mosteiro de santos e asim a correr demanda no juizo dalegasia nesta cidade contra *marcos da uaza seu irmão sobre a quinta da torre* sita na freguesia de saõ pedro de dous portos termo da Villa de torres uedras de que ho ditto moesteiro he senhorio dereitto e lhe pagauão o pay e antesesores do ditto marcos da uaza cem alqueires de pam meado trigo e seuada e oito galinhas de foro em cada hum anno por a ditto quinta estar mui danificada e as uidas serem acabadas e estar nojua e asim correr outra demanda no juizo do corregedor do siuel da Corte sobre a Renouação que o ditto Marcos da uaza pede da ditto quinta querendo eu ora fazer merçe a ditto anna da uaza pera ajuda de seu casamento ei por bem de lhe fazer merçe de todo o dereitto e aução que o mosteiro tem contra o ditto marcos da uaza em maneira que as dittas demandas corraão em nome do ditto mosteiro e tendo ele sentensas nos dittos effeitos com que posa fazer renouação da ditto quinta a ditto anna da uaza lha fara em tres uidas de que ela sera a primeira com acrescentamento do ditto foro que por justa uedoria pareser que se deue fazer e isto com tal declaração que dandose alguma sentensa neste Reino no juizo eclesiastico per que o mosteiro seja comdenado em Custas ou maneira que por ese respeito deixe de se fazer Renouação a ela anna da uaza em tal cazo o mosteiro pagara todas as custas que se fizerem no juizo dalegasia deste Reino porem auendo appelação pera Roma per qualquer das parttes ou se compulsarem os autos pera Roma em tal Cazo o mosteiro não pagará Custas algumas das que se fizerem do Compulso ou appelação pera Roma nem outrosim pagara Custas dos autos que correrem nesta cidade no juizo eclesiastico tendo o mos-

teiro sentença em seu fauor e asim lhe faço a ditta merçe com mais declaração que a ditta anna da uaza pagara todos os foros pasados que da ditta quinta se deuem ao mosteiro e asim que esta merçe não tera effeito não cazando ela anna da uaza com Simão Francisco Franco ate fim de janeiro proximo uindoiro por ser homem onrrado e de que tenho satisfação de suas partes e pera minha lembrança e sua guarda lhe dey este por mim asinado nam sera o mosteiro obrigado a lhe fazer boa esta merçe em Caso que o ditto Marcos da uaza ou seus herdeiros ajaõ sentença que se lhe faça a ele a Renouação da ditta quinta e não a ela anna da uaza em santos aos dous de dezembro de mil e seis çentos e sete annos. Donna anna Comendadeira. Pero de Gois taballiam de nottas da sidade de Lx.^a dou ffe o sinal asima he de dona anna dalencastro Comendadeira do mosteiro de santtos oje uinte e noue do mes de dezembro do anno de mil e seis çentos e sette nada».

Certifico eu Manoel Pires Landim Confessor do mosteiro de santos que eu Reseby em face da ygreija na ermida de santa apolonia desta sidade de lisboa a simaõ francisco franquo com anna da uaza conforme ao Sagrado consilio terdentino e prouizaõ do illustrissimo e Reuerendisimo senhor arsebispo desta sidade de lisboa sendo padrinhos theodozio de morais e paula de britto testemunhas Joaõ Pinto Lobo Antonio de almeida luis de almeida Manoel pacheco Joaõ Mateus Antonio de almeida Francisco dandrade Mateus domingues Simaõ freire Pero Ribeiro e outro muito pouo que prezente estaua em dia de Reis a seis de janeiro de mil e seis centos e oito e por uerdade fis e asiney esta sertidaõ ut supra, Manoel Pires Landim».

Este documento foi lançado nas notas de António dos Rios a requerimento de D. Ana de Vasconcelos, como curadora e tutora de sua filha D. Joana de Vasconcelos e por despacho do dr. António Pereira de Sousa, juiz de fora de Torres Vedras, aos 31 de Outubro de 1623.

Mesmo livro, fls. 88 verso.

Quitação e composição que dá Antónia de Almeida, moradora no lugar do Mosteiro de Matacães, termo da vila de Torres Vedras,

filha de Helena Gil da Cunha, viuva de Gil Vicente de Almeida, do dote de 7.000 cruzados que lhe haviam feito os ditos seus pais, para efeito de casar com D. Luiz de Meneses, de quem por sentença judicial, ora «estaua apartada».

E como «esta entregue e satisfeita do dito dote por este publico instrumento doje pera todo sempre de todo lhe da plenissima e final quitação e a todos seus bens e erdeiros».

Testemunhas: António Francisco e Alvaro Fernandes, no dito lugar moradores.

Escritura de 31 de Agosto de 1623.

Livro de 1 de Junho de 1623 a 22 de Janeiro de 1624, fls. 41.

191

«Doação entre uiuos ualedoira» que faz o Padre Jerónimo Franco, «cappelam de sua magestade ora estante e morador nesta ditta villa de torres uedras», de varios bens de raiz situados no lugar do Turcifal, a seu sobrinho o Padre António Vaz Franco, os quais institui em morgado, devendo suceder a este João Coelho Francos de Matos, filho de sua sobrinha Antónia Vaz Franco, logo que chegue à idade de 25 anos, ou antes, se se emancipar e casar.

Na hipotese, porem, do dito sobrinho padre António Vaz Franco, falecer antes de se verificar alguma destas circunstancias, «em tal cazo comera os Rendimentos dos dittos bens Niculao Bernaldes Gorjão» da Enxara do Bispo, filho de Maria Luiz Franco e de Bernardo Dias Gorjão, os quais serão os legitimos sucessores do dito morgado.

Testemunhas: o dr. Francisco Correia, prior de S. Miguel de Torres Vedras «que asinou o Roguo do ditto doador por estar seguo de todo»; o padre Sebastião de Oliveira, tesoureiro da igreja de S. Pedro e Diogo João, criado do dr. Francisco Correia, todos moradores na vila.

Escritura de 27 de Outubro de 1623.

Mesmo livro, fls. 94.

192

Procuração que dá Leonor Botelho, viuva de Pero Mergulhão de Aguiar, moradores em Torres Vedras, a Gaspar Botelho, seu irmão e

a João de Vargas de Carvalho, morador em Lisboa, para que estes em seu nome possam requerer todo seu direito e justiça, onde houver lugar.

Escritura de 3 de Dezembro de 1623.

Mesmo livro, fls. 102.

193

Compra a retro aberto, que faz Maria de Sampaio, mulher de João Pereira Trigueiros, estante nas partes da India, a Diogo da Gama, lavrador, morador no Maxial, termo da vila de Torres Vedras, de 6 alqueires de trigo.

Escritura de 23 de Janeiro de 1624.

Mesmo livro, fls. 134 verso.

194

Procuração que dá Isabel da Fonseca, moradora na quinta da Ribeira de Maria Afonso, a seu marido Belchior Homem de Carvalhosa, para que este em seu nome e no de ambos, possa vender, trocar e arrendar toda a sua fazenda, etc.

Escritura de 30 de Janeiro de 1626.

Livro de 29 de Janeiro de 1624 a 14 de Agosto de 1624, fls. 3.

195

«Doação antre uiuos dotte e instituição de morgado» que faz o padre Jerónimo Franco «Capellam de sua magestade», morador em Torres Vedras nas «pousadas do padre Antonio Vaz Franquo beneficiado nas ygreijas de são pedro e são miguel desta ditta Villa» de vários bens de raiz, situados no limite da freguesia do Turcifal, a seu sobrinho João Coelho Franco de Matos, filho de sua sobrinha Antónia Vaz Franco e de seu marido João Coelho de Matos, cavaleiro da Ordem de Cristo, morador no dito lugar, os quais vincula com a declaração de que se

o dito seu sobrinho João Coelho Franco falecer sem filhos, «emtaõ sendo uiuo o ditto João Coelho de Mattos seu pay ele tera e possuira o ditto morgado em sua uida somente e per sua morte o Restetuiira a pesoa da linhagem e familia dos *Franquos*». Por morte de João Coelho de Matos virá a administração do morgado a seu sobrinho o padre António Vaz Franco «sendo uiuo e não o sendo ou semdoo por sua morte quer que uenha a susesaõ deste morgado Niculao Bernaldes Franquo Gorjaõ seu sobrinho filho de Maria Luiz Franquo sua sobrinha e de Bernaldo Dias Gorjaõ da inxara e dahi por diante sempre ira correndo por linha direita de Izabel Franqua mai delle instetuidor de desementes do dito chamado Niculao Bernaldes Franquo-...».

Testemunhas: o dr. Francisco Correia, prior de S. Miguel de Torres Vedras, que assinou a rogo do instituidor «por estar seguo de todo», o licenciado Amador de Sousa, advogado na dita vila e João Rodrigues, criado de Maria Ferreira «dona ueuua moradora nesta dita villa».

Escritura de 8 de Fevereiro de 1624.

Mesmo livro, fls. 9.

196

Dote de casamento que fazem Manuel de Carnide e sua mulher Joana de Avelar de Sottomayor e António de Valadares Sottomayor, beneficiado na igreja da vila da Lourinhã e vigario da vara da mesma vila, a Margarida de Sottomayor, filha e sobrinha dos sobreditos, para efeito de casar com Manuel Barreto de Pina, filho de Martim Barreto de Pina e de Leonor de Faria, sua mulher.

Escritura de 14 de Fevereiro de 1624.

Mesmo livro, fls. 14.

197

Dote de casamento que faz Maria Ferreira, viuva de António dos Rios, moradora na vila de Torres Vedras, a sua filha Maria dos Rios,

para casar com João da Ponte do Vale, filho de Henrique do Vale da Ponte e de sua mulher Catarina Caiado, moradores na vila da Lourinhã.

Escritura de 22 de Fevereiro de 1624.

Mesmo livro, fls. 18.

198

Procuração que dá Ana Soares de Moura, mulher de Rui Gomes Correia, «ora estante na ylha de santome» e ela moradora na vila de Torres Vedras, a Pedro Serrão, boticario, morador em Lisboa, para este poder receber todas as fazendas e coisas que lhe vierem da dita Ilha.

Escritura de 28 de Fevereiro de 1624.

Mesmo livro, fls. 26.

199

Testamento de Manuel do Souto, cavaleiro-fidalgo da Casa Real, morador na sua quinta do Ramalhal, termo de Torres Vedras e sua mulher Ana de Vargas, castelhana de nação, pelo qual se fazem herdeiros um ao outro de todos seus bens moveis e de raiz havidos e por haver, visto não terem filhos «nem erdeiro forçado asendente nem desendente».

Cédula de 5 de Março de 1624.

Mesmo livro, fls. 34.

200

Procuração que dá Joana de Sousa, viuva de João de Teive, contador-mor que foi do Reino, moradora na quinta de Vale de Galegos, a seu filho António de Teive, professo na Ordem de Cristo e fidalgo da Casa Real, para que este em seu nome possa requerer e cobrar 100\$000 rs. de tença que tem na Alfandega de Lisboa, que poderá requerer e cobrar do almoxarife ou do tesoureiro da dita Alfandega.

Escritura de 13 de Março de 1624.

Mesmo livro, fls. 40.

201

Procuração que concedem o dr. António Pereira de Sousa, juiz de fora da vila de Torres Vedras e os vereadores Manuel do Rego de Magalhães, Tristão Tomé Leitão e João Trigueiros Pereira, ao licenciado Francisco Serrão Cerveira, sobre certas demandas que a camara trás em juízo.

Escritura de 20 de Abril de 1624.

Mesmo livro, fls. 69 verso.

202

Procuração que dá Melicia da Rocha, viuva de António Gomes Penalvo, moradora em Torres Vedras, a seu cunhado Jorge Guterres, escrivão dos orfãos da cidade de Lisboa e ao licenciado Francisco Serrão Cerveira, advogado na Casa da Suplicação e a Pero da Rocha da Silva, seu irmão, para que em seu nome possam requerer a sua Magestade a propriedade do officio de escrivão da almotaçaria desta vila, que vagou por morte do dito seu marido.

Escritura de 21 de Abril de 1624.

Mesmo livro, fls. 72 verso.

203

Procuração que dá Alvaro Chamorro, morador em Torres Vedras, a João Godinho, alfaiate e ao licenciado Amador de Sousa, advogado nesta vila, e aos licenciados Francisco Serrão Cerveira e Luiz de Gois de Matos, este ultimo corregedor do crime da cidade de Lisboa, para que eles em seu nome possam requerer toda a justiça numa demanda que traz contra António Moniz Valhadolim, mercador que foi em Torres Vedras.

Escritura de 4 de Maio de 1624.

Mesmo livro, fls. 77.

204

Doação que fazem Francisca da Rocha e sua irmã Joana da Rocha, maiores de 25 anos, a sua irmã Melicia da Rocha da Silva, viuva, em cujas casas estavam vivendo, todas moradoras no lugar do Turcifal, termo da vila de Torres Vedras, dos direitos aos serviços de seu irmãos Manuel Pereira da Rocha e António da Rocha Pereira, que morreram nas partes da India, para que ela possa pedir a El-Rei a satisfação dos mesmos.

Escritura de 23 de Maio de 1624.

Mesmo livro, fls. 94 verso.

205

Doação que faz Isabel do Rego, de 25 anos, solteira, moradora no Maxial, em casa do seu cunhado o licenciado Francisco Botelho, medico, casado com sua irmã Luiza do Rego, pelas muitas obrigações que a eles tem, de todas as vinhas que ela dotadora possui no termo de Torres Vedras, que lhe ficaram por falecimento de seus pais.

Escritura de 12 de Junho de 1624.

Pela assinatura vê-se que se trata de Isabel do Rego Pereira, que em 1626 casou com António Godinho da Cunha.

Mesmo livro, fls. 103.

206

Procuração que dá Acacio Botado de Almeida, morador na sua quinta da Cadriceira, termo da vila de Torres Vedras, a seu filho João Botado de Almeida, morador em Lisboa, para que este em seu nome possa tratar de todas as suas causas em quaisquer juízos.

Escritura de 21 de Junho de 1624.

Mesmo livro, fls. 113.

207

Procuração que concedem João Botado de Almeida, capitão de infantaria, morador em Torres Vedras e sua mulher Ana de Abreu, a seu tio Pero Paulo de Brito e a Domingos Serrão, moradores em Montemor-o-Novo, para que em seus nomes possam vender e trocar todos seus bens que lhes couber herdar por falecimento de Isabel Ribeiro sua avó, mãe do licenciado António Pinto, já defunto, pai e sogro deles constituintes.

Escritura de 4 de Julho de 1624.

Mesmo livro, fls. 113 verso.

208

Procuração que dá Vicencia Bernardes, viuva, moradora na Ponte do Rol, termo da vila de Torres Vedras, a seu filho Estevão Alvo Botado, morador no dito lugar, para tratar de todas as suas causas.

Escritura de 16 de Julho de 1624.

Mesmo livro, fls. 123.

209

Venda que fazem Damião Gorjão e sua mulher Inocencia de Pina, moradores no Turcifal, de uma terra de pão no lugar de Ribamar, termo de Mafra, a Jorge Pires.

Testemunhas: António da Mata, criado do tabelião e Luiz de Pina, filho dos vendedores e João da Fonseca Tagarro.

Escritura de 29 de Julho de 1624.

Mesmo livro, fls. 130 verso.

210

Procuração que dá Leonor da Mota de Gouveia, viuva de Francisco do Rego, moradora na Ponte do Rol, termo da vila de Torres

Vedras, a seu sobrinho António de Gouveia Pimentel, morador em Lisboa, para que este em seu nome possa tratar de todas as suas causas.
Escritura de 31 de Julho de 1924.

Mesmo livro, fls. 134.

211

Fiança que prestam Manuel Antunes e sua mulher Isabel Henriques, moradores em Torres Vedras, a João da Ponte, para este poder servir o officio de tabelião do judicial na dita vila, que vagou por falecimento de seu sogro António dos Rios.

Escritura de 12 de Agosto de 1624.

Mesmo livro, fls. 136 verso.

212

Procuração que concedem «Antonio Gomes homem que uiue por sua fazenda e bem asim Maria da Motta sua mulher», moradores no lugar do Turcifal, termo de Torres Vedras, a Maria Franco, viuva, moradora em Lisboa, «abaixo de são vicente de fora molher que foi de João Pinto Lobo», para que ela possa em seus nomes «fazer e outorguar huma escritura de fiança na forma que melhor for na qual os podera obrigar a eles constetuintes a darem e pagarem tudo o porque bastarem e contestarem e Resgatarem seu filho o padre Nuno Franco da Motta que ora dizem estar cativo em Argel e o Catiuaraõ vindo de Pernãbuquo pera este Reino», para o que hipotecaram vários bens de raiz no valor de 380\$000 reis, situados no limite do dito lugar do Turcifal.

Os mesmos poderes desta procuração, concedem a Aleixo Botelho, familiar do Santo Officio, tambem morador em Lisboa.

Testemunhas: Francisco Franco, morador no Turcifal, Simão Antunes e João Machado, tambem ali moradores.

Escritura de 11 de Abril de 1625.

Livro de 11 de Março de 1625 a 26 de Setembro de 1625, fls. 24 verso.

Procuração que dá o padre Jerónimo Franco, capelão de Sua Magestade e quartanario da Sé de Lisboa, morador na vila de Torres Vedras, a seu sobrinho o padre João Carvalho, clérigo de missa e capelão de sua Magestade, morador em Lisboa, para que este em seu nome possa apresentar ao deão da capela da dita cidade, umas bulas de Sua Santidade que tem sobre um benefício de Santa Maria da vila de Sintra, nas quais bulas o dito deão esta nomeado para juiz delas e «como tal lhe podera em seu nome pedir e requerer inteira satisfação e Comprimento em todo das ditas bullas e de quem estiuier no dito benefício podera ele ditto seu procurador cobrar a pensão que tem nele que são doze mil res».

Testemunhas: o padre António Vaz Franco, que assinou a rogo do outorgante por estar cego de todo e Francisco Duarte cerralheiro e António Fernandes, moradores na dita vila.

Escritura de 15 de Maio de 1625.

Mesmo livro, fls. 50.

Procuração que dá Maria de Almeida César, filha de Luiz da Vaza, moradores na vila de Torres Vedras, ao licenciado Francisco Serrão Cerveira, advogado na Casa da Suplicação e a Manuel Borges, cavaleiro-fidalgo e a Francisco Ferreira, porteiro das jugadas e a Lino Camelo, cavaleiro-fidalgo, moradores em Lisboa, para que estes em seu nome possam requerer a El-Rei a propriedade do officio de escrivão das sisas, que vagou por falecimento do dito seu pai Luiz da Vaza.

Escritura de 25 de Junho de 1625.

Mesmo livro, fls. 57.

Venda que faz Nicolau Manrique, soldado de Sua Magestade, «assistente e morador na torre de otam junto a Villa de setuual» em

seu nome e no de sua mulher Leonor da Nobrega, de várias propriedades no limite da vila de Torres Vedras, designadamente aonde chamam a Conquinha, a D. Belchior de Buitrago, «capitão da torre de otam e bem assim a Dona Francisca sua molher na dita torre moradores», pelo preço de 120\$000 reis «em pas e em saluo da siza e mais custas para eles vendedores».

Testemunhas: Alonso Ramos, soldado na dita Torre do Outão que assinou a rogo da compradora e Gaspar Fernandes Saldanha filho de Luiz Fernandes Saldanha, morador em Lisboa.

Escritura de 25 de Junho de 1625.

Mesmo livro, fls. 66 verso.

216

Outorga a ratificação à escritura de compromisso e louvamento, que nas notas de Manuel Figueira da Silveira, tabelião delas na cidade de Lisboa, fez aos 13 de Julho de 1625, Cristovão Ferreira Lobo, morador na sua quinta da Vermoeira, termo de Torres Vedras, por mandado e consentimento de sua mulher Joana Henriques, com D. Pedro da Gama e sua filha D. Luiza de Ataide, como herdeira de seus avós Marcos Lopes Henriques e D. Luiza de Castelo Branco, irmã da outorgante.

Testemunhas: Diogo Ferreira Lobo, filho do dito Cristovão Ferreira Lobo, Francisco Franco, criado deste e Luiz Gonçalves Lobo, morador em Lisboa, na rua de D. Gastão Coutinho.

Escritura de 25 de Julho de 1625.

Mesmo livro, fls. 69 verso.

217

Fiança que prestam António Ribeiro e sua mulher Maria Pais, lavradores, moradores na vila de Torres Vedras, a Francisco Vaz Caiado, para que este possa exercer o officio de escrivão da almotaçaria na dita vila.

Escritura de 9 de Agosto de 1625.

Mesmo livro, fls. 73.

Venda de uma vinha situada na Ribeira de Santa Barbara do lugar de Aldeia Galega da Merciana, termo da vila de Alenquer, que fazem Filipe Borges de Landim e sua mulher Catarina de Figueiredo Botelho, moradores em Lisboa «e ora estantes na quinta de D. Henrique do lugar do Varatojo, termo da vila de Torres Vedras, a Francisco Botelho, morador em Aldeia Gavinha, junto à Merciana, pelo preço de 80\$000 reis «em paz e em salluo da siza e mais custas para elles vendedores».

Testemunhas: Francisco Rodrigues, copeiro, morador em Aldeia Gavinha e Gregório da Silveira, trabalhador, morador no Varatojo.

Escritura de 31 de Julho de 1625.

Mesmo livro, fls. 78.

Procuração que dá a Camara de Torres Vedras, representada pelo juiz ordinário Sebastião de Almeida de Seixas, vereador António Godinho da Cunha e procurador do concelho Manuel do Rego de Magalhães, a António de Crasto Barreto «contador no juizo do provedor desta comarca», para que este possa representar a dita camara «em quaisquer juizos deste Reino asim seculares como eclesiasticos» e especialmente na demanda que trazem com D. Afonso de Vasconcelos sobre a feira do Socorro, termo desta vila.

Testemunhas: Francisco Coelho Moreira, escrivão da Camara e Julião Pereira, porteiro da mesma.

Escritura de 5 de Setembro de 1625.

Mesmo livro, fls. 98 verso.

Distrato que fazem António Teixeira Cabral, morador em Torres Vedras, como procurador de Gaspar Gallette, escriuão dallegação morador na cidade de Lisboa», e Manuel do Rego de Magalhães, morador na dita vila, de um retro aberto de 10 alqueires de trigo «sobre hũa

terra de paõ llauradissa que esta no llemite da Ribeira de Pedrulhos», termo da dita vila que Isabel de Aguiar «donna ueuua que Deos tem sogra do dito Manoel do Rego de Magalhães de que foi herdeiro», tinha feito a Fernão Alvares, lavrador e sua mulher Maria Antunes, moradores na Ponte do Rol, do dito termo, conforme escritura datada de 7 de Novembro de 1609, feita nas notas de Manuel da Ponte.

O referido Gaspar Gallette houve «a dita terra por titollo de compra da mão do dito Fernão dalluares e sua molher com a dita obrigação dos dez allqueires de trigo».

Feitas as contas «assim do prinsipall sisa e feitura da dita escritura que achou importauão ao todo dezasseis mill e nouecentos secenta e coatro reis», deu e pagou o citado António Teixeira Cabral «ao dito Manoell do Rego de Magalhães que contou e rreçebeo per boas moedas da prata das correntes neste Reino» a quantia citada de que foi dada plena quitação.

Testemunhas: Henrique Fernandes, filho de Henrique Fernandes, lavrador, morador no lugar da Mouta, termo de Obidos e Francisco Lopes, sapateiro, morador em Torres Vedras.

Escritura de 20 de Setembro de 1625.

Mesmo livro, fls. 106.

221

Nomeação que faz Maria da Silva, «dona ueuua de Gomes da Rocha Trigueiros que deos tem», moradora em Torres Vedras, a seu filho Agostinho da Rocha, dos cargos de «feitor do alcaide mor prouedor dos defuntos e ueador das obras da fortaleza de bassaim por tempo de tres annos», conforme provisão régia «que por morte e falesimento do ditto seu marido asim por seu seruissos como por outros lhe foi feita merce por sua magestade».

Testemunhas: Alvaro Fernandes, barbeiro, Francisco Gonçalves, tecelão e João Ramos, criado do tabelião, todos moradores em Torres Vedras.

Escritura de 4 de Dezembro de 1625.

Livro de 22 de Novembro de 1625 a 25 de Maio de 1626, fls. 11 verso.

Partilhas entre Francisco Vaz Caiado, escrivão da Almotacaria, morador na vila de Torres Vedras, sua mulher Melicia da Rocha da Silva e João Penalvo de Leiva, morador em Lisboa, como procurador de Jorge Guterres Penalvo e de Valentina Vieira, sua mulher, pais daquele, «ora estantes na quinta de monte lojos termo da villa de alemquer»; partilhas que se fizeram por morte de António Gomes Penalvo, irmão e cunhado dos sobreditos, o qual foi o primeiro marido da dita Melicia da Rocha da Silva e que morreu sem testamento e de que não houve filhos.

Escritura de 20 de Abril de 1626.

Mesmo livro, fls. 103.

Venda que fazem Lopo Trigueiros e sua mulher Antónia de Abreu, moradores no lugar de Macheia, termo da vila de Torres Vedras, de uma terra de pão, situada no dito lugar, aonde chamam a Marinha, ao padre Henrique Mendes, clérigo de missa, morador na quinta da Granja, termo da dita vila, pelo preço de 35\$000 reis, em salvo da sisa para os vendedores.

Escritura de 7 de Janeiro de 1626.

Livro de 2 de Dezembro de 1625 a 16 de Maio de 1626, fls. 28.

Dote de casamento entre Sebastião de Almeida de Seixas sargento-mor da comarca de Torres Vedras e morador na dita vila e Maria Trigueiros Baracho, moradora na mesma, pelo qual disseram que se do referido matrimónio não houvesse filhos, cada qual se sairia com os bens com que tiverem entrado e no caso que faleça ele primeiro lhe dota 300 cruzados de arras no melhor parado de seus bens de que será usufrutuária enquanto viva for; depois de sua morte ela nomeara

os ditos 300 cruzados em um dos filhos que ele futuro noivo ora tem em sua casa.

Escritura de 17 de Janeiro de 1626.

Mesmo livro, fls. 37.

225

Testamento de Maria de Azevedo, mulher de António Godinho da Cunha, moradores na vila de Torres Vedras.

Declara que deseja ser amortalhada no habito de S. Francisco e conduzida na tumba da Santa Casa da Misericordia, como mulher que é de irmão da dita Santa Casa e que seu corpo seja sepultado na igreja ou mosteiro desta vila, onde bem parecer a seu testamenteiro. Declara que é sua vontade lhe digam para todo o sempre missa cotidiana, por sua alma e de seu marido, pai e mãe, para o que dispõe dos seguintes bens: 120.000 reis em dinheiro «que esta na mão de António Teixeira Rapozo mercador de panos nesta uilla de torres uedras os quais tras na dita sua logea a perda e ganho» e uma varzea situada aos Pelomes, que comprou a Francisco da Vaza.

Deixa ao dito seu marido o seu colar de ouro e a sua «escraua Phelipa porque sam duas pesas que mais estimo».

Deixa a António, filho de seu irmão Rodrigo de Oliveira um casal em Vila Facaia, foreiro á igreja de S. Miguel; item a Catarina, filha de Maria Gonçalves, da vila de Peniche, os seus «corais com extremos douro e dous lensois de linho e dous traueseiros com suas almofadinhas de Rendas que seraõ os melhores que se acharem e uinte alqueires de trigo pera ajuda de seu Cazamento». Deixa a Filipa de Abreu, tia de António Godinho, «hum cofrinho de tartaruga garnesido de prata e hum anel de hum Rubim a qual senhora me deu tudo isto grasiozamente e eu por não ter filhos que o logrem quero que ela o logre muitos annos e deixo a sua criada Luiza Pereira hum anel de huma pedra branca que eu tenho e a Phelipa taõbem sua criada hum anelinho de huma pedra uerde».

Do remanescente de toda a sua fazenda, deixa por universal herdeiro a seu marido António Godinho da Cunha «e por morte do dito

seu marido a deixo a António filho de meu irmão e se António for morto fique a outro filho macho que ele tiuer os quais que isto erdarem se chamaraõ do primeiro apelido de Oliveira».

Este testamento foi escrito por Frei Salvador de S. Lourenço, religioso da Provincia da Arrabida, aos 21 de Setembro de 1625, por a estadora estar impossibilitada, sendo aprovado nesse mesmo dia por Belchior de Leão, tabelião, na presença das testemunhas António dos Rios, outrossim tabelião, que assinou a rogo da testadora, Sebastião Rodrigues, barbeiro, Francisco Fernandes e Domingos Fernandes, lavradores e Domingos Luis, trabalhador, todos moradores em Torres Vedras.

Em 30 do referido mês e ano, fez Maria de Azevedo, um aditamento ao seu testamento, no qual esclarece algumas duvidas e manda que se rezem por sua intenção 5 missas no altar privilegiado da Misericórdia de Lisboa e que além do que dispõe a favor de Filipa de Abreu, tia de António Godinho, mais lhe deixa «humas contas de madreperola com crus e extremos de ouro pera por elas Rezar».

Este codicilo foi escrito pelo licenciado Francisco Vaz Cabral, médico em Torres Vedras e aprovado no dia immediato pelo citado tabelião, na presença das mesmas testemunhas.

Aos 4 de Fevereiro de 1626, foi o testamento e codicilo, a requerimento de António Godinho da Cunha, lançado nas notas de António dos Rios, mediante despacho do Juiz de Fora licenciado André Botelho Pimentel.

Mesmo livro, fls. 46 verso.

226

Reclamação que apresenta Maria de Almeida, mulher de Gaspar Cardoso, tabelião do judicial na vila de Torres Vedras, aonde são moradores, contra a emancipação e venda de certos bens e contratos que lhe foram impostos por seu pai Luis da Vaza Serrão, casado em primeiras nupcias com Margarida de Almeida, sua mãe e em segundas com Maria Serrão — imposição que ela «não levou em gosto mas deferindo a quem era e por em tudo fazer a uontade ao dito seu pai teue efeito a dita mansipação».

«E nela consentio pelas sobreditas Rezoins e por estar debaixo de seu patrio poder e dominio do dito seu pai que auera couza de seis mezes pouco mais ou menos que he falesido e porque ela se sente leza e emganada nos tais contratos que fes e consentio em Rezaõ daquela mançipasaõ os Reclamaua anula e Reuoga e asim a dita mansipasaõ em que ela nunca consentio por auto algum...».

Testemunhas: Belchior Leão, morador em Torres Vedras e João Ramos, criado do tabelião.

Escritura de 18 de Fevereiro de 1626.

Livro de 2 de Dezembro de 1625 a 16 de Maio de 1626, fls. 63.

227

Dote que fazem Domingos Alvares e sua mulher Brazia Nunes, moradores na quinta do Calvel, termo da vila de Torres Vedras, a sua filha Maria Nunes, para efeito desta casar com João da Ponte, tabelião do judicial na dita vila, e bem assim o licenciado António Alvares, abade, morador no Turcifal, irmão e cunhado dos dotadores, o qual disse que por levar muito em gosto este casamento, dotava os futuros noivos com metade de toda a sua fazenda movel e de raiz que à hora da sua morte fôsse achada e da qual ele se considerava usufrutuário em sua vida.

Tambem Margarida Nunes, viuva, moradora no Turcifal, tia e madrinha da futura noiva, a qual não tinha filhos nem herdeiros forçados e pelo muito amor que tem à dita sua sobrinha lhe dota 250\$000 reis em bens de raiz, que nesta escritura se acham declarados. Outrossim o padre Alvaro Teixeira, clérigo de missa, morador no Turcifal, meio irmão da noiva, lhes dota o quinhão que vier a ter em certos bens de raiz que seu pai doa e dota aos noivos.

Escritura de 7 de Maio de 1626.

Mesmo livro, fls. 130.

228

Nomeação que faz Manuel Godinho de Abreu, viuvo, morador em Torres Vedras, de um prazo em Rendide, a que chamão a Coutada,

em seu sobrinho António Godinho da Cunha, filho de seu irmão Pero Godinho Borges, visto não ter filhos nem herdeiros forçados e o dito seu sobrinho estar para casar.

Escritura de 3 de Julho de 1626.

Livro de 23 de Maio de 1626 a 1 de Dezembro de 1626, fls. 27 verso.

229

Venda que faz Mariana de Lemos, solteira, maior de 25 anos emancipada, moradora em Torres Vedras, filha de Fernão Botelho, cavaleiro fidalgo, registado nos livros de El-Rei, por seu procurador e irmão João Botelho de Lemos, capitão de infantaria, marido de Camila da Silva e morador na mesma vila, de uma vinha que está no sitio a que chamão Conquinha Velha, a Pero Henriques Pacheco, dizimeiro da igreja de S. Miguel de Torres Vedras, pelo «preço e contia de 40\$000 rs.»

Escritura de 5 de Julho de 1626.

Mesmo livro, fls. 28.

230

Procuração que dá Maria Trigueiros Baracho, moradora em Torres Vedras, a seu marido Sebastião de Almeida de Seixas, sargento-mor desta Comarca, para efeito de em nome de ambos poder vender todos os bens de raiz às pessoas que quizer e pelos preços que lhe bem parecer.

Escritura de 20 de Julho de 1626.

Mesmo livro, fls. 32 verso.

231

Fiança que dá Alvaro Afonso, viuvo, lavrador, morador no lugar da Louriceira, termo da vila de Torres Vedras, a João Rois, barbeiro, morador no lugar de Runa do dito termo, para que este possa tomar

de arrendamento, pelo prazo de tres anos e pela quantia de 110\$000 rs. cada ano, a quinta de Alcobaça e fazendas a elas anexas, pertencentes a D. Maria de Menezes, filha de D. Luis de Menezes e de sua mulher D. Antónia de Almeida.

A dita fiança era constituída pela hipoteca de vários bens de raiz no valor de 310\$00 rs. situados nos lugares da Louriceira e do Figueiredo.

Testemunhas: Francisco Marques, sapateiro, morador em Runa, Tomé Lourenço, lavrador, morador na dita quinta de Alcobaça e João Ramos, criado do tabelião.

Escritura de 27 de Julho de 1626.

Mesmo livro, fls. 34.

232

Renuncia e doação que faz Antónia Botado, moradora no lugar do Turcifal, termo da vila de Torres Vedras, «donna veuua de António Botado que deos tem», como herdeira de seu pai Estevão Pires e de seu irmão Francisco de Foios, dos serviços «que os sobreditos fizerão nas partes da India a sua magestade e assy os que seu irmão Estevão Pires Botado fes na jornada dafrica com ellRey Dom Sebastião que esta em gloria», a seu sobrinho Estevão de Foios.

Testemunhas: João Botado de Almeida, «cavalleiro fidallgo nos lliuros de sua magestade morador na sua quinta da Ribeira» e Francisco Alvares, trabalhador, morador na Ameixoeira, termo da cidade de Lisboa.

Escritura de 26 de Outubro de 1626.

Mesmo livro, fls. 98 verso.

233

«Obrigaçãõ declaraçãõ e quitaçãõ de dote», que fazem Alvaro Jorge Pereira, morador na quinta da Abrunheira, termo de Torres Vedras e seu irmão Antonio do Rego Pereira, morador na quinta da dos Figueiros, termo do Cadaval, a sua irmã Isabel do Rego Pereira, mulher de António Godinho da Cunha, morador em Torres Vedras.

Declaram os outorgantes que haviam prometido à referida sua irmã 8.000 cruzados de dote «do que lhe tinhaõ ja dado satisfação de tres mil cruzados» por escritura publica feita nestas notas e que enquanto lhe não derem satisfação em dinheiro «lhe daraõ des moios de trigo em rezaõ de retro e os sinco lhe fazem delles pagamento da maneira seguinte a saber mil cruzados em dinheiro que ja tem resebidos item por dous moios de trigo e meio de seuada e seis galinhas de foro perpetuo que tudo paga Joaõ Luis morador no Casal das Lapas pequenas termo desta villa por quatro centos e cincoenta mil res conforme a sua escritura de emprazamento item por satenta alqueires de trigo que paga Pedro Aluares laurador e morador no Casal queimado termo desta dita villa e quatro galinhas tudo de foro perpetu conforme a sua escritura em duzentos trinta e tres mil e trezentos e satenta res item por trinta e sinco alqueires de trigo e seis galinhas de foro perpetu que paga Domingos Fernandes laurador e morador no lugar da folgaroza termo desta villa em sento e dezasseis mil cento e oitenta res item por trinta e sinco alqueires de trigo e quatro galinhas que paga Jeronimo do Rego daldea grande deste termo por huma escritura de arrendamento de noue annos em cento e dezasseis mil cento e oitenta res item por uinte alqueires de trigo que paga de renda Visente Fernandes laurador e morador no machial e duas galinhas conforme o seu arrendamento ã sasenta e seis mil cento e oitenta res item pelas terras do lourisal e moinho uelho na uarzea da ermegeira de que se ade fazer arrendamento em sesenta e seis mil cento e oitenta res e saõ vinte alqueires de trigo item pela fazenda que esta na ermegeira a fonte do dito lugar e hua terra alem da fonte e outra a malhada em trinta e seis alqueires de trigo de que daraõ escritura de arrendamento em fatiota pera sempre em sento e uinte mil res e por esta maneira auiaõ os ditos oito mil cruzados por entregues em que entraõ taõbem o moinho que esta junto do Ramalhal a parte o quinhaõ que nele tem em dous moios hum de trigo e outro de mestura por duzentos e sesenta mil res de que lhe daraõ escritura de arrendamento em fatiozim pera sempre e o ditto Antonio Godinho e sua mulher pagaraõ as custas do dito moinho e nisto se uem a perfazer a ditta comtia».

Isabel do Rego Pereira e seu marido, por esta mesma escritura

se dão «por pagos e quites e satisfeitos e entregues dos ditos oito mil cruzados conteudos em seu dote».

Testemunhas: António Nunes, criado dos dotadores e João Ramos, criado do tabelião.

Escritura de 29 de Novembro de 1626.

Livro de 23 de Maio de 1626 a 1 de Dezembro de 1626, fls. 133.

234

Procuração que concedem Gaspar Cardoso, tabelião do judicial na vila de Torres Vedras e sua mulher Maria de Almeida, a Manuel Borges, cavaleiro-fidalgo da Casa Real, morador em Lisboa e a Nuno de Atouguia e aos licenciados Francisco Serrão Cerveira e Jerónimo de Milão Frago, outrossim moradores em Lisboa, para que estes em seus nomes possam requerer e defender toda a justiça em quaisquer demandas e em especial na que lhes move Bento Rois Vassalo, morador em Santarem.

Escritura de 10 de Junho de 1627.

Livro de 2 de Dezembro de 1626 a 10 de Junho de 1627, fls. 143.

235

Procuração que dá Margarida da Rocha, moradora no lugar do Turcifal, termo da vila de Torres Vedras, a seu marido João da Fonseca Tagarro, para que este em seu nome e no de ambos possa vender, trocar e escambar toda a sua fazenda às pessoas e pelos preços que lhe bem parecer.

Testemunhas: Francisco do Rego da Rocha, morador na Lourinhã, que assinou pela constituinte e Francisco Tagarro, morador na sua quinta da Pova.

Escritura de 11 de Junho de 1627.

Mesmo livro, fls. 143 verso.

Doação que fazem os padres do Convento de Nossa Senhora da Graça, da vila de Torres Vedras, frei Nicolau de Alpoim prior, frei Inocencio da Silva, subprior, frei António da Silva, deputado, frei Cristóvão de Melo, outrossim deputado, frei Pedro Barradas, procurador e frei António de Foios, sacristão, «todos conuentuaes no dito mosteiro juntos e chamados a som de campa tangida», a António Godinho da Cunha, morador na dita vila, casado que foi com Maria de Azevedo, sem geração, «da capela e altar das chagas que he huma das colaterais da parte do euangelho na dita igreja o que lhe auiaõ consedido com muito amor como se ue da lisensa do dito prouinçial e mais definidores», para que nela sejam sepultados «os osos do Corpo da dita dona Maria dazevedo sua primeira molher que deos tem e asim o corpo dele dito antonio Godinho da Cunha e de outra pessoa alguma não saluo aquelas que ele dito Antonio Godinho quizer e ordenar».

Obrigam-se mais os referidos reverendos, por si e seus sucesores «de no dito e na dita capela enquanto o mundo durar dizer huma missa cotidiana pela alma dela dita dona Maria conforme o seu testamento e asim mais doze missas cantadas nos doze meses do anno e nos prymeiros sabados de cada mes a nosa snora com seus Resposos e asim mais se obrigaraõ a dizer em cada hum anno hum ofício de noue lisoins com responso o qual se dira em uinte e oito dias do mes de Janeiro de cada hum anno por ser o dia em que Deos leuou a dita dona Maria pera sy os quais sufragios se obrigaraõ a dizerem pera sempre emquanto o mundo durar na dita Capela».

Disseram mais os ditos reverendos que possa o referido António Godinho «mandar fazer na dita Capela sepultura apartada e com carneiro nela e todas as mais que lhe bem pareser e por suas armas na parede e finalmente no que toca a dita Capela em toda ela podera fazer o que lhe bem estiuer asim nas paredes como nas sepulturas que em tudo pora seus letreiros e sem eles e a fabricara e armara de Retabolo porque eles Religiozos fiaõ dele o fara com muita pontualidade em Rezaõ da muita utilidade que o dito conuento e Religiozos dele tem Resebido asim do dito Antonio Godinho como de seus antepasados».

António Godinho da Cunha declara que nestas circunstancias dota e dá ao Convento da Graça e á dita capela 350\$000 reis em bens de raiz a saber: 2 terras de sementeira ao tabuleiro de S. João que partem do norte com estrada e do sul com fazenda de Manoel do Rego de Magalhães; mais 1 terra de sementeira situada ao Vale de Arouche; outra terra de sementeira junto à anterior; uma varzea aos Pelomes «aonde chamaõ a almoinha do clérigo».

Além destes imóveis dota mais alguns legados e foros para as missas «da dita Capela e ornamentos nesecarios pera elas das Cores costumadas nas festas e tempos do anno».

Testemunhas: Sebastião de Almeida de Seixas, sargento-mor da Comarca e Alvaro Gomes, morador no lugar da Mugideira, termo da dita vila.

Escritura de 29 de Julho de 1627.

Livro de 14 de Junho de 1627 a 11 de Janeiro de 1628, fls. 21 verso.

237

Outorga e consentimento que dá Isabel do Rego Pereira, mulher de António Godinho da Cunha, ao contrato de dote que o referido seu marido celebra com os reverendos padres do Convento da Graça, da vila de Torres Vedras, para a instituição da capela das Chagas.

Testemunhas : António Nunes e João Tavares, criado do dito António Godinho.

Escritura da mesma data.

Mesmo livro, fls. 22.

238

Procuração que dá Catarina de Figueiredo, moradora no Varatojo, viuva de Filipe Borges Landim, ao reverendo padre Frei Francisco da Gama, professo na ordem de Santo Agostinho, no Convento da Graça de Lisboa, para que este por ela e em seu nome e de sua filha Mariana,

menor, possa requerer todo o seu direito e justiça em quaisquer pleitos ou demandas.

Escritura de 3 de Agosto de 1627.

Mesmo livro, fls. 30.

239

Procuração que dá João da Fonseca Tagarro, morador no Turcifal, e sua mulher Margarida da Rocha, a Manuel da Cunha de Figueiredo, morador em Lisboa, para que por eles e em seus nomes possa vender 13 alqueires de trigo a retro aberto, em certa fazenda no termo da cidade de Lisboa, onde chamam *dos molhados*.

Escritura de 19 de Agosto de 1627.

Mesmo livro, fls. 37.

240

Aforamento em três vidas, que faz o dr. Jerónimo de Milão Fragoso, por seu procurador e irmão António de Abreu Fragoso, de uma vinha que lhe ficou por morte de seu pai o dr. Paulo de Milão Fragoso, a qual vinha era situada em Dois Portos, termos de Torres Vedras.

Escritura de 27 de Outubro de 1627.

Mesmo livro, fls. 68.

241

Procuração que concedem Manuel do Rego de Magalhães e sua mulher Catarina de Figueiroa, moradores na sua quinta de Vale de Mendares, termo de Torres Vedras, a Domingos de Seita, morador na dita vila, para que este em seus nomes possa vender trinta alqueires de trigo, a retro aberto, por 60\$000 reis, sobre uma terra lavradiça que eles têm junto à vila, no taboleiro de S. João.

Testemunhas: Manuel Leitão Trigueiros e Manuel da Costa, ambos moradores em Torres Vedras.

Escritura de 13 de Janeiro de 1628.

Livro de 11 de Janeiro de 1628 a 30 de Maio de 1628, fls. 8 verso.

242

Procuração que dá João da Fonseca Tagarro, morador no Turcifal, termo de Torres Vedras, a Manuel da Cunha de Figueiredo, cavaleiro-fidalgo da Casa Real, morador em Lisboa, para que este em seu nome possa requerer todo o seu direito e justiça em quaisquer causas movidas e por mover e especialmente para efeito de citar a Gaspar Pacheco, morador em Lisboa, sobre a preferencia de certa divida.

Escritura de 26 de Fevereiro de 1628.

Mesmo livro, fls. 63.

243

Procuração que dá Isabel de Sousa, viuva do licenciado Marçal de Torres Freire, moradora em Torres Vedras, tutora e administradora de seus filhos menores, ao dr. João Delgado Figueira, Inquisidor e a António Gomes Baracho, estantes e assistentes nas partes da India, para que eles em seu nome e dos ditos seus filhos, possam arrecadar todos os bens que se acharem e ficaram por morte de António Cabral, filho de seu marido, o qual dizem morrera na India, sem testamento.

Escritura de 16 de Março de 1628.

Mesmo livro, fls. 78 verso.

244

Procuração que concedem Alvaro Chamorro, Rodrigo de Oliveira da Fonseca, Francisco do Rego Gorjão e João Botado de Almeida, respectivamente, vereadores e procurador do concelho, a João Pinto, rece-

bedor das jugdas da vila de Torres Vedras e nela morador, para que este em nome da Câmara e povo da vila, possa requerer a Sua Magestade, novo encabeçamento das jugadas por 5 anos.

Escritura de 18 de Março de 1628.

Mesmo livro, fls. 79 verso.

245

Procuração que dá Agostinha de Almeida, solteira, maior, emancipada por justiça, filha de Helena Gil da Cunha, viuva, moradoras em Matacães, termo de Torres Vedras, ao padre António da Maia, clérigo de missa, morador em Lisboa, para que este em seu nome possa vender umas casas que ela tem na dita cidade, à Cruz do Pau, pelos preços que se concertar.

Escritura de 23 de Março de 1628.

Mesmo livro, fls. 83.

246

Procuração que dá Afonso Ribeiro Pegado, escrivão dos orfãos em Torres Vedras, preso na cadeia da dita vila, a seu pai Sebastião Ribeiro e a seus irmãos Fernão Gomes Pegado, Vicente Pegado, Francisco Pegado, António Pegado e Gabriel Pegado, moradores em Lisboa, e a Pero Ribeiro Pinto e aos licenciados Amador de Sousa, João Baptista Preto e Jacinto da Fonseca Moniz, advogados e moradores na referida vila e a Pero Soares, morador na vila de Povos, advogado no juízo da correição da comarca de Torres Vedras e ao padre Duarte Ferreira, clérigo de missa, morador nesta vila, para que todos eles e cada um deles, em seu nome, possam requerer todo o seu direito e justiça, em qualquer juízo deste Reino, assim secular como eclesiástico, em que ele seja autor ou réu.

Escritura de 4 de Abril de 1628.

Mesmo livro, fls. 94 verso.

Procuração que dá Maria da Assunção de Gamboa, moradora no lugar do Turcifal, termo de Torres Vedras, a seu marido João Coelho de Matos, cavaleiro professo do habito de Cristo, para que este possa assistir a quaisquer partilhas que se devam de fazer e em que ela seja interessada e em especial, nas partilhas dos bens que ficaram por morte de seu irmão Carlos Caiado de Gamboa, morador que foi na quinta de Amora, termo da vila de Almada.

Escritura de 6 de Maio de 1628.

Mesmo livro, fls. 117 verso.

Procuração que dá o padre Jerónimo Franco, capelão de Sua Magestade, morador no Turcifal, termo de Torres Vedras, em casa de João Coelho de Matos, cavaleiro professo do habito de Cristo, ao dito João Coelho, e bem assim a João Pinto, oficial dos Contos da cidade de Lisboa, para que ambos em seu nome possam receber 24\$000 reis que ele tem de tença na imposição dos vinhos da dita cidade, de que lhe fez mercê a Rainha D. Catarina.

Testemunhas: Francisco da Mota e Pero Nunes, moradores no Turcifal e João da Fonseca Tagarro, que assinou a rogo do constituinte, por este estar cego de todo.

Escritura de 6 de Maio de 1628.

Mesmo livro, fls. 118 verso.

Repartição que entre si fazem António do Rego Pereira e seu irmão Alvaro Jorge Pereira, depois de satisfeito o dote a sua irmã Isabel do Rego Pereira, de toda a fazenda que ficou por falesimento de nossa may Guiomar do Rego que deos tem».

Alvaro Jorge Pereira, declara que fica com os bens seguintes: —

a quinta do lugar da dos Figueiros — «Casas pateo e serca e adegas com dous lagares de fazer uinho com as mais casas que estão do pateo adentro e com mais hum lagar de fazer uinho que fica na Rua defronte das Casas da dita quinta com mais duas moradas de Casas em o dito lugar com seu quintal humas em que mora o padre Cura e outras em que mora hum homem cazado alfaiate e com mais hum lagar de azeite com sua Caza de tulhas e com mais todos os moues asim de Roupas como os demais que estão em a dita quinta e asim com todos os bois vacas e gado miudo e com todos os currais e palheiros pertencentes a dita criasão e com mais todas as terras uinhas e oliuais com suas testadas e seruentias e logradoros pertensentes a fazenda da dita quinta asim e da maneira que ficou por morte e falesimento da dita nosa may e com mais huma terra que esta em o lemite do lugar de Martim Joanes, termo da villa do Cadaval».

António do Rego Pereira, declara que fica com a quinta do lugar da Abrunheira — «Casas pateo e sileiro e adegas e lagar do pateo adentro e mais casas pertensentes a dita quintãa com sua serca e com todas as terras e vinhas e algumas oliueiras e com todos os moues asim de Roupas e os mais que ha em Caza e asim toda a criasão de bois e vacas e criasão de gado miudo com todos os Curraes e palheiros pertensentes a dita criasão asim e da maneira que ficou por morte e falesimento de nosa may Guiomar do Rego que deos tem e com mais humas cazas em o lugar do Ramalhal e humas terras que estam em o lugar de Reguengo Grande e Cazais da Fonte Santa termo da villa de Obidos e humas terras em o lemite do lugar da ventoza termo da villa da Lourinhã».

Esta amigavel partilha de bens a fazem eles «por sermos maiores emancipados», aos 25 de Julho de 1626, «depois de satisfazermos a dita nosa irmã de seu dote de Cazamento como dele se pode uer», a qual a seu requerimento e por despacho do licenciado André Botelho Pimentel Juiz de Fora de Torres Vedras, foi lançada nas notas de António dos Rios, aos 30 de Maio de 1628.

Livro de 11 de Janeiro de 1628 a 30 de Maio de 1628, fls. 143 verso.

250

Procuração que dá Afonso de Tavira, meirinho da correição da comarca de Torres Vedras, a Diogo Serrão, morador em Vila Franca de Xira, para que este em seu nome possa cobrar todas as dividas que lhe deverem e em especial os rendimentos da sua quinta que tem no termo da dita Vila Franca, em que vive António Nunes.

Escritura de 21 de Junho de 1628.

Livro de 2 de Junho de 1628 a 1 de Fevereiro de 1629, fls. 8 verso.

251

Quitação que concedem Leonor Cabreira, Maria Cabreira e Camila Frois, a seu sobrinho Francisco Cabreira, cavaleiro do habito de Cristo, morador em Torres Vedras, o qual tinha obrigação de tanto que entrasse no cargo de juiz da Alfandega de Goa, dar 2.000 cruzados a cada uma das ditas suas tias e «porquanto deos o trouuera a este Reyno e com o dito intento de lhe satisfazer a dita doação e dotte...», o que com efeito fez em vários bens de raiz, elas «por este publico instrumento se dão por quites e satisfeitas».

Escritura de 1 de Julho de 1628.

Mesmo livro, fls. 14.

252

Procuração que dá Joana de Vasconcelos, «molher que não he cazada e maior», moradora na quinta da Ermigeira que é de Miguel Brandão Pereira, fidalgo de Sua Magestade, ao licenciado Jerónimo Ferreira, advogado na cidade do Porto e a Baltasar Pinheiro, morador em Arrifana de Sousa, para que ambos em seu nome possam requerer tudo o que interessa à justiça e direito das demandas que tenha e possa ter.

Escritura de 5 de Julho de 1628.

Mesmo livro, fls. 15.

253

Procuração que dá Jerónima Perestrelo, moradora na Carvoeira, termo da vila de Torres Vedras, a seu irmão Manuel Perestrelo, fidalgo de Sua Magestade, morador no lugar do Turcifal, para que este em seu nome possa receber as rendas das casas que tem em Lisboa e bem assim 3 moios de trigo de tença que têm no Almoxarifado de Algés.

Escritura de 5 de Julho de 1628.

Mesmo livro, fls. 16 verso.

254

Desistencia de dote que fazem Francisco Tagarro da Fonseca e sua mulher Antónia de Abreu do Rego, moradores na sua quinta da Povia, termo da vila de Torres Vedras, para efeito de casamento, a sua irmã e cunhada Ana Carreira de Barros.

Testemunhas: João da Fonseca Tagarro e Manuel Martins, moradores no Turcifal.

Escritura de 8 de Julho de 1628.

Mesmo livro, fls. 21.

255

Subestabelecimento de procuração que faz Mécia Cardoso moradora em Torres Vedras, mulher de Francisco Denis da Mesquita, ora estante nas partes da India, da procuração que o dito seu marido lhe deu, a seu filho Mateus Cardoso de Valadares.

Escritura de 22 de Agosto de 1628.

Mesmo livro, fls. 29 verso.

256

Testamento de Francisco Cabreira, morador na vila de Torres Vedras, «de idade de sincoenta annos pouco mais ou menos».

Declara que «é cazado com dona Maria de Figueiroa filha que foy

de Pedro Vaz de Figueiroa que deos tem em gloria a qual esta na cidade de Goa em hum Recolhimento de quem não tenho filhos nem filhas e lhe peso perdaõ a ela e seus parentes se lhe tenho dado algum escandalo e eu lhe perdoo a ela e seus parentes».

Nomeia seu testamenteiro a António Godinho da Cunha, «como amigo que sou e fuy dele e a muita confiança que tenho de sua cristandade e não peso a meu primo que o seja porquanto ele e seus filhos serão interessados em algumas disposisioins deste testamento ...»

Manda-se sepultar na igreja de Santa Maria do Castelo, «na coua de meu pay Ruy Cabreira e irey amortalhado no manto de minha ordem como caualeiro de noso snor jhus xpo e leuarei a Correa de santo agostinho».

Pede aos padres de S. Francisco de Varatojo e aos de Santo Agostinho o acompanhem e lhes deixa de esmola «a cada hum do conuento quatro mil res». Determina que seja conduzido seu corpo na tumba da Misericórdia e que o acompanhe a respectiva irmandade a quem «deixa de esmola quatro mil res. Dispõe que se lhe rezem várias missas em Santa Maria, no Varatojo e em Santo Agostinho da Graça, com as esmolas competentes. Deixa ao juiz e irmãos do Santissimo 40.000 reis para «que logo mandem fazer huma alampada de prata». Perdoa todas as dividas que para com ele tenham até ao montante de 1.500 reis. Declara que quando foi para a India servir o cargo de Juiz da Alfandega de Goa, que seu pai lhe deixou, com condição de dar a cada uma de suas irmãs e suas tias 2.000 cruzados e que vindo da India lhos pagou a todas três. Declara que seu primo João Pereira Semedo lhe mandou da India a ele dirigida vária fazenda no ano de 1627, a qual veio na nau Quietação e se vendeu por sua ordem por 219.500 reis, com o seguinte destino: á mãe dele seu primo 20.000 reis e a seu irmão João Trigueiros outros 20.000 reis e a sua mulher D. Maria de São Paio 50.000 reis; mais deu a dita sua mulher para os lutos de Isabel Cabreira 20.000 reis; pelo enterramento e dividas desta mais 4.3000 reis; a demasia se lhe dará em dinheiro. Declara que deixa a seu sobrinho José Cabreira, o direito à capitania de Negapatão, em que foi provido pelo tempo de 5 anos, e entrando este em exercício dará a D. Maria de Figueiroa, filha de Pero Vaz de Figueiroa 500 xerafins no primeiro ano e outros 500 no segundo a Miguel de

Figueiroa, outrossim filho de Pero Vaz. Declara que «Antonio Pinheiro e Sebastião Delgado ambos ofiçiaes da Carreira da india me deuem por huma sentensa que contra eles ouue çento e sincoenta mil res de principal e Custas os quais não cobrey ategora por se auzentarem»; aparecendo os ditos deixa «a santa Caza da mizericordia desta dita villa de Torres uedras a aução e sentensa que contra estes dous homens tenho pera que cobrem deles os ditos çento e sesenta mil res». «Item deixa a santa caza da mizericordia desta villa de Torres uedras mil cruzados os quais se empregaraõ logo em fazenda ou em juro do qual rendimento daraõ uinte mil res a hum capelam que dira missa coti-dianna por minha alma na dita Caza».

De todo o remanescente de seus bens deixa universal herdeira a sua tia Maria Cabreira, com declaração de «que instituindo ela a obra pia da confraria que ela quer fazer de donzelas nobres e pobres ajuntara esta minha eransa que lhe deixo à sua fazenda que ela deixar a dita Comfraria e com mais Condisaõ que a primeira donzela desta Confraria seja Maria Cabreira filha de Simaõ de Mendonsa e de Bernarda Rebelo freira profesa do mosteiro de santa anna da çidade de Coimbra e em segundo lugar todas as filhas de meu primo João Trigueiros com porsaõ dobrada depois do falesimento da dita minha tia Maria Cabreira». Deixa mais a Manuel de Andrade seu criado 24.000 reis, pelos serviços que tem prestado à sua casa; a seu primo João Trigueiros todos os vestidos de seu uso, duas espadas, sendo uma delas forrada de prata com seus talabartes tambem de prata e um transelim de oiro. Deixa mais, a seu primo André Cabreira o seu vestido novo de pano de castela com umas meias de seda e um cinto e talabarte de prata anilada. Deixa a Amador de Sousa um caixão da India dos 3 que tem e que ele escolherá à sua vontade. Deixa mais, ao seu amigo Fernão de Sousa, quatro arcabuzes, uma lança e uma adaga, «por saber ser ele inclinado a armas».

Este testamento foi escrito pelo padre Aparicio Dias Lobato, prior de Santa Maria do Castelo, sendo apenas assinado pelo testador, que devido à sua fraqueza o não podia fazer, aos 10 de Novembro de 1628. Aos 13 do mesmo mês e ano, foi aprovado pelo tabelião António dos Rios, na presença das testemunhas Fernão de Sousa, capitão, Bernardo Teixeira de Freitas, cavaleiro-fidalgo, Martinho da Costa e Matias Gon-

çalves, criados do testador e do dito padre Aparicio Dias Lobato, todos moradores em Torres Vedras.

Mesmo livro, fls. 81.

257

Dote de patrimonia que fazem João Carvalho, homem que vive por sua fazenda, morador no lugar do Turcifal, termo da vila de Torres Vedras e sua mulher Madalena Franco, a seu filho Estevão Franco, para se ordenar de clerigo.

O dote era constituido por casas no dito lugar e terras de sementeira e vinhas, que bem valiam 125\$000 reis, ficando aos dotadores outro tanto para cada um de seus filhos.

Escritura de 2 de Dezembro de 1628.

Mesmo livro, fls. 89 verso.

258

Fiança que dá Mariana de Estrada, moradora em Torres Vedras, viuva do dr. Lourenço de Barros e Vasconcelos, para efeito de ficar como tutora de seu unico filho João de Barros, menor, cuja pessoa e bens lhe foram entregues.

Além de ter obrigado todos os seus bens de raiz, apresentou como seus fiadores e principais pagadores, a António Godinho da Cunha e sua mulher Isabel do Rego Pereira, que a isto obrigaram vários bens de raiz.

Escritura de 19 de Dezembro de 1628.

Mesmo livro, fls. 105 verso.

259

Testamento de Maria de Madureira, mulher do licenciado António Furtado Matamouros, provedor da comarca de Torres Vedras, pelo qual declara que não tendo herdeiro forçado, institui como seu universal

herdeiro ao dito seu marido, depois de cumpridos os seguintes legados: um foro de que lhe pagam 45 alqueires de trigo de um moinho junto à vila da Vidigueira, o qual deixa a seu irmão João Pinto de Figueiredo, com obrigação de 10 missas cada ano, por sua alma, ditas no Mosteiro de N. Senhora das Relíquias da dita vila da Vidigueira; de todos os mais seus bens conforme forem cobrados e lhe pretencerem nomeia herdeiro ao dito seu marido.

Este testamento foi escrito por Gaspar Cardos, tabelião do judicial em Torres Vedras, aos 18 de Dezembro de 1628 aprovado por António dos Rios, tabelião de notas, na mesma vila, no citado dia e aberto pelo licenciado André Botelho Pimentel, juiz de fora em Torres Vedras, aos 22 do mesmo mês e ano.

O citado documento foi lançado nas notas de António dos Rios, aos 15 de Janeiro de 1629, por despacho do juiz de fora e a requerimento do marido da falecida.

Mesmo livro, fls. 127.

260

Subestabelecimento que faz Maria de Almeida, filha de Helena Gil da Cunha, «dona veuua», moradora no lugar do Mosteiro de Matações, termo da vila de Torres Vedras, da procuração que lhe havia dado seu marido Pascoal Henriques Taveira, «ora estante no Couto de monsaraz» acoutado nelle pela morte de hum home», ao licenciado João Baptista, advogado na dita vila e ao licenciado Bento Paulo Romeiro, morador em Lisboa, «aos quais da e consede os poderes a ela consedidos e juntamente os seus e os fas seus procuradores», para que eles em nome de ambos possam requerer todo seu direito e justiça em quaisquer tribunais deste reino.

Testemunhas: o Padre Francisco dos Rios, morador na referida vila e João Ramos, criado do tabelião celebrante.

Escritura de 12 de Abril de 1629.

Livro de 8 de Fevereiro de 1629 a 28 de Outubro de 1629, fls. 33.

«Renunçiação e traspasasão» que faz Francisco Coelho Moreira, escrivão da Câmara da vila de Torres Vedras e nela morador, do dito ofício, que vinha exercendo ha mais de 40 anos «com muita satisfação sem neles ser Compreendido em erros que nele cometesse e oje por sua muita idade e indisposisoin não o pode servir», a favor de Francisco Botelho Machado «bisneto de João Botelho e neto de Fernão Botelho de Lemos moradores que foraõ nesta dita villa e proprietarios que foraõ do dito ofício».

Testemunhas: Manuel de Carnide e João Miranda, carpinteiro, ambos moradores em Torres Vedras.

Escritura de 20 de Dezembro de 1629.

Livro de 3 de Novembro de 1629 a 12 de Junho de 1630, fls. 27.

Reclamação e protesto que faz Francisco Denis da Mesquita, morador no lugar da Fontegrada, termo da vila de Torres Vedras contra o Juiz de Fora da mesma vila, por este ter exigido a seu filho Francisco Denis da Mesquita, que se achava «preso na cadeia desta uilla segundo autos em poder de Gaspar Cardoso tabaliaõ do judicial», que prestasse fiança afim de ser solto.

«E ele ditto Francisco Denis de Mesquita deu a dita fiança a respeito de remir sua uexação porquanto a pessoa nobre e de calidade como he o dito seu filho não tem obrigação dar fiança e protesta não lhe prejudicar em nenhuma forma auer dado a dita fiança nem por ela ficar obrigado a Couza alguma e a dita Reclamação fazia na melhor uia e forma que o direito der lugar».

Testemunhas: Agostinho da Rocha, morador em Torres Vedras e Miguel Teixeira, morador no Sobral, termo da referida vila.

Escritura de 3 de Janeiro de 1630.

Mesmo livro, fls. 32 verso.

Subrogação que faz Lsabel de Sousa, moradora em Torres Vedras, viuva do licenciado Marçal de Torres Freire, por provisão régia, de certa fazenda a seus filhos António de Sousa e Manuel de Sousa, menores, auzentes nas partes da India, pela qual vende umas casas arruinadas que estão na vila do Barreiro.

Escritura de 26 de Janeiro de 1630.

Livro de 3 de Novembro de 1629 a 12 de Junho de 1630, fls. 54.

Testamento de Isabel Godinho, mulher de Francisco Henriques de Miranda, «fidalgo da Caza de sua magestade e seu Comendador da ordem xpo», morador na sua quinta de Vermoeira, termo da vila de Torres Vedras.

Determina que seu «corpo seja emterrado na Capela de santa anna do mosteiro do Carmo que he sua da çidade de Lisboa e ao dia de seu enterramento sendo oras se não ao outro logo seguinte lhe faraõ por sua alma na dita Capela hum ofiçio de noue lisoins e dentro de hum mes se lhe faraõ mais dous ofiços na mesma e assim mais lhe faraõ por sua alma tres ofiços na freguezia dos anjos da dita çidade e outros tres na freguezia de são pedro dazoeira donde ao presente hera fregueza e a cada hum dos ofiços asima dara seu testamenteiro as ofertas que lhe bem pareser. Item manda se lhe digaõ sincoenta missas rezadas em altares previligiados e alem destas se diraõ mais em santo Antonio dos Capuchos da dita çidade uinte missas e em são francisco da dita çidade corenta missas todas rezadas e se dara a esmola ordinaria».

Manda se dêem 20.000 reis a Maria, «filha de Maria Anriques que foy de Caza pera ajuda de seu Cazamento e em qualquer tempo que deos a levar se lhe daraõ posto que seja Cazada os quais legados se Compriraõ todos de sua tersa que tome na melhor parado de seus bens assim moues como de Raiz».

Do remanescente de seus bens, deixa por herdeira a sua filha

Maria Henriques e morrendo esta sem filhos, ficará a seu filho Jerónimo Henriques; morrendo este sem geração, empregar-se-á o referido remanescente em missa cotidiana, para sempre, na Capela de Santa Ana acima referida.

Deixa por testamenteiro ao dito seu marido Francisco Henriques de Miranda.

Testemunhas: Manuel Fernandes, lavrador e Nicolau Francisco, trabalhador, ambos moradores na Vermoeira e Francisco Gomes, lavrador, morador em Montegordo e Alvaro Gonçalves e João Gonçalves, caixeiros, ambos moradores na Bandalhoiera.

Escritura de 16 de Fevereiro de 1630.

Mesmo livro, fls. 67.

265

Procuração que concedem Sebastião de Almeida de Seixas e sua mulher Maria Trigueiros Baracho, moradores em Torres Vedras, ao reverendo padre Rui Gomes Baracho, conego na sé de Goa e a António Baracho e Miguel Ferreira Baracho, todos moradores em Goa, para que estes em seus nomes possam cobrar e às mãos haver todos os bens moveis e de raiz que ficaram por falecimento de Afonso Camelo, sogro do dito Sebastião de Almeida de Seixas, cujo herdeiro este e seus filhos são, por ser já falecida Isabel Travassos, sua primeira mulher, filha do referido Afonso Camelo.

Escritura de 15 de Março de 1630.

Mesmo livro, fls. 82.

266

Procuração que dá Maria da Rocha Trigueiros, moradora em Torres Vedras, viuva de Gabriel Gomes do Quintal, já falecido nas partes da India, a João Pereira Semedo, e a Manuel de Moraes Supico, e a Diogo Rois de Crasto e a Francisco Tinoco de Carvalho e a Baltasar Marinho Pinto e a Estevão de Sampaio, todos moradores em Goa, para

que estes possam cobrar e às mãos haver todos os bens e fazenda que ficaram por morte do dito seu marido e lhes toca a ela e a sua filha Mariana Trigueiros do Quintal, mulher de Diogo Ribeiro, moradores em Lisboa.

Escritura de 16 de Março de 1630.

Mesmo livro, fls. 82 verso.

267

Venda que fazem, por seu procurador Domingos de Seita, Miguel Ribeiro, cavaleiro-fidalgo e familiar do Santo Ofício e sua mulher Isabel de Almeida, moradores em Lisboa, a Jerónimo Correia, moço da camara del-Rei, de um retro de 30 alqueires de trigo em cada ano, imposto no seu casal de Bessecarias, termo de Torres Vedras, por preço de 60\$000 reis que comprara seu cunhado e irmão Pero de Almeida a Tomé Dias, lavrador, morador no referido casal.

Escritura de 18 de Março de 1630.

Mesmo livro, fls. 84.

268

Dote e obrigação que faz Margarida Perestrelo, solteira, maior, moradora no Turcifal, termo de Torres Vedras, de umas casas situadas em Lisboa, ao Jogo da Pela, a sua sobrinha Sebastiana Moniz, filha de sua irmã Bertolina Perestrelo e de seu cunhado Tristão Tomé Leitão, moradores na sua quinta do Trucifal, em cujas casas ela doadora ora vive, sob condição da dita sua sobrinha e seus herdeiros, mandarem rezar em cada ano três missas na igreja do dito lugar, por alma dela e de seu pai e mãe.

As ditas casas andarão sempre na linha e geração do dito seu cunhado e irmã, na filha mais velha da referida sua sobrinha e não tendo filha ou filho; e no caso que a dita sua sobrinha faleça sem ter filhas nem filhos, então ficarão a seu sobrinho Bartolomeu Perestrelo e não tendo este herdeiros, então ficarão a Isabel Leitão, sua

sobrinha e filha dos sobreditos Bertolina e Tristão, e andarão na linha desta, com as tais condições.

Escritura de 30 de Abril de 1630.

Mesmo livro, fls. 99 verso.

269

Emprazamento em vida de três pessoas, que fazem D. João Soares de Alarcão e Melo, fidalgo da Casa de Sua Magestade e alcaide-mor de Torres Vedras e sua mulher D. Maria de Noronha, moradores em Lisboa, das suas «Casas do Patim», na freguesia de Santa Maria do Castelo da dita vila, a Fernão de Sousa e a sua mulher D. Maria Pacheco.

Escritura de 14 de Maio de 1630.

Mesmo livro, fls. 127.

270

Codicilo que faz Isabel Godinho, moradora na sua quinta da Vermoeira, termo de Torres Vedras, mulher de Francisco Henriques de Miranda, «fidalgo de sua magestade».

Confirma o seu testamento feito em 16 de Fevereiro deste ano e declara «que logo que noso snor for seruido de a leuar da uida presente seu corpo seja emterrado na Capela mor da igreja dazoeira donde ao presente he fregeza e ahi se lhe faraõ todos os sufragios que mandaua em seu testamento se fizesem no Carmo da çidade de Lisboa». E quanto as missas que mandava dizer em particular «manda que se digaõ e seja onde o dito seu marido e testamenteiro quizer». Acerca da missa cotidiana que mandava dizer no referido mosteiro do Carmo «queria e era Contentente se disesse outrosim na dita igreja dazoeira aonde se manda enterrar e se guardaraõ as solenidades do dito seu testamento porque somente queria se naõ disese senaõ onde seu Corpo estiuese enterrado».

Testemunhas: Mateus de Oliveira, barbeiro e José Gonçalves,

caixeiro, ambos moradores na Bandalhoeira; Domingos Lopes, almo-creve, Domingos Duarte, regatão e Pero Vaz, ermitão de Santa Cristina, todos do termo de Torres Vedras.

Escritura de 17 de Maio de 1630.

Mesmo livro, fls. 129.

271

Venda que fazem Inácio Botelho Gaio e sua mulher Maria de Melo, moradores no lugar da Freiria, termo da vila de Torres Vedras, de umas casas no lugar do Turcifal, por preço de 70\$000 reis, em salvo da sisa para os vendedores, ao Padre Pero de Matos, capelão de Sua Magestade, morador em Lisboa.

Escritura de 4 de Junho de 1630.

Mesmo livro, fls. 138 verso.

272

Arrendamento por 9 anos que faz Barbara de Barros de Sampaio, viuva, moradora em Lisboa, por seu procurador Francisco do Rego Gorjão, juiz dos direitos reais na vila de Torres Vedras, de uma azenha sita no lugar da Louriceira, termo da dita vila, pela renda de 50 alqueires de pão meado em cada ano, a Fernão Gil e a Luiza Gomes, moradores na dita azenha, que havia herdado por falecimento de sua irmã Catarina de Sampaio.

Escritura de 20 de Junho de 1630.

Livro de 17 de Junho de 1630 a 7 de Setembro de 1630, fls. 7.

273

Nomeação que faz Mariana Lobo da Costa, moradora na vila de Torres Vedras, mulher de Francisco de Carnide de Souto Maior, do prazo da quinta de Montedeixo, termo da dita vila, foreiro à Sé de Lisboa, a sua filha mais velha Luisa, com as obrigações inerentes.

Testemunhas: Cristovão de Carnide, o licenciado Sebastião da Costa, médico e Francisco Pereira Trigueiros, filho do tabelião outorgante, todos moradores na vila de Torres Vedras.

Escritura de 27 de Novembro de 1630.

Mesmo livro, fls. 131.

274

Fiança depositária e abonação, que prestam António Zuzarte, lavrador e sua mulher Beatriz Jácome, moradores no lugar do Maxial, termo da vila de Torres Vedras, ao licenciado Francisco Botelho, a sua mulher Luisa do Rego e a Isabel do Rego, solteira, maior, irmã desta e cunhada daquele, outrossim moradores no referido lugar, para que eles possam tomar e administrar os bens de João do Rego, ausente, seu tio, os quais bens administrou Sebastião Jorge, já falecido, sogro do dito licenciado.

Para o indicado fim os citados fiadores, hipotecaram vários bens de raiz, situados no lugar do Maxial, avaliados em 370.000 reis.

Testemunhas: Tomé dos Rios Trigueiros, filho do tabelião celebrante, Alvaro Fernandes, morador na sua quinta da Abrunheira e Francisco Pereira Trigueiros, filho, também, do mesmo tabelião, todos moradores em Torres Vedras.

Escritura de 17 de Dezembro de 1630.

Livro de 7 de Dezembro de 1630 a 19 de Março de 1631, fls. 17 verso.

275

Distrate que faz Manuel do Rego de Magalhães, morador na sua quinta de Vale de Mendares, termo de Torres Vedras, com João Gomes, lavrador, morador no lugar da Moçafaneira do dito termo, da quantia de 17\$008 reis relativa a um retro aberto que fizeram «Isabel de Aguiar, dona ueuua, moradora que foy nesta ditta villa», imposto em «huma terra de pam lauradisa que esta no lemite do dito lugar da mosafaneira», o qual retro por falecimento dela ficou a sua filha Catarina de Figueiroa, mulher do dito Manuel do Rego de Magalhães.

Testemunhas: João da Ponte, tabelião do judicial e Tomé dos Rios Trigueiros, ambos moradores em Torres Vedras.

Escritura de 10 de Dezembro de 1631.

Mesmo livro, fls. 26.

276

Doação que faz Maria Trigueiros Serrão Salvado, solteira, moradora na vila de Torres Vedras, filha de Gomes Serrão, filho mais velho que foi de Diogo Serrão, de duas capelas, uma das quais foi de seu tio Fernão Salvado, que a instituiu na cidade de Evora, com obrigação de 2 missas cantadas no convento de S. Domingos daquela cidade e em Santa Antão da mesma, em cada ano, cujos bens estão em Evora e Evoramonte, na herdade a que chamam *a Salvada*; e a outra sita na vila acima referida e seu termo que lhe deixou sua tia Leonor Serrão, com obrigação de uma missa cantada e duas rezadas, em cada ano, na igreja de S. Pedro da dita vila.

Estas capelas foram-lhe deixadas com as ditas obrigações e mais com a condição de que andassem sempre no parente mais chegado de sua geração e, porquanto, ela tinha sua sobrinha Catarina de Freitas Serrão, filha de seu irmão Diogo Serrão, já falecido, em sua casa e lhe tinha muito amor e dedicação, lhas dota e nomeia de hoje para todo o sempre, com as mesmas obrigações.

Escritura de 12 de Fevereiro de 1631.

Mesmo livro, fls. 85 verso.

277

Procuração que dá Vicencia Bernardes, viuva, moradora na Ponte do Rol, termo da vila de Torres Vedras, a Lançarote de Seixas, a Afonso da Vaza e a João Pereira Semedo, estantes e moradores nas partes da Índia, para que eles em seu nome possam cobrar e às mãos haver todos os bens e herança que ficaram por morte de Manuel Botado, seu filho, que morreu na Índia ao serviço do Rei e do Reino.

Testemunhas: Estevão Alvo Botado, filho da ccnstituente e João Ferreira, sapateiro, moradores ambos na Ponte do Rol.

Escritura de 10 de Março de 1631.

Mesmo livro, fls. 101.

O ESCONDERIJO DO BRONZE FINAL DE COLES DE SAMUEL [SOURE] (*)

pelo sócio efectivo

Maria Amélia Horta Pereira

No Museu Didáctico do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra podem ver-se um machado de talão e argola, quatro machados de alvado, seis foices, seis braceletes e um escopro (Est. I), dados como provenientes de Coles de Samuel, Soure.

Esta pequena colecção foi adquirida a um antiquário de Montemor-o-Velho, no princípio da década de 60, por Bairrão Oleiro, fundador e primeiro director do Instituto de Arqueologia, o qual não possui, no entanto, quaisquer provas indiscutíveis da proveniência das peças nem notícia da forma como foram encontradas.

Assim, embora diversos factores levem a admitir a hipótese de se tratar de mais um «esconderijo de fundidor», este deveras invulgar pela qualidade do material agrupado, e não ignorando o que significaria o seu aparecimento naquela área da Beira Litoral, praticamente estéril em achados da Idade do Bronze, uma natural prudência aconselha a limitar este trabalho à apresentação, descrição, classificação tipológica e tentativa de cronologia dos objectos mencionados.

Não quero porém deixar de referir que a província possui minera-

(*) Comunicação apresentada na reunião da Secção de Pré-história da Associação dos Arqueólogos Portugueses, em 17 de Fevereiro de 1971.

ções de cobre e estanho, sendo especialmente rica a freguesia de Branca, concelho de Albergaria-a-Velha, na qual se situam as minas de Esperança e Samuel ⁽¹⁾, ainda que nelas faltem, até ao presente, indícios de exploração pré-histórica.

1. *Machado de talão* (Est. II).

Exemplar estreito, rectilíneo, de topo direito, bordos planos com rebarbas bem visíveis incurvando levemente na direcção do gume. Apresenta uma argola no bordo direito, implantada da raiz da folha para o terço inferior do talão.

O dorso é plano, a face frontal mostra na lâmina uma nervura central que morre a meio, e duas laterais, formando os bordos.

A peça, que está mutilada acima do gume, tem pátina verde clara, vendo-se sob ela indícios de carbonização.

Comprimento: 146 mm; comprimento do talão: 75 mm; comprimento da folha: 71 mm; largura no topo do talão: 24 mm; largura no topo da folha: 24 mm; espessura no topo do talão: 5 mm; espessura no topo da folha: 20 mm; perímetro exterior da argola: 33 mm; perímetro interior: 17 mm; espessura da argola: 5 mm; peso: 0,245 kg.

Este é o tipo 54 de L. Monteagudo ⁽²⁾, descrito como um machado de «dorso plano, lâmina de lados ligeiramente incurvados — em Portugal, topo no terço inferior da argola», cronologia c. de 900 a. C., difun-

⁽¹⁾ Carlos Ribeiro, *Memória sobre o grande filão metalífero que passa ao nascente d'Albergaria-a-Velha e Oliveira d'Azeméis*, «Memórias da Academia Real das Ciências», Lisboa, 1861, t. II, 2.^a parte, pp. 53-105.

J. M. Coteló Neiva, *Granitos e jazigos minerais de diferenciação magmática das Beiras e norte de Portugal*, «Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro», Porto, 1945, vol. I, fasc. 1 e 2, pp. 13-37, N.B. p. 32.

⁽²⁾ Luís Monteagudo, *Hachas Prehistoricas de Europa Occidental*, «Conimbriga», Coimbra, 1965, vol. IV, p. 30.

dido pelo Minho e Beiras, nomeadamente: Guimarães, Figueira da Foz, Alvaiázere, Serra ao N. de Tomar e Penamacor. Acrescento Mação (Porto do Concelho), com datação de 850 a.C. atribuída pelo mesmo especialista ⁽³⁾.

2. *Machado de alvado* (Est. III)

Exemplar de alvado quadrangular e duas argolas, talão com duas nervuras paralelas, folha trapezoidal com nervura central que vem morrer a meia altura. Bordos quase direitos, incurvando na direcção do gume, o qual é arqueado e denota utilização intensa.

Numa das faces vê-se orifício de encabamento, do qual irradiam ligeiras fissuras que parecem comprovar ter ele sido aberto com a peça já quase fria, estalando o metal.

As rebarbas de fundição não foram aparadas, quer no rebordo, quer nos lados. Carbonização subjacente à pátina verde clara.

Comprimento: 160,5 mm; perímetro da boca do alvado: 190 mm; abertura do alvado: 40 mm; profundidade do alvado: 90 mm; largura no gume: 56 mm; perímetro exterior de uma argola: 43 mm; perímetro interior: 17 mm; espessura de uma argola: 7,5 mm; peso: 0,720 kg.

3. *Machado de alvado* (Est. IV).

Peça idêntica à anterior, porém sem orifício de encabamento e com dois botões pouco pronunciados abaixo da extremidade da nervura.

Rebarbas da fundição por limar, utilização intensa do gume e golpes na folha. Carbonização sob a pátina verde clara.

(3) M. A. Horta Pereira, *Monumentos Históricos do Concelho de Mação*, Coimbra, 1970, pp. 212-215, figs. 81 e 82.

Comprimento: 160 mm; perímetro da boca do alvado: 161 mm; abertura do alvado: 37 mm; profundidade do alvado: 92 mm; largura no gume: 55 mm; perímetro exterior de uma argola: 41 mm; perímetro interior de uma argola: 17 mm; espessura de uma argola: 7,5 mm; peso: 0,770 kg.

4. *Machado de alvado*

Exemplar muito semelhante aos anteriores, embora maior. Gume quase direito, com cantos arqueados, muito afiado e denunciando utilização. Uma das valvas do molde seria maior do que a outra; rebarbas por aparar, correndo ao longo do rebordo do alvado, argolas e bordos.

Golpes em toda a superfície, sendo um bastante profundo. O machado está enegrecido pela carbonização, e apresenta a mesma pátina verde clara.

Comprimento: 175 mm; perímetro da boca do alvado: 170 mm; abertura do alvado: 37 mm; profundidade do alvado: 87 mm; largura no gume: 62 mm; perímetro exterior de uma argola: 47 mm; perímetro interior: 20 mm; espessura de uma argola: 9 mm; peso: 1,020 kg.

5. *Machado de alvado*

Exemplar aparentemente saído do mesmo molde que o precedente, pois uma das metades também é maior do que a outra, tem indícios de uso no gume e folha. Carbonização sob a pátina verde clara.

Comprimento: 175 mm; perímetro da boca do alvado: 170 mm; abertura do alvado: 37 mm; largura no gume: 63 mm; profundidade do alvado: 87 mm; perímetro exterior de uma argola: 42 mm; perímetro interior: 20 mm; espessura: 9 mm; peso: 0,940 kg.

E. da Cunha Serrão ⁽⁴⁾ aponta 30 (ou 32) machados de alvado com duas argolas laterais no território português (Est. VII): quatro no Minho (localidades desconhecidas), um de Famalicão, um de São Vicente de Oleiros, Guimarães, um de Valongo, um de Croca, Penafiel, um de Candemil, Amarante, um de Fiães, Vila da Feira, um de São Domingos da Beira, um de localidade desconhecida da Beira, um de Montemor(o-Velho?), um ou três de Boidobra, Proença, um de São Vicente da Beira, um do Juncal, Alcobaça, um de Tomar, um da região das Caldas da Rainha, um de Lourais, Pombalinho, um da Cova da Moura, um de Sobral de Monte Agraço, dois da Abrigada, Alenquer, um de Alcaínça, dois de localidades desconhecidas da Estremadura, um de Liceia, um de Alfarim, Sesimbra, um de Pedreiras, Sesimbra, um de localidade desconhecida do Alentejo.

Propõe para estas peças uma cronologia de 500 a. C. Nada obsta porém a que ela seja recuada de dois ou três séculos, pois o que seguramente se sabe é que estes machados surgiram entre o Minho e o Tejo, simultâneamente com os machados de talão e dorso plano.

À série referida acrescentem-se os quatro machados de Coles de Samuel, um machado do Castelo da Ota, Alenquer ⁽⁵⁾, um de Freixenda, Vila Nova de Ourém, um de Reguengo do Fetal, Batalha, um de S. Simão de Litém, Pombal ⁽⁶⁾, o que faz subir para 38 ou 40 o número de machados de alvado com duas argolas, encontrados em território português.

6, 7, 8, 9, 10, 11. *Foices* (Est. V)

Seis foices de talão, anverso nervurado e reverso plano, aparentemente saídas do mesmo molde.

(4) Eduardo da Cunha Serrão, *Bronzes de Alfarim e de Pedreiras*, «Boletim do Centro de Estudos do Museu Arqueológico de Sesimbra», Lisboa, 1967, vol. I, pp. 76-93, 103-105.

(5) M. A. Horta Pertira, *Seis machados do Castelo da Ota e uma lâmina de punhal de São João de Abrantes — ou as culturas do Cobre e do Bronze na bacia do Tejo*, I Jornadas Arqueológicas, «Actas», Lisboa, 1969, vol. II.

(6) D. Domingos de Pinho Brandão: Comunicação à Secção de Pré-história da Associação dos Arqueólogos Portugueses, em 30 de Outubro de 1970.

O talão é liso e a extremidade dobra em ângulo quase recto sobre o anverso, proporcionando um semi-círculo auxiliar do encabamento. Duas nervuras paralelas correm desde o topo do talão até à ponta, com caneluras fundas entre elas, acompanhando a canelura dorsal.

O dorso é espesso e arqueado, o gume incurvado, dentado, gasto pelo uso.

Um dos exemplares tem a ponta mutilada, outro está mutilado pelo terço final, e a foice partida ao meio (est. I), mostra um orifício no talão, o qual, todavia, parece posterior à moldagem. Leve carbonização sob a pátina verde clara.

Arco dorsal: 180 mm; arco do gume: 150 mm; largura da base: 45 mm; espessura da dobra: 16 mm; altura do talão: 35 mm; espessura média da foice: 5 mm; peso: 0,185 kg.

Conheciam-se 10 foices de talão ⁽⁷⁾ no território português: duas do Porto do Concelho, uma de Pragança, uma de Santiago do Cacém, uma de Évora, uma de Mértola, uma de localidade desconhecida do Alentejo, uma de S. Martinho de Rio Maior, uma de Pedreiras, Sesimbra, e o molde de foice do Casal de Rocanes, Cacém ⁽⁸⁾. Com as apresentadas agora, o número delas sobe para 16.

Do ponto de vista tipológico, estas foices têm em comum:

- a) o processo de encabamento — talão rematado por uma dobra sobre o anverso, com forma semi-circular, para apoio ao cabo;
- b) lâmina reforçada por nervuras que correm do topo do talão à ponta;
- c) gume começando no topo do talão.

⁽⁷⁾ E. da Cunha Serrão, *ibidem*, p. 89.

⁽⁸⁾ Joaquim Fontes, *Sur une moule pour faucilles de bronze provenant du Casal de Rocanes*, «O Archeólogo Português», Lisboa, 1916, vol. XXI, pp. 337-342, pl. I.

Podem portanto classificar-se de *foices de talão e lâmina nervurada*, considerando que existem na Península Ibérica *foices de talão e lâmina lisa* ⁽⁹⁾. Justifica-se o tipo *foice de talão*, uma vez que o Bronze Final do norte da Europa produziu *foices de alvado*, havendo em Portugal notícia de um exemplar, de um esconderijo de Arganil ⁽¹⁰⁾.

15 das foices têm talão liso, variando o número de nervuras da lâmina:

- a) Têm uma nervura correndo pelo eixo da folha, as foices de Pedreiras, S. Martinho de Rio Maior ⁽¹¹⁾, e uma do Porto do Concelho ⁽¹²⁾;
- b) têm duas nervuras correndo no meio da folha todas as foices de Coles de Samuel, a foice de Pragança ⁽¹³⁾, a foice de Santiago do Cacém ⁽¹⁴⁾, e o *molde de Rocanes*;
- c) tem quatro nervuras na folha a foice de Mértola ⁽¹⁵⁾.

Uma foice apresenta talão nervurado, e é a maior do Porto do Concelho ⁽¹⁶⁾.

No estado actual dos nossos conhecimentos, não parece que do número de nervuras na lâmina se devam tirar conclusões imediatas. Provavelmente vir-se-á a verificar distinção funcional, pois as peças com uma única nervura são muito pequenas para trabalho intensivo e rude como é o de uma ceifa.

⁽⁹⁾ H. N. Savory, *A Idade do Bronze Atlântico no Sudoeste da Europa*, «Revista de Guimarães», 1951, vol. LXI, pp. 323-355.

⁽¹⁰⁾ João de Castro Nunes, *A propósito da estela de Meimão*, «Revista de Guimarães», 1960, vol. LXX, 1-2, pp. 86-106.

⁽¹¹⁾ Afonso do Paço, F. Barbosa, F. Bergstrom Barbosa, *Foicinha de bronze do Castelo de S. Martinho (Rio Maior)*, Ass. Port. para o Prog. das Ciências, Publicações do XXVI Congresso Luso-Espanhol, Secção VII, Porto, 1962.

⁽¹²⁾ M. A. Horta Pereira, *Monumentos Históricos do Concelho de Mação*, p. 186.

⁽¹³⁾ Joaquim Fontes, *ibidem*.

⁽¹⁴⁾ Idem, *ibidem*, fig. 5.

⁽¹⁵⁾ J. Leite de Vasconcelos, «História do Museu Etnológico Português», Lisboa, 1916, p. 359, fig. 31.

⁽¹⁶⁾ M. A. Horta Pereira, *ibidem*, p. 188.

Pelo contrário, a esmagadora maioria de foices com talão liso no ocidente da Península Ibérica, entre as quais se conta o molde de Rocanes, torna esse tipo de foice o próprio do Bronze Final português, havendo que deixar de o classificar de *foice nervada, tipo Castropol* — que é a foice asturiana guardada no Museu Arqueológico Nacional de Madrid, a qual apresenta um talão com três nervuras centrais paralelas, prolongando-se as das extremidades em frontão sobre a lâmina, que é percorrida por outra nervura paralela ao dorso, da ponta à base da peça.

A foice de Castropol é menos recurvada que as portuguesas; a base do talão é mais larga do que este.

O molde de Rocanes, surgindo como protótipo de 15 das 16 foices encontradas em Portugal, permite propor a seguinte tipologia para as *foices de talão*:

- I. Foices de talão e lâmina lisa.
- II. *Foices tipo Rocanes* - talão liso e uma ou várias nervuras correndo do topo do talão à ponta da peça.
- III. *Foices tipo Castropol* - talão nervurado e uma ou várias nervuras correndo da base do talão à ponta da peça.

Logo, as foices de Coles de Samuel são *tipo Rocanes*.

Quanto à *cronologia*: a foice de Pedreiras apareceu associada, como as de Coles de Samuel, a um machado de alvado com duas argolas ; as foices do Porto do Concelho a dois machados de talão e uma argola, idênticos, igualmente, ao de Coles de Samuel; assim, e como Cunha Serrão já sublinhou, parecem contemporâneas as foices de talão, os machados de talão e uma argola, e os machados de alvado com duas argolas, o que permite datar de c. de 850 a. C. as foices de Coles de Samuel, datação aliás proposta por Monteagudo para as foices do Porto do Concelho ⁽¹⁷⁾.

Finalmente, ocorre observar que todas as foices surgiram em terras ricas, de economia essencialmente agrária e com condições naturais para ela — bacias do Mondego e do Tejo, campos da Estremadura e Alentejo, cultivados decerto, como por aqui se prova, há milénios.

(17) M. A. Horta Pereira, *Monumentos Históricos*, p. 215.

12, 13. *Braceletes* (Est. VI)

Dois braceletes de secção quadrangular, decorados na face exterior com duas ordens de incisões em espinha.

Atacados pela corrosão, apresentam pátina verde clara. Um tem as pontas mutiladas.

- Arco: 190 mm; espessura: 7 mm; peso: 0,045 kg.

- Arco: 115 mm; espessura: 6 mm; peso: 0,015 kg.

Estes braceletes, sem dúvida com a mesma proveniência, têm uma decoração invulgar, a qual lembra a dos colares de ouro de Sintra e Évora (Portel).

14. *Bracelete*

Exemplar de secção quadrangular, partido ao meio, e mutilado numa das pontas. Atacado pela corrosão. Pátina verde clara.

Arco: 145 mm; espessura: 5 mm; peso: 0,025 kg.

15. *Bracelete*

Exemplar de secção quadrangular, partido ao meio, com uma das pontas mutiladas.

Atacado pela corrosão, tem pátina verde clara.

Arco: 170 mm; espessura: 7 mm; peso: 0,030 kg.

16. *Bracelete* (Est. VI)

Fragmento de um bracelete de secção ovalar, com pátina verde clara.

Arco: 95 mm; espessura média: 5 mm; peso: 0,025 kg.

17. *Bracelete* (Est. VI)

Bracelete de secção rectangular, mutilado nas pontas.
Pátina verde clara.

Arco: 150 mm; espessura: 5 mm; peso: 0,035 kg.

18. *Escopro* (Est. VI)

Barra prismática, de secção quadrangular, biselada a formar gume numa das extremidades, sendo os lados planos, incurvados junto ao gume, em parte mutilado e embotado por utilização.

Comprimento: 134 mm; largura no gume: 12 mm; espessura média: 8 mm; peso: 0,120 kg.

*

As peças descritas apresentam a mesma pátina, aparentemente o mesmo grau de corrosão, não muito adiantada, utilização intensa e indícios mais ou menos acentuados de carbonização.

Os machados de alvado são do mesmo tipo, talvez da mesma oficina e dois deles saíram, sem dúvida, do mesmo molde. Outro tanto se disse das foices e dos braceletes decorados.

Estas afinidades parecem indicar tratar-se realmente de um «esconderijo de fundidor», datável de c. de 850 a. C.

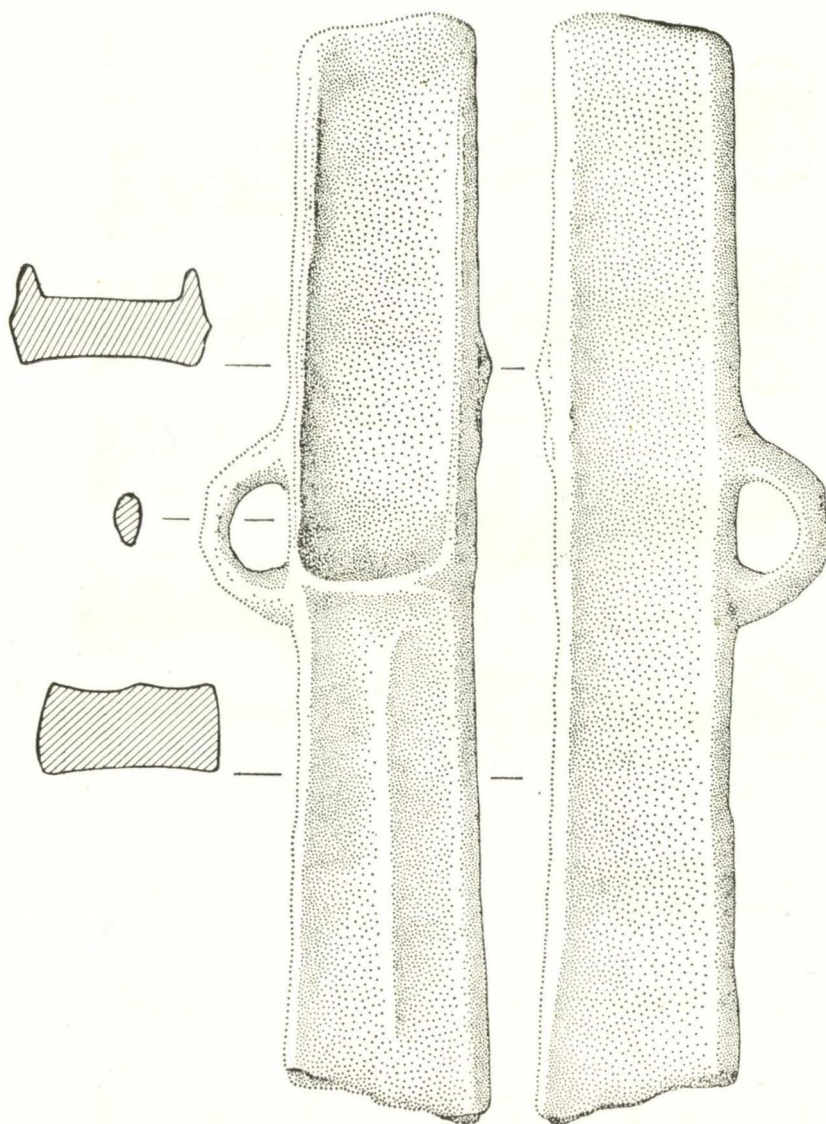
Agradeço ao actual director do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, Exmo. Sr. Dr. Jorge de Alarcão, o ter-me permitido estudar este magnífico conjunto, autorização que foi acompanhada de todas as facilidades necessárias, incluindo fotografia e desenhos, que devo à gentileza do Museu Monográfico de Conímbriga.

EST. I



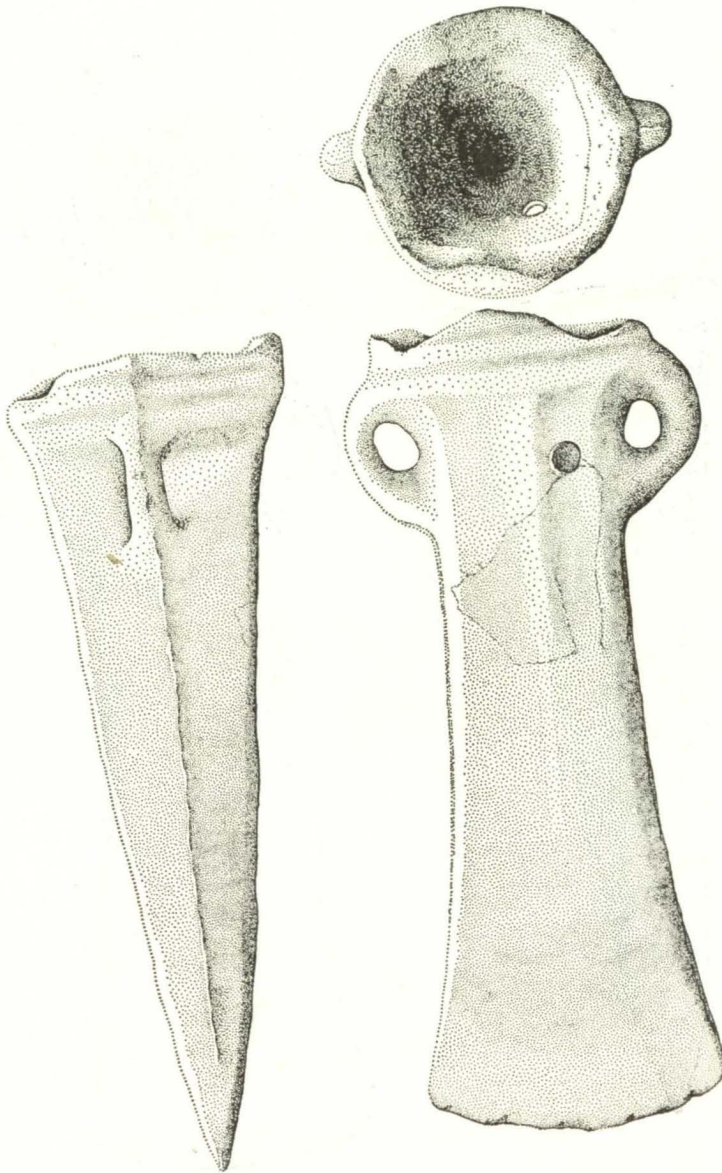
O «esconderijo» de Coles de Samuel

EST. II



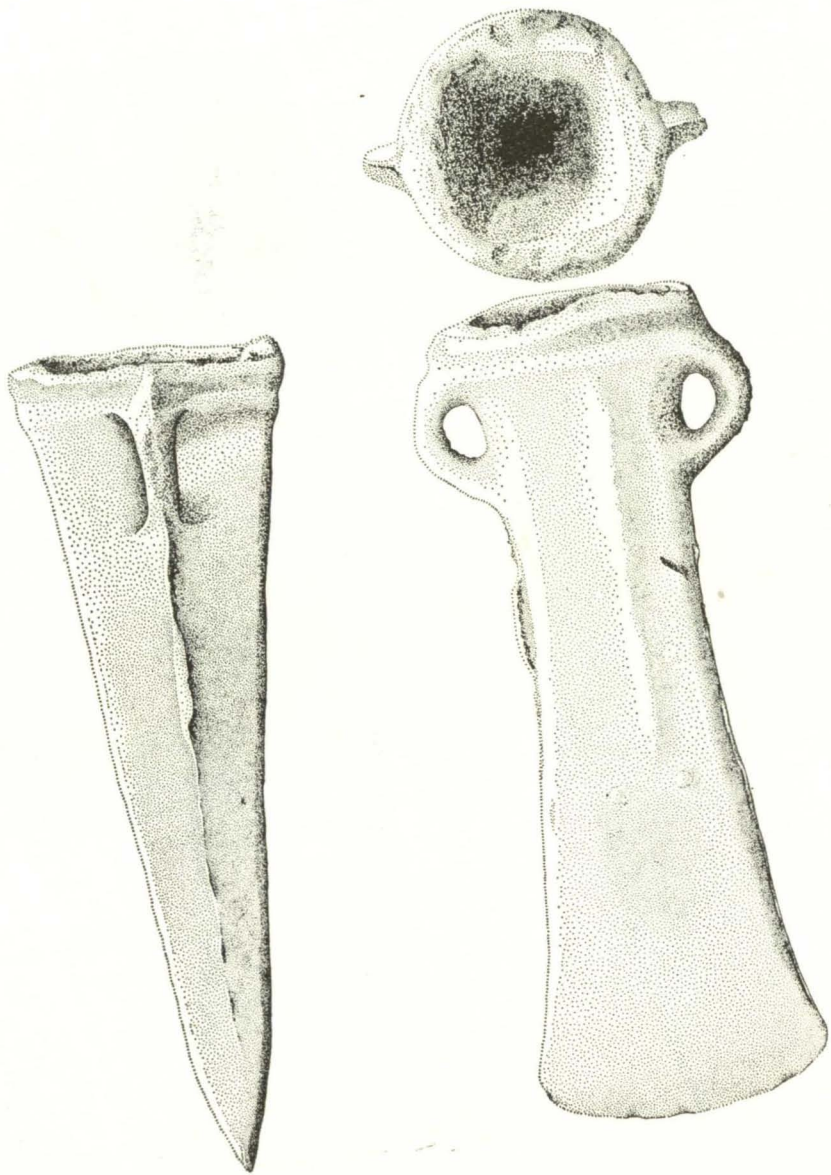
Escala: 1/1

EST. III



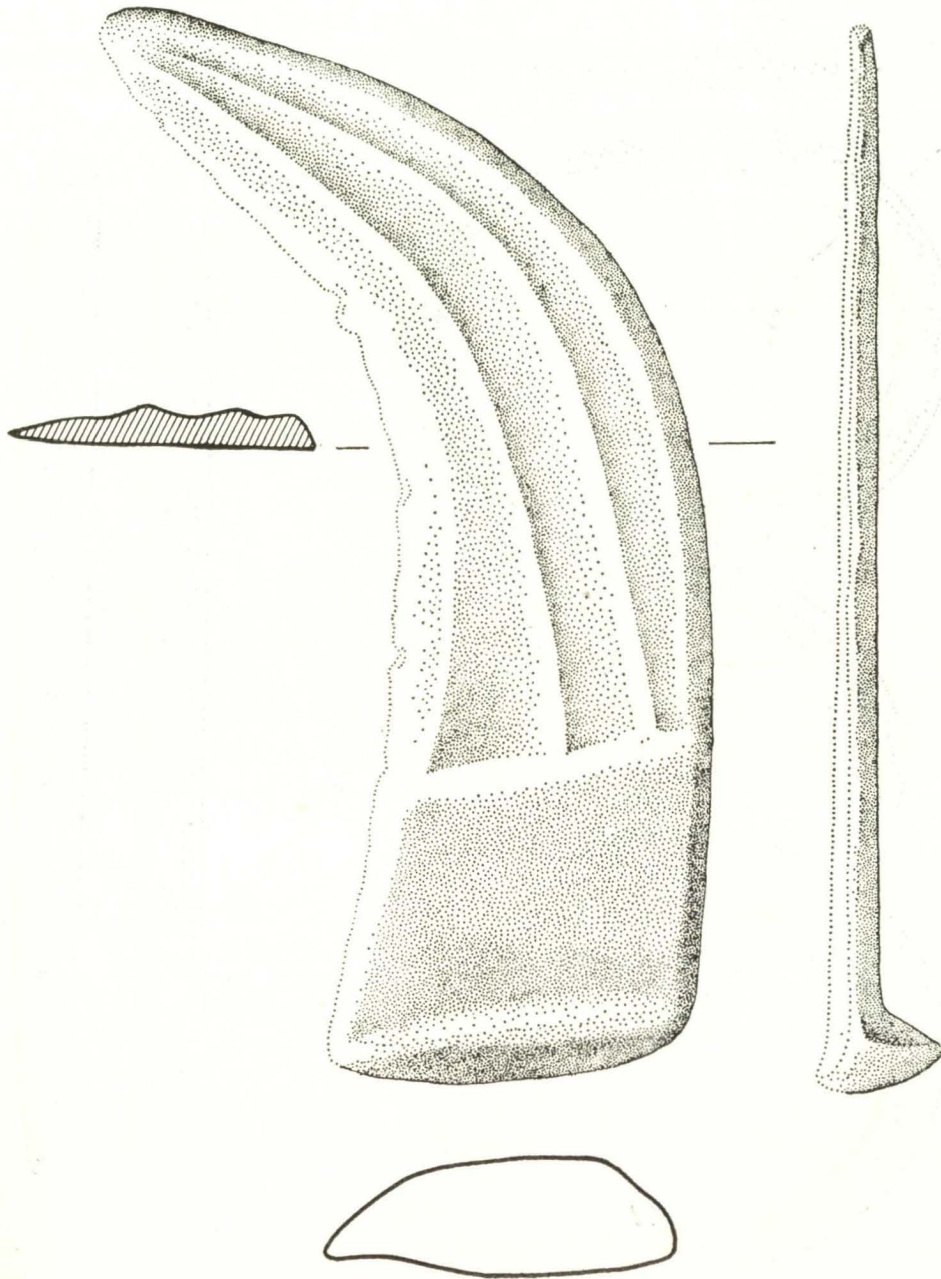
Escala: 2/3

EST. IV



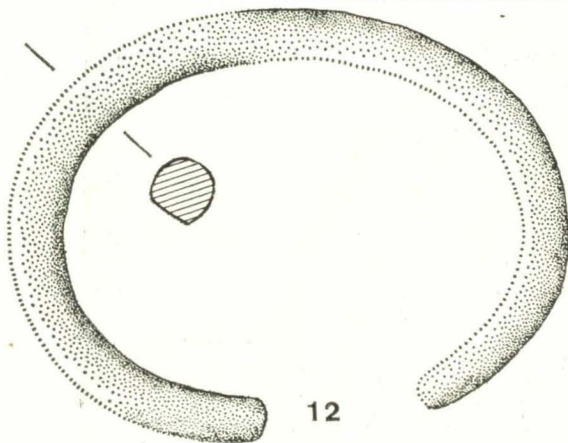
Escala: 2/3

EST. V

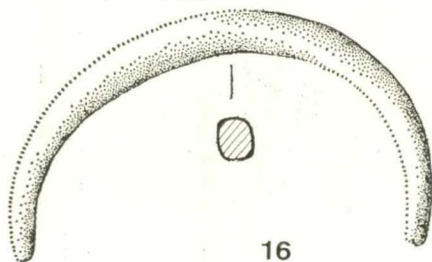


Escala: 1/1

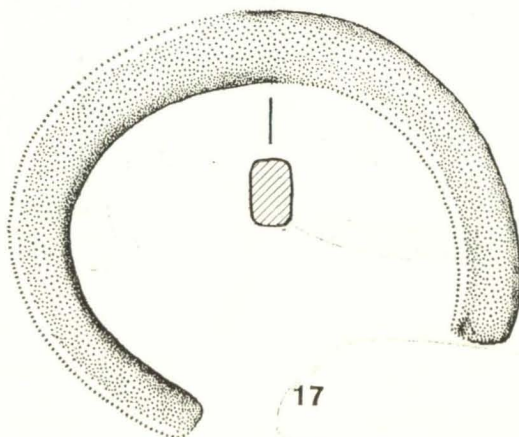
EST. VI



12



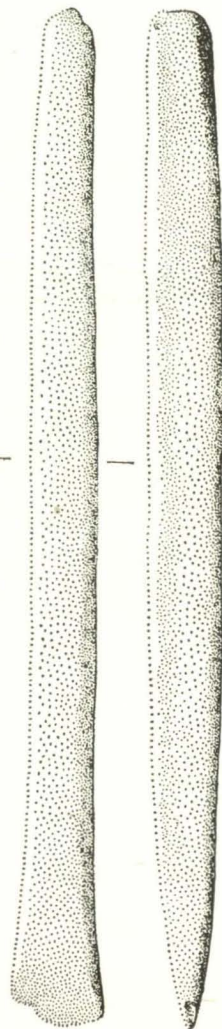
16



17

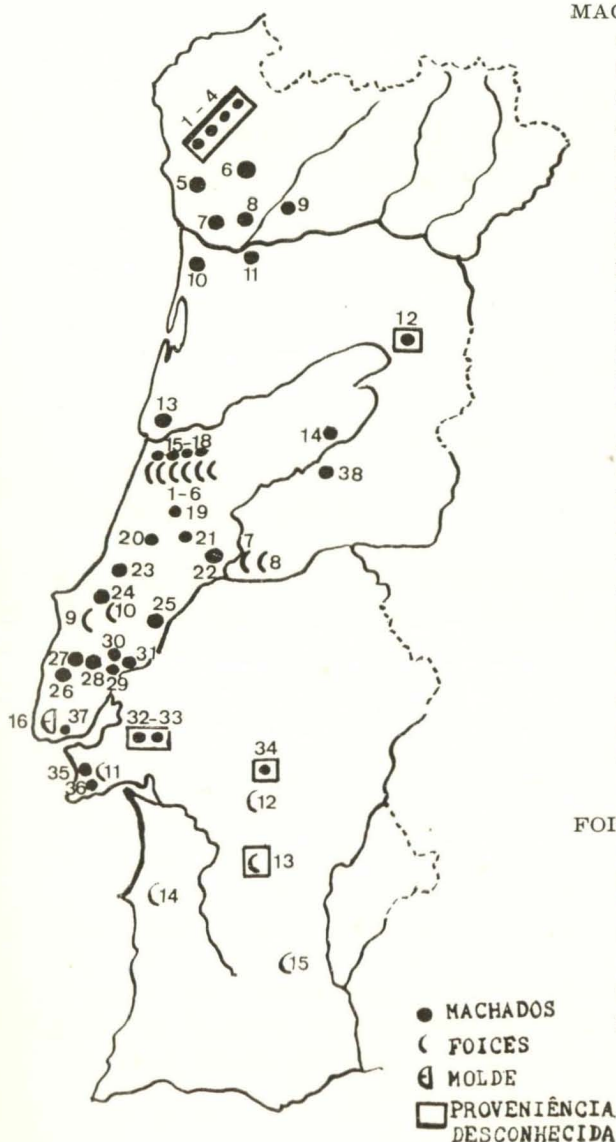


18



Escala: 1/1

DISTRIBUIÇÃO EM PORTUGAL DOS MACHADOS DE ALVADO COM DUAS ARGOLAS E DAS FOICES DE TALÃO NERVURADAS



MACHADOS: 1 a 4 - localidades desconhecidas do Minho; 5 - Famação; 6 - S. Vicente de Oleiros, Guimarães; 7 - Serra de Santa Justa (Valongo); 8 - Croca, Penafiel; 9 - Candemil, Amarante; 10 - Fiães, Vila da Feira; 11 - São Domingos da Beira; 12 - localidade desconhecida da Beira; 13 - Montemor (o-Velho?); 14 - Boidobra, Proença; 15 a 18 - Coles de Samuel; 19 - S. Simão de Litém, Pombal; 20 - Reguengo do Fetal, Batalha; 21 - Freixeanda, Vila Nova de Ourém; 22 - Tomar; 23 - Juncal, Alcobaça; 24 - Caldas da Rainha; 25 - Lourais, Pombalinho; 26 - Alcainça, Mafra; 27 - Cova da Moura; 28 - Sobral de Monte Agraço; 29 - Abrigada, Alenquer; 30 - Ota, Alenquer; 31 - Abrigada, Alenquer; 32 e 33 - localidade desconhecida da Estremadura; 34 - localidade desconhecida do Alentejo; 35 - Alfarrim, Sesimbra; 36 - Pedreiras, Sesimbra; 37 - Liceia; 38 - São Vicente da Beira.

FOICES: 1 a 6 - Coles de Samuel; 7 e 8 - Porto do Concelho, Mação; 9 - Pragança; 10 - S. Martinho de Rio Maior; 11 - Pedreiras, Sesimbra; 12 - Évora; 13 - local desconhecido do Alentejo; 14 - Santiago do Cacém; 15 - Mértola; 16 - Molde de Rocanes, Cádiz.

NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
DE VILA VIÇOSA
E
A SUA PROJECCÃO DEVOCIONAL
E LENDÁRIA EM ESPANHA

pelo sócio efectivo

João Pires de Campos

ARQUEOLOGIA LOCAL

VILA VIÇOSA situa-se geogràficamente num extenso vale, que vai de Borba a Pardais. É ladeada por um pequeno monte, qual cordilheira veda a visibilidade a sul e poente. A norte e nascente o solo começa a declinar, um pouco vertiginosamente, para a Ribeira de Borba, onde vai morrer. É rasgado por vários ribeiros, salpicado de montes amorfos, com rochas, aqui e acolá, à superfície. De vez enquando, num recanto inesperado, surge uma fonte, uma horta, com um punhado de casas brancas a matar a cor da terra acastanhada, ou mesmo mais vermelha.

Toda a composição, parecendo dedilhada a mão de artista famoso, dá à paisagem uma morfologia rica e arranca-a dum contexto austero, seco, por vezes ingrato e monótono. Os caminhos sinuosos rasgam os campos e são, ainda hoje, os mesmos caminhos de há muitos séculos por onde passaram os romanos, os visigodos e os árabes.

Hoje a zona de Vila Viçosa, com o cinzento das oliveiras a pro-

jectar-se sobre os barros vermelhos, as quintas a acompanhar uma fonte ou um ribeiro, tudo misturado, é dos recantos mais belos de Portugal.

Do castelo, para norte e nascente a visibilidade não morre. É Portalegre a esfumar-se lá longe na serra de São Mamede. Depois de Vila Boim, os campos escondem a cidade de Elvas. Para outro lado, lá longe, de Olivença para lá, na Extremadura espanhola, montes se aglomeram em apoteose a anunciar as proximidades da serra Morena. No meio de toda esta beleza natural ressalta a brancura das povoações alentejanas, quais rosas brancas sem perfume, semeadas ao acaso, sem semetria e sem a preocupação de jardineiro. Tudo isto nos leva a uma meditação profunda, onde se descobre o passado no presente — a mão do homem e a acção criadora de Deus. Vemos a fragrância da beleza, o trabalho da inteligência e ouvimos um cântico eterno, nesse marulhar da história das coisas e dos homens.

É assim Vila Viçosa, um recanto de Portugal, de cores variadas, de decisões marcantes, como sentinela vigilante a espreitar o inimigo, venha donde vier, por caminhos ou atalhos.

Na Pré-História todos os campos de Vila Viçosa e arredores têm o seu cunho marcado.

Esses povoados do neolítico, para os lados de São Romão, Nossa Senhora das Ciladas, Pardais, enquadram-se no âmbito arqueológico que acompanha o Guadiana até à foz. Alguns já foram descobertos; outros esperam, certamente, a teimosia e a inteligência dos arqueólogos.

Recordemos o Monte dos Coroados, com os seus panos de muralhas, com os achados de superfície. Também os monumentos megalíticos, tão frequentes no distrito de Évora, são testemunha duma época gloriosa em que o homem prestava culto aos mortos, nesses monumentos, feitos de pedra que a natureza modelou e o homem juntou, como que a fazer uma morada para a eternidade — contrapondo assim o nada da matéria à grandeza do espírito.

Se atendermos aos inúmeros vestígios da Pré-História, os estudarmos com sinceridade, certamente encontraremos uma continuidade, com civilizações diferentes, até à romanização.

É a partir da fixação dos romanos que aqueles campos fecundos, por natureza, começaram a ser cultivados e a segurar o homem coloni-

zador, em povoados de certa densidade populacional, por si já de admirar.

O Padre Henrique da Silva Louro, homem de vasta cultura, investigador probo, percorreu a zona oriental do concelho de Vila Viçosa, como aliás quase todo o Alentejo e parte da Beira Baixa, no livro «*Ciladas - São Romão*» escreveu: «Porém quando mais se evidenciou o povoamento desta zona foi no tempo dos romanos, dos quais há inúmeros vestígios; na eira da Aboboreira se acharam em tempos várias sepulturas.

A cerca de dois quilómetros a sul do Monte Velho há um recinto murado em ruínas mostrando à superfície restos de telhas romanas e tijolos circulares, etc.

Na herdade do Padrãozinho se exploraram 128 sepulturas dos séculos II e III. Delas se extraíram centenas de objectos: vasos, lucernas, moedas, pregos ... Nas proximidades há restos de povoações dessa época.

No Pomar d'El-Rei como na Torre do Cabedal são ainda notáveis os restos de vilas romanas ali existentes ...

Vestígios romanos abundam também na herdade da Sancha e Carvalhais.

Nas imediações do Monte dos Campos e Queimado há igualmente restos de povoações. Perto desta existiu um cemitério.»

Para sul, termos de Pardais e Bencatel, também a civilização romana se manifesta em profusão, em restos de vilas e povoados.

Mesmo junto a Bencatel ainda se encontram os restos de cerâmica, tão peculiar aos romanos. Noutros tempos, por notícias do século passado, aí foram encontrados outros achados e inscrições de notável interesse para um estudo daquela zona.

O Padre Espanca, no seu livro *Notícias de Vila Viçosa*, dá-nos em pormenor o achamento de várias inscrições romanas, colunas, túmulos e desce mesmo a pormenores, mencionando povoados com as suas estruturas culturais, religiosas e sociais. O amor à Arqueologia levou-o muitas vezes a ter uma opinião provável acerca de certos assuntos contravertidos e chegando, em alguns aspectos, a dar certezas tiradas dum estudo bem elaborado para o seu tempo.

Relacionado com alguns arqueólogos de então procurou expor os

seus pontos de vista em artigos. Dentro do esforço de querer encontrar a verdade, chegou mesmo a identificar Lacobriga do Alentejo no local onde está a povoação de Bencatel, contrariando assim o Cónego Gaspar Barreiros que a localizara no Alandroal.

Não lhe mereceu menos atenção o local onde hoje se situa Vila Viçosa. Assim, conforme palavras suas: «A "vico ou pago" em hoje pousa a cabeça do concelho, não era, como alguns dizem, só no subúrbio oriental do Outeiro do Ficalho: abrangia o terreno das hortas até às fontes dos dois ribeiros do norte e sul, em partes ainda agora ocupadas pelo terreiro de Santo Agostinho, Castelo, baixo do Rocio e Aldeia dos Bugios. Junto desta última está o farregial, chamado Chão da Ordem (por ter pertencido a um praso da Ordem de Avis) e todo o seu solo está coberto de fragmentos de telhões e ladrilhos romanos ...».

NA ÉPOCA CRISTÃ

Vila Viçosa foi cristianizada logo nos primeiros séculos do cristianismo, ainda no tempo da dominação romana.

Pela queda do Império Romano e com as invasões dos bárbaros não deixou de ser cristã. Já por esta época, tinha um templo cristão, certamente dedicado a São Tiago Maior.

Há quem afirme que no local onde está o actual templo de São Tiago estava outrora um templo a Proserpina.

A capela de Santiago, muito embora mantenha uma pedra visigótica, já perdeu a traça primitiva, com várias reconstruções.

Por outro lado nada sabemos do nome que teria tido no tempo dos romanos. Inventam-se nomes, formulam-se hipóteses. Ao certo nada sabemos. Por outro lado as afirmações feitas por Garcia de Rezende quanto ao nome Calíope pouco ou nada adiantam.

O mesmo sucede depois do domínio dos bárbaros. A verdade porém é que a povoação foi diminuindo de ano para ano, ficando reduzida à igreja de Santiago e a um punhado de casas, sobre um amontoado de ruínas, já dispersas e enterradas.

Segundo alguns autores foi tomada aos mouros, em 11 de Setembro de 1217; outros, porém, dão-lhe o ano de 1226.

Foi incluída no termo de Estremoz, na carta de foral dado por D. Afonso III a 22 de Dezembro de 1258, com o nome de Vale Viçoso.

Em 5 de Maio de 1267 começou a construção do convento de Nossa Senhora da Graça, da Ordem dos Eremitas de Santa Agostinho, junto do ribeiro ocidental, onde certamente existiu um dos arrabaldes do povoado romano.

Esta construção trouxe uma nova alma àquele cemitério de séculos. Os frades de Santo Agostinho atraíram as gentes ali. Começou, pois, uma luz de esperança.

No reinado de D. Dinis, a oriente do convento, foi levantada uma fortaleza, a meio do caminho entre o convento e a velha aldeia. Estava, portanto, lançada a semente. Vila Viçosa iria ser grande. Os freires de Avis tinham ali já o seu castelo, onde se poderiam recolher e espreitar o inimigo lá longe, vindo de Castela.

Dentro da fortaleza, construíram-se casas, à moda da época, geralmente de rés do chão, com portadas em ogiva. Rasgaram-se as ruas encostadas umas às outras, muito aconchegadas, como quem tem medo. No centro sobressaía a casa da «Divina Generala» daquele castelo, a Senhora Santa Maria. Casa certamente maior que as outras de estilo gótico. Era esta casa da Senhora, como a fortaleza, da Ordem de São Bento de Avis a quem pertencia a jurisdição daquelas terras em volta.

No reinado de D. Fernando I foram as muralhas reforçadas e ergueram a torre de menagem, essa torre altiva e orgulhosa, em frente duma das portas da fortaleza, a simbolizar o remate da Idade Média e a anunciar melhores dias no futuro.

Nos fins do século XIV, Vila Viçosa passou para o senhorio de D. Nuno Álvares Pereira e começou, então, a sua órbita de grandeza, ao passar para o ducado de Bragança, nos descendentes de D. João I.

Foi a partir de D. Fernando I, Duque de Bragança, que a «Vila Velha» transbordou para fora dos muros e deu origem à vila nova. Não dava este Duque o tempo necessário a Vila Viçosa para a engrandecer, porque as suas andanças de Barcelos a Chaves, a Guimarães, a Arraiolos, à África, lhe ocupavam o tempo.

Foi o terceiro Duque, D. Fernando II, que se fixou em Vila Viçosa, no castelo, e ali viveu até ao ano 1483, quando por circunstâncias periclitantes, foi mandado decapitar em Évora, por ordem de D. João II.

Depois desta tragédia consumada, manchas negras da história dos homens davam a entender que Vila Viçosa morreria, ficando semelhante a outra povoação qualquer. Nada já restava naquele castelo como esperança. Lá dentro apenas a Duquesa D. Isabel, viúva, envolvida em crepes, com os filhos em Espanha, esperava a morte.

D. Manuel I, a quem os homens ainda não fizeram justiça, bem formado, inteligente, culto, vencendo os receios e temores de alguns, não hesitou em restaurar a Casa de Bragança na pessoa do herdeiro legítimo, D. Jaime, filho de D. Fernando II.

Com D. Jaime recomeçou, com efeito, a grandeza de Vila Viçosa. Conventos, igrejas, palácio do Reguengo, mostram para além do muito dinheiro, a grande alma dos nobres Duques de Bragança, que tanto trabalharam como soldados e homens cultos para nos legarem uma herança sagrada, entre as grandes de Portugal.

Quando entramos no templo dos Agostinhos ou no coro baixo das Chagas, sentimos ali a força dos mortos a comandar a História. Esses oito Duques — não sabemos qual é o mais apagado em grandeza e valor — e essa dinastia de Duquesas, com D. Catarina à frente, impõem respeito aos grande de Portugal.

CONVENTOS

O primeiro no tempo foi o dos Agostinhos Calçados. Construído talvez em estilo gótico. Assim o afirmam umas paredes grossas, onde se rasgam arcos ogivais, numa sala contígua ao transepto do actual templo.

Este convento foi como semente lançada à terra, dessa terra misturada com tijolos e civilizações passadas. Estas, por seu turno, já nada diziam para o tempo, tudo caminhava para longe.

Os frades de Santo Agostinho inflaram o espírito novo, deram vida, cantaram, rezaram, trabalharam, foram obreiros.

O velho convento ruiu, como os gigantes. Um outro, com os restos do velho, se construiu no mesmo local. Foi uma mistura de estilos renascentista e barroco. Ambos os estilos se degladiam e ambos parecem alcançar a vitória, nos claustros e sobretudo na opulenta igreja

de mármore, onde se vê a grandeza de D. João IV, no corpo central, e o absolutismo de D. João I na capela-mor.

Se entrarmos na igreja, há ali qualquer coisa inexplicável. Uma voz celeste ressoa na elegância das linhas arquitectónicas. A luz envolve os mármore esbatidos pelo tempo. O som dos salmos cantados, o murmúrio da oração permanecem lá — são os frades a perpetuar a história dum convento.

Neste convento foi baptizada Vila Viçosa e jazem os Duques de Bragança, esperam o último dia no frio mármore dos túmulos. O primeiro Duque, D. Afonso, veio de Chaves em 1940 e jaz em túmulo de granito numa capela lateral. Os outros Duques na capela-mor.

Junto ao Terreiro do Paço, no lado sul, um outro convento, o das Chagas. Foi mandado construir por D. Joana de Mendonça, segunda esposa de D. Jaime I, no século XVI.

A igreja de portada renascentista não é muito grande. É forrada no interior de azulejos policromos. Era e é o convento mais artístico de Vila Viçosa. No interior, as fachadas, os recantos, os claustros, formam um conjunto inegalável em beleza. Há ali uma mistura de estilos — greco-romano e árabe, é um Portugal para além, um pouco mogrebino, é um livro de história e de arte, um pouco do nosso orgulho e da nossa capacidade, nos separa e nos distingue dos outros. Em tudo isto um pouco de paganismo e de fé, raízes dum ecumenismo ou poeiras dum espírito de cruzada.

Pelos claustros e recantos existiam oratórios, com pinturas e esculturas. As paredes profusamente ornamentadas a frescos. O coro alto, ainda hoje, deixa ver um pouco do que foi. Santos da Ordem de São Francisco acompanham os cadeirais dum e doutro lado. O tecto e as paredes, na palidez das cores, ainda são de admirar. Há ali, sem dúvida, uma grandeza morta, esfumada pelas velas do tempo e do abandono a que foram votados, depois de 1834.

No coro de baixo, em campas rasas, dormem as Duquesas de Bragança, sob lajes de mármore ao lado de outras de ardósia. Naqueles tempos, sob o mesmo tecto viviam as religiosas de Santa Clara e senhoras da alta nobreza de Portugal.

No centro da Vila, encravado entre o casario, está o convento de Santa Cruz, das religiosas de Santo Agostinho. A igreja de pequenas

dimensões serve de museu de arte sacra, onde se encontram ricos espécimes de escultura, ourivesaria e pintura do concelho de Vila Viçosa. O resto do convento tem servido para tudo, até para sala de baile.

A traça arquitectónica tem sido bastante prejudicada, nas diversas adaptações a que tem sido sujeito desde que deixaram de residir ali as últimas freiras.

No entanto, por várias razões e contra todos os preconceitos da maçonaria, ainda em vigor em muitos homens dos nossos dias, temos de reprovar todo o laicismo e seus afins nesta loucura de destruir, de adaptar e de tudo o mais que se fez e se faz, nos velhos conventos e nos templos.

Já no extremo, em redor da Vila, uma série de conventos faz a guarda de honra. O convento dos Capuchos, de traça simples e dura, à maneira do barroquismo franciscano, enobrece o largo em frente da praça de touros. Um mistério de poesia envolve a fachada, nas torres, no arco e nas pequenas janelas. Tudo de fora nos indica que lá dentro existem recordações — convento morto, onde a vida ténue do aroma dum passado de penitência e oração se apresenta ainda hoje.

Depois a oriente da Vila, o convento de Nossa Senhora da Esperança, das clarissas de hábito negro da Ordem Terceira de São Francisco. A igreja conserva ainda muito do que foi no passado. Pelo contrário, o convento depois de ter sido fábrica de cortiça, está em agonia de morte à espera da última machadada, para se apagar para sempre.

Em campa rasa jaz D. Leonor de Gusmão, primeira esposa de D. Jaime, ao lado de sua nora, D. Isabel de Lencastre, fundadora do convento.

No Rocio, hoje fábrica de tudo e de nada, construíram os frades da Serra d'Ossa, em 1590, um convento dedicado a Nossa Senhora do Amparo e vulgarmente conhecido por convento de São Paulo. A igreja era grande, como diz o Padre Espanca, do tamanho da de Santo Agostinho. Lá dentro uma profusão de esculturas e pinturas enriqueciam o património de Vila Viçosa. Hoje tudo desapareceu — um terramoto, um ciclone, não teria estragado tanto. As glórias desses frades da Serra d'Ossa desapareceram — nada de significativo existe no seu devido lugar.

O Colégio de São João Evangelista, casa dos grandes beneméritos

membros da Companhia de Jesus, coroava o cimo da praça. Hoje ainda podemos ver a arquitectura, no exterior, dessa casa.

A igreja, actualmente sede da freguesia de São Bartolomeu, conserva a nobreza das linhas tradicionais dos templos jesuíticos. Por dentro os altares conservam talhas douradas, não muito vulgares em Vila Viçosa.

Em 3 de Setembro de 1759, chegou a sanha pombalina a Vila Viçosa. Os Padres da Companhia foram conduzidos sob prisão para Évora, dali para se juntarem a outros e saírem de Portugal.

TEMPLO DE NOSSA SENHORA

O templo da Padroeira de Portugal encontra-se no centro da «Vila Velha». Outurora, encravado entre ruas estreitas, era certamente de pequenas dimensões. Hoje, na parte detrás e dos lados está o cemitério, e na parte da frente um adro espaçoso até às muralhas que entestam com a Torre de Menagem a poente.

Segundo consta, o templo foi construído no reinado de D. Fernando I, possivelmente de estilo gótico. No século XVI, sofreu uma grande remodelação, que alterou por completo o tamanho e estilo, passando a ter três naves com arcos de volta inteira, e abóbada de canhão. A frente, singela, é cortada por três portas. As paredes, no interior, são forradas de azulejos policromos.

Detrás do altar-mor, um pouco acima deste e abaixo da pequena tribuna, abre-se um nicho, com portas formadas por um gradeamento de prata. Nele está a veneranda imagem da Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Padroeira e Rainha de Portugal.

A IMAGEM DA SENHORA

A volta da origem da imagem da Padroeira, correm muitas versões lendárias. A mais acreditada é a que Frei Agostinho de Santa Maria refere no *Santuário Mariano*, volume sexto, página 192 e seguintes: «A deliciosa povoação de Vila Viçosa, está situada em um alegre,

fresco, e ameno vale regado de quatro fontes muito caudalosas, de donde lhe deram o título de Viçosa. Teve princípio esta nobre colónia pelos anos de 350 antes do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo. Atribue-se esta ao capitão cartagines Marbal; o que em Terena dedicou um templo ao ídolo Endovélico ou deus Cupido. Pelos anos adiante de 150, na mesma povoação dedicou o pretor Lúcio Munio outro templo a Proserpina, aonde hoje está a igreja de Santiago, em cumprimento de uma promessa feita à mesma fabulosa deusa, para alcançar vitória dos lusitanos: e veio a crescer em tão grande número a gente, que obrigou ao Pretor a povoar este sítio, formando nele república, e fazendo colónia romana. Depois a possuíram os mouros, a quem ganhou El Rei Dom Afonso o II no ano de 1217, mas com as contínuas guerras se arruinou de todo. Reedificou-a o seu filho Dom Afonso o III no ano de 1270 concedendo-lhe grandes privilégios. El Rei Dom Dinis lhe levantou o seu castelo em uma eminência que faz cujo fosso era naquele tempo de cinquenta pés de fundo. Foi cabeça de Marquezado; título que El Rei Dom Afonso V deu a Dom Fernando, filho segundo do primeiro Duque de Bragança. Ou para o dizer de uma só vez, é Vila Viçosa o solar da Serenissima e illustrissima Casa de Bragança, e pátria de toda a grandeza, soberania e magestade de Europa ...

.

Toda a cristandade venera o inefável mistério da Conceição Imaculada de Maria Santíssima; e assim se acham da sua parte nove concílios gerais e particulares; mais de trinta pontífices, inumeráveis cardeais, patriarchas, arcebispos e bispos; todas as religiões sagradas, e duas em particular, instituídas em honra e veneração deste mistério; uma é de cavalheiros, que erigiu Urbano VIII, outra de religiosas, que fundou a nossa insigne portuguesa, Dona Beatriz da Silva; trinta universidades e mais de seis mil autores, com outros tantos e mais livros ...

.

A illustre povoação de Vila Viçosa deu El Rei D. João I ao Condestável Dom Nuno Alvares Pereira. E como este Santo Condestável

foi tão devoto de Maria Santíssima, e muito particular do Santíssimo Mistério da Conceição, lhe dedicou dentro do seu castelo a paróquia principal, e a Matriz daquela Vila, que ele mesmo edificou, e ofereceu a este Mistério; deixando a seus sucessores os reis de Portugal caminho aberto para novos fervores aumentarem mais esta Casa, estabelecendo em todo o Reino e Conquistas (como fica tocado) a cordeal devoção, que todos têm a este Santíssimo Mistério.

Neste templo é tida em suma veneração uma imagem milagrosíssima, e a mais antiga que se venera em todas as Espanhas com este título: razão porque o Sereníssimo Rei D. João o IV a tomou, e elegeu por Protectora do seu Reino, obrigando-se a si, e a seus descendentes lhe pagar aquele religioso feudo, e anual tributo, que fica dito, em penhor do seu affectuoso rendimento; experimentando muitas vezes a mais clara prova desta verdade, como foi na campanha do ano 1665, em que aquele castelo, sem outra defesa humana, mais que umas fracas fortificações ao antigo e o esforço de poucos soldados resistiu a todo o poder de Espanha.

.

O que de seus milagrosos princípios, e origens se refere, é o seguinte. Pelos anos de 1415 reinando em Portugal El Rei Dom João o I, dizem uns, que fabricando o Conde Dom Nuno Alvares Pereira no castelo de sua Vila Viçosa um templo, que dedicara ao Mistério da Purissima Conceição da Senhora; depois dele feito, lhe apparecera a Imagem da Senhora em as praias do mar, acompanhada de dois anjos. obrados da mesma pedra, ou massa, de que a Imagem da Senhora é formada, porque até agora se não sabe nem se averiguou certamente qual seja a matéria de que é. Outros dizem que esta Santa Imagem saíra das praias da Vila de Peniche, em um caixão, e que trazia umas letras em cima, que diziam: Imagem de Nossa Senhora da Conceição para o Castelo de Vila Viçosa. E que procurando saber-se do Condestável, se havia mandado fazer esta Santa Imagem; se afirmara, que não. Com que parece, que a Senhora obrada pela mão dos anjos, quiz neste aparecimento mostrar o muito que se pagava da devoção do seu devoto Condestável. Desta Vila a levaram para Vila Viçosa e a collocaram no seu altar.

É esta Santa Imagem de altura de uma vara; tem nos braços o Menino Jesus e muito achegado ao peito. É pintada sobre escultura, ou estofada: porém por mais reverência, ou maior adorno, tem uma camisa de um pano branco que nunca se lhe despiu, e por cima se veste de ricas roupas de telas preciosas, e com manto conforme os tempos.»

A imagem da Senhora da Conceição de Vila Viçosa é uma bela escultura de alabastro, com menos de um metro de altura. É dos fins do século XIV ou princípios do XV.

Em tempos, possivelmente a partir do século XVII, começaram a vesti-la com roupas. Para que a elegância fosse maior colocaram-lhe uma peanha de madeira.

Tem o Menino no lado esquerdo e com a mão direita oferece qualquer coisa ao Menino. Olha com serenidade e revela nas feições um gótico puro, como aliás no corpo. É do mesmo escultor que fez a do Senhor de Entre-Águas, em Benavila.

Em 25 de Março de 1646, D. João IV aclamou-a em cortes gerais Padroeira do Reino. A seus pés colocou a coroa de Portugal.

D. João VI instituiu a Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, por decreto de 6 de Fevereiro de 1818.

CÓRDOVA

Córdoba, cidade de Espanha, está situada na extensa planície que vai da Serra Morena aos montes de Andujar. É banhada pelo rio Guadalquivir. É daquelas cidades monumentais da história.

Já era grande no tempo dos romanos. Os vestígios e ponte romana são claros sinais da «urbs romana».

Com os árabes, depois de 711, entrou no número das maiores cidades do mundo. Poucas naquele tempo a igualavam.

Foi cabeça do califado no tempo de Abderramão III. Foi centro de cultura, das artes e das ciências. No campo da filosofia lembremos apenas Ibn Massarra, Ibn Hazm e sobretudo Averroes.

As artes culminaram com a grande mesquita, assombro do espi-rito muçulmano. É uma floresta de colunas ligadas por arcos em fer-

radura, com variadíssimos requintes de pormenores artísticos. É o mundo árabe nos seus malabarismos de compreender, no profundo, os valores do espírito, sem se amesquinhar no sensualismo da vida degenerada dos preceitos de Maomé. Toda a vida religiosa e social andava em volta da Mesquita.

Está edificada sobre a igreja visigoda de São Vicente, que no ano 747 foi exigida aos cristãos.

As casas mouriscas, encostados umas às outras, formam ruas estreitas, muitas sem saída. Recantos e praças cheios de nostalgia, embelezam parte da cidade.

Em 29 de Junho de 1236, festa dos Apóstolos São Pedro e São Paulo, as portas da cidade reabriram-se ao cristianismo.

Em 6 de Julho seguinte D. Fernando III entrou solenemente na cidade com nobres e bispos. Dirigiu-se à mesquita para a purificar e entregar à Santíssima Virgem sob a invocação de Senhora da Assunção. Foi benzida pelo bispo D. João de Osma.

Passado tempo, vão surgindo, no interior da mesquita, várias alterações, adaptando-a às necessidades do culto católico. As paredes são adossados altares e capelas das seguintes invocações: de Transtamara, de São Paulo, do Santo Nome de Jesus, de São Pelágio, de São Tomás, de Jesus Maria e José, da Apresentação, de São Barnabé, de São Pedro e São Lourenço, da Santíssima Trindade, de Santo Agostinho, de Nossa Senhora da Conceição, de Santo Antão, de Nossa Senhora das Neves, de Santo Acácio, de São Simão e São Judas, de Santa Teresa, de São Bartolomeu, de São Filipe e São Tiago, da Senhora da Encarnação, de Santa Inês, de São Clemente, de Nossa Senhora de Vila Viçosa, de Nossa Senhora do Sacrário, de Nossa Senhora da Natividade, de Nossa Senhora da Assunção, do Espírito Santo, de São José, de São João Baptista, de Nossa Senhora da Expectação, de Nossa Senhora do Rosário, de São Nicolau, de Santo António, de Santa Ana, dos Santos Varões, das Almas, de Santo Eulógio, de Santa Ursula, de Santo Estêvão, de Nossa Senhora da Maior Dor, de São Miguel e de Nossa Senhora «de la Antigua».

Em 1521, o bispo D. Alonso Manrique deliberou levantar no centro da mesquita como que uma catedral, com o seu cruzeiro e capela-mor, para facilmente servir às solenidades e mais ainda às cerimónia pró-

prias do cabido. A obra projectada affectava substancialmente a architectura árabe, por reclamar o desaparecimento de naves e arcos e assim tirar a monumentalidade assombrosa do templo árabe.

O cabido e o povo de Córdoba opuseram-se terminantemente à obra pretendida pelo bispo. O cabido chegou mesmo a publicar manifestos de que seriam condenados à pena de morte os operários que cedessem aos planos do bispo.

O bispo submeteu a questão a Carlos V. Este, por confiança no prelado e sem mais delongas autorizou as obras. Mais tarde ao visitar Córdoba exclamou. «Yo no sabia que era esto; pues no hubiese permitido que llegasse a lo antiguo; porque haceis lo que puede hacer en otra parte y no habeis deshecho lo que era singular en el mundo.»

UMA LENDA INTERESSANTE

Esta lenda já não é nova. Frei Agostinho de Santa Maria refere que a lenda fora já escrita pelo Padre Cristovão Fernandes de Azevedo no tratado que escreveu sobre a imagem da Senhora de Vila Viçosa de Córdoba, no ano 1622 e diz que este escritor a tomou de João Pais Valenzuela, sacerdote cordovês.

O Padre João de Vilhafanhe, da Companhia de Jesus, professor e reitor do Real Colégio de Salamanca, no ano 1726, escreveu o *Compêndio Histórico*, em que dá notícia das imagens milagrosas de Nossa Senhora, veneradas em Espanha. A propósito da Senhora de Vila Viçosa escreveu:

«Quem teria sido o artífice desta prodigiosa imagem de Nossa Senhora, que chamam de Vila Viçosa, ou o tempo em que se fez não se sabe; e as notícias mais antigas que há, as quais passaram por tradição imemorial, de pais a filhos, e por ela se sabe, assim a razão do seu nome, como o de venerar-se no bispado de Córdoba, são as seguintes. Ao tempo, que por justos e ocultos juízos de Deus inundaram Espanha os mouros africanos, lamentando os cristãos, que sua ira, barbara em tudo, com especialidade toda a crueldade contra o sagrado, e ainda mais, contra as imagens de Cristo e de sua Mãe, sendo preciso redimir suas vidas com a fuga, e não podendo levar

consigo algumas imagens de Maria Santíssima, a quem professavam terna devoção, agradecidos dos favores que por seu meio haviam conseguido do Altíssimo, determinaram esconde-las e coloca-las nas grutas e covas, mais ocultas, confiando que passada a tormenta, e levantando e recolhendo Deus o azurrague da sua justiça, disporia a sua providência, que encontradas pelos fiéis, nos tempos futuros, que mais conviesse à sua glória, voltariam a ser veneradas e reverenciadas, ainda com mais devoção, e rendido culto, dos que tinham o tempo de seu retiro e ocultação. De estas imagens tem falado muito este livro, falará agora também para glória de Deus, e aumento da devoção dos fiéis para com a Virgem Santíssima, que é o fim único da obra presente.

No Reino de Portugal, junto à vila de Vila Viçosa, habitação, que era dos Duques de Bragança, hoje Reis daquele Reino, certos homens piadosos ocultaram esta devota imagem, que depois tomou o nome da Vila, em cujo distrito foi descoberta. Para que estivesse mais oculto o sítio em que a depositavam, cavaram a terra, e fazendo uma cova capaz de receber aquele celestial tesouro, acomodaram nela a devota imagem, lavrada uma caixa de chumbo bem fortalecida, em que primeiro a puseram, para que as influências daquele lobrego sítio não deslustrassem, nem as entranhas da terra, que serviam de concha a tão bela pérola, tivessem jurisdição alguma sobre a sua formosura. Era a caixa de chumbo pequena, como o é também a estatura da santa imagem, pelo qual poderam com mais facilidade sepultá-la naquele sepulcro, esperando, que dele ressuscitaria a gozar da luz do sol material, a que era cópia da grande Rainha, Mãe verdadeira do Sol da Justiça Cristo Jesus; como sucedeu, porque cultivando uma quantidade de jornaleiros uma herdade, que se compunha parte de vinha e parte de árvores frutíferas, cavando um deles fez um buraco, em que queria o dono plantar um sarmento e ao procurar afunda-lo descobriu uma concavidade não grande, da qual saíam claríssimos raios de luz, acompanhados de uma fragrancia e odor celestial. A tão inopinado sucesso, e novidade tão pouco presumida, nem prevenida, caiu em terra, como desmaiado, o trabalhador; à cuja vista os companheiros que trabalham com ele a curta distância, julgando haver-lhe sobrevivido algum acidente, acudiram a favorece-lo,

e ao mesmo tempo viram que do buraco saiam formosas luzes, que os iluminavam, e suave fragância que recreava maravilhosamente o seu olfacto. Não sabendo a que atribuir prodígio tão raro, levantaram o jornaleiro, o qual, volvendo presto a si, com todos os companheiros despavoridos e sagradamente atemorizados, deixando os instrumentos, com que beneficiavam a terra, voltaram a dar contas à Justiça, Párocos e vizinhos do lugar mais próximo, os quais ouvindo a novidade que referiam os jornaleiros, quizeram experimentar, se era verdade o que se lhes dizia. Partiram pois todos juntos até ao sítio, em que trabalhavam antes os jornaleiros; e ao chegar a ele, viram os mesmos resplendores, e receberam a mesma fragância que saía do buraco que descobriu o jornaleiro. Admirados de tal sucesso, se animaram uns aos outros para prosseguir cavando e descobrir a causa de tanta luz, e fragância, como o executaram; e a não muita profundidade encontraram a caixa de chumbo, a qual aberta, não sem temor, e reverência, encontraram nela uma Santa e devota imagem de Nossa Senhora, de curta medida, mas muito formosa e agraciada. Prostraram-se logo todos em terra e veneraram aquele tesouro do céu, com que havia querido o Senhor enriquecer o seu país; e consultando entre si, que fariam? determinaram leva-la por agora à igreja do seu lugar, até se construir uma pequena capela no mesmo sítio em que foi encontrada, a qual acabada depressa porque era pequena, como pela grande devoção, e aplicação dos que trabalhavam na obra, deu lugar a que se transladasse com brevidade a ela a devota imagem de Nossa Senhora de Vila Viçosa; a cujo lugar começaram a concorrer os povos com grande devoção, e igual à experiência que começaram dos prodígios que ia obrando esta grande Rainha, ressuscitando mortos, dando mãos a mancos, pés a coxos, olhos a cegos, ouvidos a surdos, lingua a mudos e fazendo muitos outros milagres, com que era reverenciada, e tida por refúgio universal de toda aquela comarca.

Mas como os homens instáveis em tudo, ainda o são mais nas devoções e obras piadosas, a frequência com que começaram a acudir aqueles povos em volta, à ermida da Virgem de Vila Viçosa, se foi pouco a pouco diminuindo e como em tais obséquios costuma acontecer, o que sucede ao que se precipita dum alto monte, que posto já em tal desgraça e começando a cair vai a cada instante cobrando mais forças

ao impulso, sem poder deter-se em o desigual terreno; assim os que afrouxam nas devoções, e obras de virtude, costumam ir cada dia precipitando-se mais e mais, até chegar ao profundo dum total esquecimento e abandono delas como se verificou na devoção a Nossa Senhora de Vila Viçosa, cuja capela chegou a estar tão esquecida dos ingratos povoadores daqueles terrenos, que apenas acudia a venerar a imagem uma ou outra pessoa, reduzida a frequência antiga das gentes, ao mais, aos ganadeiros, que naqueles contornos apascentavam seus gados, entre os quais um castelhano, que se chamava Fernando, vaqueiro duma quantidade de vacas, que tinham por dono a um vizinho morador dos lugares imediatos, era, o que mais frequentava a ermida da Virgem, tendo singularíssima devoção a esta santa imagem, não passando-se dia algum, em que não tirasse algum tempo que podia na sua presença; acontecendo muitas vezes, que procurando-o os seus companheiros, o encontrassem de joelhos em oração ante suas aras, o que notavam também os moradores dos lugares próximos, sendo pública a terna devoção de Fernando para com a Mãe de Deus de Vila Viçosa, entre os affectos, com que este bom homem exalava o seu coração ante esta Senhora, eram muito frequentes, aqueles, com que lamentava o esquecimento dos homens, aos benefícios de Deus, por tão poderosa intercessora, sendo-o tão grande, que ainda não contribuiam com esmola tão pequena, como necessária, para comprar azeite, com que ardesse uma só lamparina, que havia em sua capela, ingratidão, que lhe causavam admiração, e que ele procurava remediar acendendo-a com azeite que lhe dava o seu amo para a comida. Lamentando, pois, frequentemente Fernando ante a Virgem o esquecimento tão ingrato dos homens, de que nascia a pobreza, com que aquela Santa Imagem estava naquela sua pequena capela; e incendiado cada dia mais no seu amor, começou a pensar, se a tiraria daquela ermida e a levaria a país, em que se comprometia a ter mais devoção e culto. De crer é que tal pensamento o consultaria Fernando muitas vezes com a Senhora; e dando-lhe sua magestade ânimo e valor, entrou uma noite na ermida e tomando do altar a devota Imagem, com o maior respeito, que pode, a acomodou no seu serrão, e com tal joia empreendeu sua viagem, pedindo a Deus ao sair, o encaminhasse a país, que fosse mais do seu agrado, e em que aquela Imagem de Maria houvesse de ter mais culto, e veneração

dos fiéis; e inspirado do céu tomou o caminho que levava à grande cidade de Córdoba, porque no seu distrito queria o Senhor que aquela Santa Imagem recebesse os devotos corações dos que habitavam todos aqueles povos vizinhos, os cultos, de que se haviam esquecido, e não tributavam os do território de Vila Viçosa.

Para que Fernando conseguisse seus piadosos desejos, dispôs o céu que não se encontrasse tão depressa a Santa Imagem, porque como a devoção estava tão resfriada nos peitos dos moradores dos lugares vizinhos à capela de Nossa Senhora de Vila Viçosa, não atenderam a registar o trono em que estava colocada, com que Fernando prosseguindo seu caminho pode chegar a uma devesa já de Córdoba, que chamavam Gamonosas, em que se apascentavam muitos gados; e querendo parar aqui o devoto vaqueiro Fernando, se informou de outros, que no mesmo ofício passavam ali sua vida, se haveria algum amo, que o quisesse receber para guardar seus gados, e tendo a dita de encontra-lo depressa, se acomodou com ele, para guardar uma quantidade de vacas na mesma devesa, distante como sete léguas da cidade de Córdoba. Andava o devoto Fernando por aqueles montes, desejoso para encontrar sítio onde pudesse acomodar a Imagem de Nossa Senhora, que trazia sempre consigo escondida no seu serrão, e encontrando um pequeno vale, cercado por toda a parte de altos e fragosos penedos, sítio ameno por muitas árvores, que o formoseavam, especialmente grossos e copados sobreiros, fresco pelas muitas águas, que o fertilizam, despenhadas da montanha, que o rodeia, muito retirado do comércio humano, que era o que Fernando desejava, determinou colocar a Santa Imagem num daqueles sobreiros, em cujo tronco encontrou uma cavidade capaz de servir-lhe de trono: ali depositou o seu tesouro e começou desde aquele dia a frequentar mais aquele lugar, procurando sempre ir só, para poder com mais liberdade desfogar seu coração amante, já em ternos afectos de sua alma, e noutras demonstrações exteriores, com que costuma o amor manifestar o fogo, que encerra o coração, porque não se abrase de todo em tão sagrado incendio. Umas vezes se punha em oração e contemplação fervorosa, sem que o parecesse, que durava muito aquele misterioso sonho: outras vezes festejava a sua Senhora com simplicidade santa, ou cantava seus louvores, ou tocava um pífaro, que trazia consigo ou bailava em volta

do tronco, festejos que nascendo de seu coração enamorado eram muito grato à Virgem Santíssima, como mostrou depois pelos efeitos, e providência, com que livrou o seu devoto Fernando da morte como direi.

Os portugueses, moradores de Vila Viçosa, ainda que por alguns dias não encontraram menos a Santa Imagem, em fim entrando alguns na ermida, ao fazer oração em sua preferência, advertiram, que não estava sua Magestade no trono que antes ocupava; e não deitando a culpa à negligência e esquecimento, que tinham de frequentar aquele lugar sagrado, mas o atrevimento de quem com furto sacrílego lhes roubado a Santa Imagem, sentidos de não apanhar logo o agressor, para o castigar, começaram a inquirir com o maior cuidado e diligência, que fizeram e depois de perguntarem aos vaqueiros daquelas cercanias não foi difícil conjecturar que o Fernando tinha sido o atrevido ...

Para encontrar Fernando mandaram ofícios para toda a parte e não contentes com isso saíram para fora do termo de Vila Viçosa a procura-lo. Dos que saíram, alguns tomaram o caminho de Córdova e foram perguntando a todos por Fernando. Passados tempos chegaram à dita devesa de Gamonosas, perto do lugar onde depois se levantou um templo a esta Senhora. Por meio de várias informações chegaram a descobrir o Fernando junto da imagem. Este ao ver os portugueses, a quem logo conheceu, ficou perturbado. Os portugueses muito contentes por terem encontrado a imagem da Senhora, prenderam Fernando e levaram-no para Vila Viçosa. Aí foi julgado e condenado à morte. Na véspera da execução da sentença, durante a noite, aflito com o natural desconsolo de vêr-se tão próximo de perder a vida, se voltou para a Santíssima Virgem, mais com lágrimas do que com palavras dizia: «O Virgem Santíssima e Mãe de Misericórdia, consolo dos aflitos e remédio dos necessitados! O Mãe de Deus! bem sabeis vós, Senhora, que meu delito (se assim se pode chamar) não é outro que compadecer-me da esquecida, que estava vossa Imagem neste país, e querer leva-la a outro, em que fosse com mais devoção reverenciada e servida; e pois por seu culto me vejo em tão grande aperto, socorrei-me Senhora, pois poderosa sois para o executar». Ouviu a Senhora os rogos angustiosos de Fernando e o Altíssimo, por intercessão de Sua Mãe tirou-o da cadeia e com a santa imagem transladou-o, a Cordova, ao mesmo

sítio, em que o prenderam os portugueses, colocando também a imagem no mesmo buraco do sobreiro.

Entraram pela manhã na cadeia os ministros da justiça para tirar Fernando dela e executar a sentença. Encontraram apenas as algemas com que o tinham preso. Ao correr a notícia, logo de manhã, de que Fernando não estava na cadeia, juntou-se o clero e o povo e foram à ermida para ver se ali se tinha refugiado o pastor. Ficaram fora de si quando viram que a imagem não estava no seu trono. E concluíram logo que por arte do demónio tinha desaparecido, levando pela segunda vez a imagem.

Alguns habitantes de Vila Viçosa puseram-se a caminho de Córdova, até à devesa de Gamonosas, seguindo o mesmo caminho de outrora.

Grande foi o regozijo, ao ver, que encontraram o que desejavam. Começaram a dizer palavrões e a bater no vaqueiro. Prenderam-no e puseram-se a caminho de Portugal a toda a pressa, para poderem dar a notícia e socegar as famílias. No último dia em que julgavam terminar a sua viagem, sem saber como encontraram-se todos ao pé do sobreiro que servira de trono à Santíssima Virgem. Ao verem tão estupeiando milagre, pasmados, atónitos com o sucesso, não sabiam que dizer, e só se olhavam uns aos outros, falando-se, com a muda retórica do silêncio. Compreenderam então que a Santíssima Virgem queria que a sua santa imagem ficasse no deserto em que estava, sem voltar à habitação antiga. Arrependeram-se dos males feitos, pediram perdão e de joelhos com lágrimas nos olhos reconheceram que não eram dignos de ter a imagem da Senhora por causa da pouca devoção. Pediram em seguida protecção para a viagem. Mas não sendo trono desceute à sua grandeza o buraco daquele sobreiro, queriam dar liberalmente ao devoto Fernando as armas e os cavalos, que traziam, com o dinheiro, com que se encontravam, para que servissem à construção de alguma capela, em que a Senhora fosse venerada. De facto entregaram as suas ofertas, despediram-se da imagem e do Fernando e puseram-se a pé a caminho de sua pátria.

Continuou o Fernando a louvar à sua maneira a imagem e deu começo, com o dinheiro deixado pelos portugueses, à capela. Feita esta, colocou lá a Senhora. Logo começou a Senhora a obrar grandes maravilhas. Pela fama destes prodígios, os habitantes de Córdova insti-

tuíram logo uma confraria. Depois de 1528, cresceu a confraria e organizou os seus estatutos, aprovados por D. João de Toledo, bispo de Cordova, em 11 de Setembro deste mesmo ano. Depois foram acrescentados outros capítulos em ordem a celebrar as festas de Nossa Senhora e foram aprovados por D. Leopoldo de Austria, irmão do imperador, quando bispo de Cordova.

Um dia um pastor dos arredores de Antiquera roubou a imagem e levou-a para a sua terra, e entregou-a para ser colocada num hospital dos arredores de Antiquera. Por acaso, entrou naquela igreja do hospital um morador de Cordova e depressa reconheceu a imagem da Senhora de Vila Viçosa. Foi à sua terra e contou o que tinha observado, em Antiquera. Imediatamente o cabido se pos em contacto com as autoridades de Antiquera para recuperar a Imagem.

A imagem foi restituída e em Córdoba fizeram uma festa em que pregou o licenciado João Peres de Valenzuela, cónego de Cordova.

Um lavrador, chamado Miguel Sanches lembrou que se fizesse no local da ermida um santuário digno, para o que ele concorria com avultada quantia. Foi construído o templo com tres naves e sobre o altar, em lugar seguro, por um gradeamento de ferro dourado, foi colocada a imagem da Senhora.»

UMA EXPLICAÇÃO APROXIMADA

Não nos interessa muito para o caso, o que se disse na lenda, porque onde faltam os documentos é difícil fazer prevalecer qualquer opinião, por mais honesta e verídica que pareça.

No entanto, pelos elementos tradicionais, pela história e pelo culto, ainda hoje vivo, poderemos aproximar de nós a verdade dos factos.

Ora sabemos que o templo de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa anda ligado a reis importantes, como D. Fernando, D. João I e duma maneira especial à Casa de Bragança. Por outro lado muitas pessoas da nobreza casaram em Espanha e principalmente filhos dos reis.

Recordemos D. Isabel, filha de D. Manuel I, casada com Carlos I

de Espanha. Já Isabel a Católica era descendente, de D. João I e de D. Nuno Álvares Pereira, por sua mãe.

Ora perante esta ligação tão directa do sangue das famílias reais de Espanha e Portugal, não repugna que esses descendentes de reis portugueses tivessem levado para Espanha a devoção de Nossa Senhora de Vila Viçosa.

E sendo assim poderemos admitir que o aparecimento da devoção de Nossa Senhora de Vila Viçosa, ou pelo menos o seu incremento, se deve à imperatriz D. Isabel, pois foi nesta altura que se levantou a catedral no meio da mesquita de Córdoba e se deu, depois, riqueza sumptuosa à capela de Nossa Senhora de Vila Viçosa dentro da mesma.

Estive, há uns treze anos, em Córdoba e vi sobre o altar, numa tribuna grandiosa, a imagem de Nossa Senhora de Vila Viçosa. É uma imagem de prata de pequenas dimensões, não passa de oitenta centímetros de altura. É de estilo gótico. Certamente uma cópia fiel da veneranda imagem da Padroeira de Portugal.

A devoção a Nossa Senhora de Vila Viçosa estende-se por outros templos de Espanha, em imagens e capelas. É uma devoção paralela às grandes devoções em Espanha.

Não admira, pois também em Portugal foi muito venerada Nossa Senhora de Guadalupe e até a Senhora do Pilar. Aquela devido à devoção dos nossos reis, como D. João II, D. Manuel, D. Sebastião, ou ainda aos Duques de Aveiro, como acontece com a imagem de Samora Correia; e esta logo nos alvares da nacionalidade, à Ordem de Santiago, como a Virgem do Pilar de Alcácer do Sal, com a invocação de Senhora dos Mártires.

Depois destas breves considerações, resta-nos apenas lembrar que o Santuário de Nossa Senhora de Vila Viçosa, entre nós portugueses, não tem aquele lugar a que tem direito. Passa despercebido aos olhos da maioria dos portugueses. No entanto aquela veneranda imagem continua a ser a primeira entre todas as de Portugal, pela aclamação nacional, feita a 25 de Março de 1646 em cortes da nação.

Por isso merece que se faça dela a devida propaganda, para aumento da devoção, mas a nível nacional, no continente e no ultramar.

COMPROMISSO DA IRMANDADE DE JESUS ERECTA NO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE SANTARÉM

pelo sócio efectivo

Isaías da Rosa Pereira

TAMBÉM se chamou Irmandade do Senhor Jesus da Pastorinha a associação de fiéis cujo compromisso seiscentista vamos estudar.

Este Senhor Jesus é uma imagem preciosa de Cristo crucificado, do princípio do século XIII, que se encontra presentemente no altar mor da igreja paroquial de Santa Iria da Ribeira de Santarém.

Sobre esta imagem, e antes de falarmos da Irmandade, ouçamos o que dizem os entendidos:

«Belo, extremamente belo, é o Cristo crucificado que se encontra na capela colateral do lado do Evangelho [*agora está no altar mor*]. O arqueólogo Gustavo de Matos Sequeira considera-o «*a mais antiga imagem do seu género existente em Portugal*», datando-o da primeira metade do século XIII, portanto anterior aos Cristos de Almoester e de Coimbra. Este Cristo milagroso pertenceu à ermida dos Apóstolos, depois Convento de S. Bento, e foi transferido para Santa Iria depois de 1834, quando da venda e da demolição da Casa dos beneditinos, assim se salvando a preciosa relíquia. Trata-se de uma imagem que tem 80 centímetros de altura e que é impressionante pela dolorosa máscara que traduz; pela anatomia traçada na madeira; pelo detalhe

dos pés não sobrepostos; pela posição destacada do braço direito, que se deslocou da cruz; pela inclinação do tronco da figura. O enrolado dos cabelos e a expressão de sofrimento dão-lhe um realismo evocador que torna a imagem de uma emotividade tocante. Esse Cristo é bem, na expressão do mesmo autor, «o mais arcaico dos que em Portugal se conhecem». O povo procurou explicar a posição anormal do braço direito, saído do crucifixo, por um sucesso miraculoso que se teria passado no reinado de D. Dinis — *o milagre da pastorinha de Montirás*» (1).

O *milagre da pastorinha* é essencial para a história da Irmandade e por isso transcrevemos mais uma vez a descrição da piedosa lenda feita pelo ilustre historiador:

«Nos últimos anos do século XIII, reinando D. Dinis, havia uma gentil pastora que costumava ir apascentar o seu gado para as terras de Mont'Irás, perto do local onde já então se erguia a capela dos 12 Apóstolos. Sucedeu que um cavaleiro de tronco nobre começou a perseguir a donzela e a incitá-la ao pecado, ao que ela fortemente se escusou com a jura de manter a virgindade intacta até ao dia em que, perante o altar, celebrasse a sua boda. Mas tão insistentes se fizeram os rogos do ardente moço que a tenacidade da pastora começou a afrouxar, uma vez que, no fundo do seu coração, já estava presa de afecto pelos dons do galanteador. E um dia em que a sua vontade se mostrava mais débil para manter a recusa, veio-lhe à mente propor ao cavaleiro que este, em frente da imagem do Cristo dos Apóstolos, fizesse a solene jura de que a desposaria em breve, ao que ele acedeu, jurando, na pequena capela, que a tomaria como esposa. Em breve o sedutor, possuído o fruto caro da paixão, esquecia a promessa jurada e o pecado em que incorrera com a que reputara de noiva. E sucedeu que o fruto dessa união se começou a desenhar, ficando a pastora comprometida aos olhos da família e das gentes do burgo, assim pejada e sem poder divulgar a origem da sua desgraça; os seus rogos insistentes, para que o cavaleiro tomasse a culpa da falta, eram por este negados, afirmando que nem sequer conhecia a pastora que dizia trazer nas entranhas um fruto do seu amor. Como tudo se passara

(1) Joaquim Veríssimo Serrão - *Santarém - História e Arte*, Santarém, 1959, 2.^a ed., p. 184.

entre os dois, difícil se tornava à pobre acusada provar a origem do delito e a sua inocência. Assim a pastora chegava ao termo da gravidez, ferida na sua honra de mulher e com a reputação manchada. Lembrou-se a pastorinha de solicitar dos juizes do burgo que, em presença da imagem do Cristo dos Apóstolos, o sedutor tivesse o ânimo de negar as relações que com ela mantivera. Reuniram-se na capela de S. Bento os juizes, a acusada e o sedutor, perante muita gente da terra, e aí uma cena milagrosa se teria passado: Quando a pastora, em choro confrangedor e fitando com devoção a imagem, inquiriu em voz alta se era ou não verdade que, no mesmo local, o cavaleiro lhe jurara amor eterno e a realização de um próximo consórcio, eis que o Cristo de Mont'Irás levantou o braço direito do lanço da cruz em que estava pregado, e em sinal de assentimento deixou-o cair. Pasmam os presentes com o sucesso miraculoso, bendizem todos a imagem que assim dava testemunho da verdade, e ali mesmo o arrependido moço proclama as suas faltas passadas e jura a sua união com a pobre pastorinha. O padre Vasconcellos que, na sua *História de Santarém Edificada*, vol. II, pág. 107, coloca o acontecimento em 1290, conclui assim a sua descrição: *Depois de tão evidente milagre que Deos obrou em favor daquella moça para seu amparo, cresceo muito a devoção no concurso dos fieis, vindo de todo Reino visitar a Sagrada Imagem do Crucifixo, para o verem e venerarem»* ⁽²⁾.

D. Rodrigo da Cunha descreve também com grande pormenor o successo da imagem milagrosa e refere a erecção de uma confraria do Santo Crucifixo a quem Pio IV teria concedido grandes indulgências em 1563, mas parece que o breve papal é de 1565, a dar crédito ao documento de que nos ocupamos e que vamos descrever ⁽³⁾.

Existiu certamente uma confraria ou irmandade mas não alcançámos a data da sua erecção.

Com o andar dos tempos, porém, a irmandade foi perdendo a sua importância e parece até que se lhe tinha quase perdido a memó-

⁽²⁾ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p. 106-108.

⁽³⁾ *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa*, Lisboa, 1642, parte II, fls. 209-211.

ria, quando em 1653 um grupo de «pessoas zelosas» procurou dar-lhe vida e fazer um novo compromisso.

Este documento encontra-se na Biblioteca Nacional de Lisboa. É um pequeno códice de pergaminho (Iluminado n.º 83) com 10 fólios. Tem o seguinte título: COMPROMISSO DA IRMANDADE DE JESUS EM O MOSTEIRO DE S. BENTO DE SANTAREM.

O compromisso está escrito nos cinco primeiros fólios, segue-se em tradução portuguesa o breve de Pio IV, datado de 15 de Junho de 1565, concedendo indulgências aos confrades, e no último fólio vem uma poesia latina atribuída a Fr. Roberto do Rosário, beneditino, datada de 1673, com o título: AD DOMINUM SERVATOREM IN CRUCE PENDENTEM CARMINA.

Dos irmãos que promoveram a restauração da Irmandade apenas vem expressos os nomes do procurador, Paulo de Carvalho, e dos irmãos Pascoal Luis de Araujo e Sebastião de Carvalho e Melo, que em 5 de Janeiro de 1654 assinaram um termo de sujeição ao Ordinário de Lisboa, exigido para a aprovação do compromisso.

O alvará de aprovação pelo Cabido de Lisboa, sé vacante, tem a data de 9 de Janeiro de 1654.

No início do compromisso, justificam assim a sua decisão de fazer reviver a velha confraria:

«Muito tempo há que esteve em esquecimento a Irmandade e Confraria do Santo Cristo milagroso desta Vila de Santarém assim por sua antiguidade como por não aparecerem alguns papéis que agora se descobriram pertencentes ao dito milagre e Irmandade, de que consta a Senhora Infanta Dona Maria filha del rei Dom Manuel de gloriosa memória reedificar, reparar e ornamentar a ermida em que o Senhor fez o milagre. E para maior honra de Deus e frequência do povo cristão neste lugar sagrado pediu à Santidade de Pio 4.º bula para se erigir e ordenar uma irmandade de homens e mulheres com título de Jesus, o que o Santíssimo Padre concedeu por seu breve, cuja cópia vai adiante. De presente pareceu a pessoas zelosas do bem das almas pelo proveito que às suas e às demais se seguiria tornando-se a continuar esta irmandade se fizessem novos estatutos e compromisso, assentando-se em um livro os irmãos e irmãs por sua antigui-

dade com obrigação de guardarem as leis do dito compromisso que são as seguintes».

Segundo este preâmbulo, a irmandade teria tido seu início no século XVI, mas talvez não seja assim. Parece antes que o breve papal aqui referido e traduzido se limita à concessão de indulgências, supondo uma confraria já erecta.

O compromisso compõe-se de XIII capítulos que rezam resumidamente o seguinte:

I - Da festa do Santo Cristo

Esta celebrava-se na segunda feira depois do domingo de Pascoela, com vésperas, missa, pregação e eventualmente procissão. Os irmãos assistiam com câpas brancas e murças roxas, tendo uma cruz vermelha à esquerda.

II - Da eleição do juiz e oficiais da mesa

A mesa era eleita na tarde da festa ou no dia seguinte e compunha-se de: juiz, escrivão, tesoureiro, seis mordomos e procurador. Mas de entre os irmãos residentes em Lisboa (o que prova a expansão da confraria) seriam também eleitos dois mordomos, tesoureiro e procurador. Estes cuidavam dos interesses da confraria em relação aos irmãos de Lisboa. Dentro de oito dias a mesa tomava posse e a anterior dava contas da sua gestão.

III - Como se chamarão os irmãos

Todos se obrigavam a acudir à convocatória para reunião e se houvessem de participar em funeral de confrade deviam comparecer com as suas vestes na igreja do Santo Cristo para dali irem aonde estivesse o defundo.

IV - Da entrada dos irmãos

Todos, tanto homens como mulheres, não só os residentes em Santarém e Lisboa mas também os residentes em outras partes, podiam

ser admitidos na confraria desde que o pedissem à mesa e enviassem «a esmola que lhe parecer». Os de fora da vila podiam até votar por procuração nas eleições. É curioso que não se fala na exigência de limpeza de sangue, como acontecia frequentemente nos compromissos da época.

V - Do zelo e virtude que hão de ter os irmãos

Só podiam ser admitidas pessoas reconhecidas como tendo «boa vida e costumes e sãs consciências».

VI - Do enterramento dos irmãos

Uma das obrigações dos confrades das irmandades consistia em participar nos funerais dos defuntos. Nesta irmandade o procurador tinha o encargo de avisar todos os irmãos a comparecer a este piedoso acto. E os confrades eram obrigados a assistir aos funerais não só dos irmãos, mas também das mulheres e filhos família com mais de sete anos de idade.

VII - Dos ofícios que se farão pelos irmãos

No dia do falecimento de qualquer irmão fazia-se um ofício de três lições na igreja de Santo Cristo e os religiosos beneditinos recebiam por este acto religioso seis tostões. Mas se os religiosos não quisessem ou não pudessem fazê-lo, chamariam outros padres. A eça era um simples pano preto no chão com quatro velas.

No oitavário de Todos os Santos havia ofício solene de nove lições, com missa e vésperas «de canto de órgão» e pregação, por alma de todos os confrades falecidos. Como este dia era considerado «dos mais solenes» para a irmandade, os irmãos eram vivamente exortados a confessar-se e comungar.

VIII - Das missas pelos irmãos e da esmola delas

Os irmãos e irmãs pagavam anualmente seis vintens, que o tesoureiro escriturava no seu livro. E quando falecia um confrade a irman-

dade mandava logo celebrar vinte missas, recebendo os beneditinos meio tostão por cada missa. Os irmãos recitavam por alma do defunto quinze *Pai nossos* e quinze *Ave Marias*.

IX - Dos tempos em que se declara se lerá o compromisso aos irmãos

Devia ler-se aos irmãos reunidos em cabido este compromisso duas vezes por ano, no dia das eleições e no dia do ofício solene do oitavário de Todos os Santos.

X - Das despesas ordinárias

As despesas com cera, ornamentos ou qualquer outra coisa destinada à irmandade só podia fazer-se de acordo entre o juiz, o escrivão e os mordomos. Não se observando esta formalidade, o gasto assim feito ficava à custa do oficial responsável.

XI - Das vezes que os irmãos se hão de confessar e comungar

Eram dias de obrigação as festas do Santo Cristo e do ofício solene no oitavário de Todos os Santos (embora mais acima se diga que os irmãos são vivamente exortados a confessar-se, o que não significa uma imposição). Os dias de devoção aconselháveis eram: Santa Cruz de Maio (3 de Maio), Santa Cruz de Setembro (14 de Setembro) e festa do Apóstolo Santo André (30 de Novembro), todas festas relacionadas com a Santa Cruz.

XII - Da pessoa que pedir a acompanhe a irmandade não sendo irmã

Quando uma pessoa desejava que a confraria acompanhasse o seu corpo à sepultura, sem ser confrade, os irmãos iam ao funeral mas a família pagava por esse acto dez tostões para a caixa comum.

XIII - Da assistência que devem fazer os irmãos em os ofícios que se hão de fazer pelos defuntos ao outro dia seguinte a seu falecimento

Para este officio, já referido no cap. VII, eram convocados todos os irmãos e deviam estar presentes, ao menos a maior parte, «com suas vestes e círios», e de modo nenhum faltaria a mesa da irmandade. Esta ocasião aproveitava-se para cobrar os anuais dos irmãos.

Pouco conseguimos apurar acerca da vida desta irmandade após a sua restauração em 1653. É provável que ao tempo da extinção das ordens religiosas (1834) e consequente venda do convento dos beneditinos cessasse a sua acção.

Em 1751 estava ainda em pleno funcionamento, como se vê de um livro existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em que eram registadas as eleições da mesa. O livro abrange os anos de 1740 a 1751 e está truncado no fim, mas ainda conserva 29 fólhos de papel e tem um termo de abertura datado de 1739 ⁽⁴⁾.

Não são de excepcional relevo as notícias históricas que nos dá este compromisso, mas é uma pequena achega para a história da vida social e religiosa do século XVII e XVIII.

[*Fl. 1r*]

COMPROMISSO DA IRMANDADE DE JESUS
EM O MOSTEIRO DE S. BENTO DE SANTAREM ⁽⁵⁾

Muito tempo há que esteve em esquecimento a Irmandade e Confraria do Santo Cristo milagroso desta vila de Santarém assim por sua antiguidade como por não apparecerem alguns papeis que agora se descobriram pertencentes ao dito milagre e Irmandade, de que consta a Senhora Infanta Dona Maria filha del rei Dom Manuel de gloriosa

(4) Arquivo Nacional da Torre do Tombo - C. 25, E. 95, P. 6, Livro 9.º, do Mosteiro de S. Bento dos Apóstolos de Santarém. O livro está truncado no fim, mas ainda conserva 29 fls. de papel e tem um termo de abertura datado de 1739. O seu título é o seguinte: LIVRO DAS ELEIÇÕES DOS IRMAOS QUE HAO DE SERVIR NA MESA DO SENHOR JESUS DA PASTORINHA DO MOSTEIRO DE S. BENTO DOS APOSTOLOS DE SANTAREM.

(5) Na transcrição deste documento, dada a sua época, modernizámos a ortografia, mas o texto é rigorosamente fiel.

memória reedificar, reparar e ornamentar a ermida em que o Senhor fez o milagre. E para maior honra de Deus e frequência do povo cristão neste lugar sagrado pediu à Santidade de Pio 4.º bula para se erigir e ordenar uma Irmandade de homens e mulheres com título de Jesus, o que o Santíssimo Padre concedeu por seu breve, cuja cópia vai adiante.

De presente pareceu a pessoas zelosas do bem das almas pelo proveito que às suas e às demais se seguiria tornando-se a continuar esta Irmandade se fizessem novos estatutos e compromisso, assentando-se em um livro os irmãos e irmãs por sua antiguidade com obrigação de guardarem as leis do dito com / promisso que são as seguintes.

[Fl. 1v]

Cap. I - DA FESTA DO SANTO CRISTO

Ordenamos que em cada um ano se faça a festa do Senhor com vésperas, missa e pregação e com as mais solenidades que parecer ao juiz e irmãos da mesa, e isto em os dias que se costuma que é a segunda feira depois da domingo da Pascoela, à qual assistirão os irmãos com suas vestes brancas e murças roxas, com uma cruz vermelha da parte da esquerda. E haverá procissão se parecer conveniente, diante da qual irá um guião roxo com um retrato do Santo Cristo por insignia.

Cap. II - DE COMO SE FARÁ A ELEIÇÃO DO JUIZ E OFICIAIS DA MESA

Ordenamos que em o dia da festa à tarde ou no seguinte se faça eleição de juiz, escrivão, tesoureiro, seis mordomos e procurador de mais destes oficiais e se elegerão da cidade de Lisboa dois mordomos, tesoureiro e procurador, para o que serão chamados os irmãos e com a maior parte deles pelo menos. E aos oficiais que saírem eleitos por mais votos se levará recado depois da eleição publicada, na forma costumada. E se algum não quizer aceitar não dando escusa bas-

[Fl. 2r] tante, parecendo à maior parte dos irmãos que ajuntaram para a nova eleição o poderão riscar, o que se entende não havendo servido os tres anos antecedentes, e o juiz seis. E se alguma pessoa que irmã não for se eleger para / algum dos ditos officios, aceitando por sua devoção, pelo mesmo caso fica aceite por irmão e se porá o seu nome em o livro dos irmãos e gozará das graças e indulgências da bula. E os officiais novamente eleitos dentro de oito dias depois de feita a festa do Santo Cristo tomarão contas aos velhos dos ornamentos, prata, dinheiro, cera e certidões das missas que pelos irmãos defuntos em aquele ano se hão dito, e mais coisas pertencentes à Irmandade. E o tesoureiro velho entregará ao novo todo o sobredito por inventário que o escrivão novo lançará em o livro para que no fim do ano se dê conta ao juiz novo que obrigará a entregar tudo em caso que não se queira dar e para isto terá todo o poder e jurisdição sem apelação nem agravo porquanto todos os irmãos consentem e juram guardar inteiramente este compromisso «in licitis et honestis».

Cap. III - COMO SE CHAMARÃO OS IRMÃOS

[Fl. 2v] Ordenamos que quando forem chamados os irmãos para alguma coisa necessária à Irmandade sejam prestes e diligentes em acudir, e sendo para algum enterramento virão com suas vestes, de que já temos tratado, à igreja do Santo Cristo para dali irem ao lugar aonde o defundo estiver, juntos e em forma de comunidade. E o que faltar, sendo chamado, não tendo justo impedimento lhe será estranhado / em a mesa. E não consentirá o juiz que saia o guião sem estarem juntos vinte irmãos ao menos para o acompanharem.

Cap. IV - DA ENTRADA DOS IRMÃOS

Para maior aumento e devoção desta santa confraria, ordenamos que não só os homens e mulheres moradores nesta vila, mas também os de Lisboa e outras partes se possam

admitir, mandando suas petições à mesa com a esmola que lhe parecer. E vindo votar nas eleições de juiz e mais oficiais assim como até agora fizeram os devotos de Lisboa que vem fazer a festa ao Senhor e não querendo vir pessoalmente poderão mandar seus votos por escrito cerrado à mesa nomeando as pessoas que lhes parecer assim dos da vila como de Lisboa, tendo as condições e qualidades que convem, de maneira que pareça que elegê-los será em grande aumento da confraria. E porque o juiz sendo eleito dos de fora da vila não poderá assistir cometerá sua assistência a pessoa apta que lhe parecer, com aprovação da mesa.

Cap. V - DO ZELO E VIRTUDE QUE HÃO DE TER OS IRMÃOS

[Fl. 3r] Os irmãos que forem admitidos na congregação desta Irmandade serão conhecidos por de boa vida e costumes e sãs consciências e que possam servir a Irmandade assim nos ofícios como nas mais coisas necessárias de que forem encarregados.

Cap. VI - DO ENTERRAMENTO DOS IRMÃOS

Ordenamos que falecendo algum irmão, tanto que de sua casa o fizerem saber ao procurador da Irmandade avisará aos mais irmãos para que em a hora que se assinar vão à casa aonde estiver o defunto para o acompanharem até à igreja onde se houver de enterrar, e a mesma ordem se terá com as viúvas e filhos família dos irmãos que tiverem de idade mais de sete anos. E se lhe não levará esmola, salvo se a quiserem dar por sua devoção.

Cap. VII - DOS OFÍCIOS QUE SE FARÃO PELOS IRMÃOS

[Fl. 3v] Em o dia que se seguir ao falecimento de qualquer irmão / ou irmã se lhe fará um ofício de tres lições em a

mesma igreja do Santo Cristo e se dará de esmola aos religiosos seis tostões à custa da confraria, e não querendo eles ou não podendo fazê-lo logo, se chamarão padres de fora que o venham fazer, e se porão quatro velas sobre o pano em o altar, de cera da mesma confraria. E dentro do oitavário de Todos os Santos se fará um ofício de nove lições com a sua missa e vésperas de canto de órgão e pregação, o que se fará com o preço mais acomodado que parecer aos da mesa. E o procurador terá cuidado de dar recado aos irmãos para que venham assistir com suas vestes. E a todos encomendamos que se confessem e comunhem em o tal dia por ser dos mais solenes.

Cap. VIII - DO MODO QUE SE MANDARÃO DIZER AS
MISSAS PELOS IRMÃOS QUE FALECE-
RAM E DA ESMOLA DELAS

[Fl. 4r] Ordenamos que os irmãos e irmãs desta santa confraria dêem cada ano seis vintens que entregarão ao tesoureiro, que terá obrigação de pedir as ditas esmolos aos que as não mandarem. E se assentarão em livro para se dar conta das ditas esmolos / em mesa. E se mandarão dizer vinte missas por cada um dos irmãos e irmãs que falecerem dentro de vinte dias e se dará de esmola aos religiosos a meio tostão por cada uma. E não querendo eles dizê-las, o juiz e oficiais as mandarão dizer por quem lhes parecer nos conventos pobres, mandando a esmola delas aos prelados de quem receberão quitação findos os vinte dias. E rezeirá cada irmão quinze vezes o *Pater noster* e outra tantas *Ave Marias* pela alma de cada um defunto.

Cap. IX - DOS TEMPOS EM QUE SE DECLARA SE
LERÁ ESTE COMPROMISSO AOS IRMÃOS

Acordamos que em cada um ano se leia este compromisso duas vezes, uma no dia da eleição e a outro em o dia que se fizer o ofício solene em o oitavário dos Santos.

Cap. X - DAS DESPESAS ORDINÁRIAS

[Fl. 4v] Quando para a dita Irmandade se fizerem quaes / quer despesas ordinárias assim em concerto de cera e ornamentos ou comprar alguma coisa para uso da dita Irmandade, sempre se fará a tal despesa com acordo do juiz, escrivão e mordomos. E não estando algum presente, o procurador o avisará para evitar inconvenientes e escândalos que se poderão causar se cada um deles por si houvesse de fazer a tal despesa. E fazendo-se o contrário, o gasto que assim fizerem ficará à sua custa e se lhe levará em conta.

Cap. XI - DAS VEZES QUE OS IRMÃOS SE HÃO DE CONFESSAR E COMUNGAR

Ordenamos que os irmãos e irmãs desta santa Irmandade se confessem e comunhem em o dia da festa do Santo Cristo e em o dia do ofício solene que se há de fazer em o oitavário dos Santos. E assim mais em os dias de Santa Cruz de Maio, Santa Cruz de Setembro e dia do glorioso apóstolo Santo André, o que farão por sua devoção e não por obrigação.

Cap. XII - DA PESSOA QUE PEDIR A ACOMPANHE A IRMANDADE NÃO SENDO IRMÃ

[Fl. 5r] Acontecendo que alguma pessoa não sendo irmã desta Irmandade se quiser acompanhar com ela em seu enterroamento, se acompanhará dando de esmola ao menos dez tostões.

Cap. XIII - DA ASSISTENCIA QUE DEVEM FAZER OS IRMÃOS EM OS OFICIOS QUE SE HÃO DE FAZER PELOS DEFUNTOS AO OUTRO DIA SEGUINTE A SEU FALECIMENTO

Outrossim ordenamos que se achem presentes todos os irmãos ou a maior parte deles aos ofícios dos irmãos defun-

tos com suas vestes e círios, e não faltarão o juiz e oficiais da mesa, e terão o livro das esmolas para saberem os que não pagaram os seis vintens de cada ano e se cobrar dos que deverem.

[Fl. 6r-8r] *Tradução de um breve de Pio IV concedendo indulgências aos confrades, datado de 15 de Junho de 1565 (cuja transcrição omitimos por demasiado longa e hoje sem grande interesse).*

[Fl. 8r] *(No fim do breve)*

Despache-se em Relação. Lisboa sede vacante, de setembro 3 de 1653.

O Arcediago de Lisboa.

Acórdão em relação etc. que antes do outro despacho façam termo de sujeição ao Ordinário.

Lisboa, 9 de setembro de 1653.

Rego - Sousa - Vasconcelos.

[Fl. 8v] O Senhor Paulo de Carvalho como procurador e os irmãos abaixo assinados em seu nome e dos ausentes se sujeitam em tudo ao Ordinário na melhor forma que em direito podem.

Lisboa, 5 de janeiro de 1654.

Paulo de Carvalho

Pascoal Luis de Araujo

Sebastião de Carvalho e Melo

Acórdão em Relação etc. que se passe alvará de confirmação na forma ordinária.

Lisboa, 8 de janeiro de 1654.

Rego - Sousa - Vasconcelos.

Nós Deão e Cabido da Santa Sé Metropolitana desta cidade de Lisboa sede vacante etc.

[Fl. 9r] Aos que este nosso alvará de confirmação virem fazemos saber que por parte do juiz e oficiais e mais irmãos da confraria e irmandade de Jesus sita no mosteiro de São Bento da Vila de Santarem nos foi apresentado o compromisso atrás escrito pedindo-nos lhe fizessemos mercê de o aprovar e confirmar na forma / costumada e receberiam mercê; e sendo-nos assim apresentado, mandámos por nosso despacho que se visse em nossa Relação; e por se achar estar feito com perfeição como convem ao serviço de Deus Nosso Senhor e bem das almas dos irmãos da dita Irmandade e confrades dela;

Havemos por bem por acórdão de nossa Relação, com o qual nos conformamos, de aprovar e confirmar o dito compromisso, e mandamos que se cumpra e guarde como nele se contem, o qual vai escrito em nove meias folhas com esta em que se contem treze capitulos, com declaração que acrescentando-se de novo alguns se dará primeiro conta ao Prelado para ordenar o que lhe parecer justiça.

Dado em Lisboa sob sinais de nossos assinadores e selo de nossa Mesa Capitular, aos nove dias do mês de Janeiro, Domingos de Mesquita Teixeira escrivão da Câmara o fez, de mil seiscientos e cinquenta e quatro anos.

H. Furtado de Mendonça, Deão de Lisboa
Antão de Faria da Silva, Cónego de Lisboa
André Furtado de Mendonça
João de Cordes, Cónego de Lisboa

Pg. trinta reis (...)

(Com selo de chapa um pouco destruído).

[Fl. 10r] Ad Dominum Servatorem in Cruce pendentem
Carmina

Heu quam triste mihi lacrymoso in vertice montis
Obiicitur Simulacrum! Eheu! Sine imagine duro

Suspensa in ligno est aequaeva parentis imago!
Proh dolor! effuso concrescunt sanguine crines:
Scalet barba: iacent oculi sine lumine: vultus
Conditus in tenebras, totoque in corpore nusquam
Corpus adest: sulcata dolent pia membra flagellis
Paenarum Oh quantum exhaustum est! a vertice summo
Ad postrema pedem vestigia, nulla dolore
Pars vacat, in plagis plaga est, in vulnere vulnus
In quo dolore dolor: stagnantia flumina venis
In scopulos rupesque cadunt: quin ossibus ossa
Dissiliunt, triplice clavorum cuspide quando
Nititur, incumbitque sibi lacrymabile pondus.
Ergo inter tales morientia lumina poenas
Extrema iam in morte natant: Cygnea resolvit
Guttura, olorinam dum tollit ad aethera vocem,
Et placidum inclinat letho caput: exit in umbras
Spiritus, et ligno pendentia membra reliquit.
O dudum poenis saturata! Oh dulcis JESU!

[Fl. 10v] Funeris heu! tibi causa fuit: tibi saeva paravi
Supplicia insonti! mea fraus, mea culpa, meumque
Hoc scelus est: non carnificis, sed crimina plectunt
Te mea: sic moriens aliena piacula pendis:
Ipse ego te (quid enim dubitem commissa fateri)
Verberibus lacerum, redimitum tempora duris
Sentibus, obieci saeva in discrimina demens:
Ipse tuis humeris immania pondera ligni
Imposui, in mortemque tuli, clavosque trabales
In palmas, plantasque dedi, mea cuspidis ictum
Dextera libravit: quidquid crudele tulisti
Author ego: potui tantos ego sumere poenas
Me miserum tua ne ista nocens per vulnera servos
Morte tua vivens? Cur non de nubibus in me
Tela trisulea ruunt? quaenam mihi terra dehiscat
Sontem animam raptura! Quid? O quid! iam moror ultra?
Quidve? Sed ecce meus rigido de stipite JESUS
Me vocat, et pronos submittit ad oscula vultus:

Ire inuat, laterique Dei succedere, tutus
Inveniam, ut latebras: noctesque diesque morari
Hic libet, et lacrymis culpas abolere nefandas.

Fr. Robertus a Rosario, Theologus Conimbricensis,
Sacri Ordinis Benedictini Monachus.

1673

FORMAS ANTIGAS DA ORAÇÃO DOMINICAL

pelo sócio efectivo

Meyrelles do Souto

S EM falarmos, é evidente, das versões em aramaico, hebreu, grego ou noutros idiomas que de todo pessoalmente desconheço — apesar de as termos visto apresentadas e patentes, ostensivamente, em 48 azulejos colocados nas paredes do claustro anexo à Igreja do Pater Noster, em Jerusalém, (onde a nossa, aliás, não está bem redigida) — pareceu-me de não pouco interesse juntar, em ramillete, algumas transcrições antigas e, portanto, menos cognatas da oração por Nosso Senhor Jesus Cristo ensinada, e, por isso, denominada Oração Dominical.

Sem pretensões de eruditismo (de modo nenhum o possuo), o contributozinho que aqui trago, humilde e modesto, terá, quando muito, o simples mérito da curiosidade, da crença viva, das convicções firmes, e, quiçá, para alguns, da novidade.

Aos competentes e sabedores ficará tudo quanto represente ciência e erudição sobre tal assunto, deveras aliciante, coisas ambas de que sou em absoluto carecido ⁽¹⁾.

(1) Falaram-me num estudo de Jean Carmignac, «Recherches sur le Pater Noster», que não conheço, mas poderá ser de proveito apreciável para eruditos. (Edição Letouzey & Ane - Paris).

I

No deambular veranil por longes terras de Cristo aconteceu, há anos, irmos à Suécia, tão socializada e progressiva, cuja lição, sem dúvida, tem muito de aproveitável, mas também apresenta facetas morais e sociais para nós de todo reprováveis.

Demos um salto a UPSALA, em visita à Universidade, velha de cinco séculos, a mais antiga do país, cuja fama ressoa pelo mundo, e onde sabíamos existir determinado documento, cuja vista não queríamos perder.

UPSALA, com seus 67 000 habitantes, acumula, com a honra de «mater scientiae», a de ser a residência e sede do arcebispado sueco.

A origem vem-lhe de longínquas eras: a velha, «GAMBLA UPSALA», foi berço da civilização pagã nórdica e nela existiu famoso templo, onde a tribo local, «Svearna», celebrava seus ritos e sacrifícios.

Meados do século XII, já cristianizada, aí erigiram catedral, tornando-a cabeça de bispado; porém, no ano 1245, a Sé ardeu, e, dela, só vestígios restam na igreja paroquial. O antistite, em 1273, transferiu-se para a actual UPSALA, e na primitiva só permaneceram os túmulos, da XI centúria, a encerrar os régios restos de AÑÑ, EGIL E ADILS.

Relativamente perto, a 10 quilómetros de autocarro, pode-se visitar a mansão de LINEU, «*Linnes Hammarby*», onde este conhecido sábio, o primeiro a utilizar a classificação dicotómica em botânica, tal qual se mantém, viveu de 1762 a 1778, até à morte, entre a esposa e a filha, companheiras calmas, prestadias e afectuosas.

Um pouquinho a sul, a «MORA STENAR», tudo quanto resta — e é quase nada — do local em que os reis da Suécia eram eleitos, e os súbditos os vinham reverenciar logo a seguir à eleição.

*

A actual, cidade primacial da UPLANDIA, região essencialmente agrícola, era, ainda no XII centénio, pequena aldeola, OSTRA ARAS. Nos alvares do XIV tornou-se cidade, já sede de arcebispado, e, em 1477, viu o prelado Jacob Ulfson fundar a Universidade e, em 1540,

Gustavo Vasa começar o castelo, a dominá-la, terminado por Gustavo Adolfo.

Ia progredindo rapidamente, quando, em Maio de 1702, pavoroso incêndio a devastou, salvando-se tão somente o edifício universitário, o «Gustavianum», (assim chamado em honra de Gustavo Adolfo que o mandara construir de 1622 a 1624), com sua cúpula, hoje museu de antiguidades escandinavas ⁽²⁾.

*

Os estudantes emprestam à urbe cunho especial, de boné de veludo branco, repartidos por clubes e separados em 13 «nações», consoante a região de que provêm.

Uma noite há no ano — a de 30 de Abril, de «Valpurgis» — que lhes marca vincadamente a presença: eles anunciam o regresso da Primavera, lá no alto do castelo, com entusiasmo juvenil e alegria esfusiante, às nove badaladas a cair no torreão da Sé.

E durante toda ela e no dia seguinte se espalha, cidade inteira, o prazer que a todos traz esse recommençar do tempo agradável, luminoso e tépido, já ida a quadra invernosa, em renovar da vida enso-larada e salutar.

(Santa Valpurgis é virgem nascida na Alemanha, em 780, e festejada a 1 de Maio. A «noite de Valpurgis» era, nas lendas da antiguidade germânica, aquela em que as feiticeiras e as bruxas, sob presidência de Satã, se reuniam em Brocken).

... Manhãzinha. Ainda domina o frio e o inverno muito pesa, por longo e fastidioso e incômodo. Todos estão na expectativa, ansiosos pelo evento. De supetão, mal rompe um raio de sol nascente — e tão desejado! — (ele durante tantos meses «quase morto», pois chegou, por sua ausência, a dar, por dia, apenas duas escassas horitas de claridade, das 14 às 16!) a estudantada, em clamor altissonante, apregoa aos upsalianos o «renascer», a «ressurreição» do astro rei:

(2) Cf. Bjurström, Wididlund, Kjellberg e Rosvall — Pays nordiques, «La Suède».

«Chegou a Primavera! A Primavera chegou!»

E todos rejubilam com a alegre, boa e feliz notícia ⁽³⁾.

«Si ce qui est égoïste est oublié;

«Si, en toi, l'image de Dieu

«devient plus pure

.....

«tu atteindras le Jourdain

«quelque long que soit le chemin!»

cantam em coro os escolares ⁽⁴⁾.

(Aquele falta da luz solar, durante meses e meses seguidos, que quase lhes cria a impressão da morte definitiva do astro e os obriga à utilização da artificial, explica muito da idiossincrasia do povo sueco).

II

Ora, na biblioteca da Universidade («Carolina Rediviva» lhe chamam), construção recente (1817-1841), de Carlos XIV, para substituir a velha, demolida no século XVIII, entre um milhão de livros impressos e 18 000 manuscritos, pode apreciar-se uma preciosidade *única* no mundo, de que aquela, justamente, se ufana.

Aí a vimos, a admirámos, a cobiçámos ...

... Entremos pois na Carolina Rediviva» e gozemos, espiritualmente e ocularmente, do prazer de contemplar tal jóia. Mas tracemos-lhe, primeiro, a história.

Aí pelos anos 200 da nossa era, os Godos, descidos ao longo do Vistula, alcançaram o Mar Negro (nós atingimo-lo, em 1966, idos do sul, através dos Dardanelos e do Bósforo).

Breve, com o império romano, cujas marcas fronteiriças estan-

⁽³⁾ Henri Queffelec, «La Suède».

⁽⁴⁾ Doutor Júlio Henriques, «A comemoração do 2.º centenário de Lineu», 1908.

ciavam por ali, estabeleceram contacto, primeiro testilhando como guerreiros, avançando e destruindo as províncias limítrofes danubianas; depois, sob a acção emoliente do tempo, a influência civilizadora latina infiltrou-se e acentuou-se e, através dela, o cristianismo chegou até esses bárbaros: noções um tanto vagas de início, mas já com incidências morais e sociais.

Entretanto, meado o século IV, Ulfilas (ou Ulphilas, Woelfel), visigodo de raça, grego de origem, provindo pelo lado materno de cepa cristã da Capadócia, evangelizou, como bispo da Trácia e da Dácia, nas margens do Danúbio.

(A Dácia tinha por limites este rio ao norte; o Ponto Euxino, isto é, «o mar hospitaleiro» — o Negro — a leste; os Carpatos (ou Krapacks), a nordeste; e o Dniester, a Noroeste. A Trácia atingia a Macedónia a oeste e o mar Egeu a sul, duma maneira geral e aproximada).

«Entre o remoto Istro e o claro Estreito

«Aonde Hele deixou, co'o nome, a vida,

«Estão os Traces de robusto peito;

«Do fero Marte pátria tão querida.»

.....

«Logo da Macedónia estão as gentes

«A quem lava do Axio a água fria». (Lusiadas, III, 12-13).

Quando da destruição do Império godo pelos hunos, obteve autorização do imperador Valente para se fixar na Mésia (isto é, nos «Pântanos» que hoje constituem a Bósnia, a Sérvia e a Bulgária) em 376, e resolveu, para ilustração dos seus fiéis, trasladar para a língua da sua raça, o Livro Sagrado, a Bíblia: assim nasceu a primeira tradução em idioma germânico.

Para tanto, viu-se forçado a criar uma linguagem escrita, que não existia, empregando alfabeto composto de caracteres gregos junto com elementos do latim e do rúnico, «misteriosos, angulosos e quadrados», gravados na madeira e na pedra ⁽⁵⁾.

(5) (Esta grafia já a conheciam S. Cirilo e S. Metódio quando, final do século IX, foram cristianizar o Sul da Rússia (860) e a Moravia (parte da actual

Serviu-se para o Antigo Testamento da versão hebraica e, para o Novo, do texto grego original.

De tão imponente e trabalhoso esforço restam, na actualidade, dois fragmentos: o «Codex Argenteus», acima referido, e o «Codex Carolinus», que esteve na biblioteca do Duque de Brunswick-Wolfenbüttel e ignoro onde pára hoje. (O mais completo é de longe o primeiro, perdido e reencontrado no século XV).

... Mas continuemos.

Ulfilas faleceu por 383. Uns 100 anos mais tarde (487), Teodorico, chefe ostrogodo, invadiu a Itália, então sob domínio de Odoacro, huno, e bateu-o no Isonzo (489), em Verona e em Adda (490), cercando-o em Ravena (a cidade dos lindíssimos mosaicos), onde este lutou até 493, quando se rendeu sob condição de condomínio com aquele. Porém, sob pretexto de auto-defesa, cedo o ostrogodo o apunhalou num banquete.

Verona e Ravena foram capitais de Teodorico e, na segunda, em mausoléu grandioso, austero e pesado, já fora de portas citadinas, repousa-lhe o corpo (morreu em 526). O seu renome alcançou a Escandinávia, levado nas «Sagas» ou Canções de Gesta de Didrik de Berna (ou Teodorico de Verona, como outros o apelidam).

Para os ostrogodos cristãos a tradução de Ulfilas constituiu Livro Santo (e utilizaram-na nos ofícios, tal qual os romanos usavam o texto latino) colocados os Evangelhos na seguinte ordem: S. Mateus, S. João, S. Lucas, S. Marcos.

O «Codex Argenteus» foi desenhado por dois escribas, empregando tinta prateada (daí o nome) sobre pergaminho tingido de púrpura, o que lhe dá aspecto grandioso, riquíssimo e absolutamente único e inconfundível.

Cada Evangelho abre com letras de oiro nas três primeiras linhas e o nome dos Evangelistas brilha, assim, também de modo notável.

Atendendo à riqueza do conjunto e ao facto de a púrpura cons-

Boémia) (862), S. Cirilo (ou Constantino de Tessalonica) inventou, por sua vez, a escrita glagólica, base da civilização eslava. Mais tarde, o alfabeto cirílico, simplificação necessária, foi adotado pelos russos e bulgaros, enquanto o glagólico se fixou na Dalmácia e na Croácia.

Vd. 2. Décarreaux — «*Vie spirituelle*», (Outubro 1957).

tituir apanágio da realeza, há quem suponha ter este exemplar sido pertença daquele soberano atrás citado.

A língua gótica desapareceu no decurso da 6.^a centúria, o que ainda mais valoriza este códice, escape quase milagrosamente a tantos avatares em que sucumbiram os possíveis similares. Durante um milénio perdeu-se-lhe a pista! [Não deixa de ser curioso este silêncio, semelhante àquele que envolve o Santo Sudário de Turim e o Santo Graal de Valência, como já mostrei] ⁽⁶⁾.

Encontraram-no por acaso na Abadia de Werden, perto de Essen, na Alemanha, meados da 16.^a centúria, a essa «Bíblia de Prata» (como lhe chamaram), mas ninguém sabe ao certo o modo como para ali foi ter. Supõe-se-lhe portador S. Ludgero, primeiro bispo de Munster, de 802 a 809, ao fundar o convento, o qual fora missionário entre os frisios (habitantes da região entre o Mosa e o Weser), tinha ido a Roma e daí a Monte Cassino, cenóbio beneditino riquíssimo em manuscritos.

Ao findar da era 700, por ordem de Carlos Magno, seguira a cristianizar a Vestfália e fundara Werden: da passagem por Itália, (pensa-se) teria trazido o códice para enriquecimento da biblioteca da nova instituição.

Aqui permaneceu guardado e ignorado, mesmo através das vicissitudes conventuais: dois fogos o pouparam, mas não totalmente, porquanto, das suas 336 folhas iniciais, só existem hoje 187. Há poucos meses, casualmente, foram encontradas mais algumas, na Alemanha.

Por 1500 e tal, dois belgas, George Cassander e Cornelio Wouters ouviram falar dele, e deram conhecimento do facto. Rodolfo II de Habsburgo, filho de Maximiliano II (nasceu em 1552 e foi destronado em 1612 pelo irmão Matias), o protector de Tycho-Brahe e colaborador nas «Tábuas Rodolfinas» astronómicas, trouxe-o para Praga, onde o conservou no Castelo de Hradcany.

Em Julho de 1648, último da guerra dos Trinta Anos, que abrasou e devastou a Europa central, os suecos invadiram Praga e roubaram os tesouros imperiais: entre eles, a «Bíblia de Prata».

Sobe ao trono da Suécia a rainha Cristina, toda dada à ciência

(6) Meyrelles do Souto, *«Em demanda do Santo Graal»*, 1960.

e à cultura, insigne poliglota. Católica, abdica em Upsala, em 1654, e segue para a Cidade Eterna e lá fixa residência até morrer. E — curioso! — tendo levado consigo a opulenta livreria pessoal, esta preciosidade não a acompanhou, e, por isso, não foi parar à Vaticana, onde quedam seus outros livros. A situação material da rainha era má, e os credores pagaram-se conforme puderam: o livreiro alemão Isaac Vossio recebeu manuscritos, entre os quais a «Bíblia argentea», deste modo passada a outro dono. Um tio de Vossio, Francisco Junio, versado em línguas germânicas antigas, estudou-a; mas, em 1665, o sueco Chanceler Mor, conde Magnus de la Gardie, grande cultor da arte, comprou-lhe a jóia por 500 riksdalers.

No caminho da Suécia, o barco naufragou no ZuiderZee; porém, o códice, bem empacotado e protegido, escapou aos estragos do mar e, em Setembro, atingiu o seu destino.

A 14 de Junho de 1669, o possuidor ofereceu-o, gratuita e oficialmente, à biblioteca da Academia de UPSALA, «em posse perpétua». Encadernado, ou, melhor dito, colocado em estojo rico de prata, desenho de David Klocker Emrenstall (a substituir a caixa de madeira singela e elegante em que fora oferecido) estudaram-no pormenorizadamente, Jorge Stiernhielm, Berzelius, João Jhre, Eurico Sotberg e André Uppström (1854-1857), editor da última e definitiva edição.

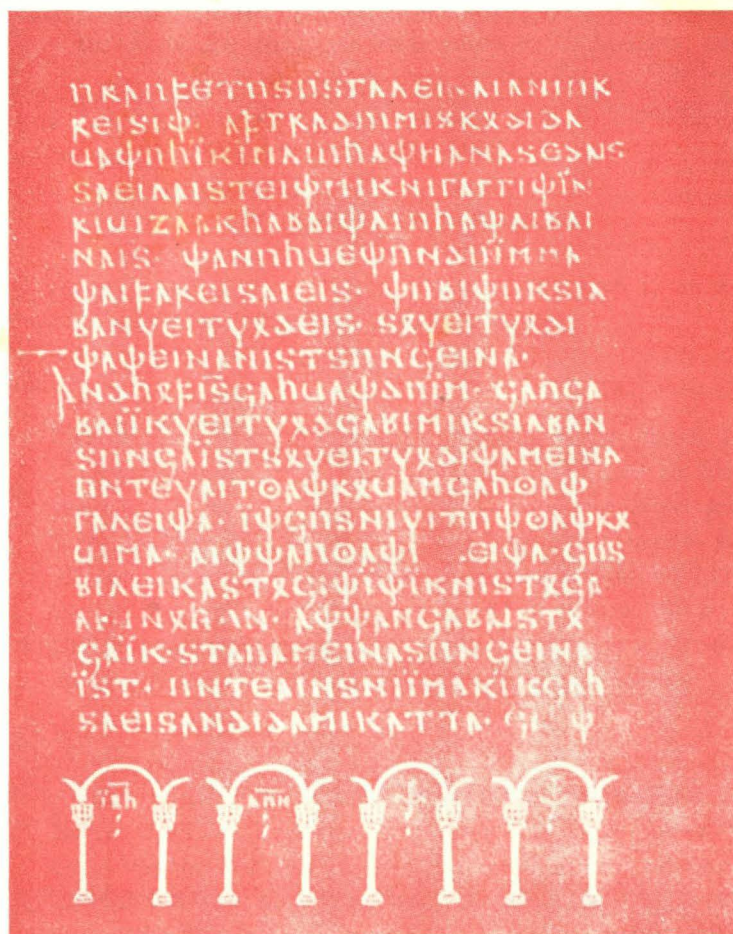
Em 1927 a Universidade upsaliana ordenou monumental fac-símile do manuscrito e, assim, ele jamais, esperamos, se perderá de todo ⁽⁷⁾.

Reproduzimos, fora do texto, uma página do códice (S. João, 8: 12-17) que nos diz, traduzido em vernáculo:

8-12 «E outra vez lhes falou Jesus, dizendo: Eu sou a Luz do mundo! Quem Me segue não caminha em trevas, mas terá o lume da vida.

13 Ripostaram-lhe os fariseus: Tu é que dás testemunho de ti mesmo: assim o teu testemunho não é verdadeiro.

(7) Tönnies Kleberg, «*Codex Argenteus, The Silver Bible at Uppsala*», Uppsala University Library.



Página do Codex Argenteus (S. João, 8: 12-17)

- 14 Respondendo, Jesus lhes disse: Ainda que sou Eu que dou testemunho de Mim mesmo, Meu testemunho é verdadeiro, porque sei donde vim e para onde vou; e vós não sabeis donde Eu venho nem para onde vou.
- 15 Vós julgais segundo a carne: Eu não julgo a ninguém.
- 16 E se Eu julgo, o Meu juízo é verdadeiro, porque Eu não sou só, mas Eu e o Pai que Me enviou,
- 17 E na vossa lei está escrito que o testemunho de duas pessoas é verdadeiro».

III

Transcrevendo em sinais gráficos modernos, eis como lá se encontra a oração que Jesus Cristo ensinou:

TEXTO GÓTICO

«Atta unsar, thu in himinam, veihnai, namo thein, qimai thiudinassus theins: vairthai vilja theins, svē in himina, jah ana airthai: hlaif unsaharna thaēna sinteinan, gif uns himma daga: jah aflet uns, thatei skulans sijaima, svasvē jah veis aflētam thaim skulam unsaraim: jah ni briggais uns in fraistubnjai, ak lausei uns af thamma ubilni: untē theina ist thiudangardi jah mahts jah vulthus in aivins. Amen» ⁽⁸⁾.

O mesmo texto, em alemão antigo, é assim:

«Vater unsur, du (bist) in Himmeln, geweiht werde Name dein, es komme Herrschaft dein, es werde Wille dein, wie in Himmel auch auf Erden. Brod unseres, das fortwachrende, gieb uns an diesem Tage; und erlasse uns dasz Schuldige wir seien, so wie auch wir erlassen

⁽⁸⁾ H. Dietz. «Angleterre - Allemagne», Colin, 1894.

den Schuldigern unsern. Und nicht bringe uns in Versuchung, sondern loese uns von dem Uebel; denn dein ist Herrscherhaus und Macht und Glanz in Ewigkeit. Amen» ⁽⁹⁾.

*

Saltando à outra banda da Mancha, podia-se orar, há pouco mais de cem anos (não sei se se mantém) nos mesmos termos que aprendi dos lábios de minha santa mãe (neta de irlandeses, O' Keefe of Mount Keefe) e tal como se encontram registados em devocionários da época ⁽¹⁰⁾:

«Our Father, who art in heaven, hallowed be Thy name; Thy Kingdom come; Thy will be done in earth as it is in heaven. Give us this day our daily bread; and forgive us our trespasses, as we forgive them that trespass against us. And lead us not into temptation but deliver us from evil. Amen.

*

Regressando às margens de cá, em França, no século XI, ouvia-se rezar:

«Sire père, qui es es cieux: saintefiez soit li tuens nons; auigne li tuens regnes; soit faite ta volonté, si come ele est faite el ciel, si soit ele faite en terre. Nostre pain de cascun jour nos done hui et pardone nos nos meffais, si come nos pardonons a sos qui meffait nos ont. Sire, ne soffre que nos soions tempté par mauvesse temptation, mes, Sire, deliure nos de mal. Amen» ⁽¹¹⁾.

⁽⁹⁾ Dietz., l. c.

⁽¹⁰⁾ «Manual of the Association in honour of the Sacred Heart of Jesus». Dublin. Printed and published by Joseph Dollard. Imprimatur Gulielmus J. Walsh. Archisp. Dublin. Sem data.

⁽¹¹⁾ Cesar Cantu. «Historia Universal». Livro medieval, p. 361, nota.

Em psaltério usado por Guilherme o Conquistador (ou o Bastardo, por ser filho duma lavadeira de Falaise e de Roberto, duque da Normandia, nascido em 1027, orfão paterno em 1035, que assegurou a posse da Normandia, em 1054, ao vencer Henrique de França, no combate de Mortmer; conquistador da Inglaterra após a vitória de Hastings (1066) sobre o rei saxão Haroldo, morto em 1087, perto de Ruão e enterrado em Caen), a versão é já outra:

«Li nostre Pere qui iès es ciels; saintefiez seit li tuens nuns; avienget il tuens regnes; seit faite la tua voluntet, si cum en ciel et en terre. Et nostre pain cotidian dun a noz oi, et perdune a nus lez noz detes, eissi cum nus pardununs a nos deturs; ne nus meine en tentationus, mais delivre nus de mal. Amen» ⁽¹²⁾.

Mais recente, conheço outra diversa:

«Notre Père qui êtes aux cieus; que votre nom soit sanctifié; que votre règne vienne; que votre volonté soit faite au ciel aussi sur la terre. Donnez-nous notre pain contínuel en ce jour; et pardonnez-nous comme débiteurs qui sommes les dettes envers nous; et ne nous menez pas en tentation, mais délivrez-nous du mal, car c'est à vous le règne, le pouvoir et la gloire en l'éternité. Amen» ⁽¹³⁾.

Mais moderna ainda:

«Notre Père qui êtes aux cieus, que votre nom soit sanctifié; que votre règne vienne; que votre volonté soit faite comme au ciel aussi sur la terre. Donnez-nous en ce jour notre pain quotidien et pardonnez nous nos offenses, comme nous pardonnons à ceux qui nous ont offensés; et ne nous laissez point tomber en tentation, mais délivrez-nous du mal, car c'est à vous qu'appartiennent

⁽¹²⁾ Cesar Cantu, *l. c.*

⁽¹³⁾ Dietz., *l. c.*

le règne, la puissance et la gloire dans tous les siècles!
Amen ⁽¹⁴⁾.

E ainda não era esta a fórmula que repetíamos, por 1911 a 1914, nas procissões públicas na Bélgica, mas a seguinte:

«Notre Père, qui êtes aux cieux; que votre nom soit sanctifié; que votre règne arrive; que votre volonté soit faite sur la terre comme au ciel. Donnez-nous aujourd'hui notre pain quotidien; pardonnez-nous nos offenses, comme nous pardonnons à ceux qui ont offensés; et ne nous laissez point tomber en tentation, mais délivrez-nous du mal. Ainsi soit-il» ⁽¹⁵⁾.

*

Corre actualmente em França, e nos países francófonos um «*Pater*», dito ecuménico, com ligeiras variantes, que ouvi em Perpilhão em 1969, e por isso não vem para aqui.

Não nos cause qualquer admiração, contudo, tantas variantes.

As línguas são «seres vivos» e vão evoluindo na semântica e, até, na flexão gramatical. Alguém hoje ousaria chamar um honrado negociante ou honesto comerciante utilizando o clássico chamadoiro «tra-tante» ou «traficante», que antanho os classificava? Actualmente, tal apodo seria injurioso, mas outrora não era. «Chatinar» não ofendia ninguém: hoje ... implicaria sanções policiais.

Além disso — o que nada tem de estranhável e é bem sabido — certas fórmulas de prece sofreram alterações com as épocas, em consequência das necessidades de momento e de ambiente, a fim de melhor explicitar as verdades da Fé, postas em dúvida ou interrogação por pessoas de maior ou menor relevo intelectual.

Por exemplo, no concílio de Niceia (325) foi acrescentada a segunda parte da *Gloria Patri* e da *Ave Maria*, após a condenação de

⁽¹⁴⁾ Dietz., l. c.

⁽¹⁵⁾ «Le Missel pour tous». Abbaye du Mont-César. Louvain, 1^{ère} édition. Imprimatur 27 Dec. 1912 Cardinal Mercier, archevêque de Malines.

Nestório. Na *Salvé Rainha* (obra dum beneditino galego do século XII) as exclamações: «*Ó Clemente! Ó Piedosa! Ó sempre Virgem Maria*» são acrescento de S. Bernardo de Claraval ⁽¹⁶⁾.

Por tal motivo, também em Portugal se deu apreciável evoluir no formular desta Oração.

Pesquisando na Torre do Tombo algumas velharias, caiu-me sob os olhos um mui curioso documento, cujo valor me parece deveras singular, quer pela sua redacção, quer pelos comentários acompanhantes, quer pela categoria mental e social de quem os produziu: nada menos que o futuro Regente, D. Pedro de Aviz!

É o irmão, el-rei D. Duarte, quem no-lo assegura e transmite! Transcrevêmo-lo para aqui e, em fotocópia, o publicamos no final. Reza assim, desdobrando as abreviaturas:

«Esta he a Santa oração do P(adre) N(osso) Appropriada por o Ifante aestas virtudes».

«A Santa oração do Pater Noster por Noso Senhor Jesus Cristo feita se podem apropar as sete virtudes prinçipaes, tres theologaes, s. fé, charidade, esperança, e as quatro cardeaes, s. prudencia, temprança, justiça, fortaleza, em esta guisa. Na primeira palavra diz: *Padre noso que es nos Ceos* E aquesta se apropria a fe que avendo verdadeira crença de Noso Senhor Deus o çhamamos Padre noso confesando que es nos çeos. A segunda diz *Santificado seja o teu nome* E a caridade esta deve ser appropriada por que avendosse amor sobre totalas cousas o louvamos e sanctificamos. E a 3^a que demandamos *que venha o seu reyno*, com a esprança muyto bem se concorda, por que esprando aver em el por sua graça algũa parte demandamos cada dia que quando ao Senhor prouver pao (sic) (para o) seu reyno sejamos çhamados oqual sempre esparamos que nos sera por sua merce outorgado, e aquestas tres palavras se apropiã aas tres primeiras virtudes theologaes. E a 4^a

(16) Vide Spirago, «Catecismo Popular Católico».

ê que dizemos *seja feita atua vontade asy na trã* (terra) *como nos çeos* nos mostra a mais perfeita prudência que aver se pode entendendoa por duas guysas hũa que confirmamos nosa vontade com asua dizendo em todo que nao se cumpra o que desejamos mas o que a ele mais praz, sabendo que aqlo (sic) he melhor e ainda que al deseje mais a vontade naquilo se afirma nosa principal entenção, e porê dizemos que seja comprida sempre a sua, e aoutra per que demandamos ael sobre todas as merces que nos faça sempre seguir e fazer sua vontade, aqual he que todos nos encaminhemos a nosa salvação asy como a fazem aquelas que ja são na sua santa gloria, e no amar glorificar e servir. A quita (sic) que dizemos *pao noso de cada dia nos da oje* mostra aquela grande temperança de que lhe prouve usarem os seus discipulos e outros que os querẽ seguir não desejando sobreavon- dança de vjandas mas do mantimento que se por neçesi- dade requiere cada hũ dia demandando nos contentemos. A sexta por que dizemos, *quitamos nossas divjdas como nos quytamos a nosos devedores* nos he mostrdo o drto (direito) caminho da justiça que connosco se tera segundo nosas obras, e que nos devemos aver misericor- dia como desejamos que de nos se aja. Na setima diz que *não sejamos derrybados na tentação mas que nos livre de mal*. E aqueste he benvisto que a virtude da fortaleza que de Noso Senhor nos he outorgada deve pertencer para a qual nos gardamos (sic) e temos contra todo mal e nos esforçamos a seguir toda virtude» (17).

Não tenho a menor dúvida àcerca da autoria de D. Pedro, por várias razões, que passo a expor:

1. Esta transcrição é feita do chamado «Livro dos conselhos», escrito por D. Duarte, averiguadamente.

(17) A. N. T. Tombo. Ms. 1928. (Livro da Cartuxa de Ara-coeli de Évora, Fol. CCXXV.

2. É este Príncipe quem afirma ser «apropriado por o Ifante».
3. Ora, para o «Eloquente», o secundo-génito de D. João I era-lhe, em especial, muito chegado ao coração e ao espírito, o irmão com quem el-rei melhor e mais se entendia: era para ele, sem dúvida, por antonomásia, «O Ifante».
4. Aliás, pelas tendências intelectuais de D. Pedro, só a este se podem atribuir taes considerações filosófico-religiosas.
5. De resto, no mesmo códice aparece (páginas CLXVIII J verso) um «Regimento que fez o Ifante dom Pedro as pessoas que vinhao a minha casa ao primeiro dia de janeiro da era de Christo de mil 431», o qual tem muito de curioso e, mais uma vez, demonstra quanta influência sobre o primogénito exercia o irmão segundo.

Isto elucida o caso e vem confirmar, de modo claro e firme, ser o sogro de D. Afonso V o autor das glosas ao Padre Nosso, como, sem hesitar, o considero.

Como a confirmar esta identidade de autoria, do mesmo Príncipe existe outra glosa da mesma oração:

«Padre nosso, que sobre todollos çeos sooes exalçado, praza-vos de o vosso sancto nome seer louvado per minha obra em guisa que eu seja mereçedor do celestial regno, seendo a vōotade do vosso prazimento comprida em my, que som terra; sguardaae, senhor, a my, vosso filho, que na arvore da verdadeyra cruz geeraste com grande door, e veede como jaço no valle da ygnorancia, desejando de sobir aa serra muito alta do conhecimento verdadeyro. E porẽ seja vossa merçee de me outorgardes cada dia o pam de vossa inffynda misericordia, que sooes vos meesmo, porque eu reçaeba sfforço pera vos servir em este aucto e ã quallquer outro, ordenando boo começo com proveytoso meyo, poendo fim, que a mi e aos outros traga melhoramento per guisa que nom soamente perdoemos aos que nos errarem, mas demos bões aos mes-teyrosos, seendo verdadeyros gradeçedores de todo bem

em que a vos somos obrigados. E, porque, senhor, em quanto em este mundo vivemos, somos per tentações torvados de fazermos boas obras, praza-vos de me sopor-tar, que em tentação no seja derribado, e livraeme do mall, que a vós he avorecido. Amen» ⁽¹⁸⁾.

(E aproveito o ensejo para rebater o labéo, com que historiadores modernos, levados por verdadeira paixão henriquina, desmesurada e desnecessária, lhe vêm atirar. Porque, além de injusto e parcial e pouco científico, não é preciso, de modo algum, para erguer o «Impul-sionador» nas páginas imorredoiras da História, não há mister rebaixar e denegrir ninguém. Há lugar para todos os de vulto nas galerias glo-riosas destinadas «àqueles que por obras valerosas» se tornaram notá-veis e credores da nossa admiração.

Já homem sensato pensou, acaso, em diminuir D. Afonso Henri-ques, lá porque se deixou aprisionar em Badajoz, para depois exalçar o «Povoador», por exemplo?

Ambos e cada um têm seu posto bem marcado e inconfundível; ambos os dois irmãos da «íclita geração» concorreram, pelos próprios méritos e acções, para engrandecer esta Pátria que era deles e é nossa; e só zoilos — um tanto míopes ou escandecidos em daltonismos e par-cialidades — podem pretender levantar Pedro contra Henrique — ou vice-versa, este contra aquele.

*«Olha ca dois Infantes, Pedro e Henrique,
Progénie generosa de Joane» (Lusíadas, VIII),*

ambos a merecerem, em conjunto e em separado, a nossa respei-tosa admiração.

Visões diferentes dos aspectos do problema das navegações? Sim! Mas um anseio comum: a glória, o bem de Portugal, evidente, inso-fismável.

⁽¹⁸⁾ Da «Virtuosa Bemfeitoria».

*

Muito mais conhecida é a forma bilingue do «Velho da Horta», de Gil Vicente, na farça representada em 1512:

«Pater noster creador,
qui es in coelis, poderoso,
santificetur, Senhor,
nomen tuum vencedor,
nos ceos e terra piedoso;
adveniat a tua graça,
regnum tuum sem mais guerra;
voluntas tua se faça
sicut in coelo et in terra.
Panem nostrum que comemos
quotidianum teu he;
escusa-lo não podemos,
indaque o não merecemos,
tu da nobis hodie;
dimitte nobis, Senhor,
debita, nossos errores,
sicut et nos por teu amor
dimittimus qualquer error
aos nossos devedores.
Et ne nos, Deos, te pedimos
inducas per nenhum modo,
in tentationem cahimos,
porque fracos nos sentimos,
formados de triste lodo,
sed libera nossa fraqueza
nos a malo nesta vida;
amen por tua graça
e nos livre tua alteza
da tristeza sem medida.»

Como não podia deixar de ser, também, entre nós, a Oração Dominical sofreu, com o andar dos tempos, alterações na redacção e no contexto.

Assim, possuo um «Catecismo», cujo título difuso e complexo já é de si muito aguçante da curiosidade. Diz-se vai nada menos

«Instrucções geraes / em forma de / Catecismo / nas quaes se explicão em compendio pela Sagrada Escritura e Tradição a Historia, e os Dogmas da Religião / a Moral christã, os Sacramentos, as Orações, / as Cerimonias e os usos da Igreja / impressos por ordem do / Senhor Carlos Joaquim Colbert, / Bispo de Montpelier / para uso dos antigos / e novos catholicos / de sua diocese e de todos aquelles que estão encarregados de sua instrução / com dois catecismos abbreviados (sic) para o exercicio / dos meninos. / Traduzido na lingua Portugueza por mandado / do Senhor / Arcebispo de Evora / DOM JOAO / para uso dos fieis do seu arcebispado. / Lisboa / na Officina de Miguel Manescal da Costa / Impresor do Santo Officio Anno 1765 / Com todas as licenças necessarias ⁽¹⁹⁾.

Nele se pode ler:

«Padre nosso, que estás nos Ceos;
«Santificado seja o teu nome;
«venha a nos o teu reino.
«Seja feita a tua vontade assim na terra como no Céu.
«O pão nosso de cada dia nos dá hoje.
«Perdoa-nos as nossas dividas, assim como nos perdoamos aos nossos devedores.
«Não nos deixes cair em tentação,
«mas livra-nos do mal. Amen».

(19) Recheado de citações e acompanhado de comentários, afigura-se-me livro de merecimento.

*

Pouco mais de um centénio rodado, em 1875, o «Curso abreviado / ou verdade e belleza / da religião christã ... pelo Padre F. X. Schouppe, da Companhia de Jesus, tradução portuguesa do P.^e Manuel Joaquim de Mesquita Pimentel» ⁽²⁰⁾, editado no Porto — Livraria Char-dron — apresenta «Imprimatur» Mechliniae, julho 1875. F. B. Lauwers, vic gen.

Nele, quase na ponta do século XIX, nova moda de formular e recitar, diversa também da actual. Já se não usa a segunda pessoa do singular, mas a do plural como ainda aprendi, eu próprio, em mocinho:

«Padre Nosso, que estaes nos Ceus,
Santificado seja o vosso nome;
Venha a nós o vosso reino;
seja feita a vossa vontade assim na terra como no Ceu.
O pão nosso de cada dia nos dae hoje.
Perdoae-nos as nossas dividas, assim como nos perdoamos a nossos devedores.
Não nos deixeis cair em tentação
Mas livrae-nos do mal. Assim seja».

IV

Temos assim presente uma pequena, mas comprovativa, colec-tânea do evoluir sofrido na redacção, através das centúrias, desde os antigos e longínquos godos orientais até os dias actuais, dessa

(20) O título completo é, sem tirar nem pôr:

«Curso abreviado / de RELIGIAO / ou / verdade e belleza / da / religião christã / compendio accomodado ao uso dos estabelecimentos de instrução / pelo / Padre P. X. SCHOUPPE / da Companhia de Jesus.

APOLOGETICA, DOGMATICA E MORAL / Traducção portuguesa de / P.^e Manoel Joaquim de Mesquita Pimentel / Terceira edição / revista e augmentada conforme a 32.^a e última edição francesa / e com importantes notas / relativas a alguns preceitos da Igreja em Portugal.»

Oração maravilhosa e sintética, que os Evangelhos nos repetem, ensinada por Nosso Senhor Jesus Cristo.

Se atentarmos um pouquinho, não foram somente as palavras que mudaram, obedecendo às leis da linguagem atrás apontadas: houve, até mesmo, outras alterações e bem mais profundas.

Ora, sem querer, de modo algum, entrar na exegese dos textos, e nem sequer aprofundar os idiotismos correspondentes aos diversos falares aqui apontados em curto e sumário florilégio, não posso, todavia, deixar sem sublinha as gradações, os matizes, dos pedidos feitos na penúltima petição da prece.

Repare-se: para os teutões o verbo gramatical utilizado é *zu bringen* (trazer); para os anglos *to lead!* (dirigir); para os gauleses foi, em certa altura, *mener* (levar); para nós, quatrocentistas, é mais passiva: *não sermos derribados*; e para o século de Pombal: *não nos deixar cair* — tal qual como hoje, presentemente, rezamos.

Estas variantes semânticas correspondem, sem dúvida, a características mentais e volitivas diferentes, tornando diversas as formulações, e representam, portanto, atitudes de espírito, psicológicas, dissemelhantes.

Em bem? Em mal? Não sei. Não ousou pronunciar-me ... porque, além do mais, me falta competência.

Todavia, estes considerandos, de si aparentemente leves — facilmente os poderíamos aprofundar — causam-nos e fazem-nos sentir saudade daquele tempo, já mentalmente distante, mas ainda cronologicamente perto de nós, no qual, todos, em uníssono, em unidade, em qualquer local da terra, repetíamos as mesmas palavras, empregadas na língua oficial da Igreja, em latim, durante a Santa Missa:

«Pater noster, qui es in coelis,
Santificetur nomen tuum;
Adveniat regnum tuum;
Fiat voluntas tua sicut in coelo et in terra.
Panem nostrum cotidianum da nos hodie,
Et dimitte nobis debita nostra sicut et nos dimittimus
debitoribus nostris.

Et ne nos inducas in tentationem,
sed libera nos a malo. Amen».

... Era assim para todos!!!

*

Traduzi-las-ia, «in petto», cada qual consoante a sua mentalidade de origem, a sua idiossincrasia de meio e de raça?

Acredito! Porém, pelo menos a forma exterior, a fala, a roupagem, era *igual* para toda a gente, era *idêntica*, era a *mesma*! Havia, incontestável unidade explícita, catolicidade integral, comunidade visível na Fé, bem expressa pela *totalidade* da assembleia, a qual se servia da *mesma* formula, de *idêntico*, *igual*, vocabulário.

... Hoje, o caso é bastante diferente, o que muito mais profundamente sentimos quando estamos além-fronteiras, em país cujo idioma não dominamos com segurança: ou somos políglotas ... ou ficamos na Torre de Babel.

... Mas «seja feita a Vossa vontade assim na terra como no Céu!».

*

DOCUMENTOS:

As quatro páginas que seguem são fotocópia da versão pedrina, inclusa no Livro da Cartuxa de Ara-coeli de Évora, fol. CCXXV. A. N. T. Tombo, ms. 1928.

Esta he' esta oração do pr' pr'
Apropriada por ostante, a estas
virtudes -

A Santa oração do pr' noster, p' nro S' Iho' ^o
Xpo feita se' podem apropar as sete vir-
tudes principais, tres theologicas s. f' ^a
charidade, Esperança, e as quat' cardaes
s. prudencia, Temperança, Justiça, for-
teza, em esta guisa na primeira pa-
lavra diz - Padre nro que es nos-
sos. E a questa se' a propria a fe' ^a
que' avendo verdadeira crença de' nro S' ^o
ts' o chamamos padre nro confessando
que es nos' sos. A segunda diz. Sancti-
ficado seja o teu nome, E a caridade
esta deve' ser apropriada por q' adé do q' ^a
amor sobre' todas as coisas o louvamos e
sanctificamos - E a 3^a p' que pedimos
nro

Que' unta o seu reyno, Com a esp'ança
muito bem se' concorda, por q' esp'ando
auer em el' por sua graça alguma parte
demandamus cada dia que' quando ao S^{to}
promet' p'ao seu reyno se'jamos chamados
o qual sempre' esp'amos que' nos sera
por sua merce outorgado, e aq'ue'as tres
palavras s'q' applica' aas tres p'meiras
virtudes theologaes. EA. 4^a e q' dizem
Seja feita atua vontade' asy na trã como
nos ceos nos mostra a mais p'feta prude'
cia que' auer se pode' entendenda p' duas
graxas sua' que' confirmamos n'essa no
tade' com a sua dizendo e todo que' m' se
cumpra o q' dese'jamos mas o q' aelle mais
praz, sabendo que' aq'le for' melhor e a p'da

q' al desejar mais a vontade na qual se afre
ma nosa principal entença, e poré digemos
que' seja comprida sempre afua, e aout
p' que' demandamos ael' sob' todas as nces
que' nos faça. sempre seguir' e' f' sua
vontade, aqual he' que todos nos alcançhe
mos a nosa Salvação asy como afaça. aqles
que' Ja São na sua Santa gloria, e no
amar' glorificar' e' servir', Aqnta que
digemos. p'ao' nos de' cada dia nos da ope
nstra aquela grande temperança de
que lbe prouue' e' serem os seus ~~discipulos~~
discipulos e' outros que os quere' seguir
no' desefando sobreabundancia de vyandas
mes co' mantimento que se p' necessidade re
quere

Cada h' dia demandando nos cōtentamos ~
A sexta par' que' dizemus, quitamus n'ossos
dívidas como nos quitamus annos deue-
dores. Nos he' mostrado o d^{to} caminho
da Justiça que' conheço se' tera Segundo
nossas obras, e' que' nos deuemos auer
misericórdia como desejamos que' deus
seja. Na sétima diz q' nō sejamos
derrubados na tentaçō mas q' nos liure
de mal. E aq'uesto he' bem q' que' amir-
tude da fortaleza que' de' n'osso S^o nos he
outorgada deve' pertencer p' a qual nos
guardamos e' temos contra todo mal e'
nos esforcamos a seguir toda v'rtude ~

PROCISSÕES DE OUTRORA
- ELVAS -

pelo sócio efectivo

Eurico Gama

(Continuação)

I

PROCISSÕES EM GERAL

8

«PROCISSÃO DO MANDATO»

5.^a Feira Santa

1. *Endoenças* — segundo Carolina Michaëllis de Vasconcelos, deve escrever-se *induenças*, visto provir de *indulgências* e a palavra nada ter que ver com *doenças*! ⁽⁶⁷⁾.

A grafia — errada — entrou no uso comum e se nós tivéssemos

⁽⁶⁷⁾ *Fragments etymologiques*, in «*Revista Lusitana*», III, Porto 1895, p. 150.

agora a coragem (que não temos!) de a escrever como a etimologia manda, oh! céus, o que não nos chamariam!

Endoenças, pois, e hoje só aplicado o vocábulo à 5.^a feira, quando antigamente designava a Sexta-feira Santa.

No IV Concílio Nacional de Toledo, celebrado em 633, foi determinado que, na 6.^a feira santa, o povo se reunisse nas igrejas para assistir ao ofício divino, e todos em alta voz rogassem *indulgência* para os seus pecados, a fim de poderem comungar dignamente no Domingo da Ressurreição. À voz do arcediogo, um grande clamor se erguia do grupo dos penitentes, repetindo muitas dezenas de vezes o grito: *Indulgência! Indulgência! Indulgência!*

«Esta cerimónia, solene, aparatosa, impressionante, que se repetia todos os anos na Península, deu o nome ao dia em que se executava, e passou a exprimir o conjunto das cerimónias próprias desses dias» ⁽⁶⁸⁾.

O rito visigótico-moçárabe, segundo o qual se desenrolava a cerimónia da absolvição geral, foi extinto no século XI ⁽⁶⁹⁾.

Isto quanto à palavra e à sua aplicação; no que respeita à festividade em si, ela representa a instituição do Sacramento da Eucaristia. Os ritos ou cerimónias especiais deste dia são: o silêncio dos sinos, a consagração dos santos óleos, comunhão geral com reserva de uma hóstia, *procissão*, desnudação dos altares e *Mandato* ou lava-pés a doze pobres em comemoração do que fez Jesus com os doze Apóstolos na noite da última ceia.

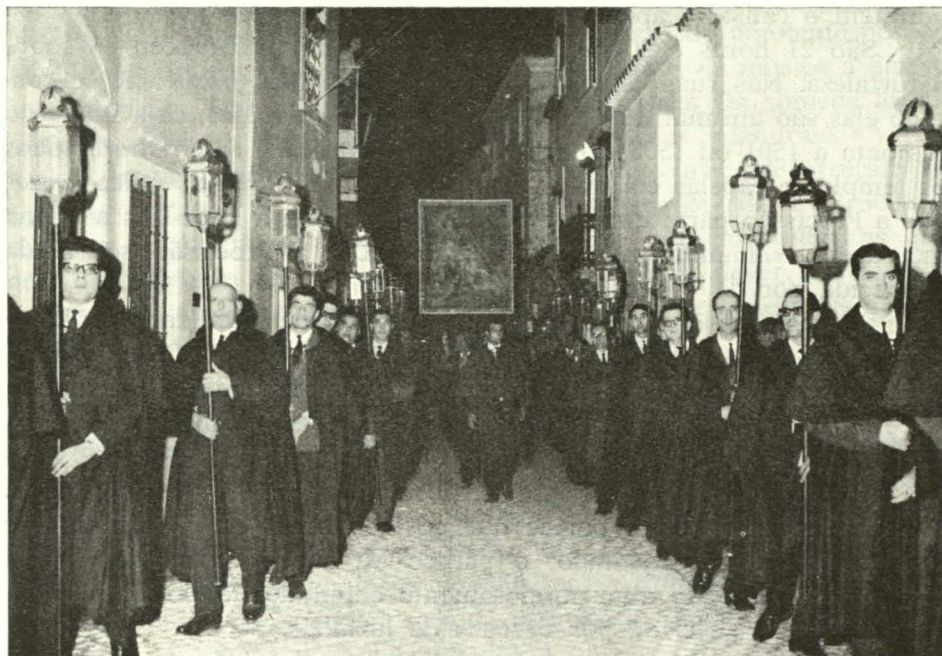
A antífona com que abre a cerimónia começa com as palavras *Mandatum novum do vobis*. Este mandamento é de muito amor, como expressa logo o cântico *Ut diligatis invicem*, e de humildade, cujo exemplo dava naquele acto: *Exemplum dedi vobis* ⁽⁷⁰⁾.

2. A Procissão deste dia, chamada, por isso do *Mandato*, é também uma obrigação das Misericórdias, mas penso que, actualmente, só a de Elvas a promove, com a mesma compostura de há quatro séculos.

⁽⁶⁸⁾ «*Novidades*», de 17 de Abril de 1924 e 7 de Novembro de 1941, e «*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*», vol. 8, p. 688.

⁽⁶⁹⁾ «*VERBO - Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*», 7.^o vol., col. 516.

⁽⁷⁰⁾ *La Semana Santa*, por Don Vicente de la Fuente, in «*La Ilustración Artística*», Barcelona, Ano V, n.^o 225, de 19 de Abril de 1886, p. 139.



Gravura 2 - Procissão do Mandato

É uma Procissão diferente de todas as outras, de muito respeito. Nela apenas figuram homens e todos envergando opas negras.

As janelas e sacadas só ficam, no geral, os velhos e inválidos, pois quase toda a gente procura nas ruas o melhor local para a ver passar, não se contentando em a admirar num único ponto da cidade. Mas nela, como dissémos, só se incorporam homens, homens de opas negras, sérios, graves, de passada firme, certa, que não conhecem nem admitem o cansaço, apesar da volta ser grande.

São 21 horas e 30 minutos. O manto da noite desceu já sobre a fortaleza. Nas ruas estabelece-se, pouco a pouco, o silêncio, e contudo elas são um mar de gente. Da igreja da Santa Casa, cuja fundação remonta a 1501 ou 1502, começa a sair a Procissão, que *visitará* todos os templos e capelas em que esteja exposto o SS. São as únicas vezes que a Procissão pára: uma breve visita a cada um a levar-lhes a divina mensagem: «*Mandato novum do vobis*». Daí a Procissão ser ainda conhecida por da *Visitação às Igrejas*.

De tarde foi o acto soleníssimo e tocante de humildade do Lava-pés, tal como o Filho de Deus o praticou na Última Ceia, finda a qual proferiu as palavras maravilhosas e transcendentis, dirigindo-se aos Apóstolos: «*Dei-vos o exemplo para que, assim como Eu vos fiz, vós o façais também*».

A noite é a gloriosa mensagem levada a todas as Casas de Deus. A Procissão entra pelas portas que se lhe abrem de par em par, e onde a espera, paramentado, o pároco ou capelão, rezando-se uma oração em frente do altar mimosamente enfeitado de flores brancas, cuja beleza é acariciada por dezenas de luzinhas.

A Procissão sai e o compassado, longo, silencioso cortejo continua até visitar a última capelinha, regressando depois à Igreja de onde partira em alta e nobilíssima missão.

A frente da Procissão vai um devoto com a matraca, cujo som algo dissonante ecoa pelas íngremes ruas e calçadas, pelos largos e praças do velho burgo medieval. Depois é a Cruz, símbolo do Cristianismo, seguindo-se a Bandeira da Misericórdia, cuja frente representa a Santíssima Virgem, Nossa Senhora do Amparo; as duas alas da Procissão, no meio um Mesário com um grande crucifixo; o capelão, o Provedor e mais membros da Irmandade; a bandeira maior da

Santa Casa, que tem no anverso uma pintura representando a Virgem da Piedade e no reverso um anjo abraçado à escada junto da Cruz e os outros instrumentos do Calvário do Senhor espalhados diante de si. Em tempos remotos esta insígnia era chamada «dos supliciados», porque acompanhava sempre o lutuoso préstito quando um condenado era conduzido ao patíbulo; e por uma Banda de Música tocando uma composição adequada à Semana Santa, e o povo compacto, acompanhando a Procissão com a maior dignidade e em silêncio sepulcral. Só lá à frente a matraca põe uma nota de estridência no ambiente pesado da noite e cá atrás são os acordes bem cadenciados da música a darem ao acto maior grandeza, uma grandeza que esmaga. Os homens levam lanternas altas e a Irmandade distingue-se pelos seus balandraus e varas.

A noite envolveu por completo a católica urbe, decorreram já algumas horas e a rígida, imperturbável e característica Procissão regressa, finalmente, à Igreja da Misericórdia, cônscios todos os que dela participaram de haverem bem cumprido o seu dever. Há séculos que assim acontece e pelos séculos fora que assim será, se Deus quiser. *Mandato novum do vobis* — Amai-vos uns aos outros.

A Procissão percorre o seguinte trajecto: sai da Igreja da Misericórdia - Rua de Évora - Largo de São João de Deus (Igreja de São João de Deus) - Praça Salazar - Largo de Nossa Senhora das Dores (Igreja) - Rua de António Tomás Pires - Travessa de São Francisco - Rua de São Francisco - Rua de João Pereira de Abreu - Rua dos Quartéis - Rua das Beatas - Largo de Alcáçova (Igreja) - Largo do Dr. Santa Clara (Igreja do Senhor Jesus dos Aflitos) - Rua do Tenente Passos e Sousa - Porta do Sol (Sé) - Saída pela Porta do Poente - Praça de D. Sancho II - Porta do Sol - Rua dos Açougues - Rua dos Azevedos - Largo dos Terceiros (Igreja de Santa Clara) - Rua de Francisco da Silva - Rua da Azinheira (Igreja de São Pedro) - Ladeirinha de São Pedro - Rua de Sá da Bandeira - Travessa do Espírito Santo - Largo do Espírito Santo - Rua do Padrão - Rua dos Frades - Largo de São Domingos (Igreja) - Rua da Guarda - Largo do Alfaiate - Rua do Escorregadio - Largo do Colégio (Igreja) - Rua dos Chilões - Rua da Carreira - Rua da Cadeia - Largo da Misericórdia (Igreja). Distância percorrida: cerca de três quilómetros.

3. Há uma curiosa resolução da Mesa de 1671, no tocante aos officios divinos da Semana Maior e procissão de Endoenças. Quanto a esta se assentou, que se formasse sòmente da irmandade de Nossa Senhora do Amparo e em lugar da bandeira real, que era a primeira da Procissão, fosse a da Irmandade e após ela as mais, *como sempre se usou*.

E quanto aos officios divinos se deixava de fazer o das Trevas, de 4.^a feira, e o da bênção do círio do sábado santo, por a concorrência ser muito reduzida. E termina a acta: «O que se declara por lembrança, e não como accórdão; pois as mesas futuras podem seguir o que lhes melhor parecer, que sempre será o mais acertado».

— Em 1729 houve um desaguisado entre a Mesa da Misericórdia e os frades de São Paulo, que impediram os músicos de cantar o *Miserere* como fizeram nas outras igrejas só porque a Mesa lho não pedira prèviamente! Esta então *vingou-se*, alterando o itinerário da Procissão, que da igreja de São João de Deus passaria a ir não em direcção aos paulistas, mas pela rua de São Francisco para a Sé, e foi mais além, deliberando que a confraria não comparecesse nos enterros em que fosse a comunidade dos religiosos de São Paulo. Isto em reunião de 17 de Abril, pois na de 24 resolveram ainda que na igreja da Misericórdia se não permitisse aos ditos frades que pregassem sermão algum nas festas ou obrigações das irmandades.

Eram de força estes senhores!

Mas no 1.^o de Maio compareceu em reunião da Mesa um frade, lente de Teologia, em nome da comunidade, a desfazer, humildemente, todas as dúvidas e assim se sanou esta nova guerra do alecrim e da mangerona.

— Por acórdão de 31 de Julho de 1735, dado que à própria hora se notavam sempre escusas e faltas e as substituições não eram fáceis, entendeu-se por bem que a Procissão passasse a ir só com a bandeira da Irmandade e o Senhor Crucificado, e detrás a da Piedade, «e as mais exceptuadas».

Determinou-se, por essa ocasião, que se fizessem 10 lampeões, dois para a bandeira, 6 ao Senhor e 2 para a bandeira da Piedade.

— No Livro de Despesa de 1651 encontramos um interessante assento sobre o custo da Semana Santa e Procissões:

Clérigos e músicos nos ofícios	3.780 rs.
A 21 clérigos que acompanharam a Procissão . .	1.680 »
A música da Procissão	4.000 »
Ao harpista	400 »
Cera fina para o sepúlcro - 39 arráteis a 200 rs.	7.800 »
Ardido de 26 tochas, 9 ¼ arráteis a 170 rs. . .	1.570 »
Cera para as Trevas - 15 arráteis a 170 rs. . .	2.550 »
Velas para a Procissão - 86 arráteis a 170 rs., abatidos os côtos e pingos	11.380 »
Confeitura para a procissão - 24 arráteis a 110 rs.	2.640 »
Vinho - 2 almudes para as garrafas e lavatório dos penitentes	1.500 »
18 panos de seda para armar os postes e capela	1.800 »
Música da Procissão da Ressurreição e Chara- melas	1.200 »
5 mãos de papel para guarda das velas «por respeito do vento»	200 »
S o m a	40.500 »

— E como nota curiosa para fecho deste capítulo, direi que antigamente era considerado pecado, fazer obras de malha (crochet, meia, etc.) nos dias das Procissões de *Endoenças* e do *Enterro do Senhor*, porque foi neste tempo que os judeus teceram as cordas com que açoitaram Cristo.

9

PROCISSÃO DO ENTERRO DO SENHOR

6.^a feira Santa

1. *Consumatum est!* O maior drama da Humanidade teve o seu epílogo — terrível, mas necessário! Sem ele não haveria Ressurreição, nem Glória, nem Triunfo. A vida-modelo passaria a vulgar, os próprios milagres seriam deturpados, menosprezados e esquecidos.

«Ao cair da tarde, veio um homem rico da Arimateia, de nome José, que era também discípulo de Jesus. Foi este ter com Pilatos e pediu-lhe o corpo de Jesus. Então Pilatos mandou-lho entregar. E José tomou o corpo, envolveu-o num lençol limpo e depô-lo no seu sepulcro novo, que tinha mandado abrir na rocha ...» (João, cap. XXVII, 57-60).

«Ao cair da tarde» — logo depois das 3 horas, e porque o Sábado seguinte coincidia com a festa da Páscoa,urgia remover os cadáveres dos supliciados.

A Procissão deste dia comemora, precisamente, o *Enterro de Jesus*, que tanto sofreu por nós

«No sepulcro O fecharam, e lhe deram
Guardas, — para impedir Sua Ressurreição» ⁽⁷¹⁾.

2. Foi o 2.º bispo de Elvas, D. António de Matos de Noronha, quem instituiu esta Procissão na Diocese. Governou-a de 1592 a 1610, nela deixando obras de merecimento. Entre outras, recolheu para a Sé a Irmandade de Nossa Senhora da Soledade, que estava em depósito na Ermida do Espírito Santo, por motivo de reparações na Catedral, e lhe ordenou a Procissão tão devota de 6.ª feira santa, com todos os passos da Paixão representados ao vivo ⁽⁷²⁾.

Nesse dia de dor e de infinita tristeza fazia-se o descendimento da Cruz na capela-mor da Sé, com sermão, e outro da Soledade, em que se mostrava o Santo Sudário. Depois deste sermão colocava-se a imagem do Senhor morto num esquife de prata, coberto com um rico pano de tela de Milão e a seguir às Ave-Marias saía a *Procissão do Enterro*, por algumas ruas da cidade, acompanhada por uns 600 irmãos da Irmandade com tochas amarelas. O ataúde era levado por quatro cônegos e outros tantos conduziam o andor da Senhora, e junto de cada andor ia um coro de músicos. Ordinariamente, entre ambos os andores seguiam umas 250 pessoas fazendo penitência.

⁽⁷¹⁾ José Régio, *A Chaga do Lado*, Lisboa, 1954, p. 76.

⁽⁷²⁾ Dr. Francisco de Paula Santa Clara, in «*Dicionário*», de Almada, na biografia do prelado elvensê, a pp. 153 do tomo II.

No *Tombo 1.º* da Confraria de Nossa Senhora da Soledade inscrevem-se mais pormenores: havia a imagem de Cristo, uma cruz de pau grande, uma toalha comprida, uma coroa de espinhos, 3 cravos, 3 martelos com os quais os padres despregavam o Senhor da Cruz, uma cortina de tafetá preto de corrediça e duas escadas de madeira.

Para a Procissão tinha a Confraria, em 1671, «uma tumba de pau preto com os balaustres de prata e suas cortinas de volante de prata e a cobertura de tela riquíssima de Milão, e suas senefas ao redor da mesma tumba, da propria tela, com seus franjões d'ouro, um colchão de damasco rôxo que serve d'ir deitado o Senhor na propria tumba, uma almofada da mesma tela da tumba, um estandarte de damasco rôxo com sua cruz de prata, que serve de ir nas procissões, um estandarte de tafetá roxo com uma cruz de pau dourado, um andor em que vai Nossa Senhora na procissão de sexta feira, um pano de velludo negro com sua franja d'ouro, com que vai coberto o mesmo andor da Senhora, uma charola com uma cruz de pau e sua toalha dependurada da cruz em que vai Nossa Senhora na procissão do dia dos Prazeres, uma columna dos martyrios que levam os prophetas, uma lança, uma escada pequena, uma corôa d'espinhos, 3 cravos de ferro, que são os martyrios que levam os prophetas na procissão» e as opas eram brancas, com capelinho roxo.

3. A Procissão saía da Sé, depois de rezadas as Vésperas, e ao terminar pregava-se o *Sermão das Lágrimas*, sempre aguardado com viva expectativa e a maior emoção.

Era costume convidar um orador de fama, quase sempre de fora da terra, e conservava-se em segredo o seu nome até ao momento de subir ao púlpito, o que motivava, em alguns anos, ocuparem a cátedra sacerdotes de dotes oratórios muito abaixo do que se esperava. Refere um periódico dos fins do século passado: «Ainda não há muitos anos que um orador, depois de apresentar mais uma estopada do que um sermão, a transpirar por todos os poros punha na cabeça um gorrinho no fim do sermão ficando ainda por alguns minutos no púlpito assim, enquanto não terminava o *Ó vos omnes ...*» ⁽⁷³⁾.

(73) «*A Democracia*», Elvas, n.º 194, de 7 de Maio de 1873. O mesmo jornal, em seu número 141, de 27 de Abril de 1870, referia: «E de passagem diremos que

O estilo devia ser hiperbólico e comovente *até às lágrimas* — sem o que não impressionaria nem agradaria a ninguém!

É ainda o mesmo jornal a informar-nos a respeito de um pregador, que não conseguindo fazer chorar os fiéis — o que parecia ser obrigatório! — lhes arrojava a seguinte apóstrofe: «*Pecadores, se as lágrimas não correm em rios dos vossos olhos, é porque tendes o coração mais duro do que as pedras, ou sois mais insensíveis do que os brutos!*».

Já na Procissão não podiam faltar as *carpideiras*, que durante todo o percurso choravam espectacularmente a morte do Justo. O «*Transtagano*», jornal a que nos temos referido ao longo destas páginas, aludia assim ao caso: «A procissão do enterro do Senhor, ia majestosa, adiante iam as irmandades das Chagas e do Santíssimo; atrás d'estas ia a comunidade da Sé, entre esta iam *duas carpideiras* pranteando a morte do Salvador; a mulher da verónica cantou repetidas vezes o *ó vos omnes* ... a comunidade respondia com os *Heus* de cantochão e estes eram succedidos por outros de musica ...» ⁽⁷⁴⁾.

Lembro-me muito bem, nos meus tempos de menino, em que não havia procissão a que não fosse, da *Verónica*, com o Santo Sudário nas mãos, e de como o povo acorria, pressuroso, aos lugares da «Grande Marcha», onde ela cantava com a sua voz doce e de bom timbre, a imensa dor que a pungia. «Uma mulher (mais uma vez outra mulher) intervém precipitadamente e interrompe a marcha. Quem é? Ninguém sabe. Ela se achava num terraço, assistindo àquele espectáculo arrepiador. Observava o condenado, o seu aspecto, a martirizante subida pela colina de Acra. Quando ele se aproximou com a cruz, a mulher não se conteve. Aquele semblante ensanguentado lhe abalou o íntimo da alma. Correu para dentro de casa, tomou a tocha mais fina, e voltou

não é muito lisonjeiro para os pregadores d'esta terra, fazer aqui vir de fora (de Borba!) um homem, que nunca excederá nenhum dos padres que por ali costumam pregar. Em comparação do escandalo do sr. padre Faustino orou no mesmo dia o sr. padre Adolpho (Caldeira) que muito agradou. Haja vista ao que nos disse ha tempo do pulpito abaixo aquele prior de Borba, que se fartou de nos chamar herejes e bárbaros, como se estivesse a falar com hotentotes».

(74) N.º 206, de Domingo, 20 de Abril de 1862. «*O vos omnes, qui transistis per viam, attendite et videte, si est dolor, si est dolor, sicut dolor meus*».

para a rua. Em arremetida impetuosa, rompeu o cordão dos soldados e, antes que estes tivessem tempo de fazê-la retroceder, enxugou as faces de Jesus.

«A chorar, ergue a toalha. Num grito de revolta e de mágoa, exclama, desenrolando o alvo pano ensopado de suor e de sangue: — Vede! Atendei-me! Vós que passais, atendei-me!

«E, em soluços, geme:

«— Não há dor igual à minha!» ⁽⁷⁵⁾.

E a Verónica mostrava a toalha com o rosto dorido de Jesus, que a multidão, a todo o custo, acotovelando, empurrando, abrindo caminho, queria ver, muitos, fazendo coro com as carpideiras, chorando também.

Hoje, tudo isso acabou. Talvez fosse, realmente, demasiado trágico e caricatural para a nossa época.

Em 1861, escrevia o redactor do nosso «*Transtagano*», noticiando a Procissão desse ano: «nesta apenas tivemos a notar a circunstancia da mulher da verónica ter os dedos por tal forma cheios de anéis, que mal se lhe viam.» ⁽⁷⁶⁾. Bom observador, este repórter!

4. Ao presente, a Procissão forma-se com o Guião roxo de 3 pontas, a Cruz paroquial, fiéis em duas alas, Bandeira e Confraria das Chagas, Esquife sob o Pálio, andores de Nossa Senhora e S. João, Autoridades, Banda de Música, que executa marchas fúnebres, e povo.

O itinerário é o seguinte: Saída da Sé, Praça de D. Sancho II, rua de Isabel Maria Picão, Largo e Arco do Bispo, rua de S. Francisco, Travessa de S. Francisco, rua de António Tomás Pires, Largo da Misericórdia, rua da Cadeia, Arco de Santa Maria, Praça de D. Sancho II e Sé, entrada pela Porta do Sol.

⁽⁷⁵⁾ *Vida de Jesus*, por Plínio Salgado, Editorial Atica, Lisboa / MCMXLVII, p. 681.

⁽⁷⁶⁾ N.º de 4 de Abril.

«RESSURREIÇÃO»

Domingo de Páscoa

1. «*Nada os guardas fizeram,
Que adormeceram, e Ele abriu a porta do caixão*» (77).

As solenidades da Semana Maior chegaram ao seu termo: desde a Quarta-feira de Trevas reviveu-se toda a Paixão de Jesus Cristo. No interior e fora dos templos rememoraram-se dignamente os Passos do Martírio do Senhor: a ignomínia da Sua prisão por denúncia infame de Judas, a horrível e tríplice negação de Pedro, a farsa do julgamento no Pretório, com a cobardia de Pilatos, o cruciante caminho do Calvário e o impressionante suplício da cruz, que só de o recordar nos aperta o coração e nos crispa os nervos:

«*Meu Deus, Meu Deus, porque me abandonaste?*» (78).

No Sábado Santo realizaram-se as cerimónias da Vigília Pascal com as igrejas ainda envolvidas em escuridão apenas rasgada pelas velas acesas nas mãos dos fiéis. A tristeza vai dar lugar à alegria, o momento grandioso da Ressurreição está próximo e quando ele é anunciado o sacerdote então, felicíssimo, o

«*Gloria in excelsis Deo*»

e logo a seguir tinem as campainhas, cantam os sinos e descobrem-se as imagens.

«*Glória ao Pai.
Aleluia, aleluia, aleluia*» (79).

(77) José Régio, *A Chaga do lado*, cit. (Nota 71).

(78) *João*, cap. XXVII, 46.

(79) Do *Laudes*, da Missa solene da Vigília Pascal.

A vitória sobre a Morte. O triunfo de uma religião.

«Cristo foi imolado, nosso Cordeiro pascal. Aleluia. Celebremos, pois, esta festa, com ázimos de pureza e verdade. Aleluia, aleluia, aleluia.» ⁽⁸⁰⁾.

2. A Procissão de Domingo de Páscoa celebra, pois, a RESSURREIÇÃO DO SALVADOR. É uma procissão pequena, o trajecto limitado a poucas ruas, mas, inegavelmente, das mais bonitas e alegres que, no decurso do ano, se efectuam em Elvas.

Nas obrigações da confraria do Amparo, conforme os estatutos de 1632, diz-se: «Terão o SS. Sacramento encerrado no altar de Nossa Senhora, com todo o ornato que fôr possível, e com sua cêra desde sexta-feira da semana santa até Domingo da Ressurreição; e na procissão do dito dia levarão Nossa Senhora em seu andor, e diante d'ela as folias e galhofas que quizerem, e mais festas que for possível, e enramarão o terreiro com muita curiosidade, e a musica da procissão pagará a Santa Misericórdia».

As *folias* e as *galhofas*, que, sem dúvida, tiravam à Procissão o seu ar de seriedade, acabaram há muitos anos.

A que saía da Sé e à mesma recolhia, era a expensas do concelho, mas não levava bandeira.

Por Provisão de 17 de Dezembro de 1570 se concedia a cada um dos funcionários superiores que a acompanhassem 4.800 rs. de propina ⁽⁸¹⁾.

Com o SS. e a imagem de Jesus ressuscitado dava volta à Praça em frente da igreja. Em 1861 acompanhou-a um Batalhão de Infantaria, que, recolhida a Procissão, disparou três descargas de fogo de alegria, sendo a primeira vez que, deste modo, serviram as espingardas à «Minié», segundo um jornal da época ⁽⁸²⁾.

Na Catedral havia depois Missa com cantochão, que a partir de 1864 passou a ser cantada pela Capela. Terminada esta cerimónia, saía a Procissão da Misericórdia, mais ou menos às 10 horas.

⁽⁸⁰⁾ Do *Cântico da Comunhão*, da Missa de Domingo de Páscoa.

⁽⁸¹⁾ *Tombo 3.º*, fls. 147 v.

⁽⁸²⁾ Armas estriadas, de 14 mm, adquiridas em 1861. Da *«Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira»*, vol. 3, p. 231.

3. Com a extinção das Ordens religiosas, medida que nunca nos cansaremos de lamentar pelo abandono a que foram votados mosteiros, conventos e casas de religião, utilizados sem qualquer respeito, as imagens vendidas em hasta pública ou *desviadas* para casas particulares, túmulos profanados, azulejos retirados abusivamente das paredes, livros preciosos queimados, dados ou vendidos em leilão, valores desgraçadamente perdidos para sempre — um rosário que não mais acabariamos de desfiar —, com a supressão da Diocese em 1882 e para remate de tantas desgraças a proibição, decretada após a implantação da República, do elemento militar colaborar oficialmente em actos religiosos, as solenidades da Semana Santa decaíram muito.

O sr. major José Cândido da Conceição Baião, distinto elvense perito em assuntos militares, deu-nos a conhecer duas interessantes Ordens do Governo da Praça de Elvas, que regularam o serviço da guarnição nas festividades da Semana Maior de 1847: «ORDEM N.º 16 — Para solenizar as Santas Festas de 5.^a feira Santa até sábado de aleluia, o serviço de guarnição se fará da maneira seguinte: 1.º - Na 5.^a feira a parada geral das guardas se fará pelas 7 horas e às 10 horas as guardas das igrejas, em grande uniforme e calça de pano, se acharão nas mesmas, saindo dos seus quartéis, e com a fôrça e destinos seguintes: A guarda da Sé será fornecida pelo Regimento de Infantaria 11, e será composta de 1 capitão, 1 subalerno, 1 inferior, 30 baionetas e a música.

«A guarda de S. Pedro será fornecida pelo Depósito de Infantaria 4 e será composta de 1 inferior, 1 cabo e 9 baionetas.

«A guarda do Colégio compor-se-á da mesma forma e será fornecida por Artilharia 2.

«A guarda de Alcáçova terá a mesma composição e será fornecida pelo Depósito de Cavalaria 3.

«As guardas dos dois conventos de Freiras e Ordem Terceira será cada uma composta de 1 cabo e 6 soldados, cuja força será fornecida pelos Voluntários Defensores da Rainha e Carta. 2.º - Na 6.^a feira as guardas da Sé e Misericórdia serão ali postadas pelas 6 horas e a parada geral das guardas terá lugar pelas 2 horas da tarde. 3.º - Quando a Procissão do Enterro se celebrar na igreja da Sé, a guarda da Praça e todas as suas guardas da guarnição porão as armas em funeral e

assim as conservarão até que apareça Aleluia. 4.º - No Sábado, pelas 8 e meia horas as músicas, clarins, cornetas e tambores dos Corpos se postarão junto da Guarda da Praça: e logo que apareça Aleluia tocarão alvorada e seguirão tocando para os seus quartéis. A parada geral das guardas neste dia terá lugar ao meio-dia. 5.º - Na 5.ª feira não haverá toque de recolher, e na 6.ª feira não haverá toque de alvorada nem de recolher ...».

«ORDEM N.º 18 — 1.º - No Domingo de Páscoa pelas 6 horas se achará postada na praça, junto à igreja da Sé, uma guarda do Regimento de Infantaria 11, composta de 1 capitão, 1 subalerno, 2 inferiores, 48 baionetas e a música. Esta força acompanhará a procissão que sai da dita igreja e logo que recolha, dará as 3 descargas de alegria, segundo a prática estabelecida e regressará para o seu quartel. Neste dia a parada geral das guardas é particular e às 11 horas» ⁽⁸³⁾.

4. Hoje em dia — releve-se-nos a vulgaridade da expressão, para variarmos um pouco — a Procissão da Ressurreição promove-a apenas a Misericórdia, no Domingo, ao Meio-Dia, sendo assim organizada: Bandeira da Santa Casa, Fiéis, Pálio, a cujas varas pegam diversas entidades, rev.º capelão, a Banda de Música e povo. O percurso, como dissémos, é curto: Largo da Misericórdia - Rua de António Tomás Pires - Faceira da Cisterna - Rua de S. Francisco - Rua da Cadeia - Rua da Carreira - Travessa da Carreira - Rua de Alcamim - Rua da Feira e Largo da Misericórdia. É costume as janelas e sacadas estarem engalanadas e lançarem-se flores sobre o SS.

Recolhida a Procissão há Missa e noutro tempo havia Sermão por um pregador especialmente convidado para o efeito. (Em 1862 subiu ao púlpito o rev.º cônego vigário, Doutor José Maria de Almeida Ribeiro, que impressionou fundamente o auditório com a fluência e elegância do seu verbo).

E não é descabido referir, que nas cinco Domingas da Quaresma desse ano cada uma teve o seu orador. Bons tempos, em que havia abundância deles!

(83) «Arquivo Transtagano», Elvas, III ano, 1935, pp. 92-93.

«NOSSA SENHORA DA SOLEDADE»

Domingo dos Prazeres

1. Actualmente muito simples esta festa revestia-se noutros tempos de certa solenidade. Fazia-se à custa da Confraria de Nossa Senhora da Soledade, erecta na Sé e constava de Missa na capela-mor com assistência da Senhora e o SS. exposto. Era acompanhada de cânticos e música instrumental, tinha dois sermões e *Te-Deum*, seguindo-se procissão pela cidade. No *Livro dos assentos dos dobres dos sinos da Sé* inscreveu-se a verba de 200 rs. pela festa de «Nosa Snr.^a dos Prazeres» em Abril de 1661.

Em 1870, a festividade foi a 28 de Abril, tendo sido orador o padre Adolfo Augusto Caldeira e cantou-se, pela primeira vez, uma Missa da autoria do padre Filipe Néri de Sousa Penalva, a qual «agradou extremamente».

Em 1872 a festa revestiu-se de relativa pompa, com ornamentação da fachada da Sé e um concerto no adro da Igreja pela Filarmónica Elvense.

O Domingo dos Prazeres é logo a seguir ao de Páscoa, mas o dia próprio da festividade é em dia de Nossa Senhora dos Prazeres, a primeira 2.^a feira depois das oitavas da Páscoa.

2. A Irmandade de Nossa Senhora da Soledade é muito antiga. Frei Agostinho de Santa Maria, no seu «*Santuário Mariano*», refere que teve compromisso confirmado a 20 de Outubro de 1602 e que na confirmação se declara que a Confraria já existia de muitos anos, e segundo uns apontamentos que lhe haviam sido transmitidos pelo secretário do bispo D. Bento de Beja de Noronha, a imagem de Nossa Senhora da Soledade pertencia à paróquia de Santa Maria da Praça Nova ⁽⁸⁴⁾.

(84) Tomo VI, tit. I, p. 470.

Na sua capela em todas as sextas-feiras da Quaresma, pela tarde, havia sermão e nalguns anos, com o SS. exposto. Depois do sermão havia ladainha e *miserere* cantado e exposição do corpo de Jesus dentro de um caixão no altar da Senhora. Vejo, porém, num manuscrito autógrafa do Dr. Pedro António de Sousa Castelo-Branco, cônego na catedral elvense, que, «as obrigaçoens da Confraria constão dos Estatutos da mesma feitos *no anno de 1608*, aprovados, e confirmados pelo R.^{do} Cabido, *Sede Episcopali vacante*, em o *anno de 1612*, e ultimam(ente) confirmados pelo Exm.^o e R.^{mo} S.^r D. Fr. Lour(enço) de Tavora, Bispo deste Bispado, em o anno de 1618.» ⁽⁸⁵⁾.

De certeza é a Irmandade já existir em 1601 e no *Livro de contas e eleições* começado justamente nesse ano, encontra-se o seguinte curioso assento: «Os mordomos passados me fizeram grande estimaçam em me fazerem mordomo de N. Sr.^a da Soledade; eu o acceito com condição que a procissão de sexta-feira santa irá pelas ruas donde vai a de Corpo de Deus; sómente irá a S. Domingos dos frades, e se a recolherem pela rua dos Açougues sem ir aos conventos de freiras; e indo não darei dinheiro para a procissão» ⁽⁸⁶⁾.

3. A festa faz-se presentemente na 2.^a feira dos Prazeres, às 18 horas, havendo Missa cantada no altar de Nossa Senhora da Soledade e Sermão.

É mordoma de Nossa Senhora, a Exma. Sr.^a D. Ana Júlia Nunes da Silva Sardinha, viúva do notável ensaísta e inspirado poeta António Sardinha.

⁽⁸⁵⁾ «Estatutos da Confraria de Nossa Senhora da Soledade da Sé de Elvas — Juros e fóros estipulados nos mesmos», in Biblioteca Municipal de Elvas, cota 5/213 Mss.

⁽⁸⁶⁾ Almada, *Dic.* ms., na palavra SOLEDADE.

«SÃO MARCOS»

25 de Abril

1. Pouco sabemos quanto a esta Procissão; era a expensas do concelho, saía da Sé e ia ao Colégio da Companhia de Jesus. A Câmara não levava a bandeira e os oficiais do município auferiam cada um 800 rs. de propina por nela participarem. Ver *DOCUMENTOS - IV - Carta do Cabido ao Juiz de Fora, Vereadores e oficiais da Câmara sobre o itinerário da Procissão*.

2. Sobre a sua antiguidade, a não ser que seguisse itinerário diverso, não poderemos tê-la como anterior a 1692, ano em que os padres da Companhia de Jesus ficaram definitivamente instalados na sua nova casa ao Largo do Colégio.

3. A razão porque em Elvas se festeja este Evangelista, primo de Barnabé e amigo íntimo de São Paulo, encontrâmo-la no «*Almanach de Lembranças para 1858*», a págs. 369, mas dêmo-la sob reserva, já que nos parece insuficiente.

Escreve-se no citado Almanaque, que S. Marcos era estrondosamente celebrado em Elvas e Alter do Chão, *por causa das virtudes de livrar os gados dos lobos e de moléstias*. «Antes da festa vêm os padres fora da Igreja, e cantando em coro a ladainha, acompanham para dentro um novilho, que 4 *Empresadores* (irmãos de S. Marcos e que se têm previamente confessado) ali obrigam a entrar, batendo-lhe com uma varinha e dizendo: *Entra Marcos, em louvor de S. Marcos!* O novilho entra, chega ao altar-mor e daí volta à porta, pelo mesmo caminho que se lhe deixara desimpedido. Depois da festa metem-se na igreja alguns bezerros, que se oferecem aos Santos, transformando-se assim, o templo num curral» ⁽⁸⁷⁾.

Como celebração pagã e profana cremos que é o máximo, mas devemos levar em conta o espírito da época, em que todas essas manifestações eram tidas como naturais aos olhos do povo. Aliás reminis-

(87) «*Actualidade*», de 8 de Maio de 1883, n.º 104.

cências de tempos e civilizações muito longínquas. Diz-nos Pittré, que a festa a S. Marcos correspondia às *Rubigales* romanas, em honra da deusa *Rubigo*, para *apartar as névoas dos campos*. Era a *metade da primavera* e as festas tinham por fim evitar as chuvas. Os anexins italianos, espanhóis e portugueses, conservam este carácter:

S. Marcu é lu lupu de la campagna ⁽⁸⁸⁾.

Na província de Cáceres, em Espanha, usa-se esta festa do *boi-marcos*, levado ao altar ⁽⁸⁹⁾.

O folclorista elvense António Tomás Pires recolheu estes ditados:

29) *Por S. Marcos*
Bogas a sacos.

30) *Sáveis por S. Marcos*
Enchem os barcos.

Em Espanha:

San Marcos
Llena los charcos ⁽⁹⁰⁾.

S. Marcos é, no entanto, simbolizado pelo Leão, distintivo de realeza, e os venezianos têm-no por padroeiro.

4. A festividade pelo menos há mais de um século que na cidade de Elvas foi riscada do calendário, pois a imprensa local fundada em 1860 nada nos informa a tal respeito e não é natural que a festa, a fazer-se, não fosse noticiada, sendo para mais tão extravagante. Realmente, levar a bezerrada para a casa de Deus — era sacrilégio demasiado! Veremos a seguir, que a Procissão seria substituída pela das *Ladainhas* ou *Rogações*.

⁽⁸⁸⁾ «*Biblioteca delle tradizioni popolari siciliane*», t. XII, p. 250.

⁽⁸⁹⁾ «*Folk-lore Betico-extremenho*», n.º 2, p. 205 e 297.

⁽⁹⁰⁾ «*Calendário rural*», Elvas, Typographia Progresso, 1893, p. 39. V. também Teófilo Braga, «*O Povo Português nos seus costumes, crenças e tradições*», vol. II, pp. 278-279.

«LADAINHAS» OU «ROGAÇÕES»

Maio

1. Sugere-se na «*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*», vol. 14, p. 533, que as *Ladainhas maiores*, em 25 de Abril, foram instituídas para substituir a procissão de S. Marcos, pelo menos nos moldes pagãos em que ela se fazia, como vimos no capítulo precedente.

«A coincidência da data, a substituição do cortejo e o percurso do mesmo itinerário parecem não deixar dúvida de que os cristãos quiseram com essas *Ladainhas* suplantar as *Robigalia* dos pagãos.

«Ignoram-se as circunstâncias e a data dessa instituição, que alguns atribuíram a S. Gregório e ao ano de 590, mas que pode ser anterior. Pelo Século VII, começou a difundir-se o uso romano por todas as igrejas do Ocidente».

2. Não temos notícia de essa Procissão das *Ladainhas maiores* haver substituído a de S. Marcos, mas a das *Rogações* ou *Ladainhas menores* não há dúvida de que seguiu o trajecto da de S. Marcos. Ver DOCUMENTOS V - Carta do Cabido à Câmara Municipal de Elvas.

«A Procissão das *Rogações*, chamada *Ladainhas menores*, para a distinguir da de 25 de Abril, realiza-se nos três dias que antecedem a festa da Ascensão.

«Parece ter sido instituída no ano de 470 por S. Mamerto, bispo de Vienne, no Delfinado, a fim de suplantar a festa pagã das *Ambarvalia*. Passou das igrejas da Gália para o uso romano, em tempo de Carlos Magno» ⁽⁹¹⁾.

3. Nas *Procissões das Ladainhas* recitam-se as *Ladainhas* dos Santos e nelas eram obrigados a incorporar-se todos os habitantes.

(91) «*Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. e p. cit.

Faziam-se três procissões, a que assistia a Câmara, sem bandeira, e por cada uma das quais venciam os vereadores 800 rs. de propina.

Em Elvas a primeira ia à Igreja de S. Paulo, a segunda à da Misericórdia e a terceira à do Colégio dos Jesuítas, volta que nem sempre foi igual, pois em 1537 foram, respectivamente, a S. Domingos, Santa Maria de Alcáçova e S. Sebastião.

Nesses três dias, os próprios escravos se relaxavam do serviço dos senhores, *pera que venhã juntamête a ellas* (rogações) *roguar a ds cõ os liures*» ⁽⁹²⁾.

14

«NOSSA SENHORA DE FÁTIMA»

13 de Maio

13 de Outubro

1. Esta é uma procissão relativamente recente, comparada, no tempo, com todas as outras: se as nossas investigações não estão erradas completou este ano o seu meio século.

Como ninguém ignora, Nossa Senhora de Fátima apareceu aos pastinhos pela primeira vez a 13 de Maio de 1917.

«Vim para vos pedir que venhais aqui seis meses seguidos, no dia 13, a esta mesma hora. Depois vos direi quem sou e o que quero ...»

«Rezem o Terço todos os dias ...» ⁽⁹³⁾.

A partir de então e em todos os dias 13, realiza-se na Cova de Iria uma Procissão em honra da Virgem, a *linda e branca Senhora* que maravilhou os pequenos videntes e rasgou uma janela de esperança para o mundo.

As cerimónias de Maio e Outubro, sobretudo, revestem-se de um significado especial.

⁽⁹²⁾ Aires de Sá, «*Índice chronologico dos pergaminhos e foraes da câmara de Coimbra*», p. 59, cit. por Fortunato de Almeida, «*História da Igreja em Portugal*», t. III, parte II, Livro III, Coimbra, 1915, p. 630.

⁽⁹³⁾ «*Síntese de Fátima nas suas incidências e repercussões*», pelo Dr. Sebastião Martins dos Reis, in «*A Virgem e Portugal*», Edições Ouro, Lda., Porto, vol .1, pp. 307-308.

2. A Procissão repete-se, como prece e homenagem à Rainha dos Céus, em todas as terras de Portugal, numas só pelo interior das igrejas, noutras percorrendo algumas ruas.

Em Elvas tem sido de ambas -as formas, mas já de há anos as atenções incidem particularmente sobre a festividade promovida pela Irmandade de São Domingos, que é, de facto, a mais antiga e também a mais concorrida.

A imagem de Nossa Senhora de Fátima, adquirida no próprio Santuário em 1920, é uma escultura de extraordinária beleza. Festejada todos os meses dentro do majestoso templo gótico dos frades dominicanos, a 13 de Maio e a 13 de Outubro é levada, processionalmente, por várias ruas da cidade.

3. A Procissão forma-se com a rica Cruz de prata do extinto Convento, as duas longas colunas de fiéis, com velas, os Irmãos de São Domingos, o andor com a bonita e doce Imagem envolvida por flores brancas e iluminada por pequeninas lâmpadas, conduzido por elementos do corpo de Bombeiros local, a Banda de Música e devotos.

Sai pela porta principal da Igreja, para o Largo em frente, e segue pelas ruas dos Frades e do Padrão, Largo das Almas, ruas de São Lourenço, da Carreira e dos Chilões, Largo do Colégio, ruas do Escorregadio e da Guarda e novamente Largo de São Domingos. Durante o percurso reza-se o Terço e entôam-se cânticos em louvor de Nossa Senhora, terminando as cerimónias com uma alocução pelo Capelão e a bênção do SS.

15

«SÃO JOÃO DE DEUS DA LAGOSTA»

17 de Maio

1. Lê-se no Velho Testamento, *Êxodo*, cap. VI, 10 e 11: «E falou o Senhor a Moisés, dizendo: Vai ter com o Faraó, Rei do Egipto, e dize-lhe que deixe sair os filhos de Israel da sua terra». O Faraó, porém, não quis escutá-lo nem a Arão, e Deus castigou o Egipto com as dez

terríveis e tremendas Pragas que a Bíblia nos descreve e os leitores conhecem. Foi só à décima, que o poderoso monarca se rendeu ante a evidência dos prodígios e a força esmagadora dos argumentos que o Senhor pusera na boca de Moisés.

Desses flagelos, o 8.º está narrado no cap. X, 4 a 15: «Se ainda resistes, e não o queres deixar ir, sabe que amanhã mandarei *gafanhotos* sobre as tuas terras, os quais cobrirão toda a superfície da terra, comerão tudo o que a pedra não destruiu, roerão tudo o que as árvores tiverem produzido nos campos, encherão as tuas casas e as de teus servos e as de todos os Egípcios». Assim se fez e então nada verde ficou nas árvores nem nas ervas da terra em todo o Egipto. A devastação foi completa, arrasadora, total.

Temos aqui um primeiro testemunho dos prejuízos que os anti-páticos ortópteros podem causar na agricultura, do perigo que o seu aparecimento em grande escala representa para a vida dos povos. O *Dociostaurus maroccanus* Tumb. é, de facto, um insecto feio, repelente, irritante, que, isolado, com facilidade se anula, um safanão sendo o bastante para o atordoar e uma pisadela o suficiente para o esmagar, mas não sem uma certa repulsa provocada pelo esmigalhar das suas membranas e do abdómen. Quando, contudo, ele forma verdadeiros bandos, nuvens imensas que até o Sol obscurecem, o combate torna-se árduo, laborioso e esgotante, e muitas vezes aconteceu que infrutiferamente.

Dantes, mal os acrídios despontavam no horizonte, mobilizavam-se todas as forças, conjugavam-se todas as pessoas, reuniam-se todas as armas, para os enfrentar. Com o decorrer dos tempos o caso foi submetido a estudos e conferências aturadas, até que Uvarov, em 1921, descobriu a «*Theoria das fases*», pelo que se concluiu que, atacado o insecto na sua fase gregária era feri-lo de morte.

Em Roma (1931), Paris (1932), Londres (1934) e noutras capitais tem sido atentamente analisado o problema e hoje, quando surgem os vorazes saltões, a luta trava-se com lança-chamas, armadilhas e pulverizações com o auxílio eficaz dos helicópteros.

A História revela-nos que as invasões de gafanhotos têm sido em número considerável e as estatísticas mostram-nos, em cifras aterrorizadoras, os estragos que causam, lambendo, positivamente,

como línguas de fogo, todas as culturas ao alcance da sua trituração insaciável.

Há regiões muito afectadas por este género de insectos, como sejam a Ilha de Chipre, a Índia, os Estados-Unidos da América, o Egipto, etc., e um dos lugares onde eles mais se reproduzem é no ambiente escaldante do deserto do Sahará, donde depois emigram em autênticas legiões assassinas. Uma destas, observada por Carruthers, ocupava duas mil milhas quadradas e o seu peso seria de 42 850 milhões de toneladas!

Em Portugal algumas invasões importantes se têm assinalado: 1601, 1632, 1876, 1898, 1900, 1935, e está provado que vêm de Espanha, país ainda mais atingido do que o nosso. A região da Península onde o assunto é encarado com mais acuidade estende-se de Madrid a Elvas, por Badajoz. Uma das investidas mais espectaculares de que temos notícia — a de 1756 — daria maior significado a uma antiga e interessante Procissão, que passou a realizar-se, desde essa data, a 17 de Maio de cada ano, sob a designação de *SÃO JOÃO DE DEUS DA LAGOSTA* e é da sua origem e modo como se fazia, que me proponha agora falar-vos.

2. A Primavera daquele remoto ano de 1756 vestia as suas mais finas e mais belas galas: por toda a parte flores lindas e perfumadas matizavam os campos, os jardins, os parques, os canteiros, as varandas, as janelas e as sacadas, pois que foi sempre da predilecção dos alentejanos enfeitarem as suas casas com vasos e plantas.

O Alentejo, a que os derrotistas e os que mal conhecem a sua Pátria, costumam chamar campina desoladora e agreste, apresentava-se encantador e iluminado por um sol glorioso. Aqui cresciam delicadas plantas; ali flores de cores surpreendentes; acolá a messe farta e loira em áreas a perder de vista; ainda além filas compactas de oliveiras, que dão o saboroso e inigualável azeite, riqueza e glória da terra, e extraordinária variedade de árvores de fruto, tombadas ao peso da abundância desse ano excepcional.

Oh! o Alentejo! Triste como alguns pretendem — não! Alegre, sim. Alegre e rico e imenso.

O concelho de Elvas, sob qualquer ponto de vista por que se

RELAÇAM
DE HUM CASO NOTAVEL,
ESPANTOSO, E HORRIVEL,
Novamente succedido em a Provincia de
ALEM-TEJO
Em 11 de Julho do anno presente de 1756,
NAS PRACAS DE
ELVAS, E OLIVENC, A,
E LUGARES CIRCUMVISINHOS,

*Cujas noticias forão communicadas per pessoas
fidedignas.*



LISBOA:
Na Officina de DOMINGOS RODRIGUES.
Com todas as licenças necessarias. 1756.

Gravura 3 - Relaçam de hum caso notavel...

estude, nos seus costumes, no seu exuberante folclore, na cor da sua terra, na alvura das suas casas, caiadas de lua cheia, no pitoresco das suas povoações, na opulência das suas hortas, na sedução das suas quintas, é bem o modelo dos concelhos alentejanos.

No mês de Maio — mês de Maria tão querido dos elvenses — de 1756, em face dos esplendores das searas previa-se já uma colheita histórica. De resto, confirmava-se uma vez mais o dito popular: *Abril frio e molhado, enche o celeiro e farta o gado*. Abril fôra, na verdade, um mês de chuva.

Mas no dia 13 algo de inesperado, de terrivelmente ameaçador sucedeu: uma praga compacta de gafanhotos, como que trazida por ventos maléficos, movida por artimanhas diabólicas, milhões atrás de milhões, cobriu os campos, escureceu o dia, tornou irrespirável o ar, destruiu todas as plantações, comeu raízes, devorou folhas e frutos, lambeu caules e culturas, estabelecendo a morte, produzindo a fome, semeando a miséria e a dor.

A própria cidade esteve ameaçada por essa onda furiosa e os habitantes deitaram mão de todas as armas para a eliminarem. As mulheres guardavam as crianças e procuravam os melhores abrigos, como se um exército de selvagens acometesse os seus lares. O sol não se viu por muito tempo e o povo teve a triste impressão de viver uma longa e infundável noite. A terra era uma sombra enorme parecendo ocultar-se sob um trágico manto de luto. O pavor foi tanto que, ao princípio se supôs chegado o fim do mundo e por isso, de joelhos, toda a gente se abeirava dos altares, rogando a Deus misericórdia. Só depois, conhecido o *inimigo*, começou a batalha com todos os meios ao alcance de cada um.

Como se se tratasse de uma guerra espantosa, os soldados da guarnição saíram para os campos a auxiliar a população civil nessa luta estranha, exaustiva e perigosa, mas todos os esforços resultavam em fracassos e a consternação era cada vez maior. Os olhares erguiam-se para o Céu, na esperança de um milagre, que, afinal, se deu no dia 17. Alguém, mais crente, de maior Fé no poder Divino, alvitrou que dentro de uma urna se colocassem os nomes dos quatro grandes Santos do Cristianismo: São Francisco de Assis, exemplar de penitência; São Domingos de Gusmão, trombeta sonora da Fé e martelo das heresias;

São Paulo, primeiro eremita e apologista seguro do Evangelho, e, finalmente, São João de Deus, símbolo ardente da caridade cristã — e dos quatro se extraísse um. Esse seria aquele para quem convergiriam todas as orações em tão grave circunstância. Assim se procedeu e uma, duas e três vezes se repetiu, saindo sempre o nome de SÃO JOÃO DE DEUS. Depois, fez-se uma concorrida procissão pelas ruas da cidade, indo em lugar de honra a imagem do humilde santo alentejano, e terminada a festiva cerimónia, colocaram a imagem num pequeno tabernáculo sobre um dos baluartes que ficam na parte posterior do seu templo ⁽⁹⁴⁾, com o rosto voltado para os campos.

No terceiro dia de preces, a *langosta*, denominação que os castelhanos empregam para o gafanhoto — e que por corrupção daria, entre o povo, *lagosta* — apareceu toda exterminada, e homens e mulheres aos pés do Santíssimo, que na Catedral fôra solenemente exposto, cantaram a Nosso Senhor a sua profunda alegria. Ainda com outros actos o milagre foi enaltecido, repetindo-se a procissão pelos anos seguintes ⁽⁹⁵⁾

⁽⁹⁴⁾ Fundado em 1645 e extinto em 9 de Junho de 1834. Nele se instalou mais tarde o Hospital Militar da Praça, sofrendo a Igreja tal abandono que, durante muitos anos foi sacrilegamente utilizada como armazém. Depois de arranjada, reabriu em 1947 devido aos bons officios de um devoto, que encontrou a melhor boa vontade não só no Director do Hospital, mas também no então tenente-coronel Santos Costa, Ministro da Guerra. A Igreja é de uma só nave e era toda revestida de azulejos até à abóbada. No exterior, em um nicho, está a Imagem de São João de Deus. O Convento de Elvas foi o primeiro erecto em Portugal sob a invocação do santo hospitaleiro transtagano, e cuja urna há tempos pude contemplar em Granada.

No sino que está na torre lê-se a inscrição:

«S. José
S. Francisco de Borja
1756.»

O outro foi para a Igreja do Senhor Jesus da Piedade.

O devoto a que me refiro foi o meu saudoso amigo, sr. António Dubraz, que bastante contribuiu para a reabertura de outras capelas em Elvas.

⁽⁹⁵⁾ Em 15 de Junho de 1756, a Câmara mandava que se arbitrasse o preço que se havia de pagar por cada alqueire da ôvada dos gafanhotos que na mesma fosse apresentada. (Arquivo Municipal, *Tombo 3.º*, fls. 237 v.).

sempre com a invocação de SÃO JOÃO DE DEUS DA LAGOSTA, e por voto expresso do Senado elvense. Havia, além disso, Missa cantada pela Capela da Sé, e Sermão, a que assistiam nas suas cadeiras curiais, os membros da Câmara Municipal⁽⁹⁶⁾.

Podíamos dar aqui por fechado este capítulo, mas a História não se compadece só com literatura, exige dados e dados rigorosos através de uma investigação séria, se bem que esgotante. Fugimos sempre ao vazio das coisas. Gostamos de justificar o que dizemos.

3. Nas actas das vereações da Câmara Municipal de Elvas encontramos muitas referências ao flagelo dos gafanhotos, que, por exemplo, se fez sentir no ano de 1583. Então, em reunião municipal de 31 de Dezembro, «se assentou que de 2.^a feira, fossem os vereadores a matar esta ova de gafanhotos, cada um repartido em seu dia ...».

A nuvem devia ser grande, pois chegava «ao caminho de Juro-menha», mais de uma dúzia de quilómetros, e cada um dos edís em seu limite era autorizado a arrematar a gente de que precisasse:

(96) «*Relação de hum caso notavel, espantoso, e horrivel, novamente succedido em a Provincia de Alem-Tejo em 11 de Julho do anno presente de 1756, nas Praças de Elvas, e Olivença, e lugares circumvisinhos, cujas noticias forão communicadas por pessoas fidedignas*». Lisboa: na officina de Domingos Rodrigues. 1756. 1 fl. de 8 págs.; «*Gazeta de Lisboa*», de 10 de Junho de 1756: «Depois do susto, em que nos poz a fatalidade do terremoto, se vê esta cidade (Elvas), e o seu termo, afflicto com outra mais prejudicial, e não menos horrorosa. Veio sobre nós uma nuvem grandissima, e tão densa, que nos privou da claridade do sol; e cahindo sobre os campos os inundou com uma quantidade de Gafanhotos, a que aqui chamâmos (como os Castelhanos) *Langosta*, em tanto numero que se pode igualar com os atomos, que se divisão nos raios da luz de aquelle Planeta; e postos em cardumes de dous palmos d'altura começarão a devorar as searas e os mais fructos da terra. Todos os habitantes dos districtos infestados por estes insectos se ajuntaram para os extinguir; mas sem embargo de matarem, e sepultarem em covas profundas mais de mil alqueires cada dia, se não reconhecia falta nos campos. Parecendo a todos, que as fôrças humanas não eram bastantes para os extinguir, e que a sua ancia devorativa é tal, que até sobre os que veem já mortos se lanção e os tragão, se recorreu á intercessão do glorioso S. João de Deus, que já em outras semelhantes occasiões nos foi util; e em agradecimento se lhe faz por voto do Concelho e Cabido uma festa todos os annos. Ajustaram-se o mesmo Cabido, e o nosso Magistrado, e levando o Santo Lenho e a Imagem do Santo forão em pro-



Gravura 4 - **São João de Deus da Lagosta**, que se venerava na demolida igreja de Santa Maria dos Bemcasados, da cidade de Elvas.

«poderá fazer seus capitães e officiaes e pessoas que para o effeito da dita ovada forem necessárias ...» ⁽⁹⁷⁾.

Sete anos depois, nova praga, que deu motivo a uma carta de Filipe II (I de Portugal) ao Juiz, Vereadores e Procurador da cidade de Elvas, dando instruções sobre o modo de a combater. Ver *DOCUMENTOS VI a VIII*.

Por outra carta, de Lisboa, 5 de Maio de 1620, recomenda-se que continuem a diligência de extirpar os gafanhotos, passando-se para o effeito, provisão ao Corregedor ⁽⁹⁸⁾.

A 1 de Junho, autorizava Sua Majestade, que do dinheiro dos canos da Amoreira se emprestasse até 100 mil rs. para continuarem o combate «os quaes vos entregarão os officiaes dos ditos canos» ⁽⁹⁹⁾.

O insecto campeava muito na região de Elvas — hoje é mais raro, mas aparece, pondo sempre os lavradores em sobressalto — e em 1638 a Câmara de Badajoz escreveu à de Elvas agradecendo a esta o aviso que lhe dava «para o remedio do consumo da *lagosta*», em que também trabalhava afincadamente ⁽¹⁰⁰⁾.

Em 1673 os gafanhotos eram tantos, que a 2 de Maio mandava-se que cada morador «fosse buscar uma quarta de lagosta» e a levasse

cissão acompanhada de todo o Clero, Communidades de Religiosos, Irmandades e quantidade de Povo aos campos inundados d'esta praga, e a exorcismaram, e os Religiosos do mesmo Santo expozeram na parte exterior do seu convento, situado junto á muralha da cidade, outra imagem sua com a cara virada para os campos. A Procissão se recolheu á Igreja Cathedral, onde com o Santissimo exposto se fizeram preces, para obter a extincção d'um flagello tão cruel; e, ao encerrar, o Regimento de Infantaria, que estava formado na praça, e o de Cavallaria, que tinha seguido a Procissão, fizeram as descargas..

«Attribue-se á mercê Divina, que, depois dos exorcismos, estes Insectos devoradores se começaram a mover dos campos. Parte se encaminhou para o Guadiana, e mais rios d'este termo, onde pereceu afogada uma multidão infinita; e hontem (12 de Maio) principiou a entrar na cidade outra semelhante por toda a sua circumferencia, e mettendo-se nos fossos vão hoje subindo pelas muralhas e introduzindo-se nas casas, onde os habitantes os matão com menos trabalho». Ver também *DOCUMENTOS - VII*.

(97) Vereação de 24 de Janeiro de 1584.

(98) *Tombo 1.º*, Parte 1.ª, fol. 361 v.

(99) *Próprias*, tomo 3.º, fls. 233.

(100) *Idem*, 4.º, fls. 14 v.

ao rossio para enterrar. 21 anos depois, em que se registou nova praga, o enterro da *lagosta* custou 19.920 rs.! E é bastante curiosa uma nota deste ano, colectando «cada pessoa de maior qualidade, ou escudeiro, em 4 alqueires de lagosta, cada pessoa que tivesse porta aberta, de qualquer negócio, em 3 alqueires e cada uma de todas as outras pessoas, excepto viúvas, um alqueire no monte das caldeiras». Deparamos com idênticas disposições noutras actas dos anos seguintes, sempre que nos campos do concelho surgiam isolados primeiro, logo em cordões, os nefastos ortópteros.

«Aos vinte e oito de Fevereiro de 1758 anos nesta cidade de Elvas e paços do senado da Camara dela sendo aí o Juiz, Vereador e mais officiaes da Camara mandaram lançar em despesa 7.200 rs. que tanto se despendeu com José Martins, arrieiro, por conduzir trinta e seis cargas de alecrim para se queimar nas muralhas e fossos no tempo da mortandade da lagosta ...» ⁽¹⁰¹⁾.

Vemos, assim, que era hábito queimar grandes quantidades de alecrim, possivelmente para que o fumo afugentasse os gafanhotos.

Em 1798 nova praga infestou as searas e o lavrador José Vitorino da Silveira Falcato, dono das herdades do *Freixial*, *Encerrabodes*, *Buscavides* e *Afonso da Gama*, onde apareceu «muito grande numero de lagosta ou gafanhota», chegou a levar lá sacerdotes «a fim de que pelo meyo das bênçãos da Santa Igreja», cessasse o flagelo, ao mesmo tempo que os seus trabalhadores procuravam, inùtilmente, atacá-lo. Nada conseguindo solicitou então ao Juiz de Fora e Senado da Câmara, que determinassem ao povo que acudisse a esta causa comum, aproveitando-se a circunstância dos insectos ainda não voarem.

A vereação acordou em que o pedido devia ser subscrito pelos outros lavradores do termo, já que o mal affectava a todos, mas o Falcato não foi do mesmo parecer, entendendo que isso era como que uma convocatória e esta competia à Câmara e não a ele fazê-la.

Ninharias ... (Ver *DOCUMENTOS IX*).

Já vimos, que através dos tempos, os sôfregos gafanhotos, invadem, periódicamente, o agro elvense, e que o homem, usando de todos os

⁽¹⁰¹⁾ «*Livro de receita e despesa dos bens do concelho de Elvas, dos anos de 1759-1760*», fls. 9.

meios ao seu dispor, os combate tenazmente. Vamos agora referir-nos à antiguidade da Procissão, que é muito anterior à de 1756, descrita no n.º 1.

4. «Vi a carta que me escrevestes sobre vos conceder licença para que de qualquer dinheiro que administrardes se façam os gastos da festa do bem aventurado S. João de Deus advogado contra a lagosta. E visto tudo o que dizeis hei por bem, que façaes procissão com missa e prégação, sem que possaes levar propinas, e este custo se fará dos bens desse concelho» ⁽¹⁰²⁾.

Esta carta escrita de Lisboa por D. Pedro II, a 6 de Agosto de 1672, é, na ordem dos anos, a primeira notícia que nos chega da *Procissão de São João de Deus*, que, aliás, necessariamente, teria que ser posterior a 1630, ano em que Urbano VIII beatificou o heróico filho de Montemor-o-Novo.

A Procissão saía da Sé e ia ao Colégio dos Jesuítas. A Câmara levava a bandeira e fazia as despesas com o sermão, que era pago por 4.800 rs., e com as luminárias da véspera. Ao sineiro da Sé pagava também 480 rs. pelos repiques.

Cada um dos oficiais que assistia à Procissão vencia de propina 800 rs. e por deliberação de 2 de Maio do ano seguinte (1673), mandou a Câmara, que todos eram obrigados a incorporar-se na Procissão, sob pena de 500 rs.

Em 1689 fazia-se esta despesa com a festa: Armação da Sé - 2.200 rs., Luminárias e repiques na Sé - 500 rs., Luminárias da Câmara, nove-los e espalhar da espadana - 560 rs.; uma carga de espadana - 240 rs., esmola do sermão - 4.000 rs. Total - 7.500 rs.

Merece registo o que ocorreu em 1702, reportando-nos à acta da vereação de 17 de Maio. O Alcaide notificara quatro tabeliães de notas, a saber Francisco Martins do Couto, Manuel Roiz Proença, Bento Canhão Maio e Manuel Dias Cegonha, para levarem o andor com S. João de Deus, e deles só o primeiro obedeceu à notificação;

⁽¹⁰²⁾ Câmara Municipal de Elvas, *Próprias*, 6.º, fls. 136, e *Tombo* 1.º, parte 2.ª, fls. 670. Ver DOCUMENTOS - X.

informada do caso a Câmara houve por bem condenar os faltosos à multa de 12 vinténs cada um para as obras públicas da cidade.

Em vereação de 14 de Maio de 1739 se manda «deitar pregão para que toda a pessoa de qualquer qualidade que seja, ponha luminarias no dia 16 deste mez, à noite, ao senhor S. João de Deus da lagosta, com pena de dois mil réis pagos na cadeia».

Mas mais curioso é o acontecido em 1784: José Inácio Biscardo, que na Procissão devia conduzir a bandeira de Santo António dos Mercadores, deu homem por si, ou melhor: deu preto por si, pois fê-la levar por um negro fardado — talvez para se dar ares de grandezas — indo ele à frente e sem os mordomos do costume.

Chamado e repreendido pelo juiz vereador, foi obrigado a tirá-la das mãos do preto (para a época teria sido um acto de profanação), do que resultou que a título de vingança (!), não voltasse a comparecer noutras procissões, sem embargo de o citarem para elas.

No entanto, porque o procurador do senado nomeasse Jerónimo da Fonseca Azevedo Teles, vereador mais moço, para levar a bandeira de Santo António, apareceu o Biscardo a interpôr agravo! Sempre houve pessoas assim em todos os tempos: fazem o mal e depois armam-se em ofendidas ⁽¹⁰³⁾.

Em 1817 a festa realizou-se na igreja do Colégio: «por não haver comodidade para a dita acção na igreja de S. João de Deus» e além disso a imagem do santo estar naquela igreja ⁽¹⁰⁴⁾.

Reveste-se de interesse o auto da visita feita pelo bispo D. Frei Joaquim de Meneses e Ataíde, à igreja dos hospitalários, a 22 de Dezembro de 1825: a igreja, que até então havia servido para usos profanos, estava novamente «com toda a decencia conveniente, e provida de todos os ornamentos necessários, não só para a celebração do Santo Sacrifício da Missa, mas mesmo para ter o SS., por isso que tem um decentíssimo Sacrário ou Tabernáculo, e tudo o mais preciso para se dar aos doentes do mesmo Hospital o Sagrado Viático e unção.» Por esse motivo, o prelado deu comissão ao reverendo Padre Fr. José Cabral, «para reconciliar a Igreja» e passar provisão «para

(103) Vereação de 17 de Janeiro de 1785.

(104) Tombo 7.º, do *Registo*, fls. 55.

nela se celebrar o Santo Sacrificio, e os officios divinos, com a jurisdicção necessaria aos capelães, que agora são, e para o futuro forem, de confessarem, sacramentarem e ungirem os enfermos, excepto por desobriga quaresmal, porque nesse tempo serão sacramentados pelo seu Pároco» (23 de Dezembro de 1825).

Se quanto a algumas procissões nos escasseiam os documentos e as noticias, para outras têm-os de sobra e não sabemos até onde chegaríamos se fôssemos a utilizá-los todos. Há, porém, alguns episódios, que nos dá pena deixar de fora. O que segue, por exemplo, é um deles, bom motivo para outro «*Hissope*», e como os leitores só ficarão a lucrar com a troca, quem vai descrever-vo-lo, em prosa castiça, é o insigne latinista e erudito investigador da história eclesiástica de Elvas, Dr. Francisco de Paula Santa Clara: «E, porque aconteceu em o anno de 1830 ser o dia 17 de Maio o primeiro das Rogações, ás quaes por Lei assistia tambem o Senado da Camara, reconheceu-se, que era preciso haver uma previa combinação sobre a maneira de se dar execução aos dous deveres do dia.

«Por tal motivo convocou o Deão, como presidente, os Membros do Cabido, que estavam presentes na sé; e deliberaram, que, não sendo incompativel, observadas as regras da Liturgia, o sahir-se com as duas procissões em a mesma manhã, instando o cumprimento do voto, prefinido principalmente em honra d'aquelle dia, e ao mesmo tempo as Determinações da Igreja e do Estado, se communicasse isto mesmo ao presidente do Senado da Camara para sua intelligencia.

«O Chantre por obrigação, inherente ao seu canonicato, foi incumbido de fazer a communicação em nome do Cabido ^(a), e, para evitar o incommodo de transmittir por escripto o aviso, dirigiu-se a casa do Juiz de Fóra, e informou-o da resolução Capitular.

«Advertiu-lhe o Juiz, que o Vigario Capitular lhe mandara recado, que obrigado pelas circumstancias queria antecipar a procissão do voto para o dia 16; mas o Chantre, escudado da decisão do Cabido, desejando deprimir o Vigario Capitular, assegurou ao Juiz,

(a) «Regras Geraes do Regimento da Igreja Cathedral d'Elvas, § 23: «Ao Chantre pertence mandar um dia antes recado aos Juizes e Vereadores, por onde, aonde, e quando hade sahir a procissão».

que o recado d'aquella Auctoridade significava apenas uma opinião, já prejudicada pela deliberação Capitular; e assim as duas procissões sahirão successivamente na manhã do dia 17.

«Entretanto varios recados do Vigario Capitular forão abafados pelos individuos, que os receberam; o Senado da Camara apresentou-se na Cathedral no dia 17, e o Cabido, por instigação do Chantre, fingindo ignorar as ordens dadas, visto que nem official, nem particularmente, lhe tinham sido communicadas, satisfez no mesmo dia 17 seos duplicados deveres.

«Na manhã d'aquelle dia passou a primeira procissão em frente do paço episcopal, onde residia o Vigario Capitular, e depois do necessario intervallo seguiu-se a segunda, sendo ambas acompanhadas pelo Cabido e Senado da Camara.

«N'aquelle sitio era de vêr, como o Chantre, jactancioso do seu drama, e ufano, olhava com desdem para as vidraças do edificio, imaginando, que o Vigario Capitular por ellas o espreitaria com olhos assanhados. *Nescia mens hominum fati sortisque futurae!* Excitão o animo as paixões, e qualquer hora de regalo custa ás vezes amarguras sem numero.

«Julgou-se offendido o Vigario Capitular, e viu menoscabada a sua Jurisdicção; a qual, segundo pensavão os Capitulares, ainda que tivesse sido intimada com as indispensaveis formalidades, não era infallivel, quando ao Cabido em sé plena pertencia de direito a jurisdicção correccional e de policia dentro da Cathedral, d'onde sahiram as procissões. Porem o Vigario Capitular não deu logar a conflicto algum pela falta de participação do que mentalmente tinha resolvido; e, dando conta a seu belprazer a Sua Magestade, conseguiu com incrível surpresa, que pela Secretaria de Estado dos Negocios Ecclesiasticos e de Justiça se expedisse o seguinte *Aviso Regio* ao Dr. Corregedor da Comarca d'Elvas ...». Não o transcrevemos por ser muito extenso. Tem a data de 1 de Junho de 1830 e nele *se verbera o temerario arrojo* do Chantre Manuel Inácio de Figueiredo, *de frustrar a determinação do Vigario Capitular, conseguindo em nome do Cabido, que as duas Procissões se fizessem na manhã do mesmo dia 17.*

No mesmo *Aviso* manda que o Chantre Manuel Inácio de Figueiredo seja conduzido debaixo de prisão à sua custa para a Casa da

Congregação da Missão da cidade de Évora, onde ficará recluso até nova ordem régia.

Foi mandada dar satisfação ao Vigário Capitular, e depois de estar o Chantre 8 meses preso, soltaram-nô a pedido do mesmo Vigário, que obteve deferimento da sua pretensão, terminando assim um dos muitos incidentes em que foi fértil a vida eclesiástica de Elvas ⁽¹⁰⁵⁾.

Já em 1860, como o dia 17 de Maio coincidissem com o da gloriosa Ascensão de Jesus Cristo aos Céus e ter de celebrar-se na santa igreja catedral com a pompa costumada este mistério do cristianismo, além de que também nesse dia tinha de sair outra procissão solene da igreja dos irmãos terceiros de São Domingos, a Procissão de São João de Deus da Lagosta saiu no dia 19, de manhã, mas com pouca gente e até sem a presença das autoridades e empregados judiciais.

Anos mais tarde, comentando facto semelhante, diria um jornalista: «Tudo assim vai... Até para as coisas de Deus há pouca vontade» ⁽¹⁰⁶⁾.

Mandada celebrar pela Câmara ainda em 17 de Maio de 1884, a festividade foi suprimida em definitivo no ano de 1888, sendo presidente do município, Joaquim Nunes da Silva e a imagem transferida para a capela de Nossa Senhora da Conceição em Santa Maria dos Casados, em 18 de Fevereiro de 1900, donde sairia em 1946 para a sua antiga igreja no extinto Convento de São João de Deus, o que me faz lembrar uma frase que li num velho jornal espanhol: «*Dios ha escrito sus más sabias sentencias sobre las alas de la langosta*».

16

«ASCENSÃO»

Festa móvel

1. A Procissão de 5.^a feira de Ascensão, também chamada «da Rosa», «da Exaltação da Santa Cruz» e «do Triunfo», saía da igreja

⁽¹⁰⁵⁾ «*O Chantrado da Sé d'Elvas*», Elvas, 1888, pp. 64 e segs.

⁽¹⁰⁶⁾ «*A Democracia Pacífica*», Elvas, n.º 33, de 16 de Maio de 1867.

do convento dos Terceiros de São Domingos e era das mais pomposas que se faziam em Elvas, constituindo mesmo a sua realização um verdadeiro acontecimento pelo número de andores e figuras a cavalo e a pé, que a formavam.

Comemorava a subida de Jesus Cristo ao Céu, narrada em *Marcos*, XVI-19 e *Lucas*, XXIV-50 e nos *Actos dos Apóstolos*, I, 9-12. Nem São Mateus, nem São João se lhe referem.

Era, por tal, também designada por «da nuvem».

40 dias depois da Ressurreição, Jesus apareceu, pela última vez, aos seus discípulos, e «depois de ter falado com eles, foi assumido ao Céu e sentou-Se à direita de Deus» (*Marcos*, XVI-19).

A Procissão era imponente, mas dispendiosa e extremamente difícil de pôr em marcha. Não admira por isso que em muitos anos não se efectuasse, sobretudo desde os meados de oitocentos, não só pelas razões apontadas mas ainda por imponderáveis como o estado do tempo (em 1895 a invernia não cedeu à Primavera, causando tantos estragos que a Procissão não pôde sair). No presente século, umas vezes por motivos de ordem política («os caciques locais» opunham-se, quais ferrabrazes, a todos os actos de culto exterior), outras por minguia de verba, quebra do amor à tradição, indiferença pelo passado, falta de iniciativa e de colaboração, a Procissão só se realizou em 1951 e mesmo assim sem ter sido possível revesti-la do esplendor antigo.

Um nosso amigo, que recordamos com infinata saudade, escreveu, por essa ocasião, no «*Jornal de Elvas*», de que éramos Director, um excelente artigo, do qual transcrevemos, seguidamente, alguns trechos.

2. «ELVAS DOUTROS TEMPOS — A procissão da Ascensão — Grande festa é esta para a igreja católica e festa rija era também ela para os elvenses!

«No majestoso templo de S. Domingos, cantara a Missa o padre Adolfo Caldeira, e subira ao púlpito o rev.^o Domingos do Carmo, prior de Santa Maria de Alcáçova. No improvisado coro, a capela do padre Joaquim António de Mira executara com mestria vocal e instrumental, a célebre missa a duas vozes, de Joaquim Casimiro.

«Ao canto de Nôa, comemorativo da subida de Cristo ao Céu,

milhares de pétalas de rosas caíam sobre os fiéis, que, piedosamente, as guardavam até ao ano seguinte.

«Mas o grande acontecimento do dia era a procissão, que pela tarde desfilava pelas ruas da cidade.

«Vários andores, com belas imagens de bemaventurados da Ordem dominica seguiam aos ombros de irmãos com as suas túnicas brancas e capas negras.

«Abria o cortejo o enorme pendão com o emblema, a ouro e prata, dos Terceiros de S. Domingos, conduzido pelo possante José Machado, do 5 de Artilharia.

«Seguia a imagem de S. Francisco, hóspede de honra dos dominicos, que sempre vinha da sua igreja incorporar-se no préstito. Com a sua presença, simbolizava-se a inalterável amizade que pelos tempos fora, tem unido as famílias espirituais do Poverello e do patriarca de Jusendo ...

«Seguia-se S. Domingos com a dextra alevantada em modo de abençoar os crentes. Foi a ele que um dia a Virgem com o menino Jesus nos braços entregou o Rosário confiando-lhe a sua expansão no Mundo!

«Com esta arma vencerás».

*

«Vinha após o Beato André de Abelou. Diz-se na sua biografia que era homem simples e temente a Deus.

*

«Este agora é o grande Alberto de Bérghamo, de extraordinária cultura, que a um tempo tratava com igual sapiência assuntos teológicos, metafísicos e científicos ... Não pouca glória lhe adveio de ter sido professor de Tomás de Aquino. Ouviram-lhe prédicas salutares auditórios de vários continentes, e, a perpetuar a sua passagem por Paris, lá ficou a Praça Mauber, corrupção dos vocábulos Mestre Alberto. Vinha ali para prègar, pois o maior templo da cidade não comportava a multidão que acorria a ouvi-lo.

*

«Eis Rosa de Lima!

«Poesia no nome, mas maior poesia no viver!

«Desde menina e moça, pendeu para os jejuns e penitências!

«É assim que se fazem os santos!

«Não lhe faltava inteligência, também seus pais eram opulentos. Esta riqueza comprazia-se ela em reparti-la pelos que precisavam, e compensada se julgava com a prática do bem.

«Que mais hemos de dizer desta mulher, cujas menores acções enchiam muitos volumes?

*

«Beata Estefana. — Era italiana de nascimento, mas quis ter antes por pátria o Céu! Julga-se que o conseguiu. Tão boa foi enquanto no mundo andou.

*

«Mas no cortejo que segue gravemente, ao som de marchas das bandas de Infantaria 4 e Caçadores 8, assoma já Catarina de Sena aos pés de Cristo crucificado.

«Mulher forte, da estirpe das Rutes e Raquéis, foi ela quem acabou com o colapso de Avinhão, restituindo ao papado todo o prestígio que o sectarismo derrotista do século em que viveu tirara a Roma ...

«Nem mais uma palavra! Por sobre sessenta anos, pesa a neve dos caminhos.

«Ai de mim! Remexendo nas cinzas do passado, surgem, como por encanto, todos com quem convivi!

«Pequenos e insignificantes episódios de que é entretecida a vida, acodem-me à mente, e são outros tantos motivos de ternura e sentimento neste crepúsculo, calmo embora, pela graça de Deus, mas precursor do termo da jornada! ...» ⁽¹⁰⁷⁾.

⁽¹⁰⁷⁾ Artigo de António Dubraz, in *«Jornal de Elvas»*, n.º 1181, de 26 de Abril de 1951.

3. A festa obedecia à seguinte ordem: de manhã, Missa cantada por música; depois a hora de Nôa cantada alternadamente de canto-chão e música. No fim de cada salmo derramavam-se chuveiros de flores sobre o clero e povo; de tarde, pregação e depois a Procissão com os andores dos santos da Ordem, e Pálio com guarda de honra e a música de Artilharia; regressando à igreja donde saíra. As imagens foram feitas em Lisboa de 1792 a 1796; faz-se nota no livro de despesa destes anos, especificadamente, das imagens do Beato Alberto de Bér-gamo, Beata Estefana, Santa Rosa de Lima, S. Domingos recebendo o Rosário, Santa Catarina de Sena recebendo as Chagas, e o Santo Cristo (folhas 50 a 62).

Também se alude neste período à encarnação das imagens que se mandaram fazer em Vila Viçosa e, segundo opina Vitorino de Almada num verbete ms. do seu *Dicionário*, as de S. Domingos e do Beato André parece serem as imagens anónimas de que se trata a fls. 50 e 52 v.

4. A Procissão atraía muita gente de fora e nos *Diários* do fidalgo elvense João do Quintal Lobo lemos, a propósito da que saiu em 1739: «E de Badajoz em duas berlindas, as filhas do Governador e as aias, e um filho do mesmo. Vinha também a filha do General, que trazia um grande colar de pérolas riquíssimo».

17

«CORPO DE DEUS»

Maio ou Junho

1. São um autêntico manancial as notícias que possuímos respeitantes à procissão de «Corpus» e todas bem documentadas. A abundância obriga-nos a joeirar e mesmo assim teremos um capítulo longo, que procuraremos amenizar para desenfado do leitor.

A Procissão de «CORPO DE DEUS» é, de resto, pelo seu alto significado, a mais solene de quantas se promovem em todo o mundo

católico e devia realizar-se na 5.^a feira Maior, pois celebra a instituição da Eucaristia. Mas essa é uma semana de dor e não tinha cabimento uma Procissão de tamanha pompa, que por isso mesmo foi adiada para mais tarde.

«Isto é o Meu corpo»

É uma procissão onde só vai o SS. na fulgente custódia debaixo de rico Pálio. Nem andores, nem quaisquer imagens de santos. Só Deus na hóstia consagrada.

2. «... inflamado Urbano IV no zêlo da glória do Redentor, de quem era Vigário na Terra, querendo responder a tão justas supplicas e desempenhar a obrigação de promover a causa do mesmo Deus, resolveu a solenidade do Corpo Santíssimo do Senhor Sacramentado. Para a celebrar decretou como dia próprio a Quinta feira subsequente à Dominga da Trindade, lavrando aquela admirável Bula em que expendeu as causas e o fim para que se instituia tão solene festa» — «*Epistolam pulcherrimam, & devotissimam*» — conforme a classifica Santo António de Florença ⁽¹⁰⁸⁾.

Quem, no entanto, instituiu esta festividade foi o bispo Robert de Thorete, no sínodo diocesano de 1246 reunido em Liège, acedendo ao zelo apostólico da monja agostinha Juliana, do Mosteiro do *Mont Cornillon*.

O Papa Urbano IV, que fora arcediogo da Sé de Liège, ampliou a festa a toda a Igreja pela Bula *Transiturus*, de 8 de Setembro de 1264, «e dotada com um dos mais belos ofícios litúrgicos, de cuja composição fora incumbido, pelo próprio Pontífice, o Doutor Angélico» ⁽¹⁰⁹⁾.

O ofício indica desde as suas primeiras palavras o objecto da festividade. O versículo com que começa declara logo o pensamento,

⁽¹⁰⁸⁾ *Historia critico-chronologica da instituição da festa, procissão, e officio do Corpo Sanctissimo de Christo no veneravel Sacramento da Eucharistia ...*, por Inácio Barbosa Machado, Lisboa, 1759, p. 49.

⁽¹⁰⁹⁾ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 7, p. 727, col. 2, e VERBO - *Enciclopédia*, vol. 5, col. 1843.

pois no convite à festividade (*invitatoris*) prorrompe o coro com esta exclamação: «*Vamos adorar o nosso Rei, o que manda em todas as Nações*».

A festividade não teve logo a projecção que depois teria, convulsionado esse tempo por guerras e discórdias, e não comportava a procissão. Por esse motivo foi confirmada no Concílio de Viena em 1311, em tempo de Clemente V e só no pontificado de João XXII, precisamente em 1316, se mandou que se levasse o Sacramento pelas ruas e que durante 8 dias houvesse o culto e liturgia especial do dia de «Corpus» com exposição do SS. ⁽¹¹⁰⁾.

Antes do Concílio de Viena já em Portugal era celebrado o ofício divino do «Corpo de Deus». Em um inventário da Colegiada de Guimarães organizado a 23 de Agosto de 1302, menciona-se, entre outros livros, um caderno do ofício de *Corpus Christi* ⁽¹¹¹⁾.

A imagem de São Jorge foi introduzida na Procissão em 1387, por mandado de D. João I, que nesse ano, pelo seu casamento com D. Filipa de Lencastre, se ligou à coroa de Inglaterra.

O Mestre de Avis, que então restaurara o castelo de Lisboa, dando-lhe o nome de «*São Jorge*», ordenou também que daí em diante o grito de guerra fosse «*Portugal e São Jorge*», em substituição do de «*Portugal e São Tiago*», com o qual, anos antes, os castelhanos haviam sido derrotados em Aljubarrota e nos Atoleiros.

S. Jorge, que em cavalo branco andou, alguma coisa lhe achou.

A referência do adágio a «cavalo branco» envolve uma ideia do apreço em que se têm os cavalos dessa cor, que eram muito estimados pelos antigos, entre os quais — segundo Fustel de Coulanges — o branco era a cor sagrada, a que agradava aos deuses. É assim que vemos montando cavalos brancos os deuses da mitologia, os anjos, os san-

⁽¹¹⁰⁾ Don Vicente Fuentes, *La Festividad del Corpus Christi en España*, in *La Ilustración Artística*, Barcelona, 21 de Junho de 1886, ano V, n.º 234, p. 218.

⁽¹¹¹⁾ *Revista de Guimarães*, vol. XX, 1903, p. 161.

tos, os reis e, em suma, várias entidades hierárquicas de outros tempos ⁽¹¹²⁾.

Nas «*Primeiras Constituições Sinodales do bispado de Elvas*», ordenadas por D. Sebastião de Matos de Noronha e impressas em Lisboa - 1635, lemos a p. 18: «A Procissão que em cada um ano se faz por dia de Corpus, tão encomendada pelos Sagrados Cânones, Concílio Tridentino e Leis seculares e tão recebida por costume geral da Igreja, foi instituída e ordenada para exaltação deste divino Sacramento, e honra e glória de Deus, e consolação dos fiéis e confusão dos hereges, e por isto deve ser mais acompanhada de cantos e hinos espirituais que provoquem a devoção.

.....

«Conformando-nos com o Sagrado Concílio Tridentino ordenamos e mandamos que na dita Procissão não haja representação alguma desonesta ou outras invenções indecentes.

«E outrossim estatuímos e ordenamos que na nossa Igreja Catedral, no dia de Corpus, se guarde o costume que até agora se guardou, e que daqui em diante no 8.º dia, nas suas Vésperas, enquanto cantarem e celebrarem o mais ofício divino, esteja desencerrado o SS., com as luzes e decência que é conveniente».

É que a procissão, se tinha muito aparato, também não lhe faltavam aspectos verdadeiramente caricaturais, com o tempo banidos. A eles nos reportaremos mais à frente.

3. Não encontrámos memórias sobre a procissão anteriores a 1432, em que se fez a 29 de Junho («*Rol das despesas do concelho*»).

Todos os mestres eram obrigados a participar nela com as respectivas bandeiras e insígnias, o que já seria um motivo de grandeza.

Entre diversos papéis deparei com um «*Regimento das Procições*», que nos faz supor, à distância de séculos, como iriam as Pro-

(112) José Maria Adrião, *Retalhos de um adagiário*, in *Revista Lusitana*, vol. 25, 1923-1925, p. 105.

cissões com tantas figuras, tantos símbolos e ... tantas danças. Como não haviam de pasmar as gentes!

«Regimento das Procições»

«Primeiramente hirão diante de toda a gente os Cortadores do Açougue com huma rês vacua atada pellos cornos, o que farão na Procição do Corpo de Deos, e das mais serão escuzos.

«E logo hirá huma dança de seis figuras que darão os Moleiros, e a Carretadores a qual acompanhará hum delles que entre si elegerão em cada hum anno com o titulo de Juiz da festa, e este cobrará dos mais o que tocar pro rata do custa da dança que hirá somente na Procição do Corpo de Deos.

«E logo hirão os Ortelões, e Pumareiros com sua bandeira, e tambor, e seis castellos com pendões e diviza costumada.

«E logo hirá a Pella que darão as Padeiras, e as Vendedeiras affectivas, igualmente a cada forneiro a terça parte menos do que a cada huma tocar, e que a Pella fosse em pé na Porcição acompanhada de huma dança de quatro figuras que poria prompta huma das Padeiras, ou Vendedeiras que ellas entre si ellegessem debaixo da penna cominada no fim deste Regimento.

«E logo hirão os Almocreves, e Albardeiros com a Imagem de S. Sebastião e sua bandeira e tambor com tochas acezas.

«E logo hirão os Estalajadeiros, e Taverneiros com trez Reis Magos em figuras, hum negro e dous brancos.

«E logo hirão os Sapateiros, Cortidores e Serradores com sua bandeira e tambor, e a Imagem de São Crispim com duas tochas acezas.

«E logo hirão os Tecelões, Escarduadores, e Cardadores com a Imagem de S. Bartolomeu com duas tochas acezas e huma pessoa feita Diabrete, e levarão outrosim bandeira e tambor.

«E logo hirão os Alfaiates, Pezadores, e Tintoreiros com sua bandeira e tambor, e a Carpe bem vestida com seis castellos.

«E logo hirão os Carpinteiros, e Torneiros, Alvaneos, Pedreiros e Taipadores, Caleiros e Telheiros com a Imagem de S.^{ta} Catherina com sua roda e tochas acezas e outrosim levarão bandeira e tambor.

«E logo hirão os Barbeiros, Ferreiros, Sarralheiros com os Fer-

radores, em corpo armados com espadas e rodellas, e levarão a S. Jorge a Cavallo com seu Alferes e diante e atraz Page a cavallo e bem compostos com alguns cavallos á destra, e hirão sómente na Porção do Corpo de Deos.

«E logo hirão os Pastores na Porção do Corpo de Deos com huma dança de seis figuras.

«E logo hirão os Mercadores, Tratantes, Tendeiros, e Cerigueiros, Cirieiros, Sombreiroiros, e Trapeiros, com suas tochas acezas e darão o Rei David bem composto como he costume.

«E logo hirão os Lavradores em forma de porção e entre elles no vão da Porção hirão os Almotaceis com seu Escrivão para regerem a Porção depois della posta em forma.

«E logo hirá o Veriador mais moço com a bandeira da Camera e levará por Padrinhos dois homens da governança.

«E depois das Cruzes, Frades, Clerezia, no couce da Porção hirá a Camera com varas e destrás della os homens da governança».

Quantas horas demoraria uma procissão destas? O que sabemos é que saía às 6 da manhã!! Eram madrugadores os nossos avoengos! Ou não teriam outro remédio!

O trajecto era de Santa Maria da Praça (depois Sé) em direcção à Porta do Bispo, Largo da Misericórdia, ruas da Feira, Alcamim, Olivença e Carreira, Porta do Relógio e Praça, recolhendo à mesma igreja (nos primeiros tempos recolhia à dos Frades de S. Domingos, pela rua de São Lourenço).

Por vezes havia discordâncias entre a Câmara e o Cabido, como em 1576 e em 1600, em que o bispo acabou por proceder contra ambos com censuras e penas. As duas partes quizeram defender-se com agravos para o Juiz da Coroa, alegando a posse antiga em que estavam, mas não obtiveram provimento. Mandada executar a sentença do prelado, este usou de benevolência e moderou-a. Dos frades de S. Domingos, que queriam que a procissão continuasse a ir ao seu mosteiro, satisfez-se com a confissão do seu erro; e dos vereadores com tanta quantia de dinheiro, que bastou para fazer uma custódia dourada e bem lavrada, com 50 marcos de prata, na qual passou a ir o SS.
— *DOCUMENTOS XII e XIII.*

A Câmara levava bandeira e recebia propina de cera e 4.600 rs.

Quatro oficiais do ano antecedente conduziam brandões de cera de 8 arráteis, que lhes ficavam pertencendo, e o concelho pagava 600 rs. à fábrica da Sé para incenso. (Vereação de 20 de Junho de 1628). Nos brandões era costume pintar as armas da cidade.

Por carta de 23 de Maio de 1460 confirmou El-Rei o acordo sobre a forma como os hortelões deviam ir na procissão, permitindo-lhes que em vez da *horta* levassem *castelos* e *círios*.

A 26 de Maio de 1511 mandou D. Manuel I, que os espingardeiros levassem os castelos dos seus ofícios, «posto que aleguem estarem disso escusos por seus privilégios».

A 26 de Maio de 1653 impôs-se a pena de 6.000 rs. aos que, tendo obrigação de acompanhar a bandeira dos mercadores, o faziam sem levarem a sua tocha acesa, e não os escusava o facto de serem mordomos de outra irmandade.

A tropa, com os seus uniformes de gala, contribuía notavelmente para o maior esplendor da procissão. Governando a Praça, o coronel de Cavalaria Manuel da Costa, verificou, que arrefeciam entre o elemento militar o culto e as honras devidas ao SS. da Eucaristia, quando saía em público, pelo que, em 28 de Maio de 1755 passou ordens por escrito, para o que se devia executar no dia seguinte, em que se celebrava a sua procissão: a saber, que pelas 5 horas da manhã se achassem 4 Batalhões de Infantaria e o Regimento de Cavalaria formados na Praça junto à Sé, e que fosse montada a guarda da Praça por uma Companhia de Granadeiros do 1.º Batalhão do Regimento de que era coronel D. Tomás da Silveira. E mais: assim que o SS. aparecesse à porta da igreja, a Cavalaria devia apear e a infantaria faria uma descarga das suas armas, a que corresponderia outra de 41 peças de artilharia do recinto da Praça, salvas que se repetiriam no recolher da procissão e novamente ao encerrar do Senhor.

As portas da cidade fecharam às 9 horas, em que começava a sair a procissão, e as chaves ficaram em poder da Guarda Principal.

O bispo D. Baltasar de Faria Vilas-Boas ao passar pela frente das tropas recebeu o cumprimento de todos os oficiais e se lhe abateram as bandeiras ⁽¹¹³⁾.

(113) *Gazeta de Lisboa*, 12 de Junho de 1755.

O estado de S. Jorge compunha-se de alferes, fardado de casaca preta, calça larga e chapéu armado; do pajem e de doze cavalos de estado bem ajaezados, conduzidos à mão por criados vestidos de jaqueta e chapéu desabado. Os corpos da guarnição postavam-se em alas pelas ruas do percurso.

Nos alvores deste século a procissão ainda obedecia à seguinte ordem: abriam o cortejo 2 sargentos de cavalaria, servindo de batedores, a que se seguiam vários cavalos ricamente ajaezados, o alferes porta-bandeira da Câmara, o pajem de S. Jorge, a imagem do santo a cavalo, e logo o Regimento e a Charanga de Cavalaria (Lanceiros 11). A pouca distância ia a procissão do SS. da Sé, acompanhada de todas as freguesias, do Pálio e das autoridades civis, eclesiásticas e militares. Fechava o préstito o Regimento de Infantaria na sua máxima força.

Proclamada a República, deixou de se fazer, mas, após o movimento do 28 de Maio voltou a realizar-se, indo à frente um grupo de seis soldados de cavalaria da Guarda Nacional Republicana, seguindo-se a Legião Portuguesa, alguns Castelos da Mocidade Portuguesa, com terno de corneteiros e estandartes, deputações de praças do Batalhão de Caçadores n.º 8 e do Regimento de Lanceiros n.º 1, crianças da primeira comunhão de todas as paróquias, irmandades com seus juizes, crianças do Infantário de Nossa Senhora da Encarnação e das escolas primárias, associações católicas com as suas bandeiras, Casa do Povo, uma deputação dos Bombeiros Voluntários fazendo a guarda de honra ao pálio, as entidades oficiais, a banda de música e o povo. Ao recolher é dada a bênção do SS. da escadaria da Sé, pelo rev.º Vigário da Vara.

A Procissão já não tem o esplendor doutroa, mas é ainda de uma grande dignidade e talvez aquela em que se nota maior união religiosa. Esta tinha, por força, de se ressentir das folias que a acompanhavam, algumas bem grotescas e vagamente pagãs.

As varas do pálio pegavam os irmãos da Confraria do SS., mas a partir de 1862 começaram a dirigir-se convites a pessoas de representação social na vida cidadina. É também deste ano, a 30 de Abril, a resolução camarária para a procissão se fazer de tarde. De madrugada estavam todos fartos!

A Custódia com a hóstia consagrada ia antigamente dentro de

uma *gaiola*, espécie de nicho envidraçado, sobre a *charola* debaixo do pátio.

4. A cidade vestia-se de galãs nesse dia soleníssimo, pendendo das janelas e sacadas formosíssimas e valiosas colgaduras, algumas trazidas do Oriente por fidalgos elvenses que por lá andaram na gesta dos Descobrimentos e Conquistas. O estandarte municipal cobria sempre a sacada principal dos Paços do Concelho.

Na véspera, de tarde, corriam-se touros na Praça em frente da igreja, espectáculo que entusiasmava enormemente a população.

O pavimento das ruas desaparecia sob a espadana que nele era espalhada. A 13 de Junho de 1656 mandaram lançar pregão para que toda a pessoa, de qualquer qualidade, tivesse a *sua* rua varrida e *espadanada*, e as janelas ornamentadas, sob pena de 6.000 rs.

Em vereação de 3 de Junho de 1670 precisa-se que cada um devia varrer a *testada* da sua porta, sendo a pena de 500 rs.

O pregão de 30 de Maio de 1733 é mais inflexível, não aceitando sequer como escusa o facto de se estar de luto ou que as pessoas se ausentassem *fora de casa* para deixarem de armar as suas janelas e sacadas, sendo a pena de 6.000 rs. e 30 dias de cadeia *sem remissão*. DOCUMENTOS XIV.

Cada hortelão era obrigado a dar uma carga de espadana de três feixes para se espalhar pelas ruas por onde passasse a procissão e além disso 60 rs. (cada um) a quem a espalhava — costume que foi abolido em vereação de 28 de Maio de 1823, por se considerar, que se tratava de «uma contribuição não auctorizada por lei».

5. O lugar dos officios na procissão dava, com frequência, motivo a amuos e discussões, todos pretendendo ir à frente dos outros, para o que nem sempre usavam da devida circunspecção. DOCUMENTOS XV.

Vemos, por exemplo, que em vereação de 2 de Junho de 1739, representou o vereador Gil Sardinha Brissos, que indo no dia de Corpo de Deus com o estandarte real «no seu logar destinado, que é diante da comunidade de S. João de Deus e detraz de todas as bandeiras dos officios», alguns religiosos, impacientes com a lentidão do cortejo, que mal podia seguir tão numeroso era o concurso do povo, «*se adian-*

taram para diante», ficando o estandarte real para trás. O vereador considerara então que se tratava de um insulto e por isso o expunha em câmara, tanto mais que só pela sua prudência não se chegara a vias de facto.

O senado reclamou ao Provincial e este deu razão à Câmara, mas queixou-se de que, quem dera origem ao incidente fôra o escrivão da almotaçaria, que se houvera de modo inconveniente para com os frades. O resultado foi ser preso o escrivão ... A corda fende sempre pelo lado mais fraco!

O encargo de levar a bandeira de S. Jorge não era lá muito do agrado de todos e os eleitos valiam-se de subterfúgios para se escusarem. Compreendemos por isso que na vereação de 24 de Maio de 1817 se estabelecesse um regulamento, cujas disposições resumimos:

1.^a A eleição do alferes e mordomos pertencia aos juizes dos cinco ofícios de barbeiro, ferrador, ferreiro, seleiro e serralheiro, os quais a fariam em câmara anualmente;

2.^a O alferes seria, por seu turno, um official de cada um dos ditos ofícios e o mesmo quanto aos mordomos;

3.^a Os eleitos seriam avisados *por uma vara*, que também preveniria os cessantes do resultado da eleição;

4.^a O alferes e os mordomos ficavam obrigados a comparecer em todas as procissões e actos a que fosse a Câmara com o seu estandarte. Só por motivo de força maior poderiam dar pessoa em seu lugar e essa deveria ser aprovada previamente pela Câmara;

5.^a Que o santo, nem antes nem depois da procissão, fosse passeado pela cidade, *como até agora se tem praticado*, mas iria directamente da igreja de S. Paulo para a procissão, regressando depois de esta recolher;

6.^a Haveria um livro de inventário dos objectos a cargo do alferes, que ficaria arquivado na Câmara.

6. Uma procissão como esta, que já de si não era fácil pôr de pé, devia também *pesar* um pouco no magro orçamento municipal. O leitor gostará, com certeza, de saber quanto gastava a Câmara. É uma curiosidade de toda a lógica e nós vamos procurar satisfazê-la, com elementos que temos à mão.

Despesa de 1696:

De dois toureiros que vieram de Castela, e das sortes	7.760 rs.
4 cargas de espadana e por a espalharem . . .	1.080 »
1 arrátel de incenso	600 »
Tapelho (tapume) da praça	4.200 »
A trombeta	480 »
Do repique	120 »
Da armação da varanda da Câmara	3.100 »
Dos doces para o púcaro da água	6.140 »
Propinas	39.460 »
S O M A	62.940 »

Despesa de 1754:

Neste ano os gastos totalizaram 74.880 rs., que tanto se despendeu com as corridas de touros, toureiros que se contrataram de fora, fatos para os mesmos, garrochãs, sortes, carpinteiros, vaqueiros e outras despesas, que elas ocasionaram, e ainda com o púcaro da água, trombetas e tímboles, etc. ⁽¹¹⁴⁾.

Despesas feitas com a procissão de 1860:

Armação das sacadas do edifício municipal . . .	2\$400
Fitas para o estandarte da Câmara	\$480
Aos homens que espalharam a espadana pelas ruas	\$720
Pela condução das cadeiras para a Sé	\$280
Por 22 metros de galão falso para os cortinados de damasco que servem na igreja de S. Paulo	1\$320
Pelo feitio e amanho dos mesmos	\$960
Pelo conserto em um dos casacos de anta . . .	\$200

⁽¹¹⁴⁾ *Livro de receita e despesa dos bens do Concelho de Elvas, dos annos de 1754-1755, fls. 135.*

Pelo conserto da sela do cavalo em que vai o Santo	\$160
Bainha do saim que o dito Santo leva	\$480
Por 1 ½ metro de cordel para a cambota da igreja	\$360
Cera	\$910
Aluguer da cabeleira para o pajem do santo . . .	\$160
Por 30 metros de fitas de diferentes cores . . .	1\$200
Por 1 metro de fita escarlata para a capa do pajem	\$080
Por 3 metros de fita para a rédea do cavalo branco	\$300
Gratificação aos criados que conduziram os 17 cavalos do estado do santo	6\$720
A 1 homem pelo arranjo dos 3 cavalos	\$800
1 par de sapatos encarnados para o pajem . . .	\$480
9 quartilhos de azeite para a iluminação	\$420
Gratificação aos soldados de cavalaria	2\$400
Idem ao sacristão da igreja de S. Paulo	\$600
Pago a um homem pelos acarretos	\$960
Gratificação ao director do estado do santo . . .	4\$800
S O M A	27\$190

(De «O Transtagano», 1 de Julho de 1860).

7. Durante alguns séculos a procissão perdeu muito do seu verdadeiro significado, para se tornar num espectáculo, com o seu quê de caricatural, em virtude do profano se ter mesclado com o religioso. Muitas vozes se erguiam contra o que consideravam um sacrilégio, uma ofensa gravíssima a Deus, mas se era o próprio *Regimento* a ordená-lo, como conseguiriam elas impôr-se, purificando a procissão de tais cenas?

O tempo, porém, iria corrigindo o que estava mal e os próprios intervenientes nessas comédias e farsas começariam a sentir a *triste figura* que faziam.

Já a 30 de Maio de 1560 foram proibidas no Porto, por indecorosas, as invenções e danças de raparigas.

No ano de 1614 para 1615 a fábrica da Sé de Elvas pagou 57.792 rs. para umas *danças e folias*, que se fizeram para a festa do Corpo de Deus e Oitavário.

Em vereação de 5 de Maio de 1618 se deliberou que os rendeiros fossem notificados a correr touros «com suas garrochas e charamelas» e ao porteiro «que apregoasse a procissão como é uso e costume, para vir á notícia de todos os officiaes, *para fazerem suas danças e folias ...*». Perguntamos: que haviam eles de fazer, senão cumprir? De contrário, multa e cadeia!

As ordens eram terminantes: todas as pessoas obrigadas a acompanhar a procissão o deviam fazer «levando suas insígnias e danças e galhofas e o que o contrario fizer pagará 4 mil rs., pagos da cadeia» (Vereação de 4 de Junho de 1658). Entre a prisão e uma folia — não era de hesitar!

E a uns, que não cumpriram à letra o Regimento e a outros que optaram pelas *grades*, veja-se o que aconteceu, conforme vereações de 5 e 12 de Junho de 1725: «houveram por condenados aos mordomos actuaes da bandeira dos mercadores em 2 mil rs. para os gastos do concelho, porque, sendo citados por mim escrivão, de que dou fé, para assistirem na procissão de Corpo de Deus, e trazerem a ella uma dança de 8 homens e os cavallinhos fuscos bem aparelhados, e trazerem sómente, sem embargo da notificação 6 homens na dança e os cavallinhos fuscos tão incapazes e desaparelhados que se mandou não fossem na procissão», e a quinze *faltosos* foi aplicada a pena de 200 rs. a cada um (eram eles um coronheiro, um sapateiro, dois alvanés, um alfaiate, um trapeiro, dois ferreiros, um seleiro, dois barbeiros, um sombreireiro, dois cordoeiros e um mercador. A greve dos officios no século XVII!).

Os *cavallinhos fuscos* deviam ser umas figuras de cavalos, feitas de madeira ou pasta, movidas por homens que figuravam ir a cavalo ⁽¹¹⁵⁾.

Dinis não se esqueceu deles no *Hissope*, canto VI:

«E por dar mais prazer aos convidados
De *cavallinhos fuscos*, depois d'ele
Na vaga sala, com soberba pompa,
O galante espectáculo prepara.»

(115) *Notas e Paralelos Folkloricos*, por Francisco Adolfo Coelho, in *Revista Lusitana*, vol. I, Porto, 1887-1889, p. 255.

E com folias, galhofas, fogaças, gigantes, cavalinhos fuscas, diabos, danças (da Judenga, de espadas, a cativa, a gitana, a péla e outras) se foi fazendo a procissão, até que, em 1731 requereu a Câmara de Elvas que se abolisse o extravagante e impróprio uso, ao que El-rei anuiu por carta de 2 de Janeiro imediato, a qual, pelo seu interesse e importância incluímos neste lugar: «*Dom João por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa Sñor de Guine &c^a. Faço saber a vos Juiz de fora da Cid.^e de Elvas, q̃ os officiaes da Cam.^{ra} dessa Cid.^e me representarão por sua pettição, q̃ na mesma se costumava fazer a procissão de Corpo de Deos como antigam.^{te} compondose de variedade de danças, péllas, cavalinhos fuscas, e outras figuras q̃ dispunha o antigo regim.^{to}; e que eu fora servido mandar tirar nesta corte as dittas figuras, e uzos antigos p.^a mayor solidid.^e e devoção da mesma procissão, e elles supp.^{tes} a dezejavão fazer a imitação Pedindome lhe fizesse merce de lhes dar novo regim.^{to} p.^a poderem fazer a d.^a procissão a imitação da desta corte, e visto o q̃ alegarão, e constou da vossa informação servindo de Correg.^{or} da Com.^{ca} e resposta do Procurador da Coroa q̃ se deu vista Hey por bem dizervos, q̃ aos Prelados ordinarios pertence o ordenar as procissoes, e a imitação do q̃ se observa na Metropole de Evora podem os officiaes da cam.^{ra} dispôr a dessa Cid.^e. El Rey nosso Senhor o mandou pellos Doutores Gregorio Per.^a Fidalgo da Sylvr.^a e Antonio Teyr.^a Alz. ambos do seu concelho, e seus Dezr.^{es} do Paço. Crisostomo dos Santos Marques a fez em Lisboa occ.^{al} aos dous de Janr.^o de mil e sette centos, e trinta, e dous annos. Balthazar Peles Synel de Cordes a fez escrever. aa)*» ⁽¹¹⁶⁾.

Dentro do mesmo espírito de decência, determinava-se em verificação de 1 de Junho de 1765, que «toda a pessoa que é obrigada a acompanhar as bandeiras dos seus officios, não as acompanhem levando capotes ou polainas», sob pena de 2 mil rs. e 30 dias de cadeia.

Em 1860 ainda se viram na procissão os 3 homens vestidos de anta, com escudos da mesma pele e capacetes de ferro — mas essa seria a derradeira vez. DOCUMENTOS XVI.

E com dois apontamentos etnográficos fechamos este capítulo sobre a Procissão de Corpus, o qual já vai bastante extenso.

(116) *Próprias*, 7.^o, fl. 431, e *Tombo* 2.^o, fol. 325.

1) Depois da procissão costumavam os ferradores desferrar o cavalo em que montou o santo e torná-lo a ferrar.

Guardavam os cravos que tiravam porque lhes atribuíam a seguinte virtude: um que fosse, posto em brasa, e lançado em água ou vinho, tomada a água ou o vinho por quem padecesse de sezões, estas iam-se logo embora!

2) Quem tem um filho *pega-se* com S. Jorge. Vai no dia da procissão à igreja de Santa Maria dos Casados, com a criança, e diz ao santo: «*Senhor S. Jorge, aqui lhe venho trazer este menino, que é muito meu; peço-lhe que m'o faça manso, pois para o ano, neste dia, venho-lhe trazer uma quarta de cevada para o seu cavalo.*» Disto isto, corria com a cabeça pelos pés da imagem do santo.

18

«SANTO ANTÓNIO»

13 de Junho

1. Entrámos no ciclo dos santos populares — Santo António, irradiando simpatia e encantos, com o menino Jesus nos braços, santo milagroso e casamenteiro

*Santo António de Lisboa,
Casamenteiro das velhas,
Porque não casais as moças?
Que mal vos fizeram elas?*

Santo patrono do exército lusitano

*Santo António de Lisboa
Não quer que lhe chamem santo,
Quer que lhe chamem António,
General, mar'chal de campo.*

Santo ladino e bréjeiro

*Santo António, com ser santo,
Foi sempre um grande gaiato,
Foi à fonte com três moças,
Recolheu, trazia quatro.*

Santo dos rubros cravos lisboetas e dos fragrantos e graciosos manjericos

*Ó meu padre Santo António,
Que lá 'tás nessas alturas,
Estás todo cheio de cravos,
Dos pés até à cintura.*

*Manjerico redondinho,
O teu verde é de encantar;
A donzela que é honesta
Sempre tem com quem casar.*

Que mal há em o glorioso taumaturgo ser assim cantado pelos rapazes e pelas moças? O que importa é a intenção, é a fé, é a sinceridade, é o amor. Deixai o povo glosá-lo e divertir-se, que a vida são dois dias e às vezes bem amargos.

Santo António abre a lista, mas São João e São Pedro não tardam:

*A treze do mês de Junho
Santo António se demove,
S. João a vinte e quatro,
E S. Pedro a vinte e nove ⁽¹¹⁷⁾.*

2. Até ao século findo o povo de Elvas festejava Santo António, além das cerimónias mais correntes, e dos animados arraiais, com uma

⁽¹¹⁷⁾ Quadras recolhidas por António Tomás Pires, *Cantos populares portugueses*, vol. I, Elvas, 1902.

imponente *procissão*, da qual só nos chegou notícia por um códice manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa, que devido à extrema amabilidade e compreensão do nosso caro Amigo, Dr. Manuel Santos Estevens, prestigioso Director desse importante estabelecimento de cultura, agora dignamente instalado em modelar edifício, nos foi permitido ler na íntegra. Como a parte mais interessante foi já reproduzida em 1930 na curiosa revista literária, *Feira da Ladra*, dirigida por Cardoso Marta e em artigo de A. Pacheco de Carvalho, a págs. 142 e segs. do tomo 3.º, para não tornarmos o capítulo muito extenso, daí a trasladamos mais abaixo.

A festividade realizava-se na Igreja de São Paulo, havendo de manhã missa cantada e sermão; à tarde, novamente sermão e depois a procissão, que seguia direita à rua de João Pereira de Abreu, Arco do Bispo, rua dos Pessanhas, Praça, Arco de Santa Maria, ruas da Carreira e Olivença, Avenida Garcia de Orta, ruas de Alcamim e da Feira, Largo da Misericórdia, ruas de S. Francisco e do Passo e Igreja de São Paulo.

Levava Guarda de honra e banda de música. Ainda se efectuou em 28 de Junho de 1863 e a partir de então é celebrado Santo António nalgumas igrejas com Missas e distribuição do «Pão de Santo António» aos fregueses.

Na Igreja de Nossa Senhora da Assunção (extinta Sé), na capela do Santo, há um magnífico quadro da autoria do pintor seiscentista Bento Coelho da Silveira.

3. Mas, para que o leitor tenha uma ideia exacta do que era a festividade em séculos passados, melhor do que as nossas palavras já cansadas e descoloridas, aí está o texto da PROCISSÃO DE ELVAS A SANTO ANTÓNIO, extraído da *Feira da Ladra*: «Exordio das Figuras que vão na prosição, que o affecto mais pio e os animos tão devotos, como Liberais detriminão fazer, na tarde 13 de Junho deste prezente anno de 696 á Lus mayor de Italia, ao credito de Espanha, á honra, e gloria, de Portugal, ao melhor filho de Lix.^a; asombro da santidade, e mayor prodigio de virtude, o Taumaturgo Portugues, o G.^e S.^{to} Antonio de Lix.^a, tão insigne nos milagres, que cabendo na admiração, não os pode comprehender a mayor eloquencia; e p.^a que se conheça a

devoção affectuoza de quem o festeja, será forssozo, fazer do seu intento (ainda que com rude pena) hum breve rascunho.

«Publico e manifesto he nesta cidade, o fervorozo zelo, com q̃ ha des annos, os animos mais Liberaes e devotos se empenhão em celebrar a este Divino Portugues E sendo esta guerreira cidade, a porta e chave do Reino de Portugal, em cuja defesa sempre ficou o dominio, e sigurou o imperio a ella incumbe mais que todas as do Reino ser mais pontual a festejar a um santo debaixo de cujo patrosinio nos seos campos alcançou as mais gloriosas victorias dos inimigos, que sendo em tudo as mais prodigiosas se devem ao santo mais portugues e tanto he o seu empenho, q̃ no mesmo tempo em duas partes, lhe tributa adorações e festeios na See Cathedral e Pontificia e neste Real, e Religiozo Convento de S. Domingos não contente com a singularidade dos festeios senão com multiplicar os Jubileos, onde seja mayor o empenho, não devido, porq em ambas as partes sou sospeito, só deixo a diferença ao exame dos olhos E vindo a traça da prosição deixando p.^a o exame dos olhos, o lindo e exquesito da armação e mais festejo da Igr.^a se reparte em quatro fileiras, aque dão principio tres Cidades, a de Elvas, que o festeja. Lix.^a q̃ lhe deu a patria, e o nascimento. Padua q̃ lhe deu o sepulcro

«Presedem a este triumpho dous trombetas a cavallo como pregoeiros deste festeio excitando nos animos de todos com as vozes dos clarins os maiores Jubilos, vão vestidos de casacas de primaveras, chapéos brancos com plumas, nos arsões da sela; nos estandartes das trombetas, levão as armas do Reino pintadas de huma e outra parte com esta letra: *Gloria Regni tui dissent et potentiam tuam loquentur; ex Psal. 144.* Segueçe logo duas figuras a cavallo, em parelha, ricamente vestidos com turbantes de plumas na cabeça, os pés calçados de azas, a primeira da mão direita he a fama dos prodigios de Santo Antonio leva na mão direita hua palma no braço esquerdo o escudo, e nelle pintada a empreza do S. q̃ he hua cruz, dandolha dentro de hua nuvem o minino Jesus com esta letra — *fama virtutis crux ubiq. defundetur. Lib. 2 Machab. C. 8.*

«A Segunda figura q̃ em tudo vem vestida como a pr.^a he ecco da fama dos milagres do S.^{to} q̃ por todo o mundo soarão leva na mão hũ globo cor de terra co'este distico — *undique resonat* («Sabe pouco

de Dysticos», diz uma nota à margem do ms.). No braço Esquerdo hum Escudo, nelle pintados sete Montes sobre que está fundada a famoza Lix.^a patria do nosso Sancto com esta letra: — *Resonans de altissimis montibus: cap. 17.*

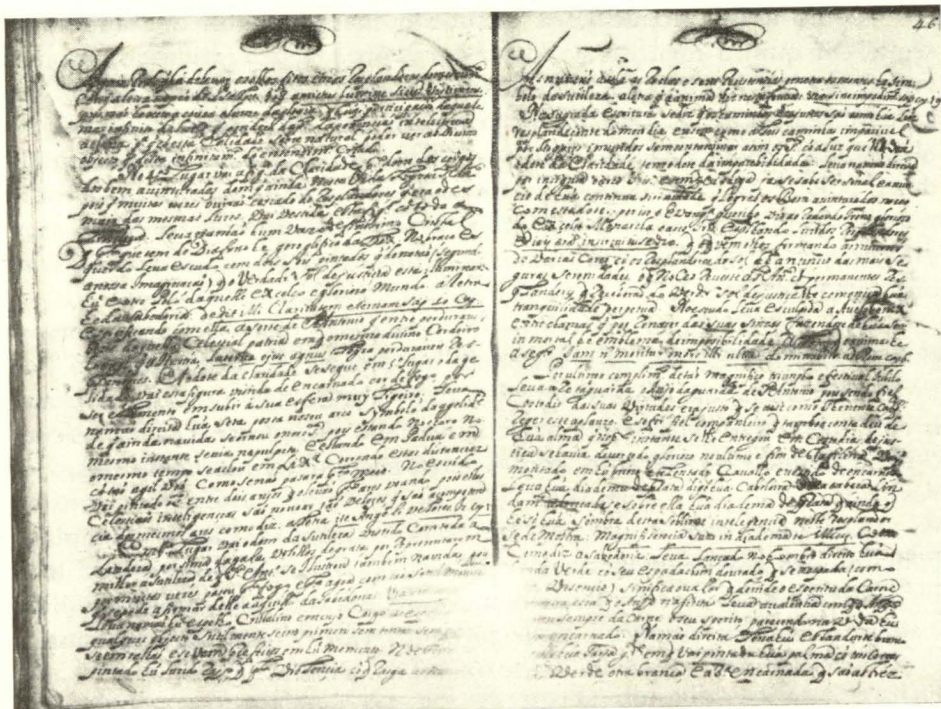
1.^a Fileira

Presede a esta pr.^a fileira a sempre Noblissima, e Guerreira Cidade de Elvas, verdadeira Belona em cujos campos exercitou Marte as mayores proezas sempre vensedoras as lusitanas armas. Tributa homenagem a Lix.^a no guião ã leva a letra: *Respicio Civitatem exultassionis meae.* Leva esta figura roupas encarnadas, com fitaria cor de fogo, insensitivo de guerra; na cabeça murrião de ferro com plumagem branca, e encarnada; no peito hũ de aso dourado, montando em hũ brioço cavallo. Na mão direita leva hũ Estandarte encarnado, e nelle exculpadas as suas Armas, ã são hũ homé a cavallo vestido de Armas brancas, elle, e o cavallo, cubertos dos Escudos, e Armas do Rno. Abayxo desta pintura, como aos pez leva todos os instrumentos belicos. Na orla desta pintura leva a ja insinuada letra: *Respicio Civitatem exultassionis meae. Izai. C. 33.* Em o braço no lado esquerdo hũ escudo e nelle pintado o Santo no habito em que se exercitou na Sé de Lix.^a de minino de choro fazendo cõ o dedo polegar da mão direita hũa Crux nas Escadas do mesmo choro.

A Primr.^a figura ã vay apé e comã Elvas festeja ao S.^{to} he a do valor qualidade tão propria, e inseparavel dos habitantes desta Cidade. Vay vestida de roupas encarnadas cõ todo o aseio posivel; na cabeça hua coroa de louro, e na mão direita hũa palma que tudo se deve a suas fortalezas, e a suas vitórias. No braço Esquerdo hũ escudo, e nelle pintada hũa coluna com esta letra: *Mea est fortitudo. Proverb. cap. 8.*

A Segunda figura apé he a da Nobreza, ã vem vestida com toda a modestia. No braço esquerdo leva hũ escudo, e nelle pintado he Platano, geroglifico proprio da Nobreza.

Vay a figura das Letras em 3.^o lugar vestida de todas as cores, porq todas assistem nas universidades; leva na cabeça hũ barrete cõ borla branca, insignia dos Doutores em Theologia, Rainha e S.^a de todas as sciencias. Leva na mão direita hũ molho de penas. Leva no braço esquerdo hũ esquerdo, e nelle leva esculpida hũa caza formada sobre



Gravura 5 - Duas páginas do código AL 152 da Biblioteca Nacional de Lisboa

sete colunas p.^a mostrar ã as sciencias que na Athenas de Portugal se insinão são sete: Theologia, Canones, direito Civil, filosofia, Medicina Musica e Mathematica e a letra: *Sapientia edificavit sibi domum. P. 9.º*

Em 4.º lugar o Fogo. Vem vestido com roupas de côr de fogo p.^a que mostre no vestido o mesmo abrazado affecto. tras na mão hũa tocha aseza. Leva no braço esquerdo hũ escudo, e nelle pintada a ave pheniz, ã sobre hũ incendio se abraza.

Como a Liberdade he a virtude ã mais acredita a grandeza, se segue em quinto lugar. Vay esta figura, ornada, e vestida com toda a grandeza, leva na cabeça hũa coroa de prata, de boca larga, p.^a que se conheça quam facilmente dispende o que dentro enserra, que são quantidade de moedas de ouro, e prata, no braço esquerdo pintadas duas bolças abertas, lançando de hũa montes de ouro, e de outra potozis de prata; com a letra *omne aurum in comparatione illius arena este exigua et tamquam lutu' existimetur argentum in conspectu illius. Sap. 5.*

Vai em 6.º lugar o figura do Obzequio; veste de primavera de flores, pois a sua fragancia obzequia a potencia mais dilatada co' seos profumos. Leva na mão direita hũ cachorrinho tão infitado e branco e enfeitado, que parece hũ brinco; no lado esquerdo leva hũ escudo, e nelle pintado hũ elefante, com a letra seguinte: *rationabile obzequim vestrum.*

Rematace esta 1.^a fileira, em setimo lugar a figura do aplauzo galhardamente vistido de azul Celeste. Leva na mão direita hũa trombeta, servindolhe de emblema o mesmo instrom.^{to} da fama. No braço esquerdo leva hũ escudo, e nelle pintados varios instrumentos muzicos e a letra: *Omnes gentes plaudite manibus. Psalm. 45.*

2.^a Fileira

Dá principio a esta fileira a cidade de Lix.^a inclita e regia cabeça da Monarchia Portuguesa. Vai vestida de verde e o cavalo em que vai montada adereçado da mesma côr. Turbante de plumas em o alto delle coroa imperial, de prata, como Emperatriz de todas as cidades da Europa. Leva na mão direita hũ estandarte verde, e nelle gravadas as armas co' ã blazona ã he hũa Nao com dous corvos, hũ na popa,

e outro na proa e a letra: *ex hoc Beatam me dicent omnes generationes: Luc. cap. 1*. No braço esquerdo se vê hũ escudo e nelle o S.^{to} pintado em habito de Conego Regrante de S.^{to} Agostinho com os olhos, fitos em hũa Lus do ceo, e as mãos com ã quer abrir os lemites do peito, e a letra, *in vita sua fecit monstra et mirabilia operatus est. Ecclez. cap. 48*.

A p.^a figura que a pé segue a cidade de Lix.^a he a fée. Leva os olhos vendados, traja de branco, leva na mão direita hũa Costodia dourada, no braço esquerdo leva hũ escudo e nelle pintado o mesmo S.^o e o minino Jesus dandose as mãos direitas, como despozados. e o P.^e Eterno em sima deitando-lhe a bensaõ nos despozorios e M.^a S.^{ma} como Madrinha dos despozados pondo hũa capela de flores, na cabeça ao S.^o com a letra: *dispensabo te mihi in fide. Oz. cap. 2*.

Em 2.^o lugar a esperança vestida da sua propria cor, ã he verde. Leva na mão direita hũa ancora e no braço esquerdo hũ escudo e nelle pintada hũa amendoeira chea de suas flores e a letra: *reposita est hic spes mea in sinu meo. Job. cap. 27*.

Segue em 3.^o lugar a Charidade vestida de encarnado, na mão direita por insignia de sua charidade fervorosa, um coração entre chamas de fogo com azas p.^a voar ao Ceo, a empreza ã leva no escudo do braço esquerdo he hũa pomba com as azas abertas. A letra comã blazona a empreza: *ordinavit in me charitatem. Cant. 2*.

No 4.^o lugar a figura da obediencia: vai vestida esta figura de toda a variedade de seda, ã na virtude da obediencia diz m.^{to} bem qualquer gala. Leva na mão hũ Jugo dourado. No braço esquerdo leva hũ escudo e nelle por emblema hũ girasol, todo inclinado ao seu Planeta, com a letra *factus obediens usq̃ ad mortem. Ad Philip. cap. 2*.

Atraz da obediencia seguece a virtude da pobreza, leva vestido honesto habito de pobreza m.^{to} proprio, leva na mão direita hũ pucaro dagua, e hum pão que he o alimento de ã esta virtude quotidianam.^{te} se sustenta, no escudo leva pintado hũ habito de burel atado c'hũa corda e a letra, *nihil habentes*.

Em 6.^o lugar segue a Fig.^a da oração, leva por insignia na mão hũa Escada de prata. No escudo ã leva no braço, vai pintado hũ turibolo, lançando cheirozo fumo, a letra ã leva ao pee he a seguinte: *dirigatur Dne oratio mea sicut insensum in conspectu tuo. Psal. 140*.

Em 7.º lugar fecha esta 2.ª fileira a virtude da Castidade, a sua figura vai adornada com toda a riqueza assim no conserto como na gala q̃ toda he branca. Leva na cabeça hũa coroa de prata, e na mão direita otra do mesmo metal por insignia. No escudo leva pintado hũ ramo de asucenas, e por baixo m.^{tos} espinhos, e por letra: *germinavit sicut lilium deploretur in eternum ante Dominum*.

3.ª e ultima Fileira

Capitanea a esta ultima fileira duas vezes famoza cidade de Padua. Vay esta figura a cavallo ornada em o vestido com todo o alinhio na cabeça coroa de prata não Imperial, porque só se deve a Lix.^a como emperatriz das mais famosas Cidades da Europa.

Leva na mão direita um estandarte azul celeste e nelle esculpidas as armas da Religião serafica e na orla esta letra: *si volvere gloriari novero insipiens. Ad. Corint. cap. 12*. No braço esquerdo hũ escudo, e nelle o S.^{to} abraçado co' hũa crux exalando o espiritu todo cheo de resplandores, com os olhos em hũa q̃ vem do ceo e nella o minino Jesus seu fiel companheiro. Vese o escudo com a letra: *mortuum profetavit corpus ejus. Ecclez. cap. 48*. Em esta 3.ª Fileira toda se ocupa em demonstrarvos dotes da Bem aventurança, q̃ S.^{to} Ant.^o na gloria logra.

Vai no p.^o lugar a figura do merecim.^{to}. Vai vestida de encarnado a todo o custo porq̃ tudo he devido ao Merecimento. Leva na cabeça hũa coroa de prata, na mão direita hũ setro; no braço esquerdo hũ escudo e nelle pintada hũa coroa toda esmaltada a pedras presiozas. Letra: *Non coronabitur nisi qui legitime certaverit. Ad. Th. cap.*

Em 2.º lugar o premio q̃ traja todo azul, leva na mão direita hum globo azul semeado de estrellas, e nelle levantado hũ sol. No escudo devizão Maria S.^{ma} com o Minino Jesus em os braços e S.^{to} Ant.^o todo metido na gloria. A S.^a dando ao S.^o na mão hũa palma pois como elle floreceo na vida, e o minino Jesus pondo-lhe hũa coroa Imperial na cabeça de ouro. A letra: *reposita est mihi corona iustitia. Ad. Th. cap. 1.º*.

Em 3.º lugar a Bemaventurança. O vestido q̃ a adorna he da mesma cor do ceo. Leva sobre a dourada cabeleira q̃ toda vai semeada de flores de seda hũa Diadema de prata ornada de prisioza pedraria. Leva na mão direita hũ brandaõ de q̃ saem tres luzes asezas. No escudo vai pintado o mesmo S.^{to} todo adornado de resplandores, posto sobre

hũa aguia real q̃ ha de levar os olhos fitos em os resplandores do mesmo S.^{to} com a letra ao pée do Psalm. 103. *amictus lumine sicut vestimento.*

No 4.^o lugar vai a fig.^a da Charidade. Vai vestida cõ toda a Lindeza. Leva na mão hum vazo de finisimo Cristal. No braço esquerdo leva escudo com dois sois pintados, a letra he da sabedoria: *dedit illi claritatem eternam.*

Segue em 5.^o lugar a da gelidade (Agilidade), vai esta figura vistida de encarnado cor de fogo. Na mão direita hũa seta posta no seu arco symbolo da agelid.^e No escudo vai pintado o S.^{to} entre dois anjos q̃ o levão p.^{los} ares voando, a letra: *ite Angeli veloces. Iz. cap. 17.*

Em 6.^o lugar vai o dom da sutileza vistido com toda a Lindeza, por sima da gala volilhos de prata. Letra da sabedoria: *vi sine impedim.^{to}* leva na mão hũ espelho cristalino. No escudo tras pintado hũ luzido raio, q̃ p.^{la} violencio co' q̃ rasga as nuvens, asola as rochas, e sem resistencia penetra os montes he simbolo da sutileza.

Em 7.^o lugar o dote da impacebilidade. Leva na mão direita por insignia o arco iris. No escudo leva esculpida a ave Phenix entre chamas. A letra q̃ o anima he a seg.: *Jam n'moritur mors illi ultra dominal. bitur. ad Roma. cap. 6.*

Por ultimo complim.^{to} de tão magnifico triumpho e festival jubilo leva a retaguarda, o Anjo da guarda, de S.^{to} Antonio. Vay montado em hũ brioso e alentado cavallo, e vestido de encarnado, leva hũa cabeleira na cabeça lindam.^{te} adereçada e sobre ella hũa didadema de prata. Leva lançada no hombro direito hũa banda verde co' seu espadachim dourado. Na mão direita leva hũ estandarte branco e nelle hua Tarja g.^e, emq vai pintada hũa palma co' tres coroas, hũa verde, otra branca, e a 3.^a encarnada. diz a letra: *Assipiet Coronam Vitoe quam repromisit Deus diligentibus se. Epist. Jacob. cap. 1.^o* No escudo leva esculpido hũ braço co' hũa aza e na mão hũa espada, de fogo, diz a letra: *Custodivit me Angelus ejus. Judit. cap. 13.*

Continua o S.^{to} no seu andor com todo o custo, e aseio composto, aos hombros dos seos devotos. Leva nos braços ao Minino Jesus declarando hũa letra: *Dilectus meus intr. ubera mea commorabitur. Cant. 1.^o*

A todo este aparato, e concurso luminoso vai seguindo por sua ordem hum Rell.^o Congresso. Em pr.^o lugar a comonidade do Esclare-

cido Patriarcha S. João de Deus, que sendo de hũ S.^{to} portuguez a festa, outro Portuguez S.^{to} co' a sua familia sagrada, tambem o acompanha, mostrando neste obzequio o empenho em q̃ estão ao d.^{to} S.^{to} Ant.^o pois procurando e dezeiando esta Relligião sagrada, por tantos annos a Canonização do seu S.^{to} Patriarcha, no dia do mesmo S.^{to} 13 de Junho de 1679 a san.^{de} de Innocencio de sempre gloriosa memoria passou o Decreto p.^a ser Solemnemente Canonizado.

Em 2.^o lugar vai a familia dos Relligiozos de S. Paulo, p.^{ro} herimitão.

Em 3.^o lugar, vai a sagrada, e esclarecida familia dos pregadores acompanhando a hũ S.^{to} m.^{to} de sua caza.

Finalm.^{te} vai por coroa immortal das glorias do nosso S.^{to} e Suprema Mag.^{de} do Divinisso sacram.^{to} com lustroza veneração lhe serve de dosel a tão suprema Mag.^{de} hũ rico palio de tela branca, co' franjoens de ouro, cujas varas de prata, levão seis sacerdotes com capas de Damasco branco. Ao pé do Palio, vaõ dous Anjos, ministrando o insenço nos Turibulos.

Tambem leva por remate, ou blazão das maiores glorias a Imagem de Minino Jesus. como Juiz desta festa, q̃ por isso leva na mão hũa vara de prata. Vai em hũ sirculo, composto, com todo o alinhamento tanto nas flores de seda, de q̃ se compoem como nas pessoas de ouro, q̃ o ardornaõ; Sustentão nos hombros, 4 cherobins.» ^(117 a).

(CONTINUA)

(117 a) Index deste interessante e precioso Códice da Biblioteca Nacional de Lisboa, Cota AL 152:

Annexação dos Lugares de Olivença, Campomaior, Ouguel-	
la &c. ao Bispado d'Elvas	fls. 12
Breve executorial p. ^a os Bispos tomarem posse dos frutos,	
que rendem os Arcediagados de Olivença, &c.	» 10
Bulla de Extensão do d. ^o Bispado	» 8
Cartas de Antonio Vaz Inverno com varias Noticias rela-	
tivas à historia de Elvas	» 29
DESCRIPÇÃO DA PROCISSÃO, Q SE FEZ EM ELVAS	
A S.TO ANT. ^o	» 39
Noticias relativas à historia Ecclesiastica de Mazagão	» 24
Observações ao Catalogo dos Bispos d'Elvas	» 37
Traslado da Bulla de Creação, &c. do Cabido, e Se	
de Elvas	» 3

CERÂMICA NEGRA DE TIPO GREGO ENCONTRADA EM PORTUGAL

pelo sócio efectivo

O. da Veiga Ferreira

I. INTRODUÇÃO

OS achados de cerâmica negra, do chamado tipo grego, encontrados em Portugal são, até o presente, de reduzidas proporções. As descobertas têm sido dispersas e as pesquisas, quase sempre mal orientadas, têm dado rendimento muito baixo mas, mesmo assim, vale a pena darmos a conhecer, embora resumidamente, o que se tem encontrado.

Em nosso entender é de grande importância o inventário desta cerâmica que teve grande expansão comercial e marítima no mundo mediterrânico a partir do Séc. V a. C.

As descobertas em Portugal permitem já dizer que esse comércio se expandiu muito aquém das lendárias colunas de Hércules (Estreito de Gibraltar) e da navegação mediterrânica vindo até o Atlântico em latitude bastante elevada.

Até há bem poucos anos esta cerâmica negra de tipo grego era, salvo muito raras excepções, desconhecida em trabalhos científicos portugueses, muito embora já se soubesse da existência dela em Alcácer do

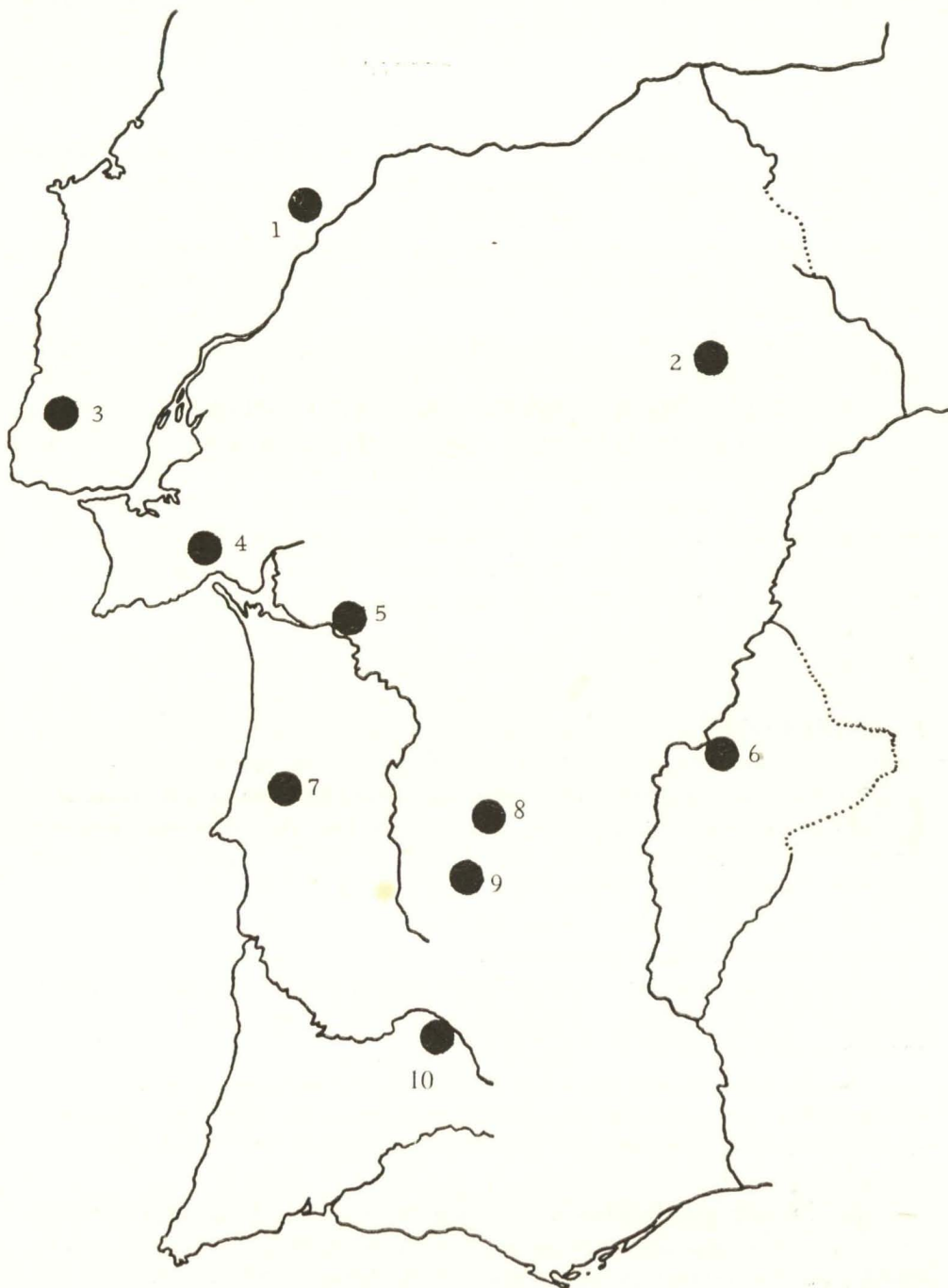


Fig. 1 - Mapa da distribuição em Portugal das estações com cerâmica negra de tipo grego: 1 - Chões de Alpompé (Santarém); 2 - Cabeça de Vaiamonte (Alto Alentejo); 3 - Pedra Furada (Sintra); 4 - Castro da Rotura e Castro de Chibanes; 5 - Alcácer do Sal; 6 - Castro da Azougada e Castro dos Ratinhos (Moura); 7 - Miróbriga (Santiago de Cacém); 8 - Beja e arredores; 9 - Castro da Mangancha (Aljustrel); 10 - Castro da Mesa dos Castelinhos (Ourique).

Sal, Castro de Chibannes, Castro da Azougada (Moura), Cabeça de Vaiamonte (Alto Alentejo), etc.

Em 1957 demos a conhecer uma pequena taça de cerâmica de campaniense A ao publicarmos um trabalho sobre o Baixo Alentejo ⁽¹⁾.

Nesta nota iremos relatar, como inventário apenas e nada mais, o que conhecemos de cerâmica negra de tipo grego encontrada em estações portuguesas.

II. ESTAÇÕES PORTUGUESAS COM ESTA CERÂMICA

As jazidas portuguesas onde se encontrou este tipo cerâmico são, de norte para sul, as seguintes: Chões de Alompé [Santarém] ⁽²⁾, Cabeça de Vaiamonte [Alto Alentejo] ⁽³⁾, Pedra Furada [Sintra] ⁽⁴⁾, Castro da Rotura [Palmela] ⁽⁵⁾, Castro de Chibanes [Palmela] ⁽⁶⁾, Necrópole de Alcácer do Sal ⁽⁷⁾, Castro da Azougada [Moura] ⁽⁸⁾,

(1) Abel Viana, O. da Veiga Ferreira e A. Serralheiro, «Apontamentos arqueológicos dos Concelhos de Aljustrel e Almodôvar», *XXIII Congresso Luso-Espanhol*, Coimbra, 1957.

(2) C. Zbyszewski, O. da Veiga Ferreira e M. Cristina Santos, «Acerca do campo fortificado de Chões de Alompé (Santarém)», *O Arqueólogo Português*, vol. II, 3.^a série, Lisboa, 1969.

(3) Escavações do Prof. Manuel Heleno. Este material está agora em estudo pelo Dr. Farinha dos Santos. Agradecemos a este amigo a possibilidade que nos deu de mencionarmos o material cerâmico de tipo grego.

(4) Nesta estação encontrou o Dr. Farinha dos Santos um fundo com um desenho simples de palmetas (fig. 3, n.º 3).

(5) Elementos existentes no Museu Nacional de Arqueologia de Belém.

(6) Idem, idem, A. I Marques da Costa, «Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal», *O Archeólogo Português*, vol. XV, Lisboa, 1910.

(7) D. Fernando de Almeida e O. da Veiga Ferreira, «Fechos e placas de cinturão hallstáticos encontrados em Portugal», *O Arqueólogo Português*, vol. I, 3.^a série, Lisboa, 1967.

(8) Escavações de Manuel Heleno. Material existente no Museu Nacional de Arqueologia de Belém.

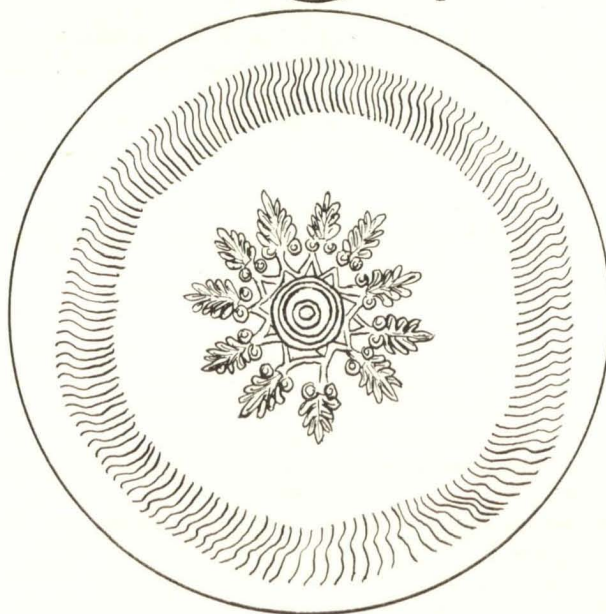
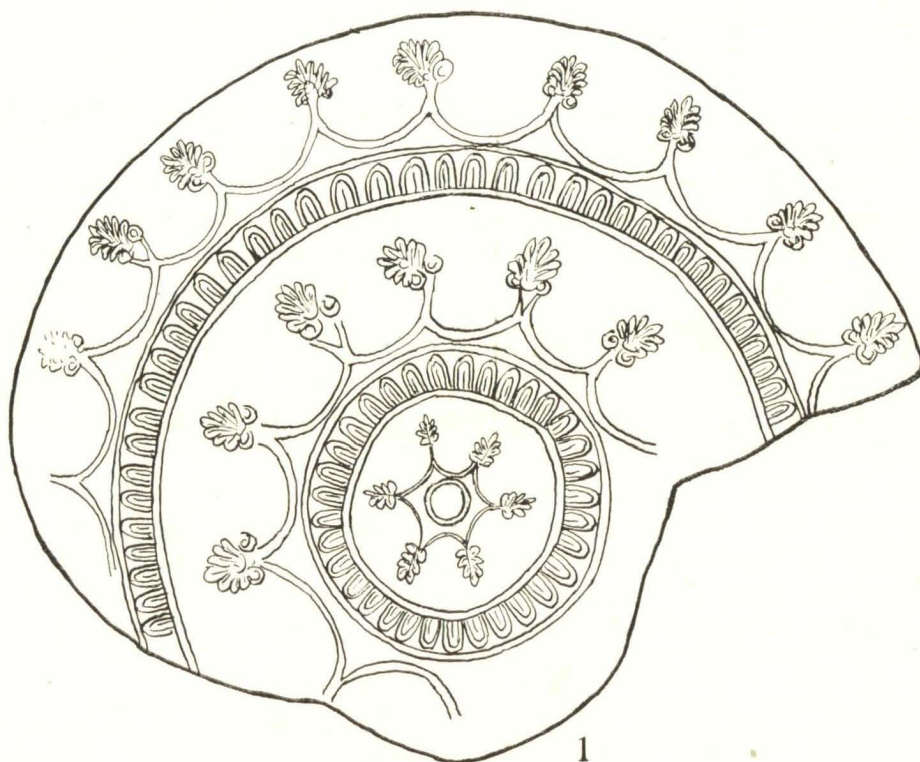


Fig. 2 - Cerâmica negra de tipo grego: 1 e 2 - Tipos de ornamentação de dois pratos de Alcácer do Sal. Esta ornamentação é no fundo pela parte de dentro dos pratos.

Castro dos Ratinhos [Moura] ⁽⁹⁾, Miróbriga [Santiago do Cacém] ⁽¹⁰⁾, Castro da Mangancha [Aljustrel] ⁽¹¹⁾, Beja e arredores ⁽¹²⁾ e Castro da Mesa dos Castelinhos [Ourique] ⁽¹³⁾.

III. MATERIAL INVENTARIADO

a) *Chões de Alpompé* [Santarém]

Esta jazida, considerada um campo fortificado tal qual o de Antanhol ⁽¹⁴⁾, é por alguns autores tida como a antiga cidade lusitana de Móron ⁽¹⁵⁾.

As pesquisas feitas ali por Bairrão Oleiro e por nós próprios deram alguns fragmentos de cerâmica negra, entre eles, dois bordos e um fundo duma taça.

b) *Cabeça de Vaiamonte* [Alto Alentejo]

Esta jazida parece ser um castro ou povoação fortificada. O material inventariado é o seguinte:

- 1 pequena taça
- 3 fundos e vários bordos dum prato

⁽⁹⁾ Há anos vimos alguns fragmentos deste tipo de cerâmica que uma aluna da Faculdade de Letras de Lisboa nos havia trazido ao Museu dos Serviços Geológicos de Portugal.

⁽¹⁰⁾ D. Fernando de Almeida, «Ruínas de Miróbriga dos Célticos» (Santiago de Cacém), *Junta Distrital de Setúbal*, Setúbal, 1964.

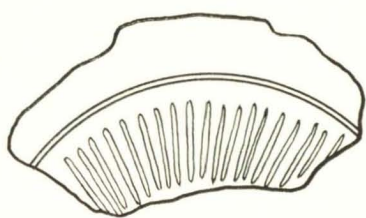
⁽¹¹⁾ Há anos, com o saudoso Prof. Abel Viana e o amigo R. Freire de Andrade, fizemos uma excursão ao Castro da Mangancha, por cima da Vila de Aljustrel, e que havia sido descoberto por este amigo. Ali vimos alguns fragmentos deste tipo de cerâmica negra brilhante.

⁽¹²⁾ Abel Viana, vidé *Actas do I Cong. Nacional de Arqueologia*, II vol., Lisboa, 1970.

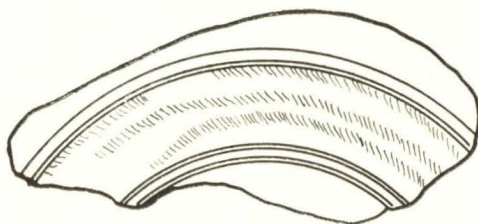
⁽¹³⁾ Abel Viana, O. da Veiga Ferreira e A. Serralheiro, *op. cit.*

⁽¹⁴⁾ A. de Amorim Girão e J. M. Bairrão Oleiro, «Geografia e campos fortificados romanos», *Bol. do Centro de Estudos Geográficos*, Universidade de Coimbra, n.º 6-7, Coimbra, 1953.

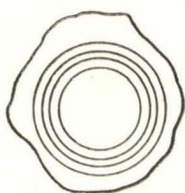
⁽¹⁵⁾ G. Zbyszewski, O. da Veiga Ferreira e M. Cristina Santos, *op. cit.*; «Estrabonis geographica», III, 1. Versão portuguesa de G. Pereira, Évora, 1878.



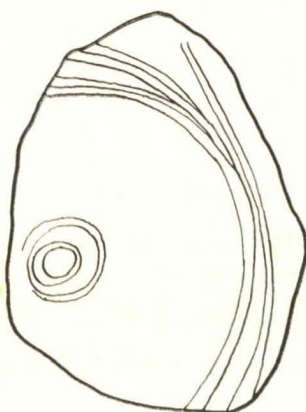
9



10



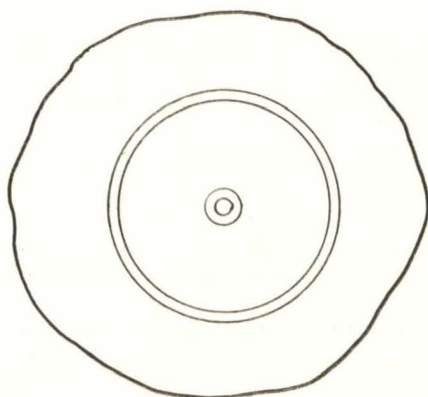
11



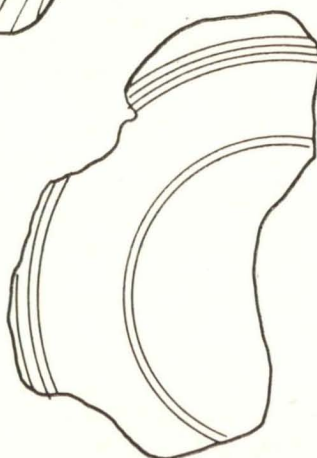
12



13



14



15

Fig. 4 - Cerâmica negra de tipo grego: 9 - Fundo interior de Kilix; 10, 11, 12, 13, 14 e 15 - Fundos interiores de vasos da Cabeça de Vaiamonte (Taças e pratos).

- 4 fundos de taças
- 7 fundos de taças e muitos bordos
- 1 taça-prato quase completa
- 1 fragmento dum prato
- 1 fragmento duma taça de pé (*Kilix*)
- 1 taça-prato quase completa
- 1 fundo de uma taça de pé alto
- 2 taças-prato completas
- 2 fundos e bordos de taças-prato
- muitos fragmentos de uma taça
- restos de uma taça de pé alto
- metade de uma lucerna com asa

c) *Pedra Furada* [*Sintra*]

Fundo de uma taça com ornamentação em palmeta pela parte de dentro.

d) *Castro da Rotura* [*Palmela*]

Este castro, de fundação talvez neolítica, tem na parte superior um ligeiro estrato da Idade do Ferro e aqui apareceram dois fundos e alguns fragmentos de cerâmica negra de tipo grego.

e) *Castro de Chibannes* [*Palmela*]

Este castro, muito semelhante ao da Rotura, quanto à fundação, tem na parte superior um estrato bem documentado por indústrias e cerâmica da Idade do Ferro. Aqui Marques da Costa identificou, como cerâmica de tipo grego, o seguinte:

- 1 taça de pé curto
- 1 prato do tipo de Vaiamonte
- 1 bordo dum vaso bojudo
- muitos fragmentos de vasos de diversos tipos mas não identificáveis quanto à forma

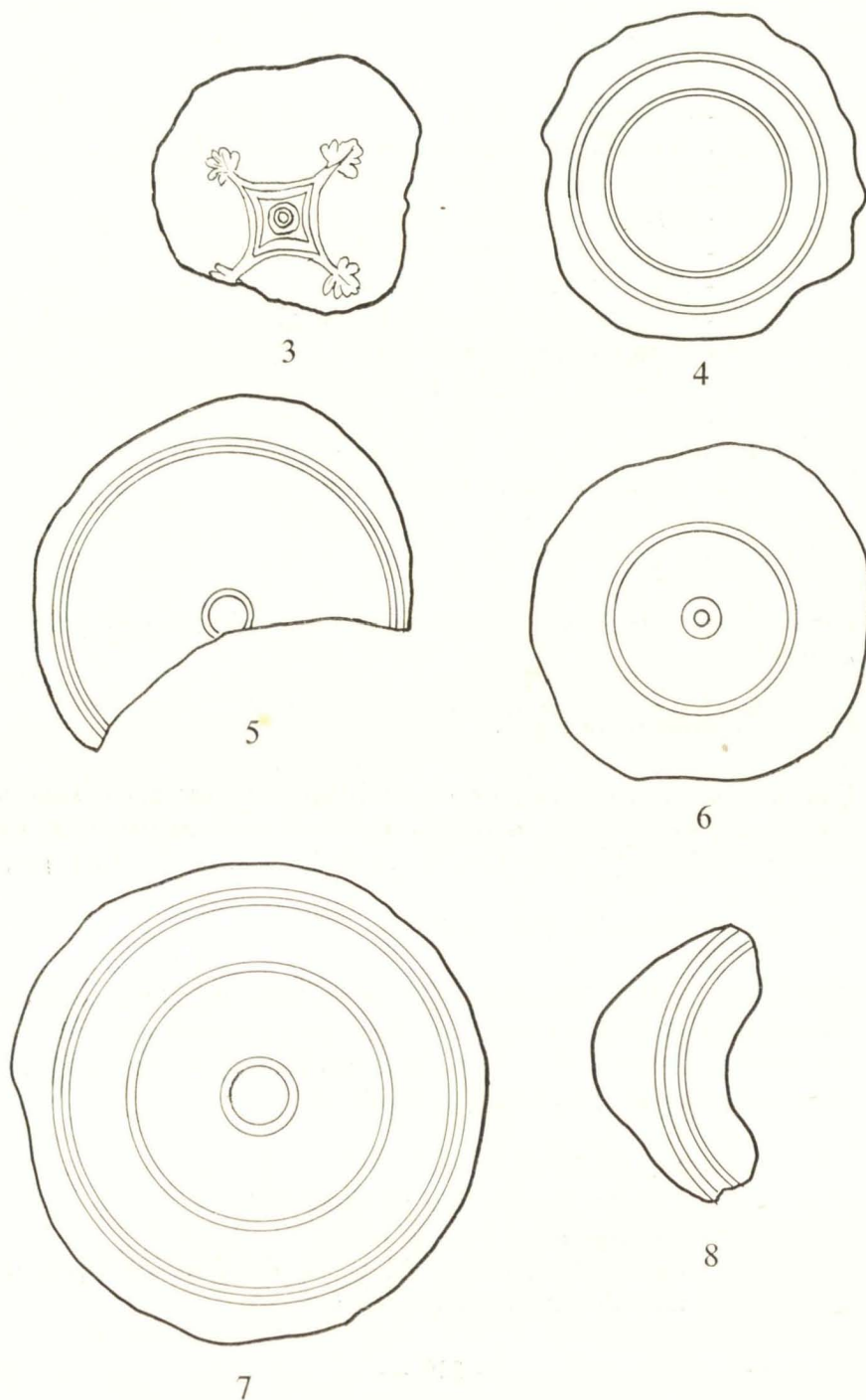


Fig. 3 - Cerâmica negra de tipo grego: 3 - Interior duma vasilha da Pedra Furada;
4, 5, 6, 7 e 8 - Fundos interiores de vasos da Cabeça de Vaiamonte (Taças e pratos).

f) *Necrópole de Alcácer do Sal*

Nesta localidade, cerca de um quilómetro a norte da Vila, existe um famoso cemitério que tem sofrido desde quase um século, muitas escavações. Ainda há pouco se tornou ali a escavar. As cerâmicas negras de tipo grego ali encontradas são duma grande beleza artística, tanto nas formas, como na decoração ⁽¹⁶⁾. Identificámos ali o seguinte:

- 2 crateras completas
- parte inferior duma outra
- 1 *pelike* completo (ânfora de duas asas)
- 2 *skiphos* (vasos cónicos de duas asas)
- 2 taças ou pratos (com palmetas no fundo pela parte interior
- restos de mais sete vasilhas (7 fundos e bordos)

g) *Castro da Azougada [Moura]*

Esta jazida deu até o presente:

- 2 taças quase completas (*Kilix*)
- restos de 10 vasilhas (8 fundos e 2 bordos-pratos e urna)
- fragmentos de várias taças (*Kilix*)
- muitos fragmentos de asas de *kilix*
- muitos pequenos fragmentos inclassificáveis quanto à forma

h) *Castro dos Ratinhos [Moura]*

- alguns fragmentos de vários vasos (inclassificáveis)

⁽¹⁶⁾ Maria Helena Rocha Pereira, «The greek vases in Portugal», Coimbra, 1962.

i) *Miróbriga* [*Santiago do Cacém*]

- 3 taças. Uma é de pé alto
- muitos fragmentos inclassificáveis

j) *Beja e arredores*

- alguns fragmentos inclassificáveis

k) *Castro da Mangancha* [*Aljustrel*]

- vários fragmentos inclassificáveis

l) *Castro da Mesa dos Castelinhos* [*Ourique*]

- 1 taça completa
- vários fragmentos inclassificáveis

IV. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE ALGUMAS DAS CERÂMICAS INVENTARIADAS

De entre as cerâmicas aqui inventariadas algumas merecem atenção especial. Assim temos em primeiro lugar as grandes *crateras* de Alcácer do Sal. Estas belas peças de museu são pintadas com cenas magníficas da vida grega. Os próprios trajos dos personagens são próprios daquele povo. São vasos de importação segura. A ânfora (*pelike*) ou os vasos cónicos (*skiphos*) são da mesma origem. Estes vasos, muito típicos, apareceram em várias localidades da Espanha como, por exemplo, no Cabezo del Tio Pio [Archena] ⁽¹⁷⁾.

As taças da Azougada (*Kilix*) e os pratos de Vaiamonte e de Chibannes são também do tipo grego sem sombra de dúvida. Aliás

⁽¹⁷⁾ J. San Valero Aparisi y D. Fletcher Valls, «Primera campaña de escavaciones en el Cabezo del Tio Pio» (Archena), *Informes y Memórias*, n.º 13, Madrid, 1947.

os desenhos no fundo interno das duas taças ou pratos de Alcácer do Sal e do vaso da Pedra Furada podem comparar-se, por exemplo, aos do Oppidum ibérico da Bastida de Mogente, cerca de Valência [Espanha], admiravelmente estudados por Lamboglia ⁽¹⁸⁾.

Em San Miguel de Liria, no levante espanhol, estudou Maria Mezquiriz ⁽¹⁹⁾ alguns pratos de tipo grego e, entre eles, um da forma 22 cuja ornamentação interior em palmeta combinada é absolutamente igual ao prato de Alcácer do Sal, aqui figurado (fig. 2. 1). O mesmo se dá no Cabezo del Tio Pio ⁽²⁰⁾.

Algumas formas estudadas por Lamboglia, no trabalho atrás citado, são semelhantes ao segundo prato de Alcácer do Sal: o mesmo tipo de palmeta «colegate» da forma 22.

Não encontramos propriamente nenhum motivo ao do vaso da Pedra Furada, mas, todavia, aquele desenho pode ser classificado no das palmetas «simétricas» de Nino Lamboglia ⁽²¹⁾.

Os *kilix* da Azougada parecem poder pertencer à forma 42 de Lamboglia, pelo menos vimos alguns perfis no trabalho sobre la Bastida que são muito semelhantes quanto à forma. A taça da Mesa dos Castelinhos (Ourique) pertence à forma 34.

Os pratos de Chibannes e da Cabeça de Vaiamonte poderão pertencer à forma 23. Para a lucerna de Vaiamonte não encontramos paralelo nas publicações que consultámos.

Nesta cerâmica negra das estações portuguesas há, seguramente, cerâmica de importação e cerâmica indígena imitação daquela.

A cronologia destas cerâmicas encontradas em Portugal começa a ser bastante segura pela ajuda de vários elementos bem datados. Assim temos, em primeiro lugar, os fechos de cinturão que, em Alcácer do Sal e em Vaiamonte, acompanham aquela cerâmica. Os fechos de

⁽¹⁸⁾ N. Lamboglia, «La cerâmica «precampana» della Bastida», *Archivo de Prehistória Levantina*, vol. V, Valência, 1954, p. 105 sq.

⁽¹⁹⁾ Maria Angeles Mezquiriz, «La cerâmica de importación en San Miguel de Liria», *Archivo de Prehistória Levantina*, vol. V, Valência, 1954, p. 159 sq.

⁽²⁰⁾ J. San Valero Aparisi y D. Fletcher Valls, *op. cit.*

⁽²¹⁾ N. Lamboglia, «Per una classificazione preliminare della cerâmica campana»; *Atti del I Congresso Internazionale di Studi Liguri*, Bordighera, 1952.

Alcácer podem ser datados entre os séculos VI e IV a.C. O de Vaiamonte do séc. V a.C. ⁽²²⁾.

Por outro lado a cerâmica de Alcácer do Sal, com palmetas combinadas, pode ser datada dos finais do Séc. V aos princípios do Séc. IV a.C. ⁽²³⁾.

Mezquiriz vai mesmo mais longe e data o prato com palmetas combinada da forma 22 da primeira metade do Séc. IV a.C.

Os *kilix* da Azougada da forma antiga parece poderem encontrar-se posteriormente ao Séc. IV a.C.

O vaso que nos parece mais moderno, no conjunto inventariado, é a pequena taça da forma 34 da Mesa dos Castelinhos, campaniense tipo A, de argila rosada e verniz negro brilhante. Podia ser um tipo de transição entre a forma 25 e a 34. Pode datar-se dos princípios do Séc. II a.C.

Os pratos de Chibannes e de Vaiamonte da forma 23 (?) podem datar-se dos finais do Séc. IV começos do Séc. III a.C.

No conjunto parece que podemos datar a cerâmica negra de tipo grego encontrada em Portugal dos princípios do Séc. V aos começos do Séc. II a.C. ⁽²⁴⁾.

Como dissemos, nos começos desta nota, esta cerâmica de importação é duma importância vital, como *fóssil* de datação da colonização grega no ocidente mediterrânico e atlântico. Durante muito tempo se pensou que a cerâmica grega, ou por outra, que as navegações gregas, com o seu portentoso comércio, nunca tinham passado as chamadas Colunas de Hércules, ou seja o Estreito de Gibraltar. As decobertas nos últimos anos, sobretudo, no Alentejo, depois das escavações de Alcácer do Sal vieram pôr termo a essa lenda. Bem sabemos que os achados de Alcácer do Sal, por ser uma necrópole, não tinham convencido ninguém dum comércio grego na zona atlântica portuguesa.

Se nos debruçarmos sobre a carta aqui apresentada (fig. 1), com

(22) D. Fernando de Almeida e O. da Veiga Ferreira, *op. cit.*

(23) M.^a Angeles Mezquiriz, *op. cit.*

(24) La cerámica campaniense de importación y las imitaciones campanienses em Ibiza, «*Trabajos de Prehistória - Instituto Español de Prehistória*», vol. 27, Madrid, 1970.

a indicação dos locais com cerâmica negra de tipo grego, verificamos que estão situados sempre em relação com grandes rios ou ribeiras navegáveis por pequenos barcos de madeira ou de coiro.

Comecemos por Chões de Alpompé, a possível Móron de Estrabão, situada quase na confluência do rio Alviela com o Tejo. Vaiamonte não está muito longe do Guadiana assim como a Azougada. Rotura, Chibannes e Alcácer do Sal estão junto do rio Sado. Miróbriga perto da costa, assim como a Pedra Furada. O próprio castro da Mangancha está muito perto do Sado, navegável por pequenos barcos, assim como a Mesa dos Castelinhos, no topo do rio Mira muito navegável ainda hoje terra a dentro.

É claro que pensamos que os gregos não vinham comerciar no interior dum país montanhoso e de gentes pouco dadas a serem enganadas e muito ciosas da sua independência e liberdade, mas seriam os lusitanos ou povos similares que desceriam das suas altitudes fortificadas, ao longo dos rios principais, até à costa para trocarem, com os mareantes gregos, seus produtos indígenas (especialmente os metais, ouro, prata, cobre e estanho) ⁽²⁵⁾ pelas faianças, contas e enfeites do longínquo mediterrâneo. Sabe-se que muito antes da chegada dos púnicos à Península ⁽²⁶⁾, aí pelo Séc. V a.C., os navegadores focenses vinham à Península trocar os seus produtos pelos nossos, incluindo, além dos mencionados metais, as salmoiras muito apreciadas por eles ⁽²⁷⁾.

Do exposto parece poder concluir-se:

- a) As navegações gregas no ocidente vieram, pelo menos, até ao Tejo a partir do Séc. V a.C.
- b) Os povos primitivos peninsulares (lusitanos e outros) mantinham um comércio assíduo com os navegadores gregos.

⁽²⁵⁾ O. da Veiga Ferreira. «Algumas considerações sobre as fábricas de conservas de peixe da antiguidade encontradas em Portugal», *Arquivo de Beja*, vol. XXIII-XXIV, Beja, 1966-67.

⁽²⁶⁾ Não dos fenícios pois estes chegaram à Península à volta do séc. XII, a.C.

⁽²⁷⁾ A. García y Bellido, «Fenícios y cartagineses en occidente», Madrid, 1942.
A. Schulten, «Tartessos», Hamburgo, 1922.

- c) A importância destas cerâmicas negras de tipo grego de importação é decisiva para o conhecimento das relações comerciais, pela navegação costeira, entre os povos do ocidente peninsular e os povos mediterrânicos em especial, os gregos, quer da própria Grécia, quer das colónias ou feitorias gregas da Itália, da Sicília, etc.
- d) O estudo destas cerâmicas permite dizer que será preciso intensificar a pesquisa dos castros do Alto e do Baixo Alentejo, assim como das regiões interiores da costa algarvia, onde se possam situar castros ou povoados fortificados dos povos autótones que mantinham relações comerciais com o povo grego.

Com a apresentação desta nota pensamos ter contribuído, um pouco, para o conhecimento geográfico da distribuição dessa cerâmica de importação tão característica e das relações mercantis da velha Lusitânia com os povos do mediterrâneo oriental a partir de, pelo menos, o Séc. V a. C.



1

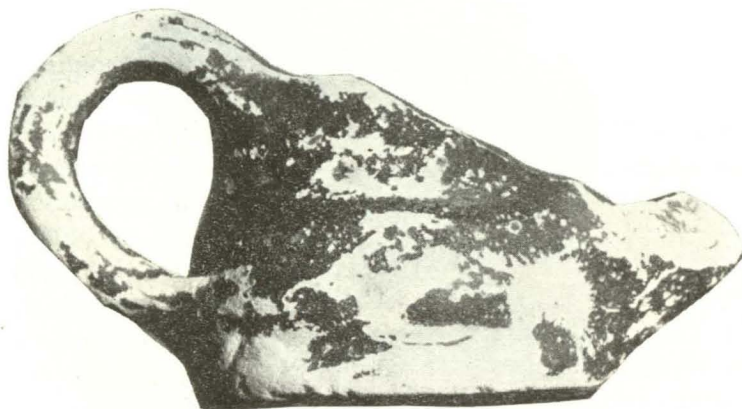


2

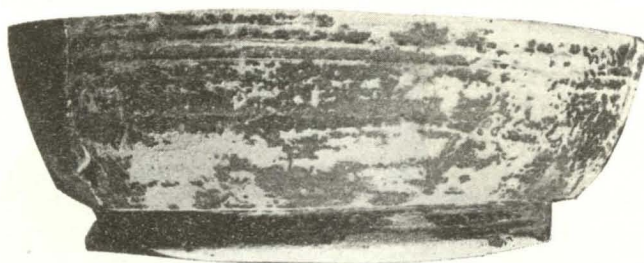
1 - Fundo de prato da Cabeça de Vaíamonte (2/3)

2 - Fundo de prato de Alcácer do Sal (2/3)

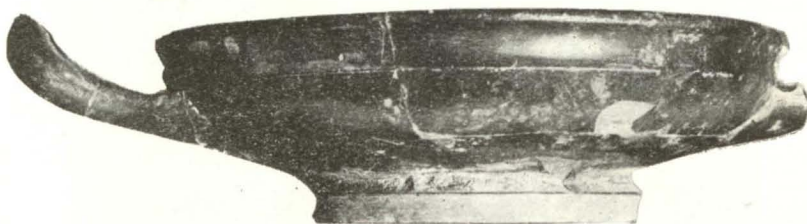
(Fotos do Dr. Manuel Leitão)



3



4



5

3 - Lucerna rara da Cabeça de Vaíamonte (1/1)

4 - Taça da Cabeça de Vaíamonte (2/3)

5 - Kilix da Azougada (Moura (2/3)

(Fotos do Dr. Manuel Leitão)



6



8



7



9

6-7 - Skyphos de Alcácer do Sal (muito reduzido)

8-9 - Skyphos de Alcácer do Sal (muito reduzido)



10

10 - Pelike de Alcácer do Sal
(muito reduzido)



11



12



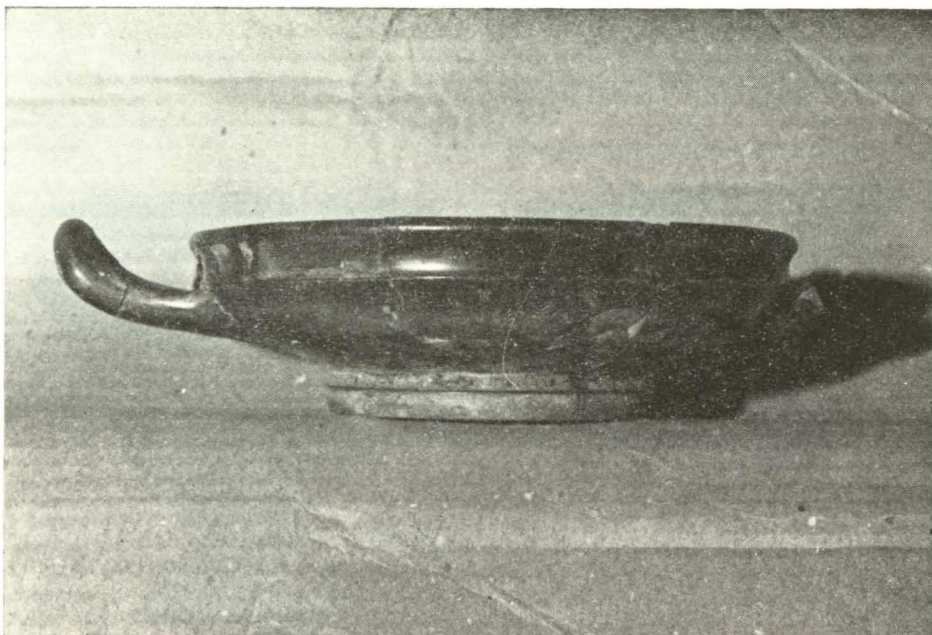
13



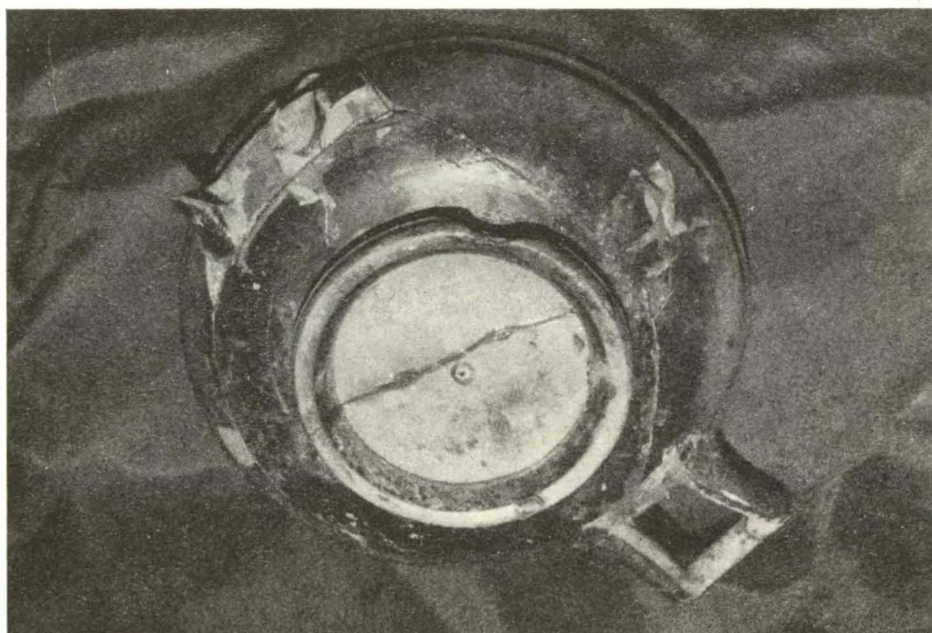
14

11-12 - Crátera de Alcácer do Sal (muito reduzida)

13-14 - Outra Crátera de Alcácer do Sal (muito reduzida)



15



16

15 16 - Duas vistas do **Kilix** do Castro da Azougada (Moura) (2/3)
(Fotos do Dr. Manuel Leitão)

NOVAS ACHEGAS
PARA A HISTÓRIA DA CASA DAS QUARTAS
EM ABAMBRES DE MATEUS

AMPLIAÇÃO DO QUE SOBRE ELA ESCREVEU
O OPEROSO GENEALOGISTA DR. JÚLIO A. TEIXEIRA
EM «FIDALGOS E MORGADOS DE VILA REAL E SEU TERMO»

pelo sócio efectivo

José de Campos e Souza

A MINHA MULHER
DEDICO ESTA BREVE NOTÍCIA
DA CASA A QUE NOS PRENDEM TÃO SAUDOSAS RECORDAÇÕES

Aos prezados Primos e Amigos
CARLOS MONTEIRO BAPTISTA DE BARROS
e
JOSÉ ERNESTO DE MENEZES E SOUSA FONTES,
genealogistas esclarecidos e eruditos investigadores,
agradeço cordialmente a valiosa colaboração prestada

INTROITO

«Time could not wreck the perfect symmetry of those walls, nor the site itself, a jewel in the hollow of a hand.»

Daphne du Maurier

A quatro quilómetros de Vila Real de Trás-os-Montes pela Timpeira e a cerca de três pela Duroa ⁽¹⁾, à beira da Estrada do Circuito, no lugar de Abambres da freguesia de São Martinho de Mateus, frente à Princesa do Corgo e dominando um risonho vale de lameiros, matas e vinhedos, encontra-se a senhorial e aprazível Casa das Quartas.

Para o viandante que, partindo da Duroa, desça o circuito, em demanda da Baralha ⁽²⁾, esta Casa seiscentista, sucessivamente restaurada após três incêndios de somenos importância e uma enxurrada de mais graves consequências, parece, à primeira vista, constar apenas de Capela, lojas, rés-do-chão alto e um velho lagar de azeite. Na realidade — e em parte devido a um socalco do terreno — ela está construída em seis níveis, ligados entre si por sete lanços de escada, ou simples séries de degraus. É um aglomerado heterogéneo e pinturesco, que as necessidades geraram em três séculos de vida patriarcal e piedosa, entrecortada de fainas agrícolas intensas, mas amplamente compensadoras ⁽³⁾.

Desconheço qual seja a origem exacta do nome desta Casa. Tudo leva a crer que se trata de alusão a uma tradicional medida agrícola, de qualquer das produções em que a propriedade é fértil.

Ao lado da Capela, situada na extremidade S.E. da Casa (cuja fachada principal olha para S.O.), logo se repara num pequeno

(1) Lugarejo da freguesia de São Martinho de Mateus, situado junto à estrada, diante da Igreja Paroquial e assim chamado por nele ter vivido, em tempos não remotos, a viúva de um tal Durão.

(2) Terreiro de Abambres, onde se encontram a fonte e o lavadouro municipais, e onde a mocidade local namora, chaliceia, bebe e joga o fito.

(3) Cfr. o meu folheto *A Casa das Quartas em Abambres de Mateus*, Régua, 1949.

jardim com seus canteiros de buxo, japoneiras e árvores de fruto. Nele existiu, durante longos anos e até há pouco, um eucalipto gigantesco, célebre nas redondezas e que se avistava de muitos quilómetros em redor, servindo de ponto de referência topográfico nas manobras do Regimento de Infantaria n.º 13, ou para quem descia os contrafortes do Marão a caminho da real vila dionisiana.

Deste jardim descortina-se um panorama vasto e luminoso que, no género, considero dos mais belos da Província e talvez de toda a terra portuguesa. Exposta no jardim, uma pedra de armas granítica e vistosa, que foi da Casa de Valnogueiras, na freguesia de São Pedro de Valnogueiras.

Atrás da Casa sobe pela encosta uma vinha grande e bem tratada. E dispersos na região de Abambres, desde o povoado em si até à margem do Corgo sinuoso, a cada passo topamos com terras férteis de sementeira, vinho, ou fruteiras, integradas no florescente casal agrícola.

A Capela, com porta para a estrada, comunica interiormente, pelo côro, com a Casa e é da invocação de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira do Reino. Data, segundo creio, do terceiro quartel do século XVIII. Após alguns anos de encerramento, foi restaurada e reaberta ao culto.

A esquerda da Capela, encastrada, com acerto architectónico, no muro do campanário, qual heráldico espaldar do simples mas bem proporcionado banco de granito que lhe fica por debaixo, está uma pedra de armas ímpar, das mais formosas que tenho visto. Foi ali colocada nos anos quarenta, constituindo a principal riqueza arqueológica e artística de Abambres.

Pertenceu essa pedra à Casa dos Morgados do Espírito Santo, na freguesia de São Domingos de Favaio, cujo pórtico encimava; pelas suas dimensões grandiosas se avaliará da magnitude do solar para o qual foi lavrada, há uns bons trezentos anos.

Quando nos meados do século XIX o último Morgado do Espírito Santo, Alvaro Xavier de Barros Botelho de Moraes Sarmiento, se desfez da vasta Casa de seus avós, para dar passagem à Estrada de Favaio, ao tempo em construção, a pedra de armas ficou naquela vila, em mãos alheias, como orgulho de nativos e atracção de forasteiros.

Tempos volvidos, o Par do Reino e Conselheiro Francisco José de Medeiros, genro do Morgado, conseguiu, não sem dificuldades, reaver a pedra, promovendo o seu transporte, em cinco possantes carros de bois, para a Quinta do Prado, na freguesia de São Salvador de Sabrosa, onde habitava. De ali, passados alguns anos, foi a pedra removida para Abambres e por minha sugestão encorporada no muro onde hoje se encontra. Procedeu a essa obra de salvação o neto e representante do último Morgado do Espírito Santo, meu sogro, Dr. João de Barros Coelho Mourão, 5.º Senhor da Casa das Quartas. Para tanto, tornou-se indispensável cavar fundos alicerces e assentar a pesadíssima pedra de armas numa viga de cimento armado, de enormes proporções. Encarregou-se do trabalho um afamado canteiro da região, o mestre António Viana, que, tal como o Senhor da Casa, já não pertence ao número dos vivos.

A toda a hora passam na Estrada do Circuito, frente à Casa, automóveis com turistas que se entretêm a fotografar o magnífico espécimen heráldico, para enriquecimento dos seus albuns de recordações.

A varonia dos Senhores da Casa das Quartas — que ora usam o apelido Mourão — é Carvalho. Dela e de algumas alianças contraídas no decorrer dos séculos me proponho tratar, com mais amor do que engenho, nas páginas mal ataviadas que aqui aguardam o leitor benévolo.

*

VARONIA

I - *Domingos João de Carvalho*, morador na Rua Direita de Vila Real, nasceu cerca de 1650 e já era falecido em 1757. Casou, cerca de 1680, com Catarina Rodrigues de Carvalho, que nasceu cerca de 1660 e já era falecida em 1757 ⁽¹⁾. Tiveram:

II - *Luís Rodrigues de Carvalho Monteiro*, Almotacé da Câmara de Vila Real (ofício de que lhe foi dado juramento a 16.IV.1714

⁽¹⁾ Catarina Rodrigues de Carvalho, segundo uns, era irmã de António Rodrigues de Carvalho, Morgado de São Cosme, de Paradela de Guiães, em Sabrosa.

pelo Dr. José Pinto de Queirós da Mesquita, Juiz de Fora com alçada na Vila e seu termo ⁽²⁾, Senhor da Casa do Jogo da Bola naquela vila. Da família dos Carvalhos de Paradela, de Guiães, em Sabrosa, nasceu na freguesia de São Pedro de Vila Real, onde foi baptizado a 10.II.1684. Cfr. *Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu Termo*, por Júlio A. Teixeira, Vol. IV, Vila Real, 1952, pp. 502-505. Já era falecido a 22.II.1751 ⁽³⁾. Casou, a 30.I.1718, na Igreja de São Pedro de Vila Real, com D. Maria Pereira Teixeira de Carvalho, que nasceu na dita Rua Direita e foi baptizada, a 12.VIII.1703, na mesma Igreja, filha de Paulo de Carvalho Monteiro, morador na referida Rua Direita, natural da freguesia de Nossa Senhora dos Anjos da vila e couto de Gouvães e de sua mulher D. Maria Teixeira Rebelo, da Quinta de Vilares, freguesia de Nossa Senhora das Neves, da vila de Alfarela de Jales. Tiveram, entre outros:

III - *Manuel Teixeira de Carvalho* ⁽⁴⁾, 1.º Senhor da Casa das Quartas, no lugar de Abambres, da freguesia de São Martinho de Mateus, termo de Vila Real e Escrivão da Câmara Eclesiástica da mesma vila. Natural da freguesia de São Pedro de Vila

(2) Certidão no meu Arquivo, passada por Joaquim José Silva de Barbosa, aos 20.IV.1768, a pedido de Manuel Teixeira de Carvalho.

(3) Cfr. *Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu Termo*, pelo operoso genealogista Dr. Júlio A. Teixeira, Vol. IV, Vila Real, 1952, p. 502.

(4) Manuel Teixeira de Carvalho em 1770 e provavelmente desde 1767, era Escrivão da Câmara Eclesiástica de Vila Real, localidade onde morava, como consta de duas escrituras de obrigação de dinheiro à razão de juros, constantes das Notas do Tabelião Francisco Taveira dt Macedo (Livros 22.º e 25.º do Maço n.º 92, do Arquivo Distrital de Vila Real), cujos cabeçalhos rezam:

Livro 22.º, fl. 72 (31.XII.1767) — *Escritura de obrigação de dinheiro à razão de juros que fez Manuel Teixeira de Carvalho desta vila às religiosas de Santa Clara da mesma;*

Livro 25.º, fl. 33 v. (20.II.1770) — *Escritura da obrigação da quantia de cento e trinta mil reis à razão de juros, que faz Manuel Teix.º de Carvalho, escrivão da Câmara Eclesiástica desta Vila Real, às menor (sic) e filhas de Luis Dias e sua mulher Rosa Maria (...) do dinheiro pertencen-*

Real, o seu assento de baptismo encontra-se no Livro de Baptizados daquela freguesia, anos 1732-1774, fl. 112 v. Em 1766, com sua mulher, fez escritura de Vínculo de Capela. Faleceu em 23.XI.1790. A 22.II.1751 casou com D. Isabel Joana Tereza de Carvalho, natural de Abambres, que nasceu cerca de 1725, fez testamento a 28.VII.1800 e faleceu a 8.IX.1800 na Casa das Quartas, filha de Alexandre Lopes de Carvalho, natural de Abambres, vivo em 1772, e de sua mulher D. Ana Maria de Carvalho. Tiveram, entre outros:

cente ao legado que lhe deixou seu tio o P.^e João Dias de Carvalho do mesmo lugar para seu estado, o qual lhe dá o doutor promotor Francisco dAzevedo por ordem do muito Reverendo Dezembargador Vigário Geral da Comarca, Administrador do dito dinheiro.

Manuel Teixeira de Carvalho era irmão inteiro de:

- I - O P.^e N... de Carvalho, frade na Província da Conceição da Ordem de São Francisco, que nasceu, em Vila Real,, cerca de 1725.
- II - *Vicente Luís de Carvalho e Oliveira*, Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo (Carta de 10.II.1769), Guarda Roupas, no Paço de Braga, de Sua Alteza o Senhor D. Gaspar de Bragança (Arcebispo e Senhor de Braga, Primaz das Espanhas), Moço da Câmara e Criado Grave Particular de Suas Altezas no Paço de Palhavã, às portas de Lisboa, Escrivão do Público na cidade de Braga, onde se tratava à lei da nobreza (Habilitação de 28.IX.1757), que nasceu, a 18.IV.1736, na Rua do Jogo da Bola em Vila Real e faleceu, cerca de 1785, naquela cidade minhota. Casou, a 2.VII.1758, na Igreja do Salvador de Mouços, Termo de Vila Real, com D. Joana Maria Teixeira da Conceição (filha de José Alves Teixtira e de sua mulher D. Ana Maria da Conceição), de quem teve:
- A1 - O Dr. *José Paulo Teixeira de Carvalho*, Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, Escrivão do Cível na cidade de Coimbra (Habilitação de 5.X.1792, Dezembargador da Casa da Suplicação, com exercício de Corregedor da Comarca de Évora, Provedor da Comarca de Beja, Juiz de Fora na vila de Serpa em 1798, Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo, e Fidalgo de Cota de Armas (Carta de Brasão de Armas de 20.VI.1807, registada no Cartório da Nobreza, Livro VII, fls. 182-183 v.: escudo esquartelado de Carvalhos, Monteiros, Pereiras e Teixeiras, e por diferença uma brica de oiro com uma banda de azul; elmo, paquife, virol e timbre de Carvalhos — Cfr. *Archivo Heraldico-Genealogico*, pelo

IV - *Bernardo Teixeira de Carvalho* ⁽⁵⁾, 2.º Senhor da Casa das Quartas e Tenente-Coronel do Regimento de Milícias de Vila Real. Nasceu, em Abambres, a 1.IX.1760 e foi baptizado, na Igreja de São Martinho de Mateus, a 13 daquele mês. O assento encontra-se no Livro de Baptizados respectivo, fl. 136. Casou, em 1783, com D. Maria Angélica de Barros. Tendo enviuvado, contraiu segundo matrimónio com D. Maria Joaquina Micaela de Barros, irmã de sua primeira mulher, que nasceu cerca de 1773 e faleceu a 25.XII.1828, com 55 anos «pouco mais ou menos» segundo o seu assento de óbito, filha de Simão (ou Simeão) Alves (ou Alvares) de Barros ⁽⁶⁾, de Abambres e

Visconde de Sanches de Batna, Lisboa, 1873, p. 411, n.º 1629). Nasceu, a 5.II.1769, na Casa de Alvites, foi baptizado na Igreja de São Salvador de Mouços e faleceu, assassinado pelo povo enfurecido, cerca de 1807. Casou com D. Francisca Ludovina de Mira, do Castelo Ventoso, em Azaruja, no Termo de Évora, de quem teve D. Maria José de Carvalho Mira, que nasceu a 18.IX.1806 e faleceu a 11.VI.1866, segunda mulher do 1.º Conde da Esperança, José Maria de Barahona Fragoso Cordovil da Gama Lobo, (que nasceu a 15.IX.1816 e faleceu em data que ignoro), c. g.

B1 - O *P.º Gaspar Teixeira de Carvalho* s.m.n.

III - *João Francisco de Carvalho*, que casou com Maria José de Carvalho, de Abambres. Eram vivos a 28.XII.1769.

(5) Bernardo Teixeira de Carvalho era irmão inteiro de:

I - O *P.º José Bernardo Teixeira de Carvalho*, Pároco da Igreja de Santa Eulália da Cumieira, que nasceu cerca de 1755.

II - O *P.º João Inácio Teixeira de Carvalho*, Reitor da Igreja da Torre do Pinhão, que nasceu cerca de 1760.

III - *D. Ana Joaquina Teixeira de Carvalho*, que faleceu demente.

IV - *D. Mariana Angélica Teixeira de Carvalho*, Religiosa no Convento de Nossa Senhora das Dores, em Vila Real.

V - *D. Joana Maria Engrácia Teixeira de Carvalho*, que casou com Manuel Joaquim Ribeiro e recebeu dos tios a nomeação dum Prazo, em 28.XII.1769.

(6) A assinatura de Simão Alves de Barros, nítida e de perfeita caligrafia, encontra-se no Livro de Baptizados da freguesia de São Pedro de Vila Real, ano de 1774, fl. 254. No assento o Abade escreveu «Simam», segundo a ortografia da

de sua mulher D. Josefa Maria da Conceição Gonçalves ⁽⁷⁾, neta paterna de Martinho Álvares de Barros ⁽⁸⁾, da Casa do Paço, em Abambres e de sua mulher D. Isabel Álvares (5.^{os} avós, na varonia, do Senhor Carlos Monteiro Baptista de Barros) e neta materna de Domingos Gonçalves, do lugar de Justes, freguesia de São João Baptista de Lamares e de sua mulher Maria Gaspar, já falecida a 18.III.1768, indicação constante do cabeçalho e da entrada do texto da escritura de dote, que a favor

época. Esteve casado com D. Josefa Maria da Conceição Gonçalves apenas entre 1768 e 1775. Era irmão inteiro de:

- I - *António Alves, ou Álvares, de Barros*, que casou com D. Teresa Maria Nunes, de Mateus, c. g.
- II - *José Alves, ou Álvares, de Barros*, Alferes de Milícias, que casou, em Borbela, com D. Joana Maria Francisca Fernandes, c. g.
- III - *João José Alves, ou Álvares, de Barros*, Capitão de Milícias, natural de Abambres. Casou com D. Ana Joaquina Rita Pereira Taveira do Couto, filha do Dr. Manuel do Couto Rubião, Bacharel em Direito, natural da freguesia de Arroios, que casou, na freguesia de São Pedro de Vila Real, a 20.VI.1734, com D. Joana Maria Pereira Taveira, neta paterna de José Nunes do Couto e de sua mulher D. Maria Martins de Carvalho e materna de Domingos Pereira Taveira e de sua mulher D. Helena Pereira. João José e D. Ana Joaquina Rita tiveram:

A1 - *D. Maria Rita Álvares de Barros*, que nasceu, em Vila Real, a 2.I.1774 e casou com António Teixeira de Miranda Correia, filho de António Teixeira da Luz, de Alfarela de Jales e de sua mulher D. Angélica Maria Teixeira de Moraes. Tiveram:

- B1 - *João de Barros Correia*, que nasceu, em Abambres, a 28.I.1799.
- B2 - *Bernardo de Barros Correia*, que nasceu a 2.XII.1800.
- B3 - *D. Maria Madalena de Barros Correia*, que nasceu a 11.XII.1802.
- B4 - *João Inácio de Barros Correia*, que nasceu a 28.X.1804.
- B5 - *D. Ana de Barros Correia*, que nasceu a 14.IV.1806.
- B6 - *Manuel de Barros Correia*, que nasceu a 27.VI.1809.

A2 - *António do Couto Rubião*, que nasceu a 14.VII.1776.

A3 - *José Alves de Barros*, que nasceu a 3.III.1784.

Cfr. *Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu Termo*, por Júlio A. Tei-

de D. Josefa Maria e de Simão fizeram os primos e tios deste, P.^{es} João e António Alvares Ribeiro, de Abambres. Tiveram entre outros, além de João Inácio Teixeira de Carvalho, que nasceu a 28.X.1804:

xeira, Vol. IV, Vila Real, 1952, p. 506 e *Famílias da Freguesia de S. Martinho de Mateus*, por Carlos de Barros, Porto, 1971, pp. 40-50.

As filhas de Simão e de seu tio paterno António Alvares de Barros, chamado «do Paço», casado com D. Isabel Joana Alvares (irmã do P.^e André Alvares), tiveram os mesmos nomes e sobrenomes. A única filha conhecida deste casal, D. Maria Joaquina Alvares de Barros, casou, em 1768, com Miguel de Freitas Alves Coelho de Faria, filho do Dr. Manuel de Freitas de Barros e de Helena Alves de Figueiredo, bastarda, solteira, da freguesia de Arroios, filha de Baltasar Alvares de Barros, da mesma freguesia, que viveu no último quartel do século XVII e de Luzia Esteves, solteira, da freguesia de São Pedro de Valnogueiras. Baltasar teve outro filho bastardo, de outra mulher: António Alvares de Barros. Miguel e D. Maria Joaquina tiveram três filhos, por ordem de primogenitura: Manuel, que faleceu solteiro, s. g.; António, que também faleceu solteiro; e Francisco Alves Coelho de Freitas, que casou com D. Maria Felicíssima Teixeira de Figueiredo, filha de José Paulo de Figueiredo, Senhor da Casa de Urros e de sua mulher D. Maria Angélica do Carmo Alves Pereira Teixeira e afillhada de Nossa Senhora do Carmo (Livro de Baptizados da freguesia de São Pedro de Vila Real, anos de 1787-1792, fl. 149, onde figura, apenas, com o nome de Maria. O sobrenome de Felicíssima foi também usado, certamente como augúrio, na família Carvalho, da Casa das Quartas, por uma senhora que deve ter sido a filha primogénita do Tenente-Coronel Bernardo e de sua mulher D. Maria Joaquina. Na família Coelho Mourão, da Casa de Valnogueiras, também houve um P.^e Francisco Felicíssimo, Reitor da freguesia de São Pedro de Valnogueiras Cfr. *Portugal Antigo e Moderno*, por Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho Leal, Vol. XI, Lisboa, 1886, p. 935. A assinatura de D. Maria Felicíssima Teixeira de Figueiredo, reconhecida por Tabelião, juntamente com a de seu marido, encontra-se no Processo 334-6, do Índice da Relação do Porto, Sala 3 (1-7), do Arquivo Distrital do Porto. D. Isabel Joana Alvares era filha de Domingos Francisco, de Abambres e de sua mulher D. Isabel Alvares, de Urros; neta paterna de outro Domingos Francisco, também de Abambres e de sua mulher Maria Lopes, de Mosteirô; neta materna de Baltasar Alvares, de Urros e de sua mulher D. Isabel Alvares, de Abobeira (Mouços).

(7) Josefa Maria da Conceição Gonçalves fez escritura de dote a sua filha Maria Angélica de Barros, para haver de casar com Bernardo Teixeira de Car-

V - *Manuel Inácio Teixeira de Carvalho* ⁽⁹⁾, 3.º Senhor da Casa das Quartas, que nasceu a 27.VI.1809 e faleceu, em Mateus, a 18.XI.1868. Casou, na freguesia de São Pedro de Valnogueiras, Termo de Vila Real, a 11.IX.1862, com D. Tereza dos Prazeres Júlia Coelho Mourão de Souza ⁽¹⁰⁾, que nasceu, na Casa de Val-

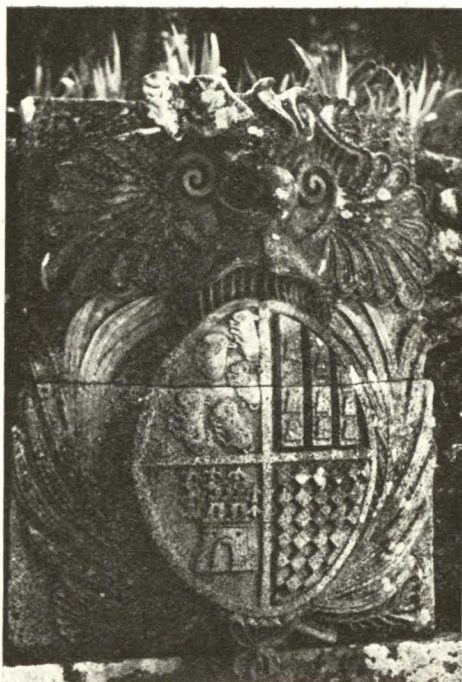
valho, todos de Abambres, em 9.IV.1783, no Livro de Notas n.º 57 do Tabelião Manuel Botelho de Lemos, de Vila Real, pertencente ao Maço n.º 87 do Arquivo Distrital de Vila Real, fl. 53 v.

⁽⁸⁾ Martinho Álvares de Barros, irmão inteiro de António Álvares de Barros (sogro de Miguel de Freitas) e de Leonardo Álvares (pai dos P.^{es} João e António Álvares Ribeiro), era filho de Pedro Álvares e de sua mulher Maria Lopes. Pedro Álvares era irmão do P.^e Bartolomeu Álvares, de Abambres, que requereu a sua habilitação «de genere» em 1689. Maria Lopes, irmã do P.^e João Ribeiro, conforme consta de uma escritura de património de 6.I.1691, em Vila Real, era filha de Domingos Ribeiro e de sua mulher Madalena Lopes, ambos de Abambres.

⁽⁹⁾ Manuel Inácio Teixeira de Carvalho era irmão inteiro de:

- I - *D. Bernarda Felicíssima Teixeira de Carvalho*, que nasceu, na Casa das Quartas, a 5.VII.1790 e casou, a 27.XI.1815, na freguesia de São Martinho de Mateus, com José Joaquim Borges, de Palheiros, Murça.
- II - *D. Margarida Emília da Conceição Teixeira de Carvalho*, que nasceu, na Casa das Quartas, a 2.IX.1799.
- III - *D. Lucrécia Júlia Teixeira de Carvalho*, que nasceu, na Casa das Quartas, a 18.X.1802 e casou com José Pereira de Sousa Peixoto, Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo, armado, na Igreja de São Pedro de Vila Real, a 5.XII.1824, conforme consta de Alvará e Cartas integradas no meu Arquivo.
- IV - *João Inácio Teixeira de Carvalho*, que nasceu, na Casa das Quartas, a 28.X.1804.
- V - *D. Maria Teixeira de Carvalho*, que nasceu, na Casa das Quartas, a 23.XII.1806.
- VI - *D. Ana Teixeira de Carvalho*, s.m.n.
- VII - *D. Joana Efigénia Teixeira de Carvalho*, que nasceu, na Casa das Quartas, cerca de 1808 e casou, a 21.IV.1828, na Igreja de São Martinho de Mateus, com José Teodoro Jales, filho de Domingos Fernandes Jales, Fidalgo de Cota de Armas, Sargento Mór de Ordenanças da vila de Alfarela de Jales, etc., e de sua mulher D. Quitéria Margarida.

⁽¹⁰⁾ D. Tereza dos Prazeres Júlia Coelho Mourão de Souza era irmã inteira de:



**Pedra de Armas da Casa de Valnogueiras,
na freguesia de São Pedro de Valnogueiras,
hoje na Casa das Quartas.**

Escudo esquartelado de Coelhos, Cunhas, Farias e Correias.
Elmo, paquife e timbre de Coelhos.

Esta pedra apresenta algumas anomalias curiosas. No I quartel, os coelhos da bordadura ocupam todo o campo, que deveria ser preenchido pelo leão carregado de três faixas enxaquetadas. No II quartel, as nove cunhas carregam três palas, bem diferenciadas, em vez de estarem dispostas em três palas. No IV quartel, o fretado de seis peças foi representado por um enxaquetado obliquo. No timbre, o leão é de corpo inteiro, não está carregado das duas faixas enxaquetadas habituais e segura um coelho nas unhas.

nogueiras, a 30.VIII. 1823 e foi baptizada, na dita freguesia, a 7.IX.1823 (Livro respectivo, fls. 27 v. e 28), filha de António Luís Álvares Coelho Mourão ⁽¹¹⁾, Senhor da Casa de Valno-

-
- I - O P.^o *Francisco Felicíssimo Coelho Mourão*, da freguesia de São Pedro de Valnogueiras.
 - II - D. *Isabel Coelho Mourão*, id.
 - III - D. *Rita Coelho Mourão*, id.
 - IV - D. *Maria Coelho Mourão*, id.
 - V - D. *Maria da Purificação Coelho Mourão*, que antes de se crismar se chamou D. *Luísa Coelho Mourão*, id.
 - VI - O P.^o *Luís António Alves Coelho Mourão III*, id.
 - VII - D. *Gracinda Coelho Mourão*, id., que casou com o Dr. José Aires Lopes, c. g.
 - VIII - D. *Ana Coelho Mourão*, da mesma freguesia.
- (11) *António Luís Álvares Coelho Mourão* era irmão inteiro de:

- I - O P.^o *Luís António Alves Coelho Mourão II*.
- II - O P.^o *José da Conceição e Souza*, que teve:

A1 - D. *Rita do Espírito Santo*, que nasceu, na freguesia de São Pedro de Valnogueiras, a 24.V.1830 e foi baptizada a 31 desse mês.

António Luís Álvares Coelho Mourão era filho de António José Lopes Rodrigues, natural da freguesia de São Tiago de Andrães, termo de Vila Real e de sua mulher D. Isabel Maria Álvares Coelho Mourão, da Casa de Valnogueiras. O casamento realizou-se, na freguesia de São Pedro de Valnogueiras, a 31.V.1783, conforme consta do Livro de Casamentos da freguesia, anos de 1774-1808, fls. 14 v.

D. Isabel Maria, que nasceu, na freguesia de São Pedro de Valnogueiras, a 16.V.1753, foi baptizada, a 24 do mesmo mês, pelo Dr. Manuel de Matos Coelho, de Guiães (Livro de Baptizados da freguesia de São Pedro de Valnogueiras, anos de 1723-1781, fl. 120), sendo madrinha D. Isabel Botelho Mourão, filha bastarda de Diogo Álvares Botelho Mourão, de Mateus. Foi irmã inteira de:

- I - D. *Maria José Álvares Coelho Mourão*, que nasceu a 10.II.1755 (Livro citado, fl. 127).
- II - O P.^o *Luís António Alves Coelho Mourão I* que nasceu a 5.VII.1756, afilhado de baptismo do Cónego Luís Botelho Mourão, filho de Matias Álvares Mourão e irmão de António José Botelho Mourão, 1.^o Morgado de Mateus (Livro citado, fl. 136).
- III - D. *Ana do Carmo Alves Coelho Mourão*, que nasceu a 15.V.1760 e foi

gueiras e de sua mulher D. Maria do Carmo de Souza e Mesquita de Magalhães ⁽¹²⁾. D. Tereza dos Prazeres Júlia foi afillhada de baptismo dos 1.^{os} Condes de Vila Real, D. José Luís de Souza Botelho Mourão e Vasconcelos e D. Tereza Frederica Cristina

baptizada a 24 desse mês, sendo afillhada de D. José Maria dos Prazeres Botelho Mourão e de sua mulher D. Leonor (Livro citado, fl. 157).

António Luís Álvares Coelho Mourão era neto paterno de José Rodrigues de Aguiar, da freguesia de São Tiago de Andraes e de sua mulher D. Paula Fernandes, do lugar de Fonteita da mesma freguesia. José Rodrigues de Aguiar era irmão do P.^e António Rodrigues de Aguiar, Reitor de Valnogueiras, Arqueólogo e autor de uma monografia sobre Panoias, transcrita por Jerónimo Contador de Argote nas suas *Memorias do Arcebispado de Braga*.

António Luís Álvares Coelho Mourão era neto materno de José Álvares Coelho, que nasceu cerca de 1730 e casou, a 26.I.1752, com D. Cecília Maria de Carvalho, da freguesia de Santa Maria de Guiães (Livro de Casamentos da referida freguesia, anos de 1742-1808, fl. 16 v.).

José Álvares Coelho (irmão do P.^e Manuel Álvares Coelho, Reitor de Valnogueiras e de D. Brites Álvares Coelho) era filho de André Álvares Coelho, da Casa de Valnogueiras, que nasceu cerca de 1720 e casou, cerca de 1750, com D. Páscoa Francisca, que nasceu cerca de 1730.

André Álvares Coelho, segundo presumo, descendia do P.^e António Álvares Coelho que instituiu um vínculo na freguesia de Arroios, termo de Vila Real e depois foi Reitor de Valnogueiras, nos meados do século XVII. Este P.^e António era pai de:

I - *António Álvares*, casado com Cristina Gonçalves a 17.V.1723 (Livro de Casamentos da freguesia de São Pedro de Valnogueiras, anos de 1708-1773).

II - *José Álvares*, casado com *Maria Lopes* a 15.IV.1725 (Livro citado). Tiveram:

A1 - *Joana Álvares*, baptizada a 12.V.1732 (Livro de Baptizados da freguesia de São Pedro de Valnogueiras, ano de 1732, fl. 32 v.).

A2 - *Brites Álvares* (Livro citado, fl. 28 v.).

André Álvares Coelho, segundo o genealogista Engenheiro José Ernesto de Sousa Fontes, era, talvez, filho do Dr. João Baptista de Barros Coelho, 2.^o Morgado de São Cosme, em Parada de Guiães e de sua mulher D. Catarina de Souza Machado Mourão.

D. Cecília Maria de Carvalho era filha de Domingos Francisco Lapouço e de sua mulher Francisca Gonçalves, ambos da freguesia de Santa Maria de Guiães.

⁽¹²⁾ D. Maria do Carmo de Souza e Mesquita de Magalhães morreu em

de Souza Holstein. Manuel Inácio e sua mulher tiveram um filho único:

- VI - O Dr. *José Coelho Mourão Teixeira de Carvalho*, Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, Advogado e Notário em Vila Real, Director interino do Asilo Escola de Artes e Ofícios de Vila Real, Secretário Geral do Governo Civil e Governador Civil substituto naquela cidade. Foi grande autoridade em Direito Administrativo. 4.º Senhor da Casa das Quartas, onde nasceu a 2.IV.1864, foi baptizado, na freguesia de São Martinho de Mateus, a 12 daquele mês (Livro respectivo, fl. 3 v., n.º 5). Faleceu, no Porto, a 9.VII.1933. Casou com D. Maria das Dores Xavier de Barros Beça Botelho de Castelo Branco, representante dos Morgados de Nossa Senhora do Loreto em Sabrosa, do Espírito Santo em Favaios e das Selores em Carrazeda de Ansiães, que nasceu, na freguesia de São Salvador de Sabrosa, Quinta de Nossa Senhora do Loreto, ou do Prado, (também chamada da Comba, do nome de uma das suas antigas Senhoras), a 15.IX.1868, foi baptizada, na freguesia de São Domingos de Favaios, a 23.X.1868 (Livro respectivo, fl. 102 v., n.º 62) e faleceu,

odor de santidade e jaz sepultada na Igreja de São Pedro de Valnogueiras. Era filha de Francisco Rodrigues de Souza, ou de Magalhães, da Casa do Amieiro, no Concelho de Alijó e de sua mulher D. Ana Nunes da Mesquita Magalhães, ou Guimarães. José de Medeiros, do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima, Par do Reino (Carta odor de santidade e jaz sepultada na Igreja de São Pedro do Assento de Valnogueiras. Era filha de Francisco Rodrigues de Sousa, ou de Magalhães, da Casa do Amieiro, no Concelho de Alijó e de sua mulher D. Ana Nunes da Mesquita Magalhães, ou Guimarães.

(13) D. Cândida Raquel de Barros Botelho de Castelo Branco nasceu, na freguesia de São Domingos de Favaios, a 20.VI.1871, foi baptizada, na mesma freguesia, a 4.VIII.1871 e registada na Conservatória do Registo Civil de Alijó (Livro de Registo de Nascimentos da Freguesia de São Domingos de Favaios, ano de 1871, fl. 169, n.º 45). Casou, no Porto, a 9.VII.1894, com o Dr. Francisco José de Medeiros, do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima, Par do Reino (Carta Régia de 4.IV.1905), Ministro da Justiça e dos Cultos (no Gabinete de Wenceslau de Lima), Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, etc., já viúvo de uma prima em 1.º grau de D. Cândida Raquel.

O Dr. Francisco José de Medeiros nasceu, em Valpaços, a 30. IV.1845, foi baptizado, na freguesia de Santa Maria de Valpaços, a 3.V.1845 e registado na



**Pedra de Armas da Casa do Espírito Santo,
na freguesia de São Domingos de Favaio,
hoje na Casa das Quartas.**

Escudo esquartelado de Barros, Mesquitas, Pimenteirs e Pereiras.
Correia, elmo, paquife, virol e timbre de Barros.

na Casa das Quartas, a 15.III.1897. Cfr. *Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu Termo*, por Júlio A. Teixeira, Vol. I, Vila Real, 1946, pp. 169-184 e Vol. II, Vila Real, 1948, pp. 341-361. Era irmã inteira de D. Cândida Raquel de Barros Botelho de Castelo Branco ⁽¹³⁾ e filha e representante de Alvaro Xavier de Barros Botelho de Moraes Sarmento, Senhor dos Morgados de Nossa Senhora do Loreto, do Espírito Santo e das Selores, Fidalgo da Casa Real e de sua mulher D. Ana José de Figueiredo de Abreu Castelo Branco, de Guiães. José e D. Maria das Dores tiveram um filho único:

VII - *João de Barros Coelho Mourão*, 5.º Senhor da Casa das Quartas, Senhor das Casas de Valnogueiras e de Nossa Senhora do Loreto, representante dos Morgados do Espírito Santo e das Selores, Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, que teve Alvará de Brasão de Armas passado, pelo Conselho de Nobreza, a 25.V.1955 (Processo n.º 323, registado no Livro I, sob o n.º 339, fl. 47 e publicado no *Boletim Oficial do Conselho de Nobreza*, 2.º aditamento ao Volume II, ano de 1957, pp. 109-112): escudo esquartelado de Coelhos, Vasconcelos, Teixeiras e Moraes e por diferença uma estrela de cinco pontas de ouro; elmo, paquife, virol e timbre de Coelhos. Grande agricultor e apaixonado regionalista, nasceu, na Casa de Nossa Senhora do Loreto, a

respectiva Conservatória do Registo Civil (Livro de Registos de Nascimentos de 1870, fls. 94-94 v., n.º 76). Era filho de Manuel Joaquim de Medeiros, natural de Valpaços e de sua mulher D. Angélica Tereza Sonim.

D. Cândida Raquel e Francisco José tiveram uma filha única:

I - *D. Maria Manuela de Medeiros* que nasceu, no Porto, a 28.IV.1895, foi baptizada, na freguesia de São Martinho de Cedofeita, Porto, a 17.VIII.1896 e registada na 3.ª Conservatória do Registo Civil do Porto (Livro de 1896, fl. 209 v., n.º 418). Casou com seu primo em 1.º grau João de Barros Coelho Mourão, c. g. numerosa.

Tendo enviuvado, D. Cândida Raquel contraíu segundas núpcias com Duarte Borges Pacheco Pereira de Bourbon e Menezes, da Casa de Infias, em Braga, Vice-Cônsul de Portugal na Corunha, s. g.

9.IV.1893, foi baptizado, na freguesia de São Salvador de Sabrosa, a 1.V.1893 (Livro respectivo, fls. 91 v., n.º 26) e faleceu, na Casa das Quartas, a 30.IV.1955. Vid. o seu necrológico, *Um tras-montano inconfundível*, no jornal «A Voz», de 5.VIII.1956, pelo autor do presente trabalho. Casou, na freguesia de São Salvador de Sabrosa, a 26.II.1914, com sua prima em 1.º grau D. Maria Manuela de Medeiros (¹³). Tiveram:

A1 - *Francisco José de Medeiros Coelho Mourão I*, que nasceu, na freguesia de São Salvador de Sabrosa, a 14.V.1915 e morreu menino, na Casa das Quartas.

A2 - *Francisco José de Medeiros Coelho Mourão II*, que nasceu, na mesma freguesia, a 7.VII.1918 e nela morreu menino.

A3 - *D. Maria de Lourdes de Medeiros Coelho Mourão*, que nasceu, na Casa de Nossa Senhora do Loreto, a 13.VII.1920, foi baptizada, na freguesia de São Martinho de Mateus, a 22.IX.1920 (Livro respectivo, fl. 103, n.º 41) e tem Alvará de Brasão de Armas passado, pelo Conselho de Nobreza, a 26.II.1969 (registado no Livro I, sob o n.º 472, fl. 66 v., ainda não publicado no *Boletim Oficial do Conselho de Nobreza*): lisonja esquartelada de Botelhos, Ribeiros (de Vasconcelos), Vasconcelos e Castelos Brancos, sem diferença, elmo, paquife, virol, nem timbre, por ser senhora. Casou, na mesma freguesia a 9.VI.1941, com José Augusto de Macedo de Campos e Souza, escritor, Cavaleiro da Ordem Equestre do Santo Sepulcro de Jerusalém, Major miliciano de Infantaria, na situação de Reserva, Director do Gabinete de Heráldica do Exército no Estado Maior do Exército, Sócio Efectivo e antigo Secretário Geral da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Sócio efectivo do Instituto Internacional de Genealogia e Heráldica e da Académie Internationale d'Héraldique, antigo Chanceler do Instituto Português de Heráldica e antigo Secretário da revista *Armas e Troféus*,

que tem Alvará de Brasão de Armas passado, pelo Conselho de Nobreza, a 29.XII.1949 (Processo n.º 204, registado no Livro I, sob o n.º 242, fl. 32 v. e publicado no *Boletim Oficial do Conselho de Nobreza*, ano de 1949, pp. 163-167): escudo esquartelado de Campos, Antas, Almeidas e um partido de Pereiras e Vianas, e por diferença uma flor de liz de prata; elmo, paquife, virol e timbre de Campos. José Augusto nasceu, a 3.VI.1907, na Casa do Carmo da freguesia do Santíssimo Sacramento de Lisboa, filho de Augusto Cesário de Campos e Souza, proprietário, coleccionador de arte e heraldista e de sua mulher D. Amélia Magna Loureiro de Macedo, ambos já falecidos. D. Maria de Lourdes e José Augusto tiveram:

B1 - *D. Maria do Carmo Mourão de Campos e Souza*, que nasceu na freguesia de São Sebastião da Pedreira de Lisboa, a 30.VII.1942 e casou, em Fátima, a 17.IX.1966, com António Rodrigues da Graça, Capitão de Infantaria, filho de António da Naia Graça e de sua mulher D. Clementina Augusta Rodrigues. Tiveram:

C1 - *D. Patrícia de Campos e Souza Graça*, que nasceu, em Lisboa, a 17.VI.1967.

C2 - *D. Mónica de Campos e Souza Graça*, que nasceu, em Lisboa, a 13.VI.1968.

B2 - *D. Maria Manuela de Medeiros de Campos e Souza*, que nasceu, na freguesia do Santíssimo Sacramento de Lisboa, a 2.IX.1943, solteira.

B3 - *D. Amélia Maria Coelho de Macedo de Campos e Souza*, que nasceu, na freguesia de São Diniz de Vila Real, a 21.VII.1945 e casou em Lisboa, na Capela da Casa do Carmo, a 14.II.1970, com Bernardo António de Albuquerque Theotónio Pereira do Couto,

filho de Vasco Vieira do Couto, funcionário superior do Banco de Portugal em Lisboa, e de sua mulher D. Lucília de Albuquerque Theotóneo Pereira. Tiveram:

C1 - *D. Francisca de Campos e Souza de Albuquerque do Couto*, que nasceu, em Lisboa, a 16.VIII.1970.

B4 - *José Augusto Mourão de Campos e Souza*, Furriel Miliciano de Infantaria, em missão de soberania na Província de Moçambique, que nasceu, na freguesia do Santíssimo Sacramento de Lisboa, a 25.V.1947, solteiro.

A4 - *Manuel José de Medeiros de Barros Botelho Coelho Mourão*, que nasceu, na Casa de Nossa Senhora do Loreto, a 28.III.1923 e faleceu, na Casa das Quartas, a 25.X.1958, solteiro, sem geração.

A5 - *José de Medeiros de Barros Botelho Coelho Mourão*, representante de seu pai, Tenente miliciano de Artilharia, na situação de Licenciado, funcionário superior da Agência do Banco de Portugal em Vila Real, agricultor, que nasceu, na Casa das Quartas, a 7.X.1927 e casou, na freguesia de Cabanas de Viriato do Concelho de Viseu, a 16.X.1955, com D. Maria da Graça de Almeida e Silva Teixeira de Abreu, que nasceu, na mesma freguesia, a 22.X.1928, filha do Dr. Fernando Soares Teixeira de Abreu, licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, Advogado e de sua mulher D. Maria Emília Tavares de Almeida e Silva. José e D. Maria da Graça tiveram:

B1 - *D. Isabel Maria Teixeira Coelho Mourão*, que nasceu, no Porto, a 28.I.1957.

B2 - *João Teixeira de Abreu Coelho Mourão*, que nasceu, em Lisboa, a 3.I.1958.

B3 - *D. Maria da Graça Teixeira de Abreu de Medeiros Mourão*, que nasceu, no Porto, a 18.I.1959.

B4 - *José Luís Teixeira de Abreu de Medeiros Mourão*, que nasceu, no Porto, a 1.II.1960.

B5 - *D. Margarida Maria Teixeira de Abreu Coelho Mourão*, que nasceu, no Porto, a 27.III.1961.

B6 - *D. Raquel Teixeira de Abreu Coelho Mourão*, que nasceu, em Vila Real, a 17.IX.1967.

*

ALGUNS DOCUMENTOS NO ARQUIVO DO AUTOR

16. IV . 1714 - Certidão de como foi dado Juramento a Luís Rodrigues de Carvalho do ofício de Almotacé da Câmara de Vila Real. Livro que serviu aos actos da mesma Câmara no ano de 1714, fls. 30.
10. V . 1763 - Requerimento de Manuel Teixeira de Carvalho para lhe ser autorizada a edificação de uma Capela, da invocação de Nossa Senhora da Conceição, junto às casas de sua Quinta no lugar de Abambres, comarca de Vila Real. Livro n.º 126 do «Arquivo da Sé», con-
9. III . 1766 - Escritura do Vínculo da Capela da Casa das Quartas, servado no Arquivo Distrital de Braga, fls. 253 v. com a invocação de Nossa Senhora da Conceição, a fls. 132 v. e seguintes do livro n.º 206, do maço 81, das notas do Tabelião António Borges Teixeira, depositado no Arquivo da Junta Distrital de Vila Real.
8. V . 1766 - Provisão concedendo licença a Manuel Teixeira de Carvalho para que possa erigir Capela no lugar de Abambres, com a invocação de Nossa Senhora da Conceição.

- 23 . XI . 1790 - Rol dos bens de raiz que ficaram por morte de Manuel Teixeira de Carvalho.
- 12 . V . 1791 - Requerimento de Bernardo Teixeira de Carvalho para que lhe seja permitido tocar o sino da Capela da Casa das Quartas, anunciando a Missa.
- 15 . V . 1791 - Informação favorável ao requerimento de Bernardo Teixeira de Carvalho, de 12 do mesmo mês.
- 15 . II . 1794 - Declaração e mais papéis da venda que D. Isabel Joana Tereza Coelho, filhos, filhas e genro fizeram a seu filho, irmão e cunhado Bernardo Teixeira de Carvalho, da metade da azenha, quintal, Capela e Casa das Quartas.
- 28 . VII . 1800 - Testamento de D. Isabel Joana Tereza Coelho.
- 12 . IX . 1818 - Testamento do P.^e João Inácio Teixeira de Carvalho.
- 20 . XII . 1836 - Certidão do assento de baptismo de Bernardo Teixeira de Carvalho.
- 2 . X . 1839 - Testamento do Tenente-Coronel Bernardo Teixeira de Carvalho.
- 5 . XI . 1854 - Testamento de Manuel Inácio Teixeira de Carvalho e suas irmãs.
- 25 . III . 1862 - Testamento cerrado de Bernardo Teixeira de Carvalho (neto).



**MOVIMENTO DA
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES
NO ANO DE 1970-1971**

RELATÓRIO DA DIRECÇÃO

Em cumprimento do Art.º 86.º do nosso Regulamento interno, trazemos à Assembleia Geral o presente relatório, em que se condensam as actividades da Associação, em geral, e da Direcção e Assembleia Geral, em especial.

Abstemo-nos de fazer aqui referência à actividade desenvolvida pelas Secções e Comissões, porque ela será exposta nos relatórios, que aqui vão ser apresentados pelos respectivos Directores.

Para pôr uma certa ordem nos assuntos a que vamos referir-nos, tratá-los-emos separadamente, nas seguintes alíneas, que passamos a expor:

- 1 — Reuniões da Direcção
- 2 — Sessões da Assembleia Geral
- 3 — Sócios falecidos
- 4 — Sócios admitidos
- 5 — «Prémio General França Borges»
- 6 — Publicações e representações
- 7 — Estado financeiro
- 8 — Novo Regulamento interno
- 9 — Ampliação da sede

1 — REUNIÕES DA DIRECÇÃO

A Direcção, durante o ano que agora finda, reuniu 12 vezes, para tratar de assuntos de expediente habitual, como relações com outras entidades, apreciação de

candidaturas para novos sócios, programação de trabalhos, compra de móveis, aquisição de livros, apreciação dos serviços dos funcionários, etc.

Também a Direcção teve ocasião de tratar de outros assuntos da maior importância para a nossa vida associativa. Todavia, resolvemos guardar a exposição de tais assuntos, para outras alíneas, que inserimos adiante.

2 — SESSÕES DA ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral reuniu 10 vezes durante o ano associativo que hoje finda.

Na sessão de 23 de Outubro, por proposta do Secretário Geral, foi aprovado um voto de homenagem ao notável missionário do Brasil, Padre Manuel da Nóbrega, a propósito do Centenário, que se está celebrando na cidade de S. Paulo, e na aldeia transmontana de Sanfins do Douro. O Sr. Presidente exaltou o êxito do II Congresso Nacional de Arqueologia, que acabava de se realizar em Coimbra e no Alentejo, pelo que foram aprovados votos de louvor às principais entidades que promoveram o mesmo Congresso ou sejam a Junta Nacional de Educação e o Instituto de Alta Cultura.

Finalmente o Sr. Cônego Isaías da Rosa Pereira leu uma comunicação subordinada ao título «Tribunais e Pustças Eclesiásticas no Século XVI».

Apreciou a questão sob o aspecto histórico, lendo documentos desde os fins do Século XV até ao ano de 1810. Referiu-se depois particularmente aos tribunais eclesiásticos de Lisboa e Évora, com regulamentos promulgados pelo Cardeal Infante D. Afonso, em 1535, acrescentando que são documentos inéditos, que vão ser publicados. Mencionou os diferentes cargos que existiam nos tribunais eclesiásticos e quais as atribuições de cada cargo esclarecendo finalmente o auditório sobre a forma como funcionava o Auditório Eclesiástico.

Na sessão de 27 de Novembro, o Sr. Marquês de São Payo fez a história da antiga Honra de Parada do Pinhão, começando por afirmar que o foral, que lhe é atribuído, não passa do aforamento concedido por D. Afonso III. Analisou os termos do aforamento, acabando por concluir que Parada do Pinhão, em Trás-os-Montes, não fora propriamente uma Honra, mas sim um concelho rudimentar.

Na sessão de 18 de Dezembro, o Sr. Dr. Leonel Ribeiro lembrou a conveniência da nossa Associação voltar ao estudo da Numismática.

O Sr. Dr. Rocha Souto proferiu uma comunicação comemorativa do aniversário natalício de Frei Luís de Granada, que nasceu em 18 de Dezembro de 1504 e faleceu em Lisboa, a 31 de Dezembro de 1588, com 84 anos de idade. Referiu-se largamente à iconografia de Frei Luís de Granada e ilustrou a sua comunicação com alguns estampas, reproduzindo retratos que conseguiu identificar. Tendo vivido muito tempo em Espanha, fixou-se em Portugal por 1556, altura em que publicou o «Guia dos Pecadores». Teceu ainda oportunas considerações sobre a vida e a obra do Cícero Hispânico, terminando por dizer que o mundo católico aguarda a sua beatificação.

Na sessão de 29 de Janeiro, o Sr. Dr. Farinha dos Santos propôs que se mandasse restaurar a preciosa colecção de estatuetas pré-columbianas que a esta Associação ofereceu o Senhor Conde de São Januário, proposta esta que foi admitida. Seguidamente o Sr. Dr. Leonel Ribeiro proferiu uma comunicação intitulada «A dispersão das línguas indo-europeias na Arqueologia e na Bíblia», começando por dizer que tal dispersão é um dos maiores problemas da Proto-História da Humanidade. Nos últimos anos, porém, os resultados de grandes escavações na Anatólia e na Síria deram ao problema um interesse redobrado. Em seguida, referiu-se à difusão do megalitismo, à origem e caminhos da dispersão linguística indo-europeia. Tratou finalmente da grande e decisiva questão do alfabeto, começando por mencionar o alfabeto numérico primitivo e referindo-se novamente à dispersão linguística do europeu indiviso, erudito e muito trabalhado, da primeira metade do III milénio antes de Cristo.

Na sessão de 26 de Fevereiro, o Sr. António Machado de Faria fez uma comunicação, subordinada ao título «Uma vila do Alto Alentejo». Começou por se referir ao interesse que o Alentejo está merecendo aos Arqueólogos, alude aos povos antigos que povoaram a península e fixa depois a sua atenção sobre a vila de Montemor-o-Novo, lembrando muitas das notícias que os párocos das quatro freguesias daquele concelho fizeram incluir no «Dicionário Geográfico de Portugal», em 1758. O Sr. Machado de Faria terminou lembrando notáveis escritores e poetas alentejanos, como António de Macedo Papança, António Sardinha, Florbela Espanca, Mário Beirão e Fialho de Almeida, todos do século corrente. O Sr. Dr. Alberto Iria, enaltecendo este trabalho, lembrou que foi em Montemor-o-Novo que se reuniu o Conselho de D. Manuel onde foi resolvido prosseguir-se nas descobertas de Além-mar. Seguidamente a Assembleia Geral aprovou a proposta do Sr. Dr. Farinha dos Santos, para que se encarregasse a Sr.^a Doutora D. Elisabeth Figueiredo Costa de restaurar a colecção de estatuetas pré-columbianas, oferecidas pelo Conde de S. Januário. Procedeu-se à eleição do novo sócio efectivo Engenheiro Silvicultor Carlos Manuel Baeta Neves, professor do Instituto Superior de Agronomia.

Na sessão de 26 de Março, a Assembleia Geral aprovou uma proposta da Direcção para que se elevasse para cinco e dez escudos o preço respectivamente de cada visitante do Museu e de cada máquina fotográfica, que não seja confiada ao porteiro. Os Senhores António Machado de Faria e Dr. Leonel Ribeiro referiram-se ao recente falecimento do Dr. Fausto de Figueiredo, que ligou o seu nome à exploração das grutas artificiais de S. Pedro do Estoril. Tomou depois a palavra o Sr. Padre Pires de Campos que falou sobre «Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e da sua projecção devocional e lendária em Espanha». Lembrou a arqueologia da dita vila, os seus monumentos, de que destacou a Igreja das Chagas e o Palácio Ducal de Bragança, fixando-se mais especialmente sobre a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, que fez remontar aos fins da Idade Média. Acabou por se referir ao esquecimento a que tem sido votada a arte sacra.

Na sessão de 30 de Abril, o Sr. Presidente informou a Assembleia de que tinham sido apresentados à Direcção dois trabalhos, concorrentes ao «Prémio General França Borges». Como um desses trabalhos, continuou, tratava especialmente de Etnografia e não de História, a Direcção resolveu atribuir o dito prémio ao outro trabalho, que tinha por título «O Rei Dom Sebastião, na Igreja dos Jerónimos». O Sr. Presidente lembrou a actividade editorial da Associação, dizendo que acabava de sair o 1.º Volume das «I Jornadas Arqueológicas» e brevemente sairia também o 1.º Volume da «Obra do Tenente Coronel Afonso do Paço». Em seguida a Assembleia apreciou a adaptação do Palácio da Ajuda a Palácio dos Congressos, aprovando-se um voto de discordância. O Sr. Cônego Isaías da Rosa Pereira proferiu a sua comunicação subordinada ao título «Compromisso da Irmandade de Jesus erecta no Mosteiro de São Bento, de Santarém», irmandade outrora conhecida pelo nome de «Irmandade do Senhor Jesus da Pastorinha». Trata-se de uma imagem preciosa de Cristo Crucificado, dos princípios do Século XIII, que se encontra presentemente no altar-mor da Igreja Paroquial de Santa Iria, da Ribeira de Santarém. À volta desta imagem, que apresenta o braço direito saído do crucifixo, o povo teceu uma história que se teria passado no reinado de D. Dinis. O Cristo teria levantado aquele braço, deixando-o depois cair para testemunhar a inocência duma pastorinha seduzida por um fidalgo. A mesma Irmandade teve épocas de esplendor e épocas de esquecimento, mas em 1653 redigiu-se novo compromisso, que se encontra na Biblioteca Nacional de Lisboa. O conferente referiu-se ainda a vários documentos de interesse para a história da vida social e religiosa dos Séculos XVII e XVIII.

Na sessão de 21 de Maio foi aprovada uma proposta da Direcção para compra de estantes para a Secretaria. Em seguida, o Secretário Geral disse que ia revelar «novos documentos sobre a Invasão de Junot». Referiu-se principalmente ao Cerco de Almeida de 1809, em que alguns regimentos de milícias cercaram e imobilizaram 1 200 soldados franceses, comandados pelo General Guíneres. Este cerco teve a maior importância militar, infelizmente quase esquecida pelos nossos historiadores, porque impediu que aqueles 1 200 soldados franceses descessem o vale do Mondego e viessem atacar pelas costas, na Estremadura, o exército anglo-luso. Mostrou vários documentos da época, sendo o mais importante uma carta, que foi apreendida, enviada pelo mesmo General Guíneres ao General Thiébault, Chefe do Estado Maior de Junot. Nessa carta, datada de 23 de Agosto de 1808, dizia-se que os filhos de Austerlitz, da Itália e do Egipto nunca se renderiam... mas não sabiam que Junot tinha pedido a paz três dias antes.

Na sessão de 25 de Junho foi dada a palavra ao Sr. Professor Carlos Manuel Baeta Neves que discretou sobre o tema «Serra da Arrábida, relíquia do passado e símbolo do presente». O orador começou por justificar o tema escolhido para a sua conferência, pela acuidade do problema da defesa da amostra ímpar da vegetação, de natureza mediterrânica, ainda existente na Serra da Arrábida. Referiu-se aos tempos em que o homem teve de lutar contra a mata para facilitar a agricultura e a pasto-

rícia, luta que às vezes foi longe de mais, para depois apreciar a situação actual da Silvicultura, perante as exigências da Tecnologia Florestal e perante os interesses e exigências do progresso. Limitando-se depois ao caso português, lembrou alguns factos históricos e apreciou a situação actual. Fixando-se depois sobre a Serra da Arrábida, afirma que há ali a necessidade de respeitar a amostra única, que ali se encontra, de vegetação mediterrânica. Lembra a propósito o interesse do projecto do Architecto Rafael Botelho, para se criar e manter o Parque Nacional da Península de Setúbal. Insistindo na defesa da vegetação da Arrábida, põe em destaque os inconvenientes que trará a construção da estrada de Galapos ao Portinho, referindo-se à oposição que tal construção encontrou da parte da Liga para a Protecção da Natureza. Terminou, apelando para a Associação dos Arqueólogos Portugueses e para todos no sentido de se coordenarem todos os esforços para a criação duma «Reserva Botânica», conforme está planeado pela Secretaria de Estado da Agricultura, evitando-se a perda duma preciosidade geobotânica, que é única no Mundo.

Finalmente *nesta sessão de 15 de Julho*, dá-se parte à Assembleia Geral da actividade associativa durante o ano de 1970-1971.

3 — SÓCIOS FALECIDOS

Justo é que, neste momento, mais uma vez lembremos os sócios desaparecidos nestes últimos doze meses, lamentando que não possam mais concorrer para o lustre da nossa casa. Foram eles:

Dr. Manuel Caiola Zagalo
Dr. Manuel Ferreira de Andrade
Dr. Ramon de La Féria
Dr. António Alcântara de Mendonça Dias

As famílias de todos, esta Associação exprimiu o seu pesar.

4 — SÓCIOS ADMITIDOS

Durante o ano tivemos o prazer de admitir como novos sócios os seguintes Senhores:

Dr.^a Maria Alice Mourisca Beaumont, que entrou para a Secção de História, como sócia efectiva;
Dr. Vítor Manuel de Oliveira Jorge, sócio efectivo da Secção de Pré-História;
José Bénard Guedes Salgado;
Dr. José Manuel dos Santos Encarnação;

Prof. Carlos Manuel Baeta Neves,
estes três últimos como sócios efectivos da Secção de
História; e finalmente, como sócio correspondente da
Secção de Pré-História:
Dr. Agostinho Farinha Isidoro.

5 — PUBLICAÇÕES

Durante o ano, que agora finda, publicou-se o Vol. II, da 9.^a Série, da nossa revista «Arqueologia e História». Encontra-se bastante adiantada a tarefa da publicação do Vol. III, que esperamos dar à publicidade no próximo mês.

Também publicámos o Vol. I das «Jornadas Arqueológicas», realizadas em Outubro de 1969 e esperamos dentro de poucos meses publicar o Vol. II da mesma obra.

Está quase concluída a edição do I Vol. das «Obras Completas de Afonso do Paço», o reputado e incansável arqueólogo, que há poucos anos faleceu.

Encontra-se à venda também o volume «O Rei Dom Sebastião na Igreja dos Jenórimos», a que foi atribuído o «Prémio General França Borges», no ano de 1971.

Encontra-se igualmente muito adiantada a edição do Vol. I da obra «Arqueologia Romana do Algarve», que foi galardoada com o mesmo prémio no ano de 1970, esperando que, dentro de alguns meses possa também publicar-se o Vol. II e último do mesmo trabalho.

6 — ESTADO FINANCEIRO

Como se vê do relatório do Sr. Director-Tesoureiro, transitamos para o próximo ano associativo com um saldo positivo aproximado de 355 mil escudos, sendo de notar que tal saldo vem diminuindo de ano para ano, o que se deve atribuir à actividade editorial que a Direcção tem desenvolvido, para satisfazer um dos fins da Associação.

Para satisfazer a estes encargos, sempre pesados, das edições, subiu-se ao preço das entradas no Museu, por parte dos visitantes, sendo de notar que não diminuiu o número das visitas.

7 — NOVO REGULAMENTO INTERNO

A comissão de sócios, encarregada de elaborar um novo projecto de Regulamento interno, deu por findos os seus trabalhos. Falta apenas fazer uma tiragem ao copiador do mesmo projecto, para ser enviado a cada sócio um exemplar, a fim de, no próximo Outono, entrar em discussão na Assembleia Geral.

8 — AMPLIAÇÃO DA SEDE

Como dissemos no ano passado, a nossa sede foi aumentada com a cedência duma grande sala, que vinha sendo ocupada pela Guarda Nacional Republicana.

Desta forma, foram começadas algumas obras, para adaptação da mesma sala aos nossos trabalhos. Infelizmente, essas obras têm sido morosas, o que lamentamos, porque a utilização de tal sala torna-se imperiosamente necessária, sobretudo para acomodação dos livros e revistas, que continuamente nos chegam, do País e do Estrangeiro.

Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 15 de Julho de 1971.

Pela Direcção
O Secretário-Geral,

JOSÉ TIMÓTEO MONTALVÃO MACHADO

RELATÓRIO DA SECÇÃO DE PRÉ-HISTÓRIA

1. Durante o ano associativo que decorreu entre Outubro de 1970 e o corrente mês, a Secção de Pré-história reuniu todos os meses, nas datas previamente fixadas pelo Senhor Secretário-Geral. As sessões foram bastante concorridas, havendo a assinalar a presença assídua de vários consócios correspondentes, que se deslocaram propositadamente das suas localidades para o efeito, e de cerca de uma dezena de estudantes universitários, entre os quais alguns finalistas de quem muito há a esperar no domínio da arqueologia pré-histórica.

2. No ano associativo de 1970-1971 foi publicado o volume II, 9.^a série, da «Arqueologia e História», onde se deram à estampa as seguintes comunicações do ano transacto: *Menires de Monsaraz*, por José Pires Gonçalves, pp. 151-176; *Hipólito Cabaço*, por Maria Amélia Horta Pereira, pp. 185-204; *Três jazidas paleolíticas do Concelho de Mação*, por Maria Amélia Horta Pereira, pp. 205-234; *A estação com cerâmica cardial da Ponta de Sagres (Algarve)*, por Octávio da Veiga Ferreira, pp. 347-359.

3. No decorrer das sessões efectuadas de Outubro de 1970 a Junho de 1971, inclusive, tratou-se do seguinte:

Outubro de 1970 — Antes de ser apresentada a comunicação do mês, o presidente fez a recensão de publicações e notícias, referindo-se em primeiro lugar, ao volume da

«Revista de Guimarães», do 1.º semestre de 1970, que considerou de uma pontualidade digna de registo e orientada com dedicação e brilho pelo Coronel Mário Cardozo, decano da arqueologia portuguesa. A propósito referiu que neste volume se insere um notabilíssimo artigo sobre *A cerâmica da Citânia de Briteiros* da autoria do arqueólogo brasileiro Dr. Marcos de Albuquerque, professor da Universidade de Pernambuco. A seguir, o presidente referiu-se ao volume XI da revista «Materiais Arqueológicos», de 1970 que o Museu Arqueológico de Cracóvia enviou, por permuta. Salientando o excelente aparato e a boa metodologia desta revista onde se publicam artigos respeitantes a assuntos desde a pré-história até à Alta Idade Média, afirmou que a Polónia é o país da Europa Oriental mais avançado neste domínio e que as suas Universidades possuem cursos superiores dedicados exclusivamente à Arqueologia e os seus investigadores, bem preparados, realizam uma exaustiva pesquisa regional. No que respeita a descobertas e notícias, o presidente falou do recente aparecimento de 6 menires perto de Reguengos de Monsaraz, da 4.ª campanha de escavações realizada no Castro do Zambujal pelos arqueólogos alemães e do funcionamento, já no corrente ano, da cadeira de Pré-história na Universidade de Luanda. A seguir, fez a apresentação de D. Domingos de Pinho Brandão, Bispo de Filaca, em exercício na diocese de Leiria, como Bispo-Auxiliar, salientando a actividade arqueológica deste prelado nos Colóquios Portuenses de Arqueologia e na publicação da revista «Lucerna» e de numerosos artigos da especialidade, dos quais o dedicado às técnicas de escavações em camadas medievais é verdadeiramente modelar. Fazendo a comunicação do mês, intitulada *Achados de cobre e bronze na região de Leiria*, D. Domingos de Pinho Brandão começou por se referir à riqueza arqueológica da área hoje coberta pela Diocese de Leiria, na pré e proto-história e, posteriormente, no período da romanização. Entrando seguidamente no assunto, disse que dava à palavra *região* o sentido da área coberta pela actual diocese de Leiria e passou a descrever os seguintes achados: *Achado* da freguesia de Espite: conjunto de 32 peças do período do cobre, conjunto hoje infelizmente desfeito, desconhecendo-se o paradeiro da quase totalidade desses objectos; *achado* de Caldelas, freguesia de Caranguejeira, (1887), com peças do mesmo período que, vendidas a um fundidor, se perderam na quase totalidade; *achado* de Porto de Mós, igualmente de cobre; *achado* (ponta de lança) do Casal da Quinta, freguesia dos Milagres, do mesmo período; *achado* da Freixianda, no sítio denominado Cabeço de Maria Candal, com dez peças de bronze (machados, escopros, uma pinça ou compasso, um punhal ou adaga e um pedaço de bronze fundido); *achado* de S. Simão de Litém (um machado de alvado de bronze) e *achado* do Reguengo do Fetal (um machado de alvado e dois espetos incompletos) do período final do bronze. Fez o enquadramento morfológico e cronológico dos diversos objectos e concluiu: «O que aqui trouxe é mais uma achega para o conhecimento do homem e da vida nessa região, num período que importa conhecer melhor». Esta comunicação foi elogiosamente comentada pelos Drs. Leonel Ribeiro, Saavedra Machado e Padre Pires de Campos. O presidente, associando-se a tais apreciações, considerou a comunicação como um valioso inventário de peças cuidadosamente descritas e com a possível relação dentro do panorama da bibliografia portuguesa da especialidade

Novembro de 1970 — Antes da comunicação do mês, o presidente fez a recensão de algumas obras ultimamente publicadas, referindo-se em primeiro lugar a *Celtas e Galo-Romanos*, de J. Matt, onde, entre outros assuntos da maior importância, são apresentados os métodos e técnicas da arqueologia, alguns problemas da história da civilização céltica e a civilização de la Tène; aludiu, a seguir, à edição de bolso, que acaba de sair, do clássico livro *Les Gaulois*, de Albert Grenier, admirável síntese que abrange um vasto panorama do Ocidente pré-romano. A leitura destas duas obras, segundo afirmou, é indispensável para quem se dedique ao estudo da Idade do Ferro em Portugal. O presidente apreciou a obra *O Universo da Arqueologia*, de Guy Rachet, editada em dois volumes de bolso, considerando-a de divulgação, actualizada e de leitura agradável, onde os interessados podem encontrar o essencial dos problemas arqueológicos. A seguir, o doutor Georges Zbyzewski, dos Serviços Geológicos, fez uma comunicação intitulada *Apresentação da carta geológica do Quaternário de Portugal*, começando por mostrar a «Carta Geológica do Quaternário de Portugal» na escala de 1/1 000 000 recentemente publicada pela Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos. Tratando da parte estratigráfica, estudou depois as características e a distribuição das diversas formações quaternárias (dunas do litoral, aluviões fluviais e fluvio-carinhas, tufos e travertinos do interior, formações de origem glacial da Serra da Estrela, terraços fluviais e antigas praias do litoral). Por sua vez as formações antequaternárias são divididas no mapa em 3 zonas de altitudes: 0-500 m; 500-1000 m; 1000-2000 m. São por vezes cobertas por alguns depósitos quaternários de reduzida importância. Ao longo do litoral, o mapa do Quaternário apresenta um esboço da topografia submarina com os respectivos depósitos, baseado nos mapas publicados pelos Serviços Hidrográficos do Ministério da Marinha. Com símbolos especiais, foram marcados os sítios mais importantes para a geologia do Quaternário do País. Correspondem as jazidas de formações marinhas conchíferas, de vertebrados terrestres e de dunas consolidadas de idade wurmiana do litoral. Foram, também, marcadas as principais estações paleolíticas de interesse estratigráfico, os principais agrupamentos de concheiros mesolíticos dos vales do Tejo e do Sado e, finalmente, os dois locais actualmente conhecidos com pinturas rupestres: o abrigo do Vale de Junco (Senhora da Esperança) e a gruta de Santiago do Escoural, recentemente estudada pelo Dr. Farinha dos Santos.

Dezembro de 1970 — Antes da comunicação do mês, o presidente fez a recensão das revistas espanholas, ultimamente publicadas, «Estudios de Arqueologia Alavesa» e «Archivo de Prehistoria Levantina» e da memória de Folques *Excavaciones en la Alcudia (Elche)*. A seguir, o Dr. Eduardo Serrão apreciou dois trabalhos do arqueólogo espanhol J. Blasquez, um dos quais dedicado às cerâmicas do Cabeço de San Pedro (Huelva) e o outro sobre os problemas de Tartesso; também o Dr. Oliveira Jorge comentou a obra de Biberson *Galets aménagés du Maghreb et du Sahara*, chamando a atenção para a metodologia aplicada no estudo dos seixos afeixoados. Depois, o engenheiro Lerenó Barradas, de quem o presidente fez a apresentação e o elogio, considerando relevantes os seus serviços prestados à arqueologia portuguesa, fez uma comunicação intitulada *A provável localização de Tarsis*, em que começou por dizer que Tarsis, predecessora

de Tartesso, foi uma grande potência territorial, marítima, militar e comercial, cujas raízes vêm desde o Neolítico até meados do séc. XV a.C., nos princípios da Idade do Bronze, situando-se em terrenos baixos entre o Tejo e as colunas de Hércules, possivelmente com a capital no estuário do Tejo. Segundo o engenheiro Leren Barradas, com base na sua interpretação de alguns textos antigos, designadamente da Bíblia, Tarsis identifica-se com a misteriosa Atlântida, estaria situada numa ilha aluvial e foi aniquilada, fulminantemente, por violentos tremores de terra, seguidos de um catastrófico maremoto. Esta teoria foi elogiada pelo dr. Leonel Ribeiro, que a classificou como hipótese de trabalho digna de apreço, mereceu alguns comentários do dr. Eduardo Serrão e deu lugar a uma crítica objectiva do presidente que a considerou destituída de fundamento científico.

Janeiro, 20, de 1971 — Antes da comunicação do mês, a dr.^a Maria Amélia Horta Pereira fez a recensão do último volume do «Boletim Arqueológico Polaco», publicado recentemente em Varsóvia, apreciando, em primeiro lugar, o importante artigo de Bogdan Balcer, *Acerca da classificação dos materiais de sílex*, onde se considera que o único critério de definição tipológica é o que atende a morfologia das peças, ainda que não se deva esquecer, completamente, a provável função dos objectos, as técnicas, o ambiente geográfico e as características culturais do processo histórico. Referiu-se, ainda, ao artigo de Hanna Wiecekowska e de Elzbieta Kempisty sobre sondagens efectuadas em Sósnia, onde recolheram espólio, entre o Mesolítico e o Bronze Antigo, e ao estudo de Hanna Uzarowozowa, dedicado às sepulturas da cultura de cerâmica cordada de Mierzanowice, distrito de Opatow. Seguidamente, o dr. Leonel Ribeiro fez a sua comunicação sobre *As destruições nos dólmenes portugueses*, onde se referiu às suas observações em monumentos megalíticos da Beira Alta e do Alto Alentejo, que lhe permitem afirmar que os dólmenes de Carapito (Aguiar da Beira) foram destruídos violentamente, possivelmente devido a abalo sísmico horizontal no sentido SHE. Também o exame de algumas antas da região entre Elvas e Évora e o estudo das publicações dos Leisner, de Agostinho Isidoro e de outros, o levaram à conclusão de terem sido destruídos violentamente, por onda sísmica NO-SE, muitas das antas alentejanas. Em face de tais observações, terminou por pedir aos arqueólogos que escavam monumentos megalíticos, que procurem localizar as verdadeiras causas de tais destruições e, se possível, as épocas em que ocorreram. Esta comunicação foi comentada pelo Padre Alberto Barbosa, pelo engenheiro Leren Barradas e pelos d^{rs}. Mário Bento e Maria Amélia Horta Pereira. A encerrar a sessão, o presidente, depois de associar às apreciações feitas, e de felicitar o comunicante, resumiu o pensamento dos presentes ao lembrar que apesar do nosso território estar sujeito, desde recuados tempos, a periódicos abalos sísmicos, não se devia esquecer a poderosa acção dos agentes naturais ao longo dos últimos cinco milénios, nomeadamente no que respeita à erosão, à alteração brusca de temperaturas em áreas do interior, à acção eólica, às deslocações dos terrenos resultantes da pressão exercida por megálitos com o peso de toneladas, e, até, à acção do próprio homem.

Fevereiro, 17, de 1971 — Antes da comunicação do mês, Vítor de Oliveira Jorge fez a recensão do volume terceiro da «Revista Norueguesa de Arqueologia» e Luís Coelho referiu-se às últimas escavações em Huelva e às análises de radiocarbono realizadas em Espanha. A seguir, a dr.^a Maria Amélia Horta Pereira apresentou a comunicação *O esconderijo do bronze final de Coles de Samuel (Soure)*, respeitante a uma importante colecção de peças de bronze, considerada como proveniente de Coles de Samuel, actualmente no Instituto de Arqueologia de Coimbra, e constituída por um machado de talão e quatro de alvado, seis foices, um escopro, seis braceletes, uma argola e um escopro. Depois de descrever e classificar tais objectos, integrou-os num contexto da Idade do Bronze final e após mostrar a distribuição de tais tipos de objectos no território português, acentuou a invulgar qualidade do material agrupado e referiu-se ao seu significado naquela área da Beira Litoral, rica em minerações de cobre.

Março, 17, de 1971 — Antes da comunicação do mês, Vítor de Oliveira Jorge fez a recensão da obra *Arqueologia e Calculadores*, recentemente publicada em França, onde constam as actas do Colóquio Internacional realizado em Marselha em Abril de 1969, de interesse fundamental para os problemas de linguagens formais e métodos de classificação em arqueologia. Seguidamente o mesmo arqueólogo apresentou uma comunicação sobre *O problema do Languedocense em Portugal: notas para a sua revisão*, em que versou os seguintes assuntos: Esboço histórico dos estudos sobre o «Languedocense» em França, de 1932 aos trabalhos de Louis Méroc; o Languedocense português, aspectos e problemas e apresentação de materiais inéditos; o Languedocense à luz das propostas da tipologia estatística e da paleo-anthropologia cultural — conceitos de «indústria», «cultura» e «conjunto cultural»; integração deste problema no contexto dos nossos conhecimentos sobre os conjuntos industriais de seixos afeiçãoados pós-vilafranquianos, na Europa e no mundo. Esta comunicação foi apreciada pelo doutor Georges Zbyzewski, dos Serviços Geológicos e qualificado especialista da Pré-história portuguesa e mereceu elogiosas referências aos drs. Bandeira Ferreira, Leonel Ribeiro e Eduardo Serrão. Por último, o presidente associou-se a tais demonstrações de apreço, manifestou as suas dúvidas relativamente a certas hipóteses de trabalho e expressando o pensar da assembleia pediu a Vítor de Oliveira Jorge que publique este importante estudo na revista da Associação.

Abril, 21, de 1971 — A comunicação do mês, dedicada a aspectos da carta arqueológica do concelho de Sesimbra, esteve a cargo do dr. Eduardo Serrão, director do Museu Municipal daquela localidade. O dr. Serrão, depois de definir o que entende por um levantamento arqueológico, considerou as fontes de informação, os símbolos, as escalas e as prospecções indispensáveis em áreas quadriculadas. A seguir, referiu-se, mediante a apresentação dos respectivos volumes, às cartas arqueológicas espanholas, francesas e inglesas. Por último, projectou alguns aspectos das 61 estações arqueológicas cartografadas no concelho de Sesimbra. Esta comunicação foi criticada pelo dr. Leonel Ribeiro que chamou a atenção para certos casos, que considerou pouco objectivos, e mereceu as melhores referências aos drs. José Morais Arnaud, Manuel

Maia e Vítor Oliveira Jorge. O presidente, após se associar a essas felicitações, apreciou o conceito de levantamento arqueológico e teceu várias considerações sobre as técnicas de prospecção.

Maio, 19, de 1971 — Após a habitual recensão de publicações e notícias, o Sr. José Morais Anaud apresentou uma comunicação intitulada *Tentativa de aplicação de recentes métodos de análise descritiva e tipológica à cerâmica megalítica do Alto Alentejo*, na qual, após criticar o empirismo da maioria dos estudos de cerâmica proveniente de estações arqueológicas, referiu-se a alguns métodos recentes utilizados em França e nos Estados Unidos. A seguir, expôs um plano a longo prazo para o estudo da cerâmica megalítica exemplificando a aplicação do sistema de Gardin (código, fichas, cartões perfurados) e do método de Carré (determinação de perfis representativos, gráficos cumulativos) nas cerâmicas da Anta Grande do Olival da Pêga e da Anta Grande da Comenda da Igreja. Esta comunicação foi apreciada por Oliveira Jorge e pelos d^{rs}. Eduardo Serrão e Leonel Ribeiro. No final, o presidente felicitou o conferente pelo seu propósito de divulgar algumas das mais recentes técnicas, que vão permitir resolver grandes interrogações da pré-história, com a aplicação de computadores.

Junho, 16, de 1971 — Após o presidente ter dado a conhecer à assistência o conteúdo do volume XXX da revista «Ampurias», recentemente publicada em Barcelona, o dr. Manuel Leitão apresentou uma comunicação intitulada *Uma oficina de preparação de machados Mirenses no Languedocense de Vila Nova de Milfontes*, na qual revelou material lítico descoberto por si, com a ajuda de C. T. North, Henrique Reynolds de Souza, José João de Oliveira e Ricardo Leitão e respeitante a uma oficina de preparação de machados mirenses. A comunicação veio trazer mais luz sobre aquelas indústrias, com características regionais bem marcadas no litoral do Baixo Alentejo, cujas influências se fazem sentir no Algarve e no Minho. A descoberta que acaba de ser feita mostra um desenvolvimento muito maior do que se supunha da cultura mirense.

As indústrias, que foram estudadas e classificadas pelo Dr. G. Zbyszewski, pertencem a duas séries sucessivas: uma acheulense, pouco abundante, e uma outra contendo muitos elementos mirenses pertencente a um conjunto languedocense posterior à glaciação do Riss, com associação de núcleos e de lascas mustierenses. Esta comunicação foi apreciada pelos d^{rs}. Vítor Oliveira Jorge e Maria Amélia Horta Pereira. No final, o presidente felicitou o dr. Manuel Leitão e o seu grupo de trabalho, pela relevância da descoberta e rigor cartesiano da exposição, formulando votos para que na secção se continuem a apresentar estudos de tão alto nível científico.

Noticiaram as sessões desta Secção, baseados nos resumos das actas que foram, para o efeito, enviadas ao Senhor Secretário-Geral, os seguintes jornais:

Novembro de 1970

Dia 3 - «Diário de Notícias», «Diário de Lisboa», «Novidades».

» 4 - «A Capital», «República», «Primeiro de Janeiro», «O Século», «A Voz».

- » 26 - «Diário de Notícias», «Jornal de Notícias».
- » 27 - «Diário da Manhã».
- » 29 - «A Capital».
- » 30 - «Novidades».

Dezembro de 1970

Dia 19 - «A Voz», «Diário da Manhã».

Janeiro de 1971

Dia 1 - «Diário de Notícias».

- » 23 - «Diário de Notícias», «Diário da Manhã».

Fevereiro de 1971

Dia 19 - «República», «O Comércio do Porto».

- » 20 - «Diário de Notícias», «Época», «O Século».
- » 21 - «Diário de Lisboa».

Março de 1971

Dia 19 - «Época».

- » 21 - «O Século».
- » 22 - «Diário de Notícias».

Abril de 1971

Dia 24 - «Diário de Notícias».

- » 25 - «O Século».
- » 26 - «Primeiro de Janeiro».

Maio de 1971

Dia 26 - «Época».

- » 27 - «O Século», «Jornal do Comércio», «A Capital».
- » 28 - «Diário de Notícias», «Novidades».
- » 29 - «República».
- » 30 - «O Comércio do Porto».

Junho de 1971

Dia 18 - «Diário de Notícias».

- » 19 - «Jornal do Comércio».

- » 20 - «Época».
- » 22 - «A Capital», «República».
- » 29 - «O Século».

Assim, a actividade do ano associativo de 1970-1971 foi dada a conhecer em 44 notícias dos jornais pelo que é de justiça salientar e agradecer a contribuição da Imprensa para a divulgação dos nossos trabalhos.

Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 7 de Julho de 1971.

Pela Secção de Pré-história

O Presidente,

MANUEL FARINHA DOS SANTOS

RELATÓRIO DA SECÇÃO DE HISTÓRIA

De acordo com o preceituado no Art.º 83.º do actual Regulamento interno da Associação dos Arqueólogos Portugueses, vem a Secção de História apresentar o seu relatório anual.

Realizaram-se, durante o corrente ano académico, nove sessões (sem contar com a da leitura do presente relatório); estas, por sugestão apresentada em Dezembro, passaram a realizar-se ao sábado, o que ia de encontro aos desejos de inúmeros Sócios, que, noutros dias, não podiam estar presentes. Esta alteração provocou já um indiscutível aumento de presenças às sessões; no entanto, ainda nos encontramos longe de uma média razoável (4,85, em média no ano passado, para 6,12 no corrente ano); espera-se no entanto que, no ano académico 1971/72, tal média melhore.

O quadro das presenças, durante este findo ano académico, é como se segue, para as nove sessões que se realizaram:

- 7 pres. - Rev.º Padre Dr. Domingos Maurício Gomes dos Santos
- 6 pres. - António Machado de Faria
Dr. José Timóteo Montalvão Machado
- 4 pres. - Marquês de Abrantes
Marquês de São Payo
- 3 pres. - Dr. Franz Paul de Almeida Langhans
- 2 pres. - Luiz de Paiva Raposo Ferros
Ten.-Coronel Armando Sacadura Falcão
Cónego Isaías da Rosa Pereira

Abílio Mendes do Amaral
D. Maria Helena Mendes Pinto
Dr. Manuel Artur Norton
1 pres. - Dr. Meirelles do Souto
Dr. Leonel Ribeiro
Alfredo Guizado
Major José de Campos e Sousa

Durante o ano académico findo, foram apresentadas nesta Secção as seguintes comunicações:

- Na Sessão de 29-10-1970: *A Crise nas Relações entre Portugal e a Santa Sé, que se seguiu ao casamento de D. Maria I*, pelo Rev.º Padre Dr. Domingos Maurício Gomes dos Santos.
- Na Sessão de 19-11-1970: *O Bispo Idácio, de Chaves*, pelo Dr. José Timóteo de Montalvão Machado.
- Na Sessão de 10-12-1970: *Fernão Teles de Meneses - O Emparedado da Cotovia*, pelo Sr. Abílio Mendes do Amaral.
- Na Sessão de 16-1-1971: *O palácio de Subripas, no morgadio do Papo de Perdiz*, pelo Sr. Luiz de Bivar Guerra.
- Na mesma Sessão: *D. Domingos Jardo, Preceptor de El-Rei D. Dinis*, pelo Dr. Leonel Ribeiro.
- Na Sessão de 20-2-1971: *José Ferreira Borges, um dos promotores da Revolução de 1820*, pelo Dr. José Timóteo Montalvão Machado.
- Na Sessão de 20-3-1971: *Os Mesteirais*, pelo Dr. Franz Paul de Almeida Langhans.
- Na Sessão de 17-4-1971: Continuação da anterior.
- Na Sessão de 19-6-1971: *A Sigilografia em Portugal - Subsídios para o seu estudo durante a Idade Média*, pelo Marquês de Abrantes.

Foram pela Secção de História, e durante o findo ano académico, aprovadas as candidaturas dos novos sócios, Senhores:

Dr.ª D. Maria Alice Mourisca Beaumont
José Benard Guedes Salgado
Cor. Manuel Aboim Ascensão de Sande Lemos
Dr. Francisco José Gingeira Santana.

Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 10 de Julho de 1971.

Pela Secção de História

O Secretário,

MARQUÊS DE ABRANTES

RELATÓRIO DA COMISSÃO DE HERÁLDICA

De acordo com o preceituado no Art.º 57.º do actual Regulamento interno da Associação dos Arqueólogos Portugueses, vem a Direcção da sua Comissão de Heráldica apresentar à Secção de História o Relatório das suas actividades durante o ano académico de 1970/71, com o pedido de que, se assim o considerarem, seja levado à presença da Assembleia Geral.

Durante o ano académico findo, realizou a Comissão de Heráldica seis sessões, nos meses de Novembro, Dezembro de 1970, Janeiro, Fevereiro, Março e Abril de 1971, com uma média de seis presenças por sessão.

O mapa dessas presenças foi como se segue:

- 6 pres. - Sr. Marquês de São Payo.
- 5 pres. - Sr. Dr. Manuel Artur Norton
 Sr. Marquês de Abrantes
- 4 pres. - Dr. Franz Paul de Almeida Langanhs
 Luiz de Paiva Raposo Ferros
- 3 pres. - Major José de Campos e Sousa
 Luiz de Bivar Guerra
- 2 pres. - António Machado de Faria
- 1 pres. - Dr. José Timóteo Montalvão Machado
 Ten. Coronel Armando Sacadura Falcão

Durante o ano académico ora findo, foi esta Comissão consultada por diversas entidades, oficiais e privadas, tendo emitido pareceres sobre Heráldica de Domínio (ou Municipal), isto é, Armas, Bandeiras e Selos, dos Concelhos do Porto, Vila Nova de Cerveira, Sezimbra, S. João da Pesqueira, Lagoa (Ilha de S. Miguel, Açores), Évora e Vagos; prosseguiram-se, por outro lado, diligências no sentido de se oficializarem as Armas dos Concelhos de Abrantes e Montemor-o-Novo.

Pela Comissão de Heráldica

O Secretário,

MANUEL ARTUR NORTON

RELATÓRIO DO CONSERVADOR DO MUSEU

Quando o Senhor Marquês de Abrantes solicitou a exoneração do cargo de conservador do Museu, os outros colegas da Direcção pediram-me que assumisse tais funções.

Recusei, a princípio, por ter a consciência de que já ocupo lugares a mais, ainda que, na maioria, não remunerados.

A insistência dos meus Excelentíssimos Colegas de Direcção e o desejo de poder ser útil à Associação, a que me honro de pertencer, levaram-me a transigir, pelo que tomei posse desse cargo em Fevereiro de 1971.

Na reunião da Direcção em que o assunto se decidiu, o Senhor Presidente entregou-me um conjunto de folhas dactilografadas, dizendo ser o «Inventário Geral dos espécimes do Museu», que o Senhor Marquês de Abrantes elaborara com o auxílio de Maria Alexandra de Medeiros Lino Gaspar e Luís de Gouveia Pascoal, estudantes do liceu.

Ao folhear, ali mesmo, tal presumível inventário, cheguei à conclusão de que se trata de uma simples relação onde apenas se enumeram as quantidades das peças, nem sempre bem classificadas.

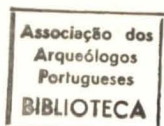
Embora reconheça que o Museu está a necessitar de outra arrumação e do inventário geral a que se refere o Senhor Marquês de Abrantes no seu relatório do ano transacto (cf. «Arqueologia e História», 9.^a série, vol. II, Lisboa, 1970, pp. 372-373), cumpre-me esclarecer que, no último semestre apenas consegui realizar o seguinte:

1. Em Fevereiro último, a Assembleia-Geral aprovou a proposta que submeti à Direcção para mandar restaurar a colecção de estatuetas précolombianas, oferecida em fins do século passado pelo Conde de S. Januário, que fui encontrar encaixotada e embrulhada em jornais.
2. Dediquei-me à inventariação da colecção de numismática que espero concluir no corrente ano.

Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 7 de Julho de 1971.

O Conservador,

MANUEL FARINHA DOS SANTOS



RELATÓRIO DO CONSERVADOR DA BIBLIOTECA

Para satisfazer ao disposto no Art.º 84.º do nosso Regulamento interno, cumpre-me dar parte à Assembleia Geral das obras entradas, por oferta, na nossa biblioteca, durante o ano associativo, que agora finda.

Essas obras foram as seguintes:

- Abílio Mendes do Amaral, *Os Pastores da Serra da Estrela*.
- Idem, *O Padre Govea e os Meninos da Palhavã*.
- Idem, *Crónica de Pinhel - A Batalha e o General*.
- Idem, *Aulas Públicas e Primeiras Letras no termo de Gouveia*.
- Idem, *Gouveia - Pro Domu Nostra*.
- Alberto Balil, *Narbunenses e Hispanos en el Ambiente de Seneca*.
- Idem, *Estudios sobre lucernas romanas*.
- Idem, *Estudios de ceramica romana*.
- Agostinho Isidoro, *Espólio Arqueológico da Gruta do Bugio*.
- Idem, *Escavação no Castro de S. Vicente da Chã (Baroso)*.
- Idem, *Arqueologia do concelho de Alter do Chão (Alto Alentejo)*.
- Idem, *Anilhagem de Aves de Mindelo*.
- Idem, *O Centro Oleiro da Flor da Rosa*.
- Idem, *Escavações em dolmens do concelho do Crato (Alto Alentejo)*.
- Almeida Langhans, *Advertências feitas à Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa, em 1701*.
- *Anais do Município de Faro - 1969 e 1970*.
- *Anais do Município de Tomar*.
- *Anais do Município de Faro*.
- António Carlos Leal da Silva, *Antigos povos da nossa Terra*.
- António Cruz, *Geografia e Economia da Província do Minho, nos fins do Século XVIII*.
- António Joaquim Dias Diniz, *Elogio de Cordeiro de Sousa*.
- António Machado de Faria, *Arquivos do Centro Cultural Português*.
- Armando da Costa Sacadura, *Cabraís da Freguezia de Nabais, termo de Gouveia*.
- Armando Nobre de Gusmão, *Elogio do Ten. Cor. Augusto Botelho da Costa Veiga*.
- Baeta Neves, *Dos Monteiros-Mores aos Engenheiros Silvicultores*.
- Idem, *Alguns documentos da Torre do Tombro sobre Monteiros-Mores, Caçadores-Mores e Caçadores e Couteiros de Perdizes*.
- Idem, *A Luta do Homem contra a Natureza*.
- Idem, *O Professor Azevedo Gomes e a Investigação Florestal*.
- Idem, *Sobre a falta de frequência do curso de Engenheiro Silvicultor*.
- Idem, *Bases duma campanha educacional na luta contra os fogos florestais*.

- Idem, *Ordenamento silvo pastoril dos baldios.*
- Idem, *Documentos Históricos sobre a luta contra fogos na Mata de Leiria.*
- Idem, *Aspectos históricos e actuais da defesa fitossanitário do trigo, da farinha e do pão em Portugal.*
- C. Teixeira, *Carta Geológica de Portugal.*
- Carlos de Barros, *Famílias da Freguezia de S. Martinho de Mateus.*
- Câmara Municipal de Lisboa, *Exposição de Lisboa Joanina.*
- D. Luís Gonzaga de Lancastre e Távora, *A Heráldica da Casa de Abrantes.*
- Domingos Maurício, *O Mito do Imperador Nicolau I do Paraguay.*
- Estado Maior do Exército, *Estudo das cartas em cifra de El-Rei D. João IV.*
- Eurico Gama, *In vino veritas.*
- Ferraro Vaz, *Livro das Moedas de Portugal.*
- Francisco Santana, *Documentação Avulsa Moçambicana do Arquivo Histórico Ultramarino.*
- Idem, *A Freguesia de Nossa Senhora das Mercês de Lisboa no tempo de Pombal.*
- Idem, *Os Jesuítas Portugueses exilados em Itália.*
- Godofredo Ferreira, *Jornais de Classe.*
- Idem, *Documento postal do princípio do Século XVI.*
- Guillermo Schüle, *Las mas antiguas fibulas con pie alto y Ballesta.*
- Helena Losado Gomez, *La Necropolis de la Edad del Hierro de Buenache de Alarcon (Cuenca).*
- Herman Melville, *Moby-Dick.*
- Henrique da Silva Louro, *Evoramonte.*
- Idalino da Costa Brochado, *Elogio de Mons. Miguel de Oliveira.*
- Instituto de Alta Cultura, *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia.*
- Isaías da Rosa Pereira, *Um «ordo» visigótico para a reunião do concílio provincial.*
- Idem, *Estatutos Sinodais Portugueses na Idade Média.*
- Jan Pastor, *Kosické Pohrebisko.*
- Jenny Dreyfus, *Noções de Sigilografia.*
- Jesus Taboada, *Los Tamagani y su romanización.*
- João Correia de S, *Nótulas Históricas sobre a feira.*
- João Saavedra Machado, *Documentos de Estácio da Veiga para o estudo da Arqueologia do Algarve.*
- Joaquim Carlos do Rego Fronteira, *Curriculum.*
- José Bénard Guedes Salgado, *Dois esboços de Vieira Lusitano.*
- Idem, *Colecção de sinetes do Museu Nacional de Arte Antiga.*
- Idem, *A Condessa de Alva, insigne pintora.*
- José Cavalcante de Sousa, *Língua e Literatura Grega.*
- José d'Encarnação, *Inscrições romanas do Algarve.*

- José Manuel dos Santos Encarnação, *Notas de vestígios romanos no concelho de Cascais*.
- José Pedro Machado e Viriato Campos, *Vasco da Gama e a sua viagem de Descobrimento*.
- Lita Scarlati, *Nuno Gonçalves - Cavaleiro da Casa d'El-Rei e seu pintor*.
- Machado Cruz, *Regime Comunitário Pastoril na Serra Amarela*.
- Manuel Aboim Sande Lemos, *Avenida Faro-Oceano*.
- Idem, *Classificação e Construção das Carreiras de Tiro*.
- Idem, *Santa Maria de Osso noba*.
- Marquês de São Payo, *Duas pretensas honras transmontanas*.
- Marquês de Abrantes, *Jean Mallard, Conde de La Varen de*.
- Marcello Caetano, *Revisão Constitucional*.
- Idem, *Caminho de Santiago*.
- Idem, *Não se governa pelos rótulos*.
- Idem, *Portugal é de nós todos*.
- Idem, *O Governo quer a Reforma Administrativa*.
- Idem, *Coordenadas da Política Externa Portuguesa*.
- Idem, *Estado Social*.
- Idem, *Caminho de Unidade*.
- 2.º Ano do Governo de Marcelo Caetano.
- Maria Alice Beaumont, *Cartas e Alvarás dos Foros da Casa do Vimieiro*.
- Maria Josefa Almagro Gorbea, *Las tres tumbas megalíticas de Almizaraque*.
- Idem, *Los «Idolos Retilos» del bronce*.
- Mário Guedes Real, *Pelourinhos da Beira Alta - Almendra*.
- Idem, *Mosteiro de Fráguas e a sua Igreja*.
- Martin Almagro, *Las Pinturas Rupestres Cuaternárias de La Cueva de Maltravieso, en Cáceres*.
- Idem, *El Idolo de Chillaron*.
- Montalvão Machado, *Dos Pizarros de Espanha aos de Portugal e Brasil*.
- Idem, *Perfil moral e mental do Rei D. Manuel I*.
- Idem, *O Rei Dom Sebastião, na Igreja do Jerónimos*.
- *Monumenta Henricina*, Volume X.
- Morais Arnaud, *«Castelo Velho» de Veiros (Estremoz)*.
- Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães.
- Pilar Acosta Martinez, *Representaciones de Idolos en la Pintura Rupestre Esquemática Española*.
- Pinto Ferreira, *Duas Cartografias Célebres*.
- Ralph Delgado, *A antiga Freguezia dos Olivais*.
- Reynaldo dos Santos, *A tomada de Lisboa nas Iluminuras Manuelinas*.
- Ruy Dique de Travassos Valdez, *Subsídios para a Heráldica tumular moderna olisiponense*.
- Santos Júnior e Carlos Ervedosa, *A Estação Arqueológica de Benfca (Luanda)*.

- Santos Júnior, *Antropologia*.
- Idem, *Escavações no Castro de Sabrosa em 1968*.
- Idem, *Os Cantares de Rosalia de Castro e o povo galego*.
- Idem, *O Professor Mendes Correia*.
- Universidade de Luanda, *Ciências Biológicas*.
- Vaz Osório da Nóbrega, *Pedras de Armas e Armas Tumulares do Distrito de Braga - Cidade e Concelho de Braga*.
- Vera Leisner, Zbyszewski e Octávio da Veiga Ferreira, *Les monuments Pré-historiques de Praia das Maças e de Casainhos*.
- Vítor Manuel de Oliveira Jorge, *Tipologia e tipologistas do Paleolítico*.
- *Writings on American History* - 1958.
- Zbyszewski e Veiga Ferreira, *Carta Geológica de Portugal*.

Também, por compra, se adquiriram alguns volumes, cuja falta mais se fazia sentir na nossa Biblioteca, tais como: alguns volumes do *Dicionário Bibliographico*, de F. Inocêncio da Silva; os volumes ultimamente aparecidos do *Guia de Portugal*; as *Obras Completas de Santo António de Lisboa* e outros.

Como dissemos em anos anteriores, muitas das obras recebidas não puderam ser devidamente catalogadas, pela razão de não termos estantes para as instalarmos e ficarem bem arrumadas. Como é sabido, as nossas estantes encontram-se já sobrecarregadas, por tal forma que somos obrigados a dispor, com cuidado e em armazém, as obras, que dia a dia, nos vão chegando. Contávamos que este ano poderíamos dilatar o número das nossas estantes, de maneira a poder arrumar convenientemente todas as obras entradas ultimamente. Mal tal não aconteceu, porque as obras de adaptação do salão que nos foi cedido, têm demorado, bem contra nossa vontade, como já se disse no relatório da Direcção.

Outra tarefa que tem absorvido a nossa atenção tem sido a de actualizar o nosso ficheiro de revistas, nacionais e estrangeiros, com as quais permutamos a nossa revista «Arqueologia e História».

Tem aumentado muito o número de tais permutas, a ponto de recebermos actualmente cerca de 40 publicações periódicas portuguesas e cerca de 50 publicações periódicas, dos mais diversos países da Europa, das Américas, da África e da Ásia.

O Conservador da Biblioteca,

J. T. MONTALVÃO MACHADO

COMPOSTO E IMPRESSO NA
LIVRARIA EDITORA PAX,
LDA, RUA DO SOUTO, 73-77
BRAGA — PORTUGAL

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES
RECEITAS E DESPESAS DURANTE O ANO ASSOCIATIVO 1970 - 1971

Receitas			Despesas		
SÓCIOS:			MUSEU:		
Quotas cobradas	14 884\$00		Aquisição de postais ilustrados	1 253\$00	
Jóias cobradas	500\$00		Compra de 2 vitrinas e novos taipais para a entrada	15 625\$00	16 878\$00
Cartões de identidade	50\$00	15 434\$00			
			Importância entregue ao Sr. Marquês de Abrantes para beneficiações (depois devolvida)		15 000\$00
MUSEU:			BIBLIOTECA:		
Entradas (12 602)	39 005\$00		Obras adquiridas		730\$00
Livros-guias (335)	1 675\$00		PUBLICAÇÕES:		
Entradas de máquinas fotográficas (1.147)	4 705\$00		«Prémio General França Borges» (1971)	7 386\$10	
Postais ilustrados (960)	2 880\$00	48 265\$00	«Trabalhos do Cor. Afonso do Paço» (em curso)	26 716\$00	
			«Arqueologia e História», II Vol. e separatas	54 344\$60	
SUBSÍDIOS:			«I Jornadas Arqueológicas» e separatas	128 431\$60	216 878\$30
Do Instituto de Alta Cultura	16 000\$00		SUBSÍDIOS:		
Da Câmara Municipal de Lisboa	100 000\$00	116 000\$00	Para «Armas e Troféus»		10 000\$00
			MEDALHAS:		
PUBLICAÇÕES:			Cunhagem de 25 medalhas do I Centenário		2 250\$00
Vendas efectuadas das obras:			MOBILIÁRIO:		
«Um Fidalgo Português da Renascença»	1 515\$00		Aquisição de 2 estantes para o Arquivo		5 404\$00
«Arqueologia e História»	4 034\$10		DESPESAS GERAIS:		
«I Jornadas Arqueológicas»	3 200\$00		Títulos de cobrança (quotização)	1 115\$00	
Separatas	4 151\$00		Correios e Telégrafos	4 097\$10	
Diversas	55\$00		Transportes	973\$00	
Recebido da Livraria Portugal	4 958\$10	17 913\$20	Água, Luz e Aquecimento	3 568\$70	
			Telefones	2 934\$40	
DIVERSAS:			Contribuições e Impostos	1 691\$00	
Recuperação de chamadas telefónicas	225\$50		Estampilhas Fiscais	147\$30	
Idem, de gastos com cobrança e publicações enviadas pelo correio	277\$50		Assinatura de «Recorte»	775\$00	
Venda de 3 medalhas do I Centenário	540\$00		Serviços prestados	67 770\$00	
Recebido da «Coral Poliphonia»	572\$80		Gastos de conservação e limpezas	1 320\$80	
Juros das contas no Banco Fonsecas & Burnay	18 763\$90	20 379\$70	Gastos de expediente (tipografia e papelaria)	6 722\$00	
			Seguros do pessoal e contra incêndio	1 302\$10	
			Diversas	1 976\$80	94 393\$20
Recebido do Sr. Marquês de Abrantes por devolução da quantia recebida pelo mesmo para beneficiações do Museu e que não foram efectuadas		15 000\$00			361 533\$50
		232 991\$90			
SALDO EXISTENTE (em 16-7-1970)		483 338\$80	SALDO QUE TRANSITA (para 16-7-1971)		354 797\$20
		716 330\$70			716 330\$70